



# Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

DIVISÃO de URBANISMO e AMBIENTE (DUA)

## INFORMAÇÃO n.º 54 / 2020.ruig

DATA : 2020/12/16	
NIPG : 7313/20	DE : Chefe de Divisão de Urbanismo e Ambiente
REGISTO (DOC.) : 9240/20	PARA : Vice-presidente da Câmara Municipal
CLASSIFICADOR : 055.020.	ASSUNTO : Elaboração do “PDM” (2.ª Revisão) — Início do Procedimento
PROCESSO : -----	

### DESPACHO :

— À reunião de Câmara Municipal para DELIBERAÇÃO.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal:

### PARECER :

— A elaboração de planos municipais (onde se inclui o PDM) é determinada por deliberação da câmara municipal, conforme previsto no n.º 1 do artigo 76.º do RJGT.

— À consideração do Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal.

O Chefe de Divisão (arquiteto):  
Rui Gonçalves; 16-12-2020

### SEGUIMENTO:

### TEXTO :

De acordo com artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 — Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJGT) —, compete à câmara municipal determinar a elaboração dos planos municipais de ordenamento do território e o respetivo prazo de elaboração.

No que se refere ao Plano Diretor Municipal de Alfândega da Fé (PDM), devem ser tidas em conta as seguintes informações e os seguintes pressupostos:

- a) O PDM (de 2.ª geração) está em vigor desde 26/02/2015;
- b) O n.º 2 do artigo 199.º do RJIGT previa o prazo de 5 anos (até 13/07/2020) para adaptação do PDM às novas regras de classificação e qualificação do solo, integração do conteúdo dos planos especiais de ordenamento do território e transposição dos programas regionais de ordenamento florestal (PROF);
- c) Esse prazo foi suspenso por 180 dias, nos termos do Decreto do Presidente da República n.º 20-A/2020 — e conforme esclarecimento do Gabinete do Secretário de Estado da Conservação da Natureza, das Florestas e do Ordenamento do Território: “...o prazo *presentemente em vigor*, e que *deverá ser considerado pelos municípios para adaptação dos PDM é o de 09 de Janeiro de 2021*, estando a data de 13 de Julho de 2021, *dependente da concretização dos procedimentos legislativos em curso*”;
- d) Conforme esclarecimento da CCDRn (INF\_DSOT\_GB\_7529/2018) de 24/08/2018, “o procedimento adequado para esse efeito [adaptação do PDM] é o de revisão, pois é aquele que permite ao município proceder a uma *reconsideração e reapreciação global do modelo territorial plasmado no plano na medida em que os perímetros urbanos devem ser delimitados segundo as necessidades territoriais do município e na medida em que é preciso dar cumprimento às orientações da lei em vigor e do próprio Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, ou seja, de contenção e controlo da expansão urbana*” — embora este entendimento não esteja em concordância com os requisitos plasmados nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 124.º do RJIGT;
- e) A deliberação que determina a elaboração do PDM deve ser acompanhada de Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT) — o REOT (documento **em anexo**) foi elaborado em 2019 e foi aprovado por deliberação da Assembleia Municipal proferida em 29/02/2020, pelo que se torna possível rever o PDM em vigor, conforme determina o n.º 6 do artigo 189.º do RJIGT;
- f) A deliberação que determina a elaboração do PDM deve assentar na estratégia de desenvolvimento local, a qual define as orientações estratégicas da implementação e da gestão estruturada dos processos de desenvolvimento e de competitividade do município — neste âmbito está em fase final de elaboração o “Modelo Estratégico Territorial” (extrato do documento **em anexo**);
- g) Para levar a efeito o procedimento de elaboração do PDM de 3.ª Geração, foi adjudicada à empresa Planum, Assessoria e Projectos, Lda, a prestação de serviços de apoio técnico especializado para a Revisão do PDM, com início em 16/07/2019 e cujos trabalhos estão suspensos por indicação do Chefe da DUA através de e-mail de 13/01/2020 (pelos motivos expressos a seguir);
- h) Finalmente, para que os trabalhos técnicos de elaboração da proposta de Revisão do PDM possam ser iniciados, e ao abrigo do artigo 15.º-A do Decreto-Lei n.º 193/95, alterado pelo Decreto-Lei n.º 141/2014, mostra-se necessário utilizar cartografia de base homologada há menos de 3 anos — uma vez que a cartografia base que dispomos é a que foi utilizada para a elaboração do PDM de 2.ª geração (escala 1:10.000, produzida em 2007 e homologada em 2011, posteriormente transformada para ETRS e homologada em 2013), foi desencadeado um procedimento pela AMTQT e foi adjudicada à empresa InfoPortugal a elaboração da produção de cartografia, estando neste momento os trabalhos em fase final e prevista para 29/12/2020 a disponibilização da versão Shap File da cartografia atualizada (antes de remessa à DGT para homologação).

Pelo exposto e atendendo às datas previstas, reúnem-se as condições mínimas para formalizar o início do procedimento de elaboração do PDM de 3.ª Geração, pelo que, de acordo com o artigo 75.º do RJIGT, deve ter-se em conta que o PDM visa estabelecer:

- a) A tradução, no âmbito local, do quadro de desenvolvimento do território estabelecido nos programas nacional e regional;
- b) A expressão territorial da estratégia de desenvolvimento local;

- c) A articulação das políticas setoriais com incidência local;
- d) A base de uma gestão programada do território municipal;
- e) A definição da estrutura ecológica para efeitos de proteção e de valorização ambiental municipal;
- f) Os princípios e as regras de garantia da qualidade ambiental, da integridade paisagística e da preservação do património cultural;
- g) Os princípios e os critérios subjacentes a opções de localização de infraestruturas, de equipamentos, de serviços e de funções;
- h) Os critérios de localização e a distribuição das atividades industriais, de armazenagem e logística, turísticas, comerciais e de serviços, que decorrem da estratégia de desenvolvimento local;
- i) Os parâmetros de uso do solo;
- j) Os parâmetros de uso e fruição do espaço público;
- k) Outros indicadores relevantes para a elaboração dos demais programas e planos territoriais.

O REOT produzido conclui que as dinâmicas territoriais, nomeadamente as dinâmicas urbanas, não foram suficientemente expressivas ao ponto de serem revistos os objetivos propostos para a 1.ª Revisão. Desta forma, a pertinência da 2.ª Revisão do PDM é de (re)olhar para o seu conteúdo numa atitude crítica, não de questionar diretamente a estratégia e as opções do PDM em vigor (porque o tempo decorrido é ainda curto para transformação mais profunda e substantiva), mas de ajustamento do Plano, tentando assim favorecer o seu desempenho enquanto documento operativo e de quotidiano e documento influenciador da melhor ocupação e transformação do solo.

Desta forma, entende-se que a estratégia e as opções do PDM em vigor, se encontram atuais, pelo que os objetivos estratégicos a prosseguir com a próxima revisão devem ser mantidos:

- **Melhoria das condições de vida:** garantir a melhoria da qualidade de vida, maior igualdade de oportunidades e inclusão integral de todas as gerações, numa visão de atratividade e fixação da população (sobretudo população jovem).
- **Preservação e potenciação dos recursos naturais e culturais:** valorizar os recursos naturais únicos, a identidade do concelho, o património, a cultura e as tradições.
- **Revitalização e diversidade económica:** reforçar o espírito criativo, inovador e empreendedor, associado à qualificação contínua da população e na aposta nos recursos endógenos singulares.
- **Reabilitação urbanística dos aglomerados urbanos e qualificação ambiental do território:** promover a melhoria geral da mobilidade, nomeadamente através de uma melhor gestão da via pública e dos demais espaços de circulação.
- **Otimização dos sistemas urbanos:** reforçar as infraestruturas básicas e adaptar a capacidade de resposta dos equipamentos coletivos às necessidades da população.

Concluindo, a 2.ª Revisão do PDM prende-se com facto da alteração ocorrida na legislação e da publicação de novas regras e conceitos que será necessário transpor para o PDM quer ao nível do solo rústico quer relativamente ao solo urbano. Desta forma, dever-se-á prosseguir com a estratégia de desenvolvimento que tem sido assumida técnica e politicamente, na perspetiva da execução efetiva das suas propostas — podendo, simultaneamente, introduzir-se pequenas atualizações, quer no modelo estratégico territorial, quer nos limites dos espaços urbanos e dos espaços industriais.

#### CONCLUSÃO :

— Pelo exposto, nos termos dos seguintes artigos do Decreto-Lei n.º 80/2015, proponho:

- 1) Que seja determinado o início do procedimento de elaboração do Plano Diretor Municipal de Alfândega da Fé, de 3.ª Geração, através da dinâmica “revisão” — artigo 76.º-1 e artigo 124.º-2;
- 2) Que seja estabelecido o prazo de 12 meses para o procedimento de elaboração (que se conclui com a aprovação do plano pela Assembleia Municipal) — artigo 76.º-1 e artigo 92.º-1;
- 3) Que seja definido o prazo de 15 dias (úteis) para o período de participação (durante o qual os interessados

podem formular sugestões e apresentar informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento de elaboração) — artigo 76.º-1 e artigo 88.º;

- 4) Que seja promovida a publicação de Aviso na 2.ª série do Diário da República, sobre a deliberação da Câmara Municipal que determina o procedimento de elaboração do PDM — artigo 76.º-1 e artigo 191.º-4-c);
- 5) Que seja promovida a divulgação da deliberação da Câmara Municipal que determina o procedimento de elaboração do PDM, publicitando através da comunicação social, da plataforma colaborativa de gestão territorial e no sítio na Internet do Município — artigo 76.º-1 e artigo 192.º-2).

Mais informo que, após publicação do Aviso no Diário da República, terá início oficial o processo de elaboração do PDM e o período de participação dos interessados, e deverá ser constituída a **Comissão Consultiva**, no prazo de 15 dias após solicitação da Câmara Municipal à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRn). Esta Comissão Consultiva, de natureza colegial, é responsável pelo acompanhamento da elaboração do PDM e é coordenada e presidida pela CCDRn.

O Chefe de Divisão (arquiteto):  
Rui Gonçalves; 16-12-2020



#### **RCM DE 22-12-2020**

**Deliberado, por UNANIMIDADE, nos termos e de acordo com a presente informação, o seguinte:**

- 1. Determinar o início do procedimento de elaboração do Plano Diretor Municipal de Alfândega da Fé, de 3.ª Geração, através da dinâmica "revisão" — artigo 76.º-1 e artigo 124.º-2 do Decreto-Lei n.º 80/2015;**
- 2. Estabelecer o prazo de 12 meses para o procedimento de elaboração (que se conclui com a aprovação do plano pela Assembleia Municipal) — artigo 76.º-1 e artigo 92.º-1 do Decreto-Lei n.º 80/2015;**
- 3. Definir o prazo de 15 dias (úteis) para o período de participação (durante o qual os interessados. podem formular sugestões e apresentar informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento de elaboração) — artigo 76.º-1 e artigo 88.º do Decreto-Lei n.º 80/2015;**
- 4. Promover a publicação de Aviso na 2.ª série do Diário da República, sobre a deliberação da Câmara Municipal que determina o procedimento de elaboração do PDM — artigo 76.º-1 e artigo 191.º-4-c) do Decreto-Lei n.º 80/2015;**
- 5. Promover a divulgação da deliberação da Câmara Municipal que determina o procedimento de elaboração do PDM, publicitando através da comunicação social, da plataforma colaborativa de gestão territorial e no sítio na Internet do Município — artigo 76.º-1 e artigo 192.º-2) do Decreto-Lei n.º 80/2015.**

# REOT DE ALFÂNDEGA DA FÉ

## RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO



VERSÃO CONSULTA PÚBLICA

---

MARÇO DE 2020

*Esta página foi deixada propositadamente em branco.*

### Ficha Técnica do Documento

<b>Título:</b>	Relatório Sobre o Estado do Ordenamento do Território
<b>Descrição:</b>	Relatório que visa traduzir o balanço da execução do Plano Diretor Municipal de Alfândega da Fé, assim como os níveis de coordenação interna e externa alcançados, fundamentando uma eventual necessidade de revisão.
<b>Data de produção:</b>	25 de julho de 2019
<b>Data da última atualização:</b>	18 de março de 2020
<b>Versão:</b>	Versão 10
<b>Desenvolvimento e produção:</b>	Planum, Assessorias e Projetos Lda
<b>Equipa:</b>	Manuel Miranda   Coordenador Elisa Bairrinho   Arquiteta Paisagista Sandra Borges   Geógrafa
<b>Código de documento:</b>	010
<b>Estado do documento</b>	Versão final
<b>Código do Projeto:</b>	011040101
<b>Nome do ficheiro digital:</b>	0401_reot_alfandega_fe_v10

*Esta página foi deixada propositadamente em branco.*



## ÍNDICE

<b>Introdução</b> .....	<b>13</b>
<b>1 Instrumentos de Gestão Territorial</b> .....	<b>16</b>
1.1 Objetivos do Plano Diretor Municipal .....	19
<b>2 Enquadramento Administrativo</b> .....	<b>22</b>
2.1 Enquadramento Administrativo e Extensão Territorial .....	22
<b>3 Dinâmicas Demográficas e Sociais</b> .....	<b>27</b>
3.1 Demografia .....	27
3.2 Níveis de Instrução .....	34
3.3 Trabalho e Rendimentos .....	36
3.4 Atividades Económicas .....	45
3.5 Análise de Tendências .....	58
<b>4 Dinâmicas Territoriais</b> .....	<b>60</b>
4.1 Ocupação do Solo .....	60
4.2 Valores Territoriais .....	67
4.2.1 Reserva Ecológica Nacional .....	67
4.2.2 Rede Natura 2000 .....	69
4.2.3 Reserva Agrícola Nacional .....	71
4.2.4 Património Cultural .....	73
4.3 Recursos Geológicos e Energéticos .....	75
4.3.1 Recursos Geológicos .....	75
4.4 Recursos Florestais .....	77
4.5 Dinâmicas Urbanas .....	79
4.5.1 Edificação .....	79
4.5.2 Alojamentos .....	87
4.6 Licenciamentos Turísticos .....	94
4.7 Setor Industrial e Espaços de Atividades Económicas .....	98
4.8 Infraestruturas .....	100

4.9	Equipamentos Coletivos.....	105
4.9.1	Pessoal ao serviço e número de utentes .....	108
4.10	Transportes e Comunicações .....	112
4.10.1	Rede Rodoviária.....	112
4.11	Análise de Tendências .....	114
<b>5</b>	<b>Gestão de Riscos e Incidências Ambientais.....</b>	<b>116</b>
5.1	Risco de Cheias e Inundações.....	117
5.2	Incêndios Rurais.....	118
5.3	Risco de Rutura de Barragens .....	122
5.4	Acidentes Rodoviários.....	124
5.5	Risco de Movimentos de Massa em Vertentes .....	125
<b>6</b>	<b>Execução do PDM .....</b>	<b>126</b>
6.1	Avaliação do Programa de Execução .....	126
6.2	Avaliação da Execução das UOPG.....	128
<b>7</b>	<b>Análise SWOT.....</b>	<b>130</b>
<b>8</b>	<b>Problemas, Prioridades e Desafios.....</b>	<b>133</b>
	<b>Bibliografia.....</b>	<b>136</b>
	<b>Anexos.....</b>	<b>139</b>

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. PMOT e instrumentos de ordem superior que vigoram no concelho de Alfândega da Fé .....	16
Figura 2. Instrumentos estratégicos e de planeamento do concelho de Alfândega da Fé .....	17
Figura 3. Instrumentos de financiamento comunitário que incidem no concelho de Alfândega da Fé .....	17
Figura 4. Objetivos da 1ª revisão do PDM de Alfândega da Fé .....	19
Figura 5. Resumo das áreas setoriais com maior investimento no Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2015 e 2019 .....	21
Figura 6. Esquema comparativo do enquadramento administrativo e extensão territorial .....	24
Figura 7. Pirâmide etária da população, em 2017, em Portugal Continental, na região Norte, na sub-região Terras de Trás-os-Montes e no concelho de Alfândega da Fé .....	30
Figura 8. Índice de juventude e de envelhecimento no concelho de Alfândega da Fé, em 2015 e 2018....	32
Figura 9. Evolução dos imóveis classificados ou vias de classificação no concelho de Alfândega da Fé ..	73
Figura 10. Evolução dos Licenciamentos Turísticos no concelho de Alfândega da Fé, entre 2015 e 2019	94
Figura 11. Empreendimentos Turísticos e Alojamento Local localizados no concelho de Alfândega da Fé, em 2019.....	95
Figura 12. Indicadores de ocupação turística, no concelho de Alfândega da Fé (2015).....	96
Figura 13. Indicadores de ocupação turística, no concelho de Alfândega da Fé (2017).....	96
Figura 14. Outros projetos/ ações que ocorreram desde 2015, no concelho de Alfândega da Fé .....	127
Figura 15. Avaliação da concretização das UOPG definidas na 1.ª revisão do PDM de Alfândega da Fé .....	128

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Variação relativa da população residente, entre 2011 e 2018 (índice de base 100 em 2011) ...	27
Gráfico 2. Pirâmide etária da população residente no concelho de Alfândega da Fé, entre 2015 e 2018..	29
Gráfico 3. Taxa Bruta de Mortalidade (‰), entre 2011 e 2018 .....	31
Gráfico 4. Taxa Bruta de Natalidade (‰), entre 2011 e 2018.....	32
Gráfico 5. Proporção de população residente por grau de escolaridade, em 2001 e 2011 .....	35
Gráfico 6. Ganho Médio Mensal, entre 2011 e 2016 .....	36
Gráfico 7. Evolução do Ganho Médio Mensal, entre 2011 e 2016 (índice de base 100 em 2011) .....	37
Gráfico 8. Variação do número de desempregados, entre 2011 e 2019 (índice de base 100 em 2011) ....	38

Gráfico 9. Beneficiários do Rendimento Social de Inserção no concelho de Alfândega da Fé, entre 2011 e 2018.....	39
Gráfico 10. Pensionistas da Segurança Social no concelho de Alfândega da Fé, entre 2011 e 2017.....	39
Gráfico 11. Variação da população ativa, entre 2001 e 2011 (índice de base 100 em 2001).....	40
Gráfico 12. Evolução da taxa de atividade, entre 2001 e 2011.....	41
Gráfico 13. População empregada por setor de atividade, entre 2001 e 2011.....	42
Gráfico 14. Variação do número de empresas, entre 2011 e 2017 (índice de base 100 em 2011).....	47
Gráfico 15. Pessoal ao serviço dos estabelecimentos por atividade económica no concelho de Alfândega da Fé, entre 2011 e 2017.....	49
Gráfico 16. Escalão de pessoal ao serviço nas empresas, em 2017, no concelho de Alfândega da Fé ....	50
Gráfico 17. Variação da proporção do volume de negócios das empresas, entre 2011 e 2017 (índice de base 100 em 2011).....	52
Gráfico 18. Superfície das explorações agrícolas (ha), em 2009.....	55
Gráfico 19. Ocupação do Solo (%) no concelho de Alfândega da Fé (2010).....	60
Gráfico 20. Ocupação do Solo (%) no concelho de Alfândega da Fé (2015).....	60
Gráfico 21. Áreas agrícolas e agroflorestais (%) no concelho de Alfândega da Fé (2010).....	62
Gráfico 22. Áreas agrícolas e agroflorestais (%) no concelho de Alfândega da Fé (2015).....	62
Gráfico 23. Florestas e meios naturais e seminaturais (%) do concelho de Alfândega da Fé (2010).....	64
Gráfico 24. Florestas e Meios naturais e seminaturais (%) do concelho de Alfândega da Fé (2015).....	64
Gráfico 25. Evolução da proporção de áreas agrícolas integradas em área de RAN, no concelho de Alfândega da Fé.....	66
Gráfico 26. Variação no número de edifícios, entre 2001 e 2011 (índice de base 100 em 2001).....	80
Gráfico 27. Variação da proporção de edifícios de habitação familiar clássicos, entre 2011 e 2017 (índice de base 100 em 2011).....	82
Gráfico 28. Edifícios por época de construção, em 2011.....	83
Gráfico 29. Evolução dos edifícios concluídos nos concelhos da CIM Terras de Trás-os-Montes, entre 2011 e 2018.....	84
Gráfico 30. Edifícios licenciados entre 2011 e 2018, no concelho de Alfândega da Fé.....	85
Gráfico 31. Edifícios licenciados por destino de obra entre 2011 e 2018, no concelho de Alfândega da Fé.....	85
Gráfico 32. Edifícios licenciados por tipo de obra entre 2011 e 2018, no concelho de Alfândega da Fé.....	86
Gráfico 33. Variação dos alojamentos familiares clássicos, entre 2011 e 2018 (índice de base 100 em 2011).....	89

Gráfico 34. Taxa de ocupação dos alojamentos, em 2001 e 2011 .....	91
Gráfico 35. Taxa de ocupação dos alojamentos nas freguesias do concelho de Alfândega da Fé, em 2001 e 2011 .....	92
Gráfico 36. Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água, entre 2011 e 2017 .....	100
Gráfico 37. Consumo de água por habitante, entre 2011 e 2017 .....	101
Gráfico 38. Proporção de água segura para consumo humano, entre 2011 e 2017 .....	102
Gráfico 39. População servida por sistema de drenagem de águas residuais, entre 2011 e 2017 .....	103
Gráfico 40. Resíduos produzidos por habitante, entre 2011 e 2017 .....	104
Gráfico 41. Número de enfermeiros por 1000 habitantes, entre 2011 e 2017 .....	108
Gráfico 42. Número de médicos por 1000 habitantes entre 2011 e 2017 .....	109
Gráfico 43. Evolução do número de alunos nos estabelecimentos escolares do concelho de Alfândega da Fé, entre o ano letivo 2010/11 e 2017/18 .....	110
Gráfico 44. Evolução do número de estabelecimentos escolares no concelho de Alfândega da Fé, entre os anos letivos 2010/11 e 2017/18 .....	110
Gráfico 45. Área ardida e número de ocorrências de incêndios rurais, entre 2011 e 2018, no concelho de Alfândega da Fé.....	120

## ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1. Enquadramento Regional do concelho de Alfândega da Fé .....	22
Mapa 2. Enquadramento do concelho de Alfândega da Fé .....	23
Mapa 3. Enquadramento administrativo do concelho de Alfândega da Fé .....	26
Mapa 4. Tendência evolutiva da população residente nas freguesias do concelho de Alfândega da Fé, entre 1981 e 2011.....	28
Mapa 5. População empregada por setor de atividade económica, no concelho de Alfândega da Fé, em 2011 .....	43
Mapa 6. Superfície Agrícola Utilizada (hectares) em 2009 e respetiva variação, no concelho de Alfândega da Fé.....	56
Mapa 7. Uso e ocupação do solo no concelho de Alfândega da Fé .....	61
Mapa 8. Áreas agrícolas e agroflorestais no concelho de Alfândega da Fé .....	63
Mapa 9. Florestas e meios naturais e seminaturais no concelho de Alfândega da Fé .....	65
Mapa 10. Reserva Ecológica Nacional do concelho de Alfândega da Fé .....	67
Mapa 11. Rede Natura 2000 do concelho de Alfândega da Fé .....	69
Mapa 12. Reserva Agrícola Nacional do concelho da Alfândega da Fé .....	71

Mapa 13. Percursos pedestres no concelho de Alfândega da Fé.....	74
Mapa 14. Recursos Geológicos no concelho de Alfândega da Fé.....	75
Mapa 15. Recursos Florestais no concelho de Alfândega da Fé.....	77
Mapa 16. Edifícios (2011) e respetiva variação, no concelho de Alfândega da Fé.....	81
Mapa 17. Alojamentos familiares clássicos (2011) e respetiva variação, no concelho de Alfândega da Fé.....	90
Mapa 18. Áreas acolhimento empresarial do concelho de Alfândega da Fé.....	99
Mapa 19. Rede rodoviária do concelho de Alfândega da Fé.....	112
Mapa 20. Carta de suscetibilidade de cheias e inundações no concelho de Alfândega da Fé.....	117
Mapa 21. Áreas Ardidas (2011 - 2018) no concelho de Alfândega da Fé.....	118
Mapa 22. Perigosidade de incêndio rural no concelho de Alfândega da Fé.....	121
Mapa 23. Barragens e zonas de proteção no concelho de Alfândega da Fé.....	123
Mapa 24. Suscetibilidade à ocorrência de movimentos de massa em vertentes.....	125
Mapa 25. Unidades Operativas de Planeamento e Gestão no concelho de Alfândega da Fé.....	129

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Elementos e indicadores considerados no REOT.....	13
Quadro 2. Evolução da população residente, entre 2015 e 2018.....	27
Quadro 3. Evolução das famílias no concelho de Alfândega da Fé, em 2001 e 2011.....	30
Quadro 4. Taxa de analfabetismo, entre 2001 e 2011.....	34
Quadro 5. Evolução do número de desempregados, entre 2015 e 2019.....	37
Quadro 6. Evolução do número de empresas, entre 2011 e 2017.....	45
Quadro 7. Pessoal ao serviço dos estabelecimentos, entre 2011 e 2017.....	48
Quadro 8. Evolução do volume de negócios (euros) das empresas, entre 2011 e 2017.....	51
Quadro 9. Volume de negócios, por atividade económica e representatividade da atividade (%), por unidade territorial, em 2017.....	53
Quadro 10. Superfície Agrícola Utilizada (hectares), entre 1999 e 2009 e área média da SAU das explorações agrícolas.....	56
Quadro 11. Aproveitamentos hidroagrícolas, no concelho de Alfândega da Fé.....	72
Quadro 12. Evolução do número de edifícios, entre 2001 e 2011.....	79
Quadro 13. Freguesias do concelho de Alfândega da Fé com o maior e menos número de edifícios em 2011.....	80

Quadro 14. Alojamentos familiares clássicos, entre 2011 e 2018.....	87
Quadro 15. Freguesias do concelho de Alfândega da Fé com maior e menor número de alojamentos familiares clássicos em 2011 .....	90
Quadro 16. Disponibilidade de áreas de acolhimento empresarial no concelho da Alfândega da Fé.....	98
Quadro 17. Quadro comparativo relativo à evolução dos equipamentos coletivos entre 2015 e a elaboração do REOT (2019).....	105
Quadro 18. Capacidade de respostas sociais (2018), no concelho de Alfândega da Fé.....	107
Quadro 19. Rede Complementar (Itinerários Complementares) e Estradas Regionais, definidas no PRN2000, no concelho de Alfândega da Fé.....	113
Quadro 20. Riscos identificados no PMEPC e na 1.ª revisão do PDM de Alfândega da Fé.....	116
Quadro 21. Acidentes rodoviários e representatividade face ao distrito de Bragança, no concelho de Alfândega da Fé, entre 2011 e 2017.....	124

*Esta página foi deixada propositadamente em branco.*



## INTRODUÇÃO

De forma a responder às disposições legais previstas na Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo (LBOTU, Lei n.º 31/2014, de 30 de maio) e ao Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT, Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio), apresenta-se agora o Relatório de Estado do Ordenamento do Território (REOT) do concelho de Alfândega da Fé.

Os documentos legais supracitados demonstram a relevância de monitorizar os instrumentos de gestão territorial e de avaliar a sua execução/concretização, de forma a compreender o grau de cumprimento dos mesmos e analisar a execução dos objetivos delineados no PDM de Alfândega da Fé, tendo o intuito de realizar "o balanço da execução dos programas e dos planos territoriais, objeto de avaliação, bem como dos níveis de coordenação interna e externa obtidos, fundamentando uma eventual necessidade de revisão" (n.º 4, artigo 189, Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio).

De quatro em quatro anos, é da competência da Câmara Municipal de Alfândega da Fé a elaboração do REOT (n.º 3 do artigo 189.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio), devendo o mesmo ser submetido a discussão pública, por um período igual ou superior a 30 dias, a apreciação da Assembleia Municipal e divulgado no sítio da internet da Câmara Municipal de Alfândega da Fé.

O presente REOT foi submetido a discussão pública entre 29 de janeiro e 28 de fevereiro, conforme publicação em Diário da República, 2.ª série – N.º 17, de 24 de janeiro, do Edital n.º 145/2020. Durante este período não foi rececionada qualquer observação ou sugestão ao documento, correspondendo desta forma à versão final do REOT de Alfândega da Fé a ser submetida a apreciação da Assembleia Municipal.

Pretende-se com o presente relatório, averiguar a necessidade de proceder ao ajustamento e adaptação do PDM de Alfândega da Fé à realidade territorial, procedendo, para tal, à avaliação da execução dos objetivos e das ações subjacentes ao mesmo.

Em termos metodológicos, procedeu-se à análise de um conjunto de elementos e indicadores considerados essenciais, designadamente:

**Quadro 1. Elementos e indicadores considerados no REOT**

Domínio	Área Temática	Indicador
Dinâmicas Demográficas e Sociais	Demografia	<ul style="list-style-type: none"> <li>• População Residente</li> <li>• Estrutura Etária da População</li> <li>• Famílias</li> <li>• Taxa de Natalidade e Mortalidade</li> </ul>
	Níveis de Instrução	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Taxa de Analfabetismo</li> <li>• Grau de Escolaridade</li> </ul>

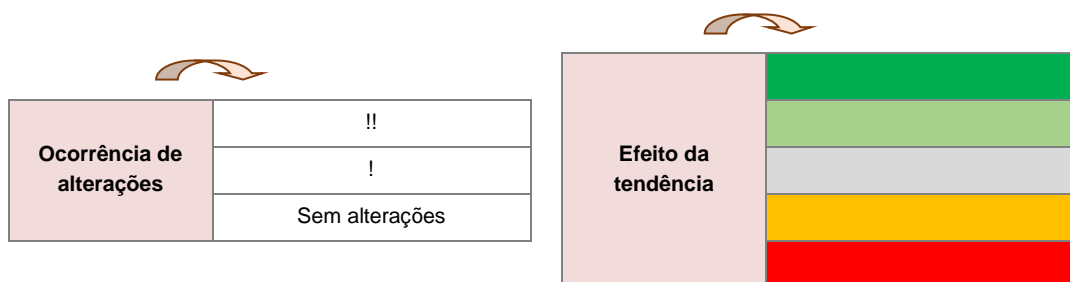
Domínio	Área Temática	Indicador
	Trabalho e Rendimentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rendimentos do Trabalho</li> <li>• Taxa de Desemprego</li> <li>• Número de Desempregados (valores mensais)</li> <li>• População Ativa</li> <li>• População Empregada por Setor de Atividade</li> </ul>
	Atividades Económicas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Número de Empresas</li> <li>• Volume de Negócios</li> </ul>
Dinâmicas Territoriais	Ocupação do Solo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ocupação do Solo</li> <li>• Características da Ocupação Agrícola</li> <li>• Características da Ocupação Florestal</li> </ul>
	Valores Territoriais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reserva Ecológica Nacional</li> <li>• Reserva Agrícola Nacional</li> <li>• Rede Natura 2000</li> <li>• Património Classificado</li> </ul>
	Recursos Geológicos e Energéticos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recursos Geológicos</li> </ul>
	Dinâmicas Urbanas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Edificação</li> <li>• Alojamentos</li> </ul>
	Licenciamentos Turísticos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Licenciamentos Turísticos</li> </ul>
	Setor Industrial e Espaços de Atividades Económicas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Distribuição das Áreas Industriais/ Empresariais</li> </ul>
	Infraestruturas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Abastecimento de Água</li> <li>• Drenagem de Águas Residuais</li> </ul>
	Equipamentos Coletivos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Equipamentos Administrativos</li> <li>• Equipamentos Culturais</li> <li>• Equipamentos Desportivos</li> <li>• Equipamentos de Educação</li> <li>• Equipamentos de Prevenção e Segurança Pública</li> <li>• Equipamentos Religiosos</li> <li>• Equipamentos de Saúde</li> <li>• Equipamentos de Apoio Social</li> <li>• Equipamentos Diversos</li> </ul>
	Transportes e Comunicações	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rede Rodoviária</li> </ul>
Gestão de Riscos e Incidências Ambientais		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Riscos com Incidência no concelho de Alfândega da Fé</li> </ul>

No que concerne ao período temporal dos indicadores analisados, importa destacar que os diversos indicadores foram analisados tendo em consideração a sua evolução entre 2015 (ano de publicação da

1.ª revisão do PDM de Alfândega da Fé e 2019 (ano da realização do REOT de Alfândega da Fé), tentando, desta forma, aferir as alterações e evoluções ocorridas neste período. De referir que, em alguns casos, a análise efetuada abrange um período mais alargado para uma melhor compreensão da sua evolução.

Sempre que necessário (por inexistência de informação atual) recua-se ao período compreendido entre 2001 e 2011 (Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, do Instituto Nacional de Estatística) para os descritores referentes à população e habitação, e ao período compreendido entre 1989 e 2009 (Recenseamentos Agrícolas) para os descritores referentes à estrutura das explorações agrícolas e dos sistemas produtivos. Em termos de nível geográfico de análise, os vários indicadores foram analisados ao nível do concelho e, sempre que possível, ao nível da freguesia. Para alguns indicadores apresenta-se, ainda, uma comparação do concelho de Alfândega da Fé com outros níveis geográficos, nomeadamente com a região Norte e com a sub-região Terras de Trás-os-Montes e respetivos municípios.

A matriz das tendências considerada é a seguinte:



Assim, com esta avaliação procurou-se compreender se, no período em análise, os valores dos indicadores se mantiveram constantes (sem alterações relevantes), se estamos perante alterações significativas (!) ou alterações potencialmente muito significativas (!!). Note-se que por ausência de alterações entendem-se as situações em que os indicadores se mantiveram relativamente constantes no período de análise, isto é, apresentaram uma variação nula ou uma variação desprezível (à luz das ordens de grandeza que caracterizam cada um dos indicadores) e/ou não apresentaram uma alteração do sentido e ritmo evolutivo anteriormente observado.

Em termos do efeito das tendências, o objetivo passa por inferir se as alterações verificadas tiveram efeitos neutros (cinzento), positivos (verde) ou negativos (vermelho) para o município de Alfândega da Fé.

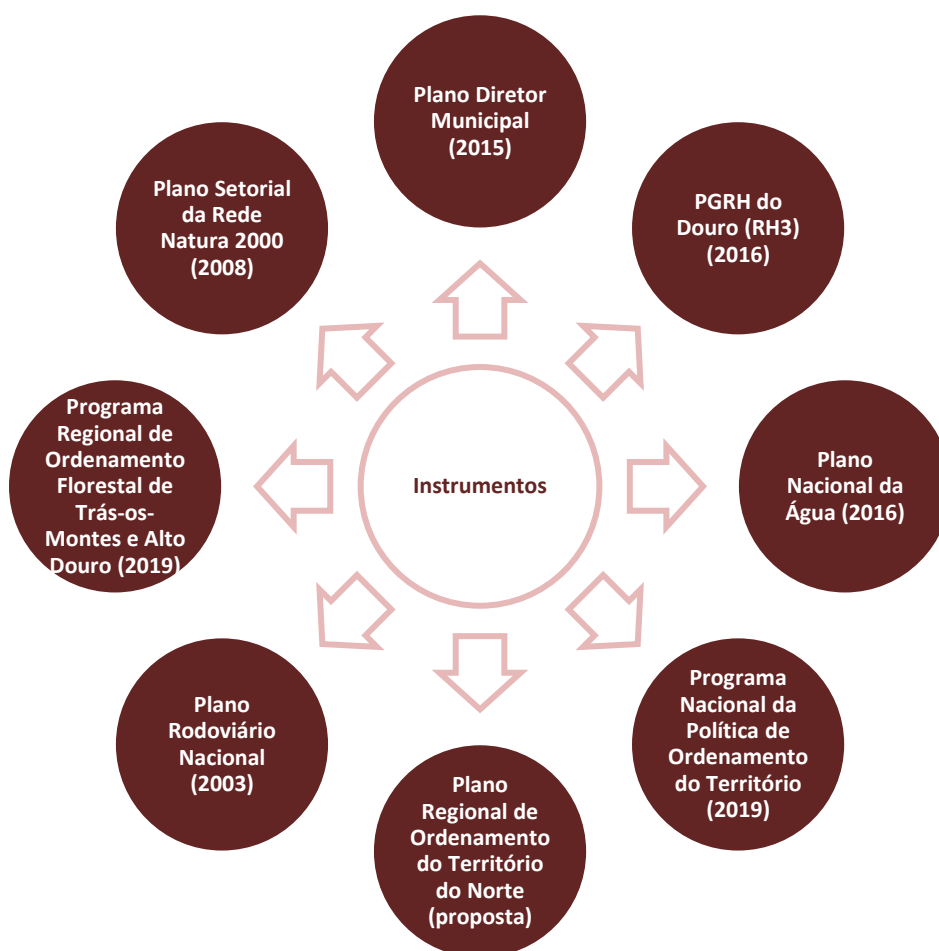
Para efeitos de classificação das alterações registadas em cada indicador, proceder-se-á, em termos gráficos, à representação de uma etiqueta colorida e, cumulativamente, textual. Esta classificação efetuar-se-á somente para os indicadores para os quais estejam disponíveis dados referentes ao intervalo relevante para análise (2015 a 2019), sendo as restantes variáveis apresentadas para efeitos de contextualização e enquadramento histórico.

## 1 INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL

No que concerne à dinâmica de ordenamento do território, no concelho de Alfândega da Fé, para além do Plano Diretor Municipal (PDM) que constitui um plano municipal de ordenamento do território, encontra-se também em vigor um conjunto de Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) de ordem superior, nomeadamente de âmbito nacional e regional, tal como se pode evidenciar na Figura 1.

Neste seguimento importa relevar que, para além da denominação dos instrumentos, é também identificada a data de aprovação/ entrada em vigor destes.

Figura 1. PMOT e instrumentos de ordem superior que vigoram no concelho de Alfândega da Fé



Fonte: DGT (2019).

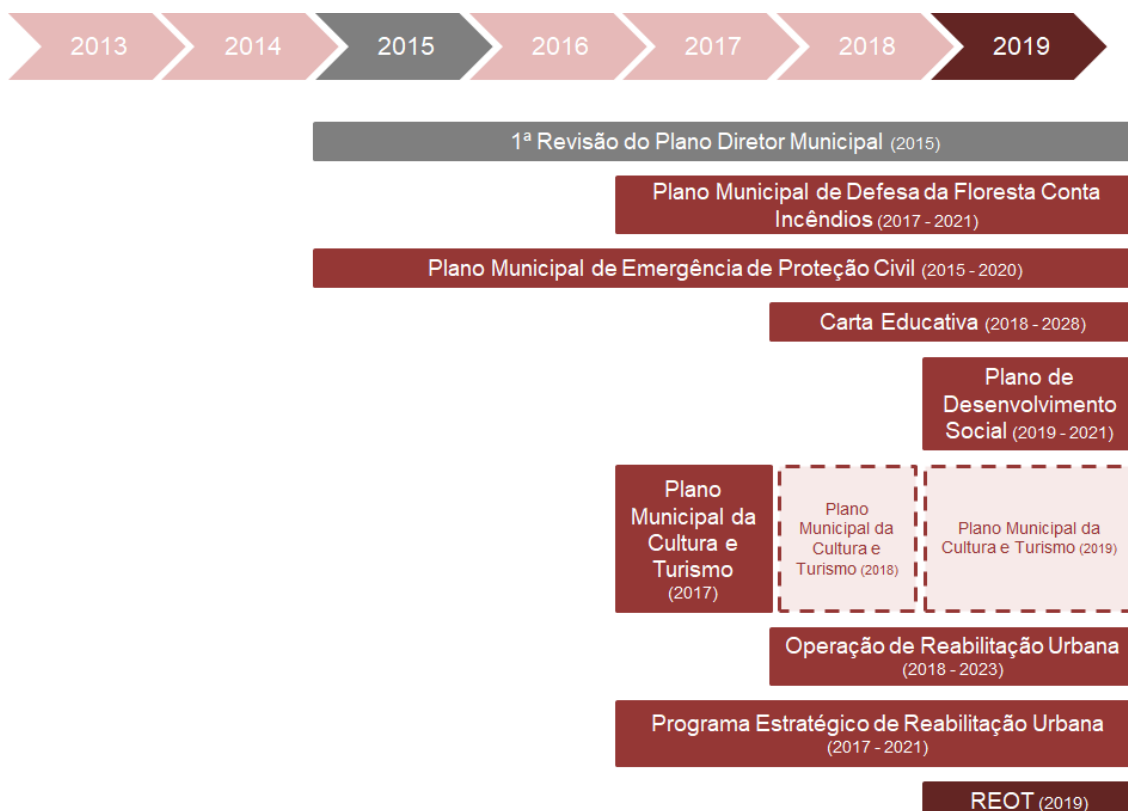
Apresenta-se relevante referir que, embora a 1.ª revisão do Plano Diretor Municipal de Alfândega da Fé tenha sido aprovada no ano 2015 (Aviso n.º 2147/2015, de 26 de fevereiro), ano que será tido em conta na análise que se apresenta de seguida, constata-se que no ano 2018 foi aprovada uma alteração de âmbito regulamentar e cartográfico, de forma a incluir a UOPG 4 (Aviso n.º 1079/2018, de 23 de janeiro).

Face ao disposto, importa ainda identificar um conjunto de instrumentos estratégicos e de planeamento municipal que se encontram em vigor no concelho de Alfândega da Fé, a par com os IGT anteriormente identificados na Figura 1.

Estes constituem documentos de gestão que se encontram orientados para a definição das principais prioridades do território concelhio, nas mais distintas áreas temáticas, podendo destacar-se aqui a floresta, a proteção civil, a educação, a ação social e o ordenamento do território.

A diversidade de instrumentos estratégicos e de planeamento municipal que se encontram em vigor no concelho de Alfândega da Fé pode observar-se na Figura 2.

**Figura 2. Instrumentos estratégicos e de planeamento do concelho de Alfândega da Fé**



Reconhecendo-se que os Fundos Estruturais e de Investimento (FEEI) apresentam uma contribuição basilar para a recuperação económica e estrutural do território nacional e, conseqüentemente, para a concretização das medidas e das ações que se encontram consagradas em sede de IGT, apresenta-se indispensável identificar os instrumentos de financiamento comunitário que incidem no concelho de Alfândega da Fé (Figura 3).

**Figura 3. Instrumentos de financiamento comunitário que incidem no concelho de Alfândega da Fé**



No que respeita ao Portugal 2020 (2014-2020), que constitui um Acordo de Parceria, adotado entre a Comissão Europeia e Portugal, encontram-se delineados os princípios de programação que consagram a

política de desenvolvimento territorial, social e económico, para promover, em Portugal, no período que compreende os anos 2014 a 2020. Em concreto, o presente Acordo, que se operacionaliza em 16 Programas Operacionais, propõe a escala da NUT III como sendo a referência para a concretização de investimentos territoriais integrados, no período anteriormente referido (2014 a 2020).

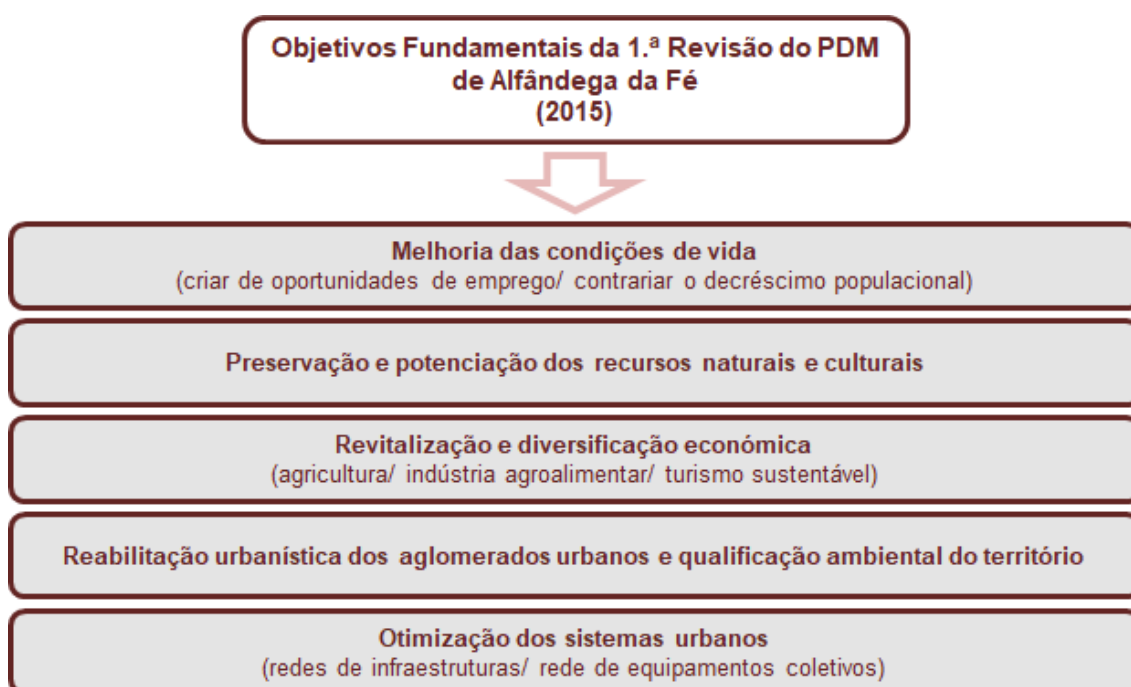
Vigora ainda, no concelho de Alfândega da Fé, o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT) da Comunidade Intermunicipal (CIM) das Terras de Trás-os-Montes, uma vez que o concelho se encontra integrado na NUT III Terras de Trás-os-Montes, no qual o município consagrou investimentos e compromissos em termos de metas e resultados.

## 1.1 OBJETIVOS DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

O PDM constitui o instrumento que estabelece a estratégia de desenvolvimento do território municipal, sendo um instrumento de referência para a elaboração dos demais planos municipais (n.ºs. 1 e 2 do artigo 95.º, do RJIGT).

Deste modo, para conhecer o nível de sucesso do plano e a coerência das suas ações, é fundamental que se reconheçam os objetivos fundamentais emanados na 1.ª revisão do PDM de Alfândega da Fé, apresentados na Figura 4.

Figura 4. Objetivos da 1ª revisão do PDM de Alfândega da Fé



Fonte: 1.ª revisão do Plano Diretor Municipal de Alfândega da Fé (2015).

Para além do disposto, o planeamento territorial municipal deve apostar na:

- **Competitividade** (através da valorização das vantagens já adquiridas);
- **Mudança** (potenciando as oportunidades externas ao município);
- **Sustentabilidade** (através da conservação de recursos endógenos, humanos e territoriais);
- **Coesão** (contrariando as grandes debilidades).

Tendo presentes os objetivos da 1.ª revisão do PDM de Alfândega da Fé, como referenciais estratégicos e vetores de desenvolvimento local, apresenta-se fundamental aferir a eventual relação destes com o Orçamento e Grandes Opções do Plano (GOP) do município de Alfândega da Fé, referente ao ano 2015 (ano de entrada em vigor da 1.ª revisão do PDM de Alfândega da Fé) e 2019 (ano de realização do REOT).

Neste seguimento, é possível constatar-se que os investimentos previstos no território concelhio para os anos 2015 e 2019 têm o intuito de contribuir para a concretização dos objetivos emanados na 1.ª Revisão

do PDM, uma vez que tentam responder às necessidades de melhoria das condições de vida da população, preservar os recursos naturais e culturais, revitalizar a economia, e otimizar as redes de infraestruturas e de equipamentos.

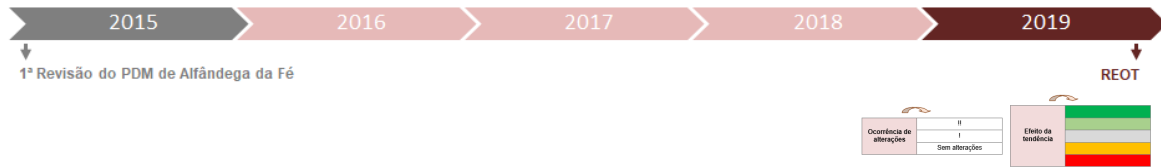
Para além do exposto, deve ainda apontar-se que os objetivos gerais constantes dos GOP de 2015 e 2019 (Figura 5) apresentaram uma pequena evolução no que respeita às suas preocupações, tendo em conta as constantes mudanças que ocorrem ao longo do território concelhio, bem como a alteração de preocupações e necessidades que se foi observando ao longo dos anos.



Figura 5. Resumo das áreas setoriais com maior investimento no Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2015 e 2019



Fonte: Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2015; Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2019 (Município de Alfândega da Fé).

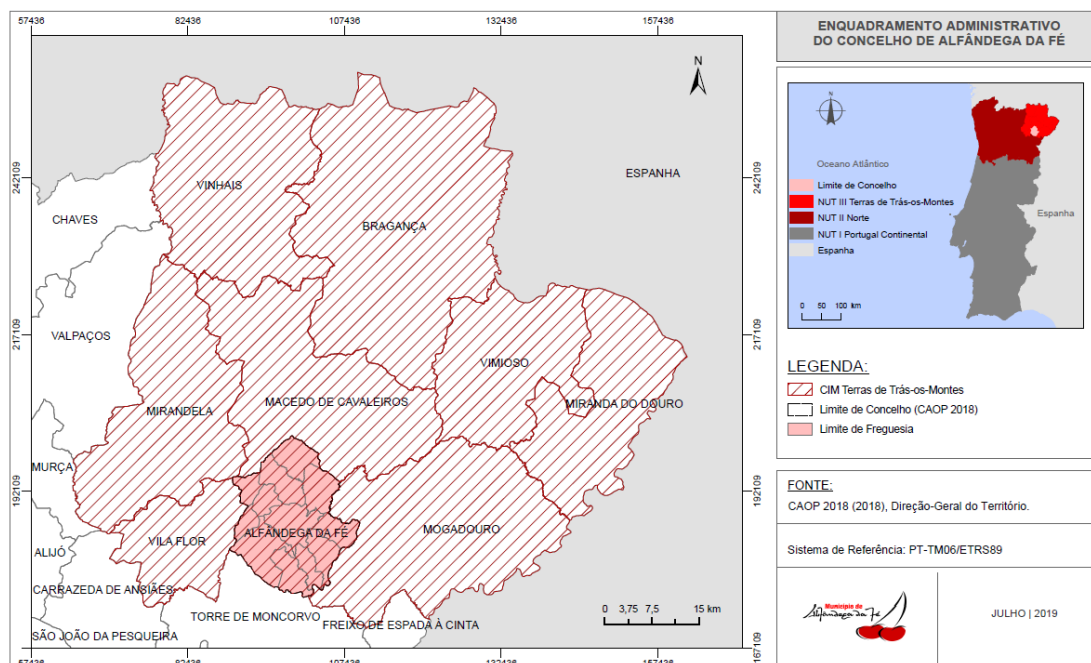


## 2 ENQUADRAMENTO ADMINISTRATIVO

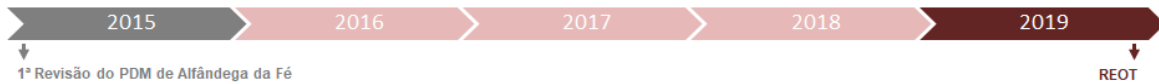
### 2.1 ENQUADRAMENTO ADMINISTRATIVO E EXTENSÃO TERRITORIAL

- O concelho de Alfândega da Fé, encontra-se enquadrado na NUT I Portugal Continental, na NUT II Norte e na NUT III Terras de Trás-os-Montes, e integra o distrito de Bragança.

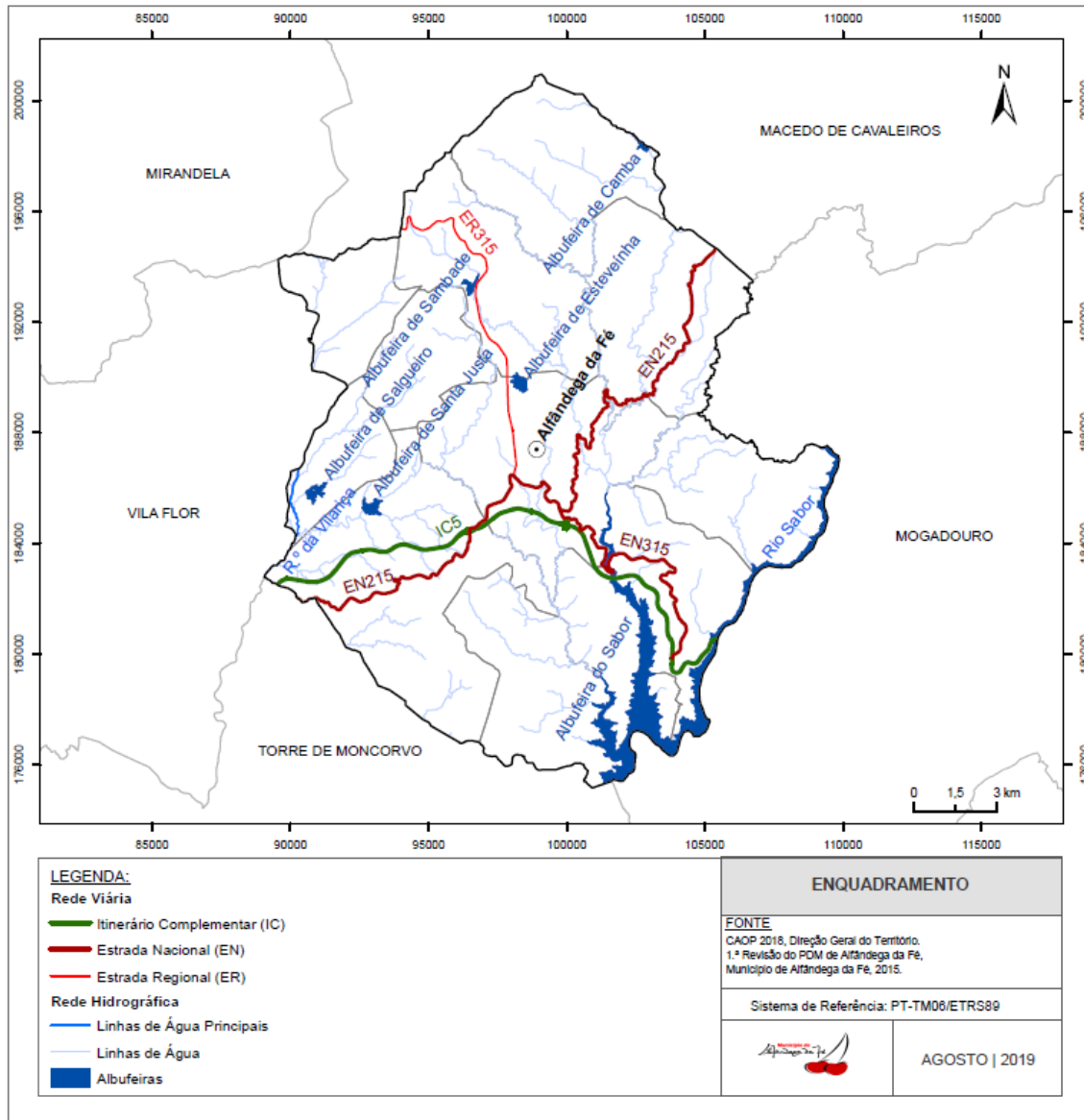
Mapa 1. Enquadramento Regional do concelho de Alfândega da Fé



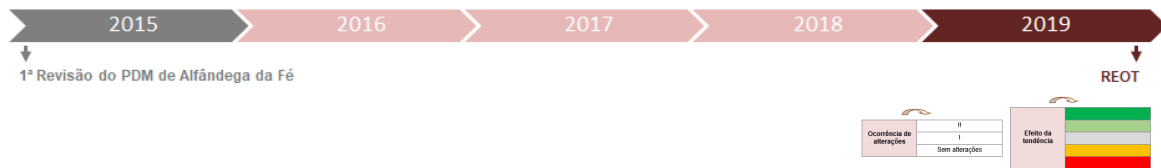
- No período que compreende os anos 2015 a 2019, o enquadramento regional do concelho de Alfândega da Fé não regista qualquer alteração.



Mapa 2. Enquadramento do concelho de Alfândega da Fé

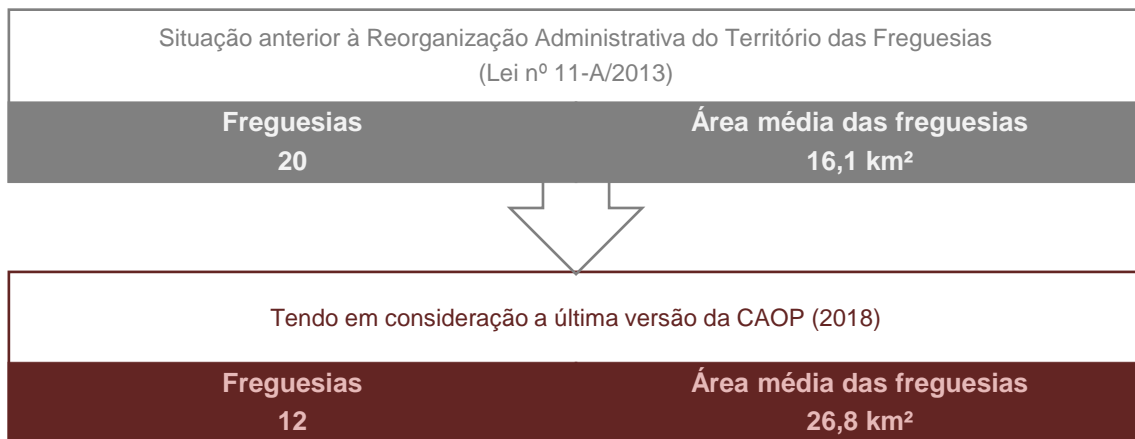


- O concelho de Alfândega da Fé detém duas importantes linhas de água, nomeadamente o rio Sabor (a este) e o ribeiro da Vilarça (a oeste), sendo que a estas linhas de água converge um número expressivo de ribeiros e ribeiras.
- O presente território contabiliza, ainda, um total de seis albufeiras que possuem elevada importância para o setor primário, das quais se destaca a Albufeira do Sabor (a sul), não só pela sua extensão, mas também por acompanhar o limite do concelho a sul, separando-o do concelho de Mogadouro.



- Em termos de rede viária, destaca-se o Itinerário Complementar (IC) 5, que cruza o território concelhio de oeste a sudeste, ligando o concelho de Alfândega da Fé aos concelhos de Póvoa de Varzim, Vila Nova de Famalicão, Guimarães, Fafe, Vila Pouca de Aguiar, Murça, Vila Flor, Mogadouro e Miranda do Douro.
- O concelho de Alfândega da Fé ocupa uma área total de 321,95 km<sup>2</sup>, apresentando uma distribuição heterogénea pelas diferentes freguesias que o compõem.

**Figura 6. Esquema comparativo do enquadramento administrativo e extensão territorial**

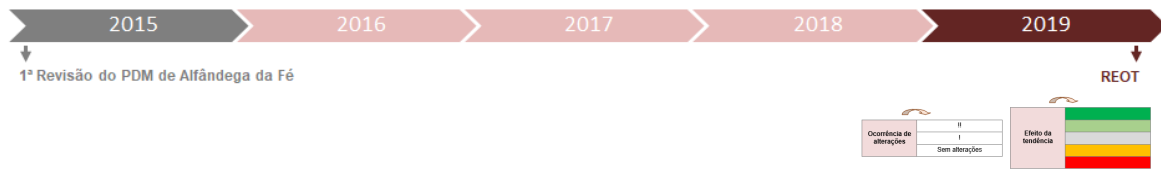


Fonte: DGT (2019).

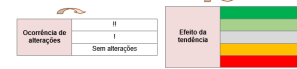
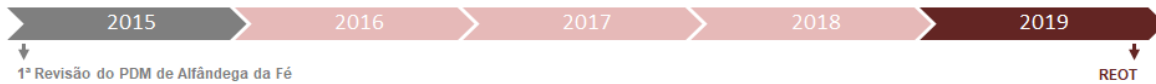
Decorrente da reorganização administrativa, o território concelhio passou a ser constituído por 12 freguesias (as freguesias que foram afetadas pela reorganização administrativa encontram-se representadas no

MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ  
RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

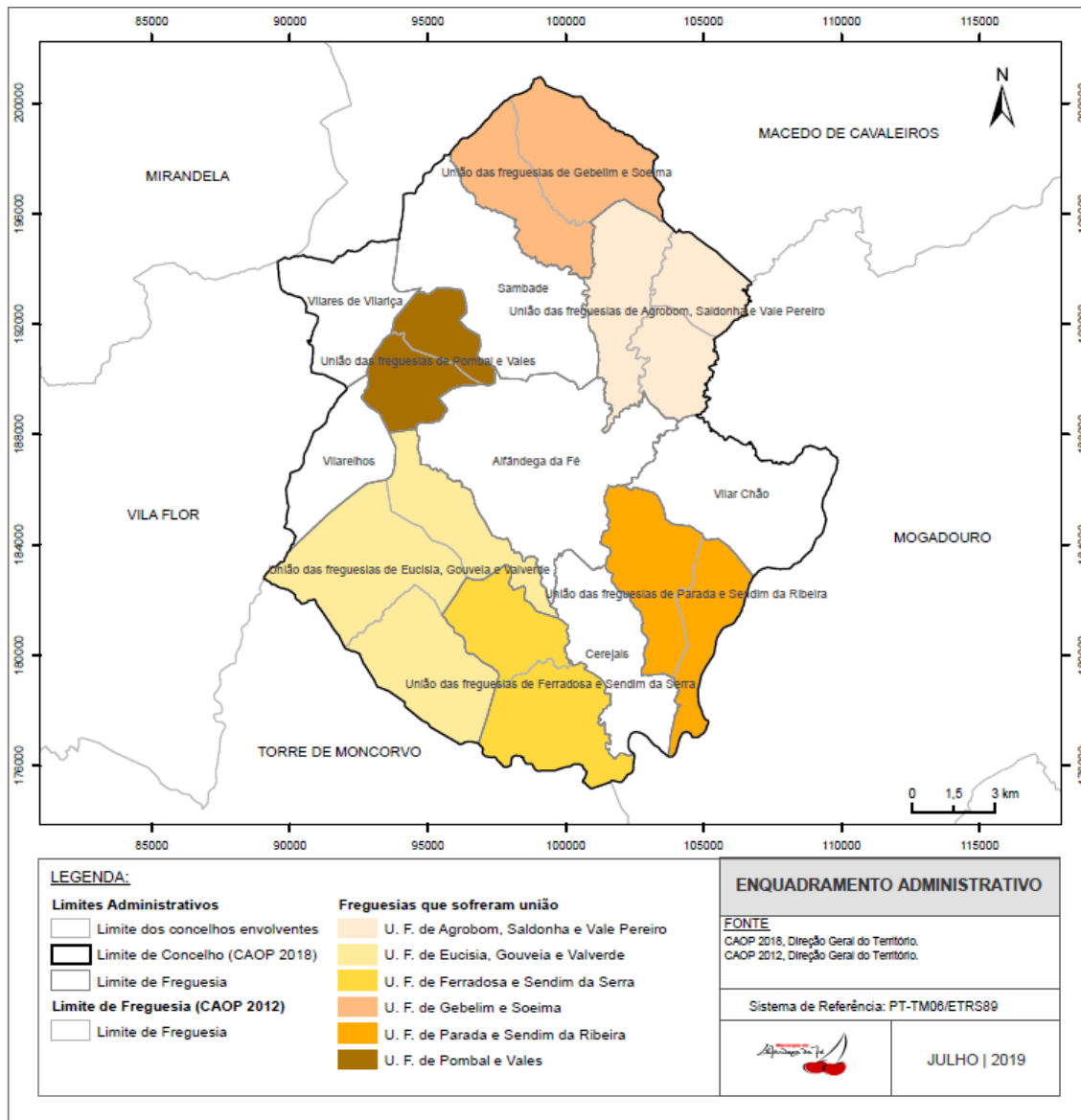
**T**  
**lanum**  
assessorias e projectos, lda

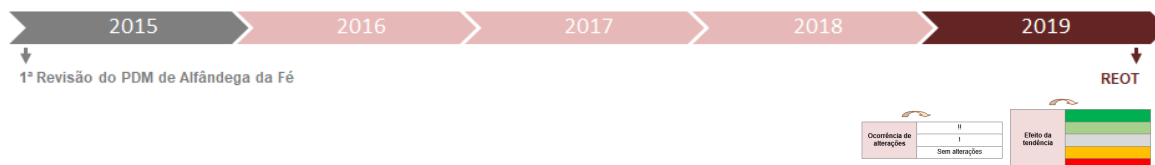


- Mapa 3, com cor distinta), aumentando a área média destas de 16,1 km<sup>2</sup> para 26,8 km<sup>2</sup>.



Mapa 3. Enquadramento administrativo do concelho de Alfândega da Fé





## 3 DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS E SOCIAIS

### 3.1 DEMOGRAFIA

Quadro 2. Evolução da população residente, entre 2015 e 2018

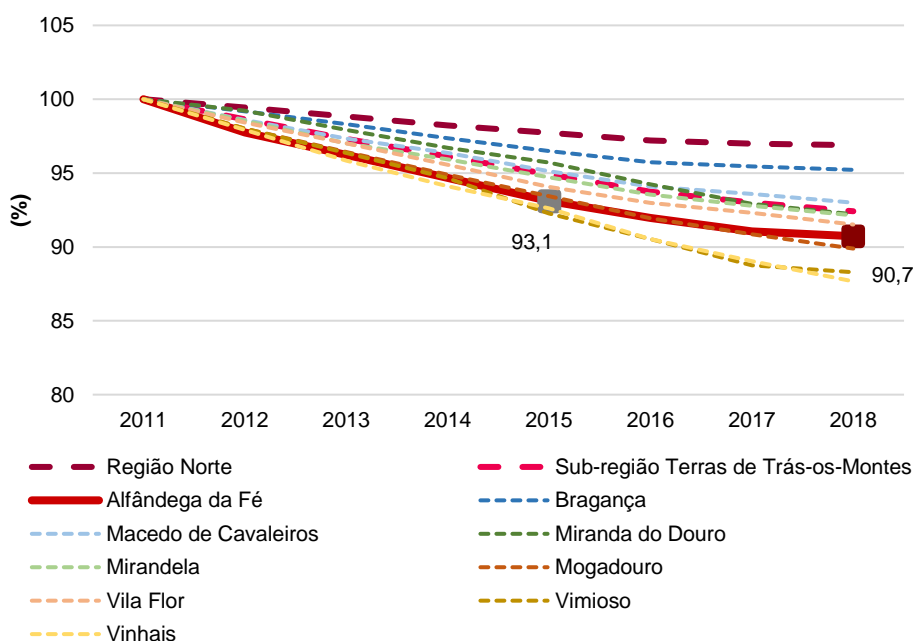
Unidade Territorial	População residente (n.º)		Variação relativa (%)
	2015	2018	
Região Norte	3.603.778	3.572.583	-0,9%
Sub-região Terras de Trás-os-Montes	110.759	107.860	-2,6%
<b>Concelho de Alfândega da Fé</b>	<b>4.688</b>	<b>4.568</b>	<b>-2,6%</b>

Sem alterações

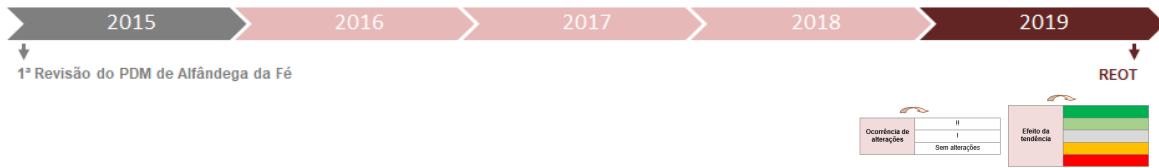
Fonte: Estimativas Anuais da População Residente, Instituto Nacional de Estatística.

- As unidades territoriais em análise apresentam uma ténue tendência de decréscimo do número da população residente, entre 2015 e 2018.

Gráfico 1. Variação relativa da população residente, entre 2011 e 2018 (índice de base 100 em 2011)

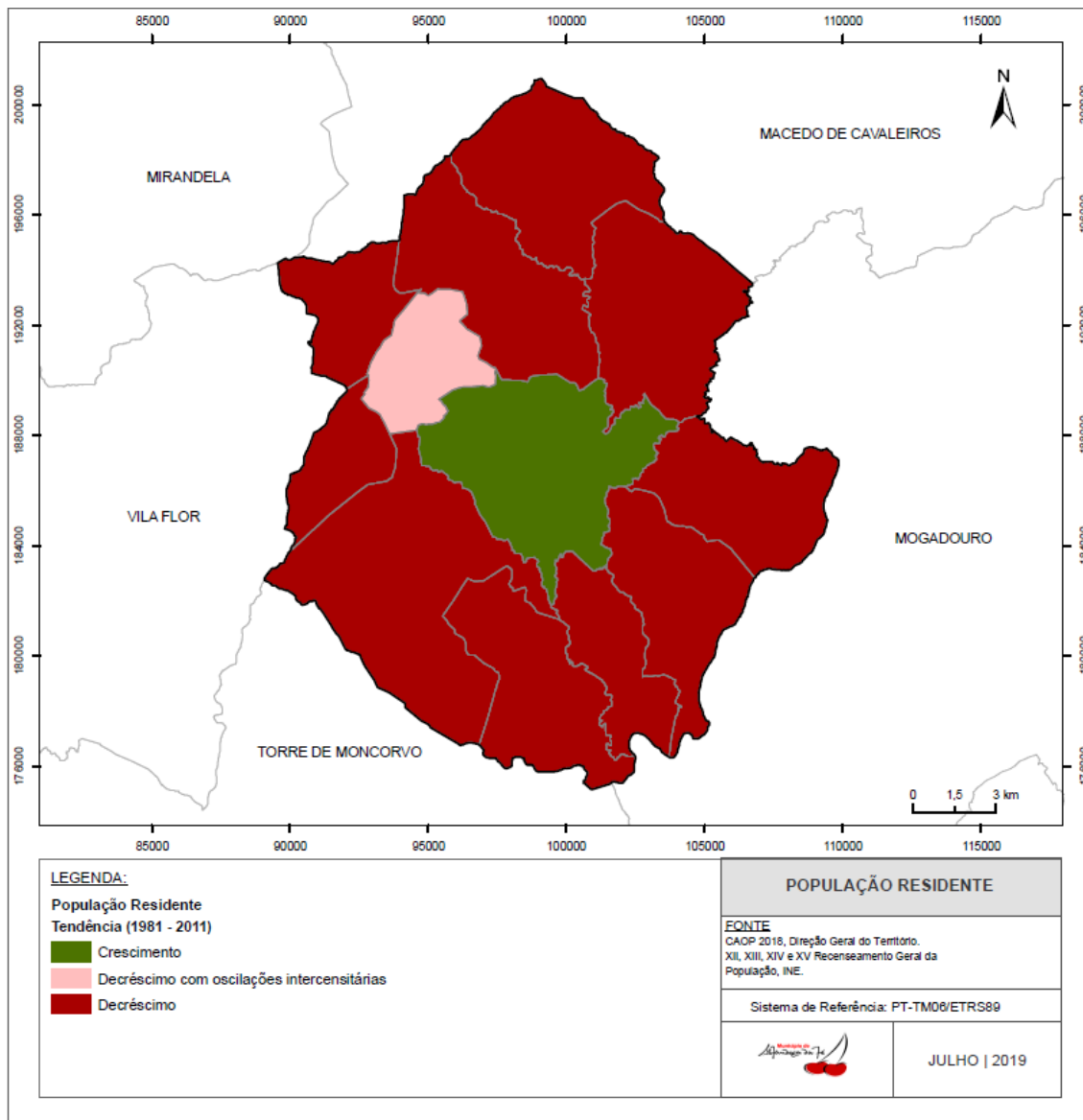


Fonte: Estimativas Anuais da População Residente, Instituto Nacional de Estatística.



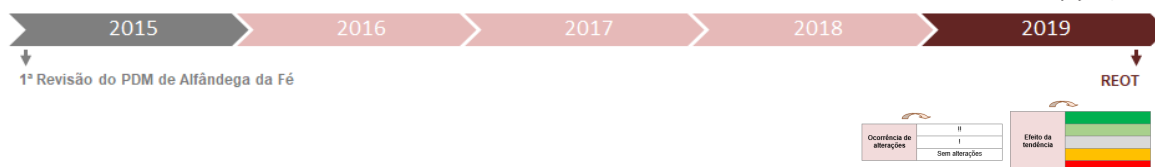
- A população residente no concelho de Alfândega da Fé, entre 2011 e 2018, apresenta uma tendência de decréscimo.

**Mapa 4. Tendência evolutiva da população residente nas freguesias do concelho de Alfândega da Fé, entre 1981 e 2011**



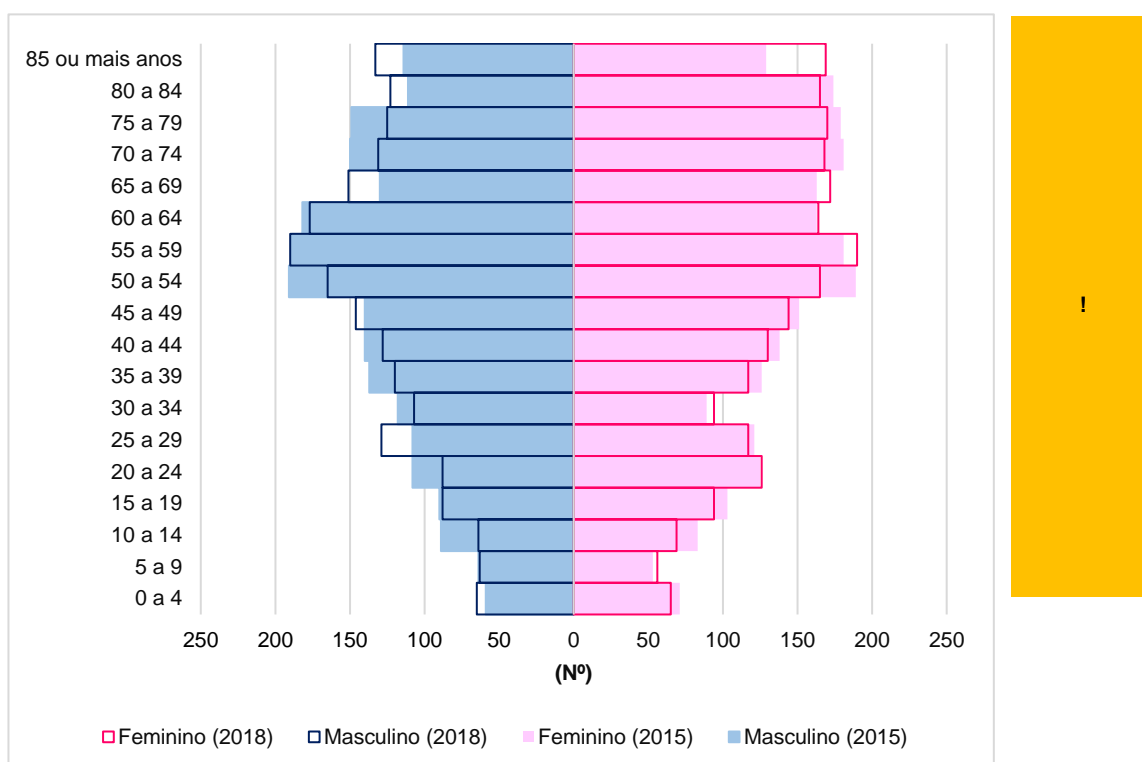
- A evolução da população residente nas freguesias do território concelhio, entre 1981 e 2011, demonstra uma concentração e crescimento na freguesia de Alfândega da Fé, sendo esta a freguesia mais central e sede do concelho (em 2011 concentra 40% do total da população residente no concelho).





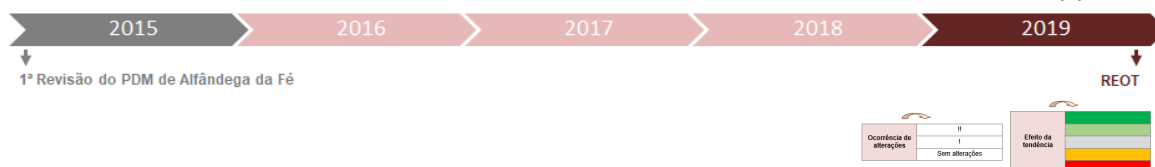
- Por seu turno, as restantes freguesias que compõem o território concelhio registam constantes decréscimos da população residente no período em análise.

**Gráfico 2. Pirâmide etária da população residente no concelho de Alfândega da Fé, entre 2015 e 2018**

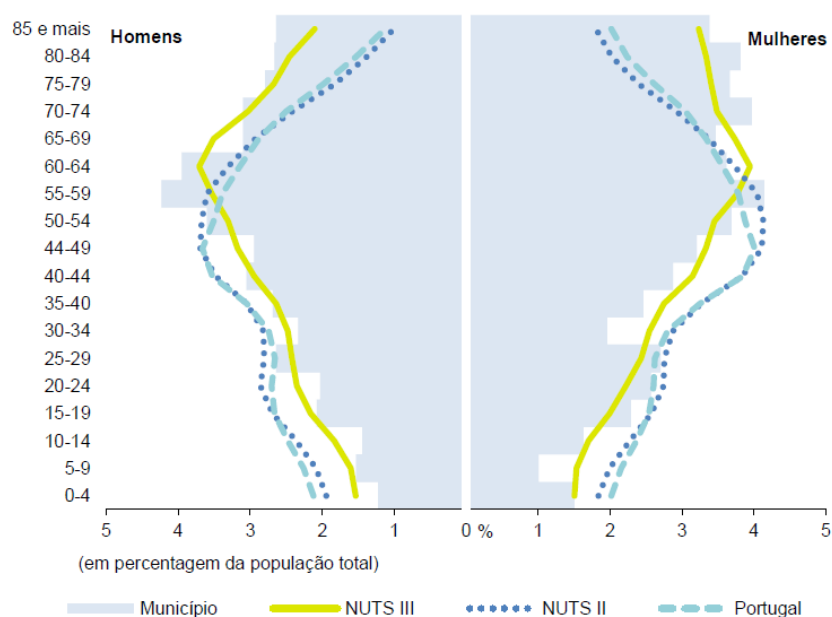


Fonte: Estimativas Anuais da População Residente, Instituto Nacional de Estatística.

- Entre 2015 e 2018, constata-se que a população residente no concelho regista uma tendência de envelhecimento.
- De um modo geral, ao longo dos últimos anos, a população com 55 ou mais anos regista um aumento no território concelhio, enquanto, por outro lado, os grupos etários mais jovens caracterizam-se por apresentarem decréscimos expressivos.
- No ano 2018, metade da população são os adultos (25 aos 64 anos) e a população idosa (65 ou mais anos) assume também um peso significativo no panorama concelhio, representado 33%. As crianças (0 aos 14 anos) e os jovens (15 aos 24 anos) são as faixas etárias menos representativas (8% e 9%, respetivamente).



**Figura 7. Pirâmide etária da população, em 2017, em Portugal Continental, na região Norte, na sub-região Terras de Trás-os-Montes e no concelho de Alfândega da Fé**



Fonte: Estimativas Anuais da População Residente, Instituto Nacional de Estatística.

- De um modo geral, o concelho de Alfândega da Fé apresenta uma tendência similar à observada na sub-região Terras de Trás-os-Montes, no ano 2017. Por seu turno, a tendência observada na região Norte e em Portugal Continental apresenta-se muito diferente, uma vez que a população até aos 54 anos de idade detém maior representatividade enquanto a população com 55 ou mais anos é menos significativa.

**Quadro 3. Evolução das famílias no concelho de Alfândega da Fé, em 2001 e 2011**

Indicador	2001	2011
Número de Famílias	2.179	2.029
População Residente	5.963	5.104
Média de Indivíduos por Família	2.7	2.5
Varição do Nº de Famílias (2001 - 2011)	-6,9%	

Fonte: XIV e XV Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística.

- No período intercensitário observa-se um decréscimo do número de famílias no território concelhio, acompanhada de uma tendência de decréscimo da dimensão média.

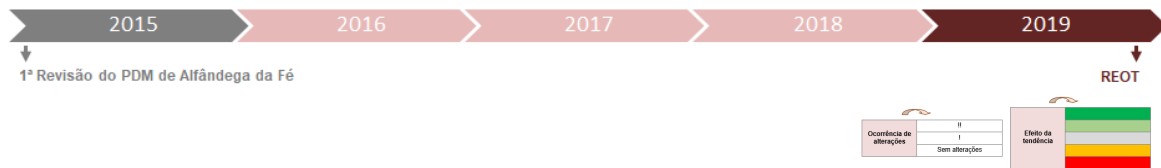
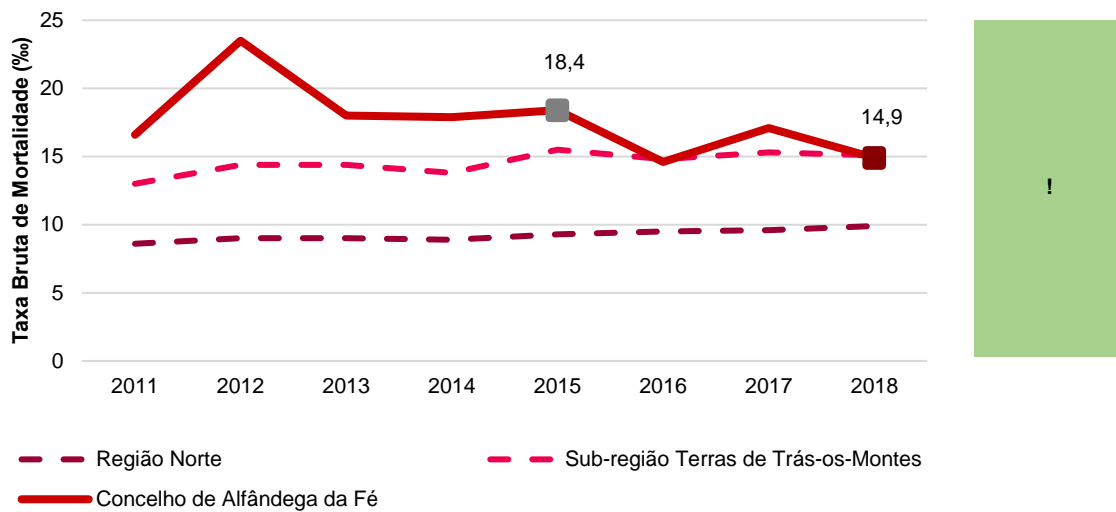


Gráfico 3. Taxa Bruta de Mortalidade (%), entre 2011 e 2018



Fonte: Estimativas Anuais da População Residente, Instituto Nacional de Estatística.

- A taxa bruta de mortalidade apresenta-se superior à registada na região Norte ao longo de todo o período analisado e, à exceção dos anos 2016 e 2018, apresenta-se também superior à registada na sub-região Terras de Trás-os-Montes.
- Foi no ano 2012 que esta se apresentou mais elevada no concelho (23,5%).

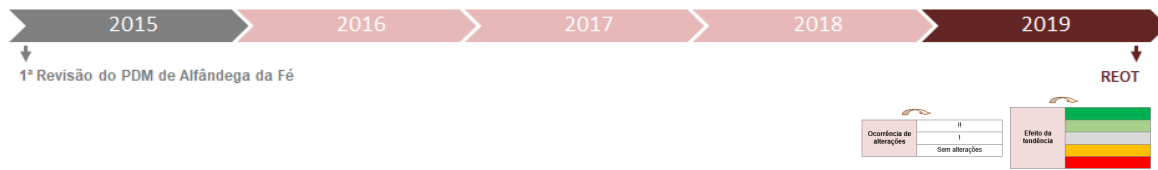
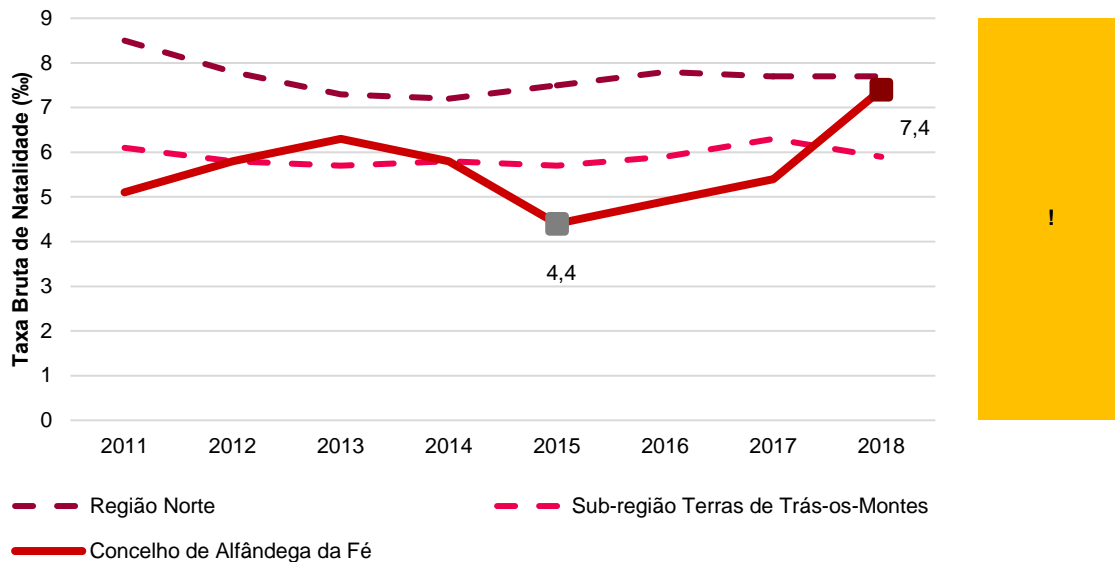


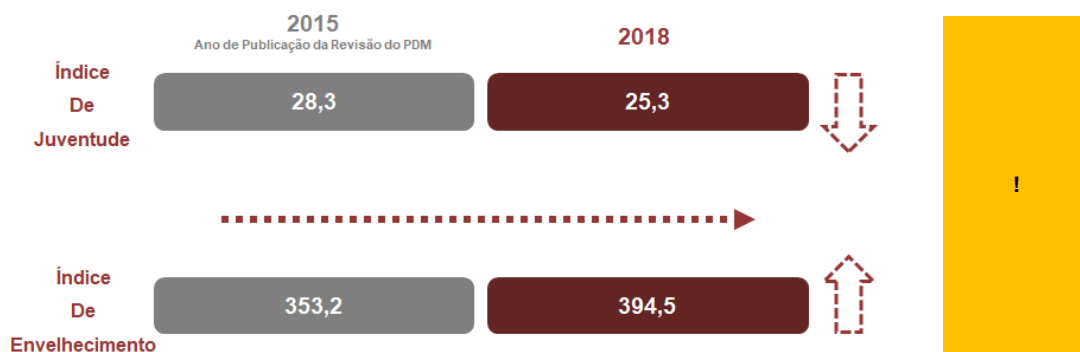
Gráfico 4. Taxa Bruta de Natalidade (%), entre 2011 e 2018



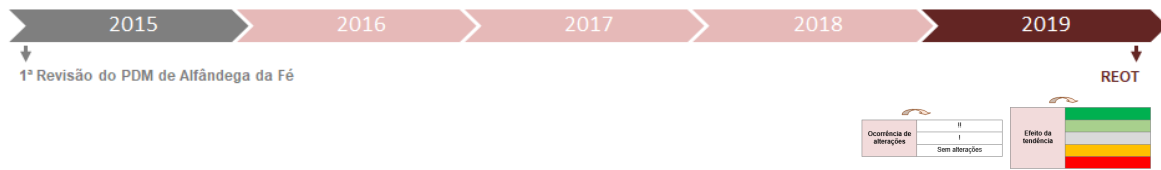
Fonte: Estimativas Anuais da População Residente, Instituto Nacional de Estatística.

- A taxa bruta de natalidade apresenta-se inferior à registada na região Norte ao longo de todo o período analisado, contudo, nos anos 2012, 2013, 2014 e 2018, apresenta-se superior à registada na sub-região Terras de Trás-os-Montes.
- Em 2018 a taxa bruta de natalidade fixou-se nos 7,4% aproximando-se do valor observado no contexto regional e superando o contexto sub-regional.

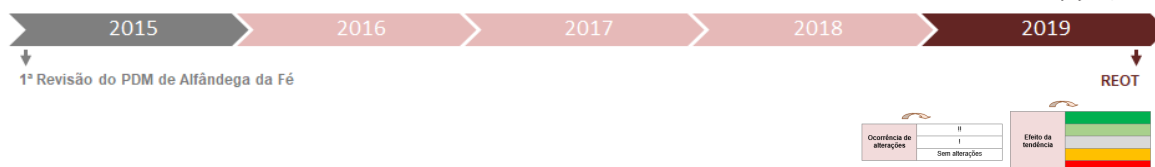
Figura 8. Índice de juventude e de envelhecimento no concelho de Alfândega da Fé, em 2015 e 2018



Fonte: Estimativas Anuais da População Residente, Instituto Nacional de Estatística.



- O índice de juventude e o índice de envelhecimento revelam, de forma clara, que o número de residentes com idade igual ou superior a 65 anos prevalece expressivamente sobre a população residente com idade igual ou inferior a 14 anos.
- A evolução destes índices (de juventude e de envelhecimento), entre os anos 2015 e 2018, comprova a tendência de envelhecimento populacional que se tem observado e o seu agravamento antagónico que se vem a registar com o passar dos anos.



### 3.2 NÍVEIS DE INSTRUÇÃO

Quadro 4. Taxa de analfabetismo, entre 2001 e 2011

Taxa de Analfabetismo	2001	2011	Variação (2001-2011)
Região Norte	8,3	5,0	-40,0%
Sub-região Terras de Trás-os-Montes	15,7	10,2	-35,0%
<b>Alfândega da Fé</b>	<b>18,0</b>	<b>11,6</b>	<b>-35,7%</b>
Bragança	12,2	7,9	-35,6%
Macedo de Cavaleiros	15,6	10,3	-33,8%
Miranda do Douro	18,1	11,3	-37,7%
Mirandela	14,0	8,9	-36,1%
Mogadouro	17,8	11,8	-33,7%
Vila Flor	16,8	10,8	-35,6%
Vimioso	23,6	16,0	-32,1%
Vinhais	21,0	14,6	-30,3%

Fonte: XIV e XV Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística.

- O concelho de Alfândega da Fé apresenta a quarta maior taxa de analfabetismo (12%) registada na sub-região Terras de Trás-os-Montes, em 2011, superando os valores médios registados no contexto regional (5%) e sub-regional (10%).
- A taxa de analfabetismo no território concelhio regista um decréscimo no período intercensitário em análise, apresentando, inclusive, o terceiro maior decréscimo à escala sub-regional.
- Face ao disposto, para além de continuar a registar uma elevada taxa de analfabetismo, o concelho apresenta um reduzido decréscimo desta taxa, quando comparado com o contexto regional.

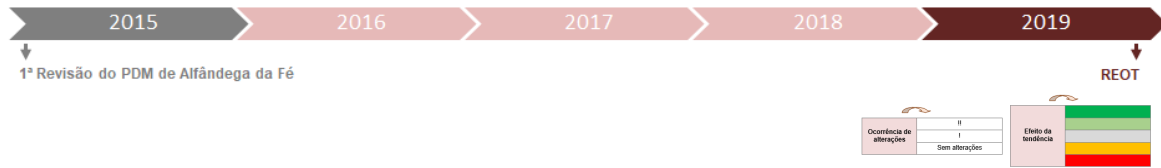
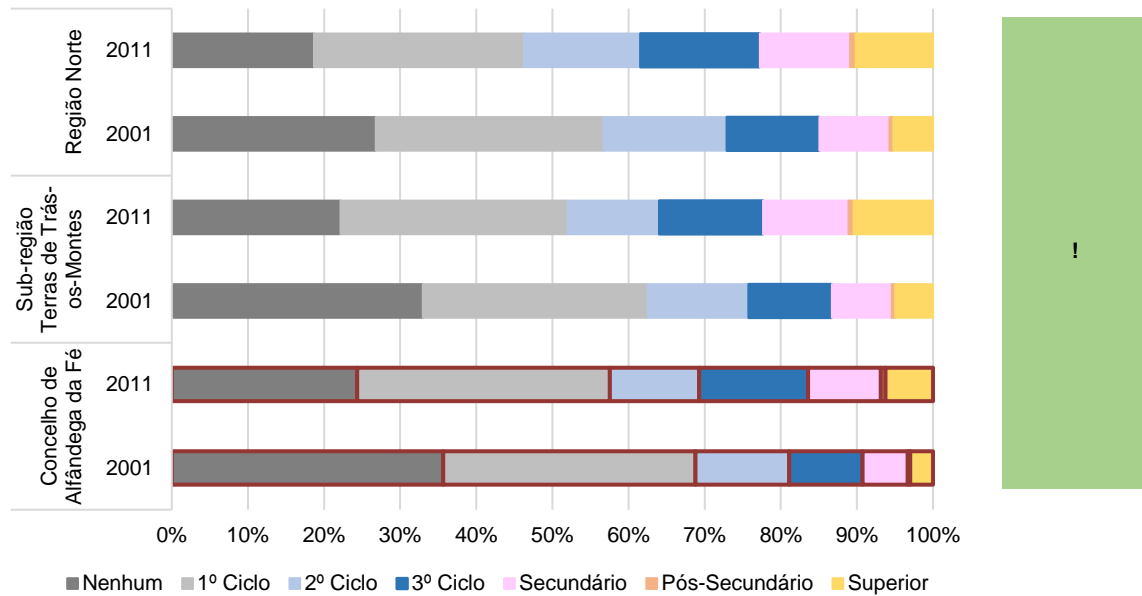
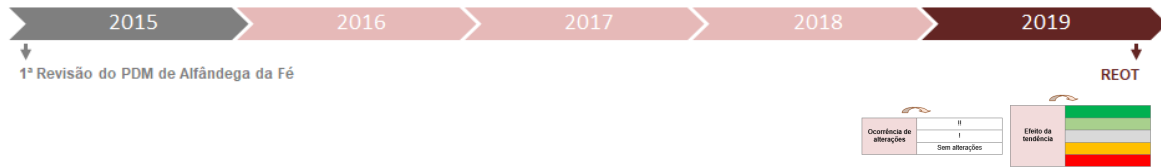


Gráfico 5. Proporção de população residente por grau de escolaridade, em 2001 e 2011



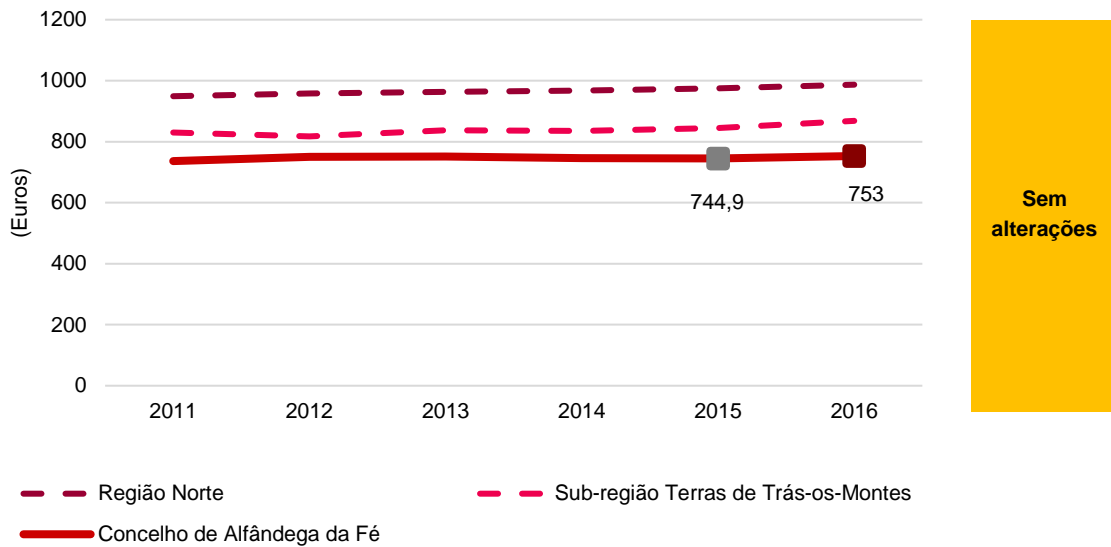
Fonte: XIV e XV Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística.

- Assiste-se a uma melhoria significativa dos níveis de qualificação da população residente, entre 2001 e 2011.
- Embora se assista a um expressivo incremento da proporção de população residente com graus de escolaridade mais elevados, os valores ainda ficam aquém dos observados no contexto regional e sub-regional.
- Em suma, verifica-se ainda um baixo nível de instrução da população, dado que cerca de 70% da população não possui qualquer nível de escolaridade ou detém apenas o 1.º ou 2.º ciclo do ensino básico.



### 3.3 TRABALHO E RENDIMENTOS

Gráfico 6. Ganho Médio Mensal, entre 2011 e 2016



Fonte: MTSS/ GEP, Quadros de Pessoal, Instituto Nacional de Estatística.

- No período em análise, o ganho médio mensal da população no concelho de Alfândega da Fé apresenta uma tendência ligeiramente crescente.
- Contudo, os valores médios registados apresentam-se aquém dos valores observados na região Norte e na sub-região Terras de Trás-os-Montes.



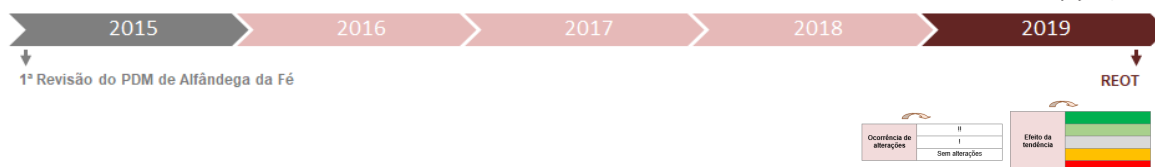
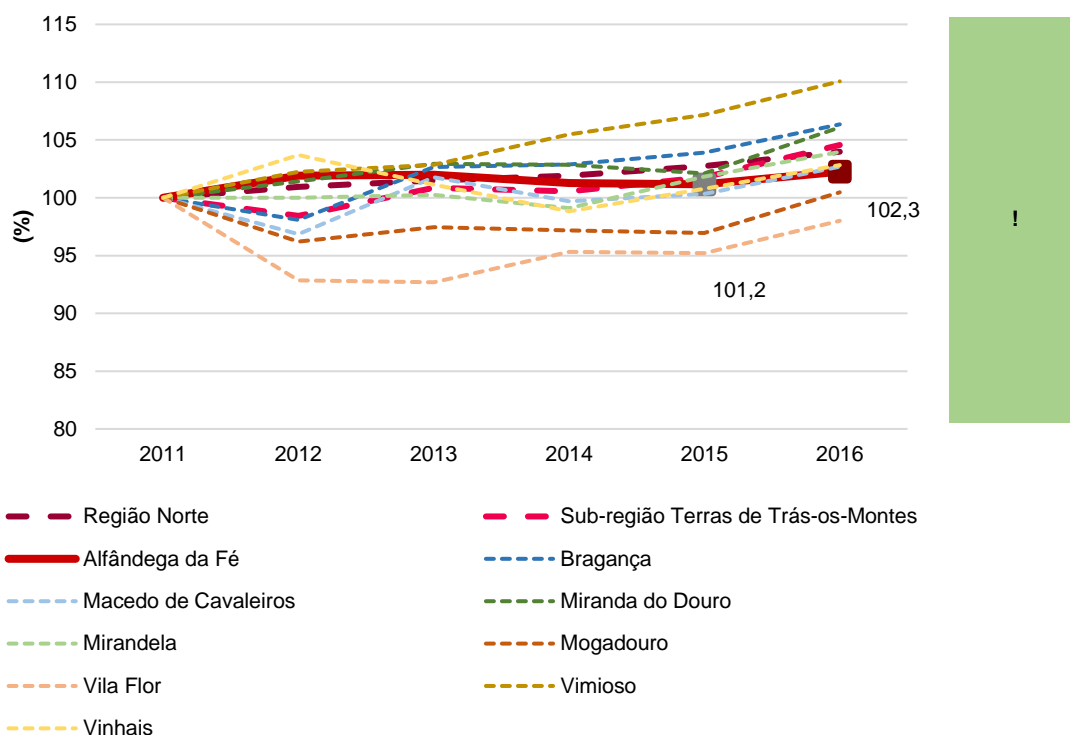


Gráfico 7. Evolução do Ganho Médio Mensal, entre 2011 e 2016 (índice de base 100 em 2011)



Fonte: MTSSS/ GEP, Quadros de Pessoal, Instituto Nacional de Estatística.

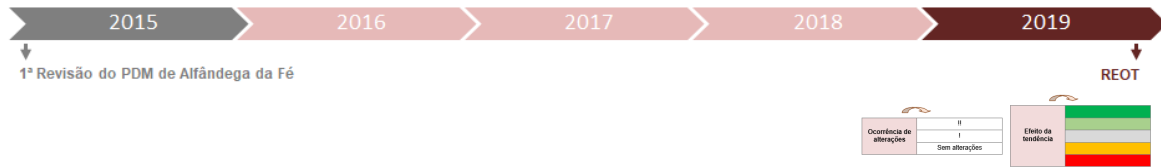
- De um modo geral, observa-se uma evolução ligeiramente crescente do ganho médio mensal no concelho de Alfândega da Fé. Todavia, o desempenho é menos expressivo comparativamente com os contextos regional e sub-regional.

Quadro 5. Evolução do número de desempregados, entre 2015 e 2019

Unidade Territorial	Desempregados (n.º)		Variação relativa
	2015	2019	(%)
Região Norte	258.153	140.696	-45,5%
Sub-região Terras de Trás-os-Montes	6.448	3.906	-39,4%
<b>Concelho de Alfândega da Fé</b>	<b>469</b>	<b>299</b>	<b>-36,2%</b>

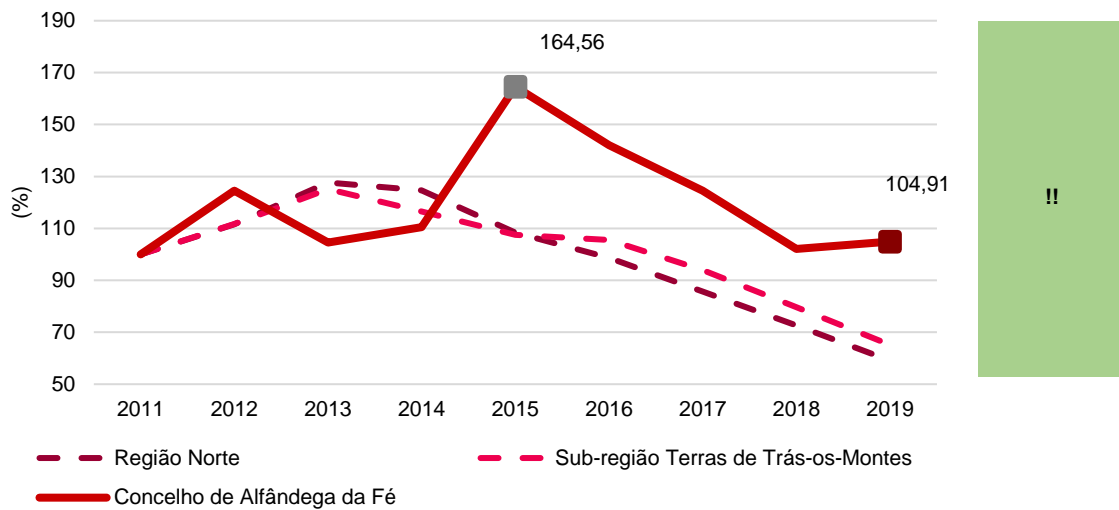
Fonte: Instituto do Emprego e Formação Profissional.

- A evolução do número de desempregados apresenta uma tendência expressivamente decrescente.



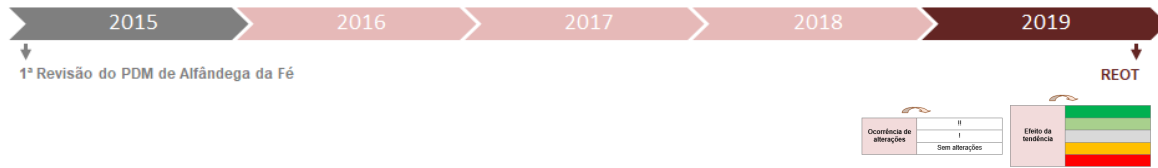
- Porém, o decréscimo registado apresenta-se aquém do observado nos contextos regional e sub-regional.

**Gráfico 8. Variação do número de desempregados, entre 2011 e 2019 (índice de base 100 em 2011)**

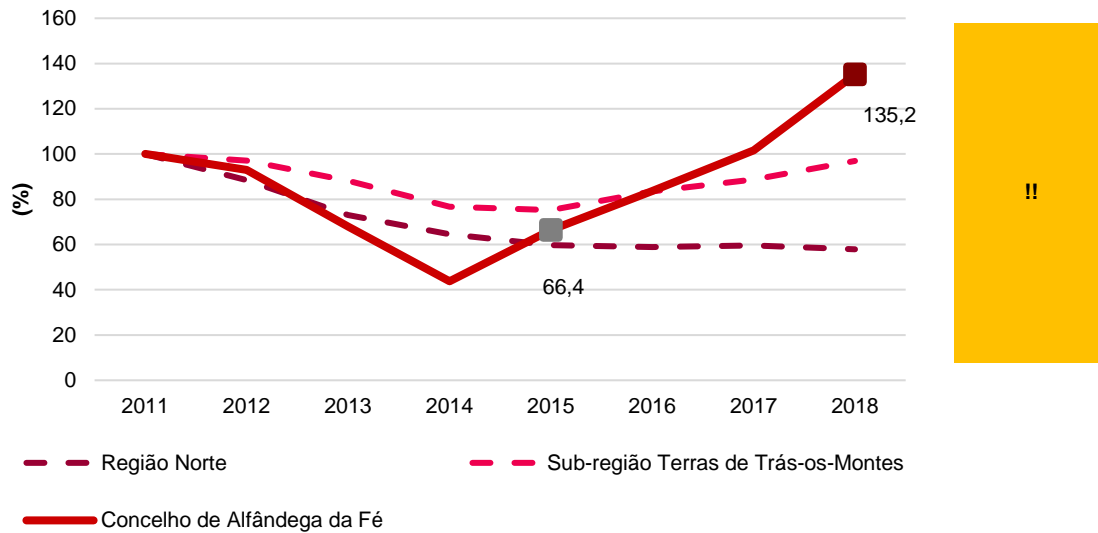


Fonte: Instituto do Emprego e Formação Profissional (2019).

- A tendência evolutiva do número de desempregados registada no concelho de Alfândega da Fé é, de um modo geral, bastante diferente à que se observa nos contextos regional e sub-regional, apresentando oscilações bastante expressivas.
- Entre o ano de publicação da 1.<sup>a</sup> revisão do PDM de Alfândega da Fé (2015) e o ano 2019 verifica-se um significativo decréscimo do número de desempregados.



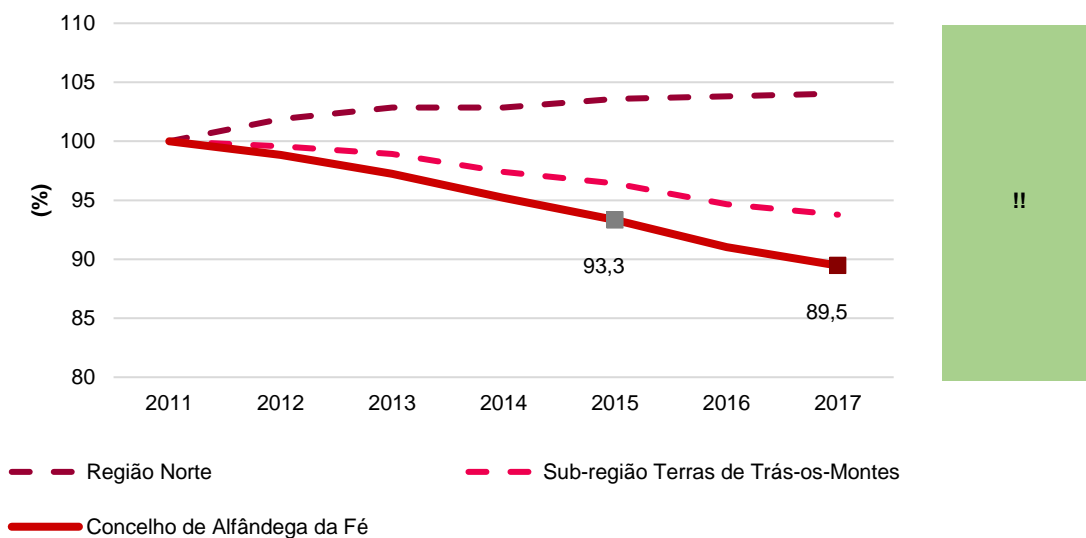
**Gráfico 9. Beneficiários do Rendimento Social de Inserção no concelho de Alfândega da Fé, entre 2011 e 2018**



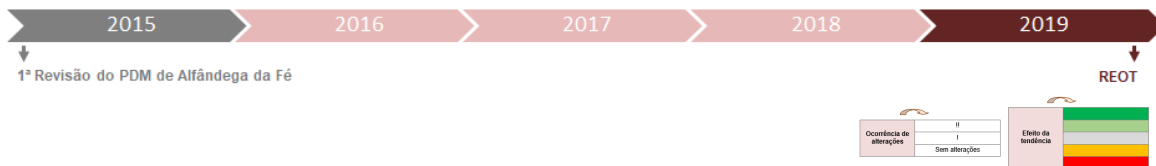
Fonte: Instituto de Informática, Instituto Nacional de Estatística.

- O número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) apresenta um decréscimo até 2014, seguindo-se um crescimento contínuo bastante expressivo até 2018 (entre 2015 e 2018 registou-se um aumento de 88 beneficiários).

**Gráfico 10. Pensionistas da Segurança Social no concelho de Alfândega da Fé, entre 2011 e 2017**

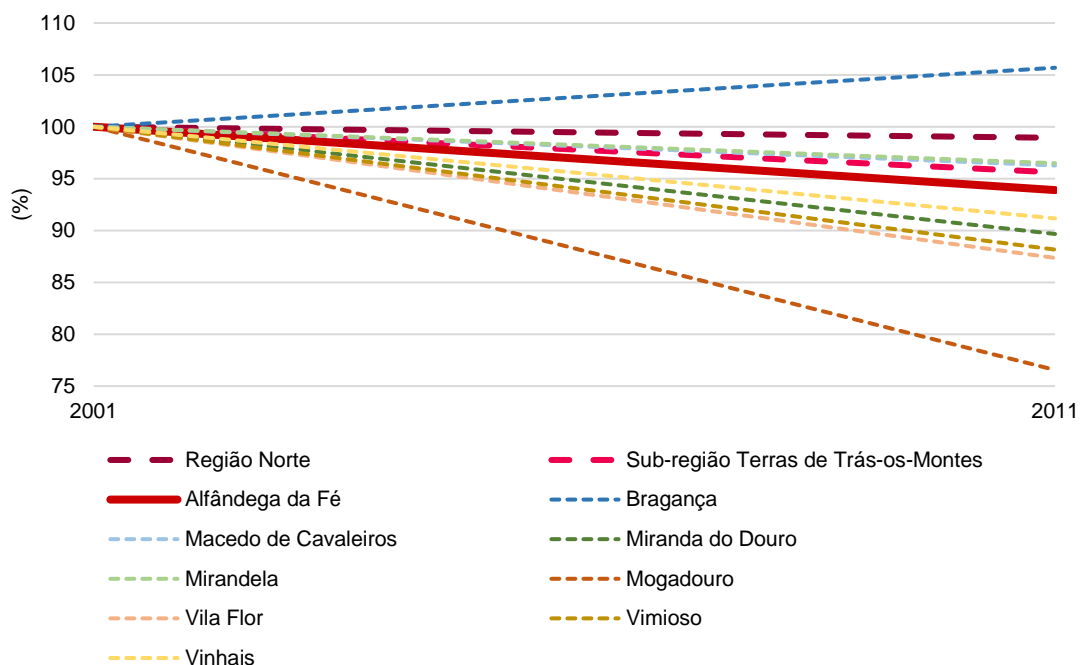


Fonte: Instituto de Informática, Instituto Nacional de Estatística.



- O número de Pensionistas da Segurança Social, apresenta uma tendência de decréscimo entre 2011 e 2017 (menos 229 pensionistas).
- No que respeita aos Pensionistas da Segurança Social por 1.000 habitantes em idade ativa, constata-se que, em 2017, correspondiam a 462,64‰ pensionistas, apresentando um valor superior ao registado nos contextos regional (331,23‰) e sub-regional (392,34‰), constituindo, inclusive, o terceiro concelho no contexto sub-regional com o valor mais elevado.

**Gráfico 11. Variação da população ativa, entre 2001 e 2011 (índice de base 100 em 2001)**



Fonte: XIV e XV Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística.

- O concelho de Alfândega da Fé apresenta uma evolução desfavorável da proporção de população ativa entre 2001 e 2011, apresentando, inclusive, uma evolução mais desfavorável do que a observada nos contextos regional e sub-regional.

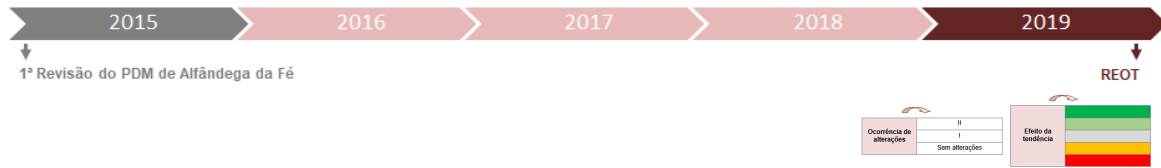
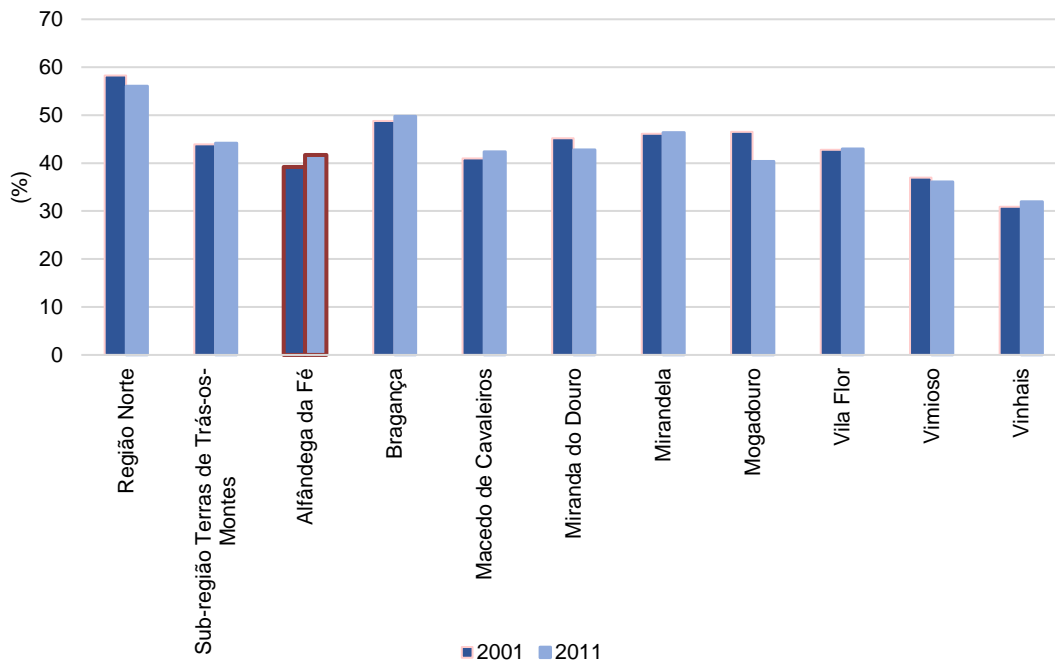
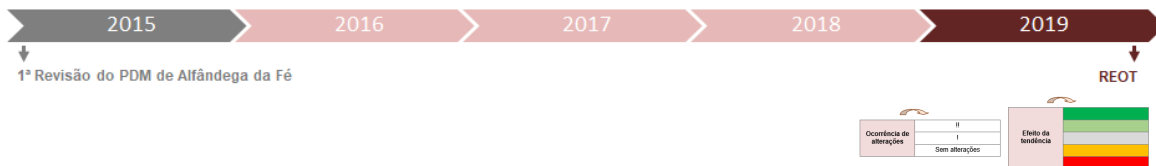


Gráfico 12. Evolução da taxa de atividade, entre 2001 e 2011

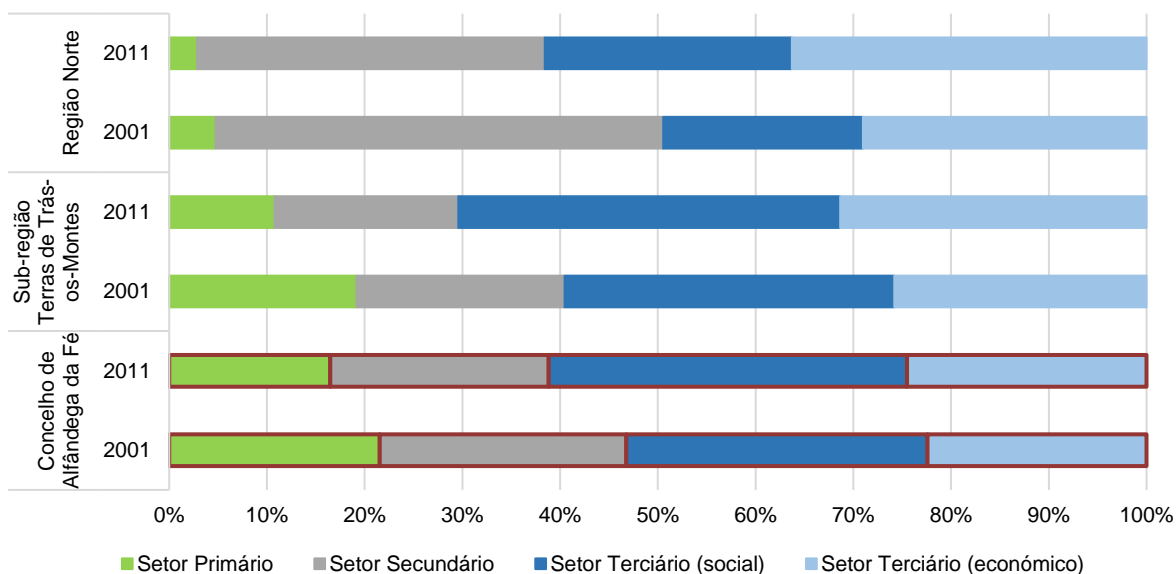


Fonte: XIV e XV Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística.

- Apesar do decréscimo da população, anteriormente observado, a taxa de atividade registou um ligeiro crescimento, entre os momentos censitários.
- À escala sub-regional, o concelho de Alfândega da Fé regista a quarta menor taxa de atividade (superado pelos concelhos de Vinhais, Vimioso e Mogadouro), registando valores inferiores à região Norte e à sub-região Terras de Trás-os-Montes.

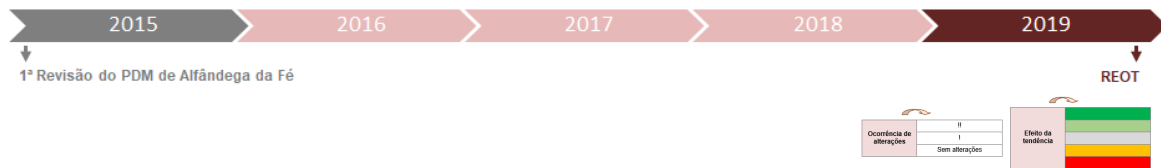


**Gráfico 13. População empregada por setor de atividade, entre 2001 e 2011**

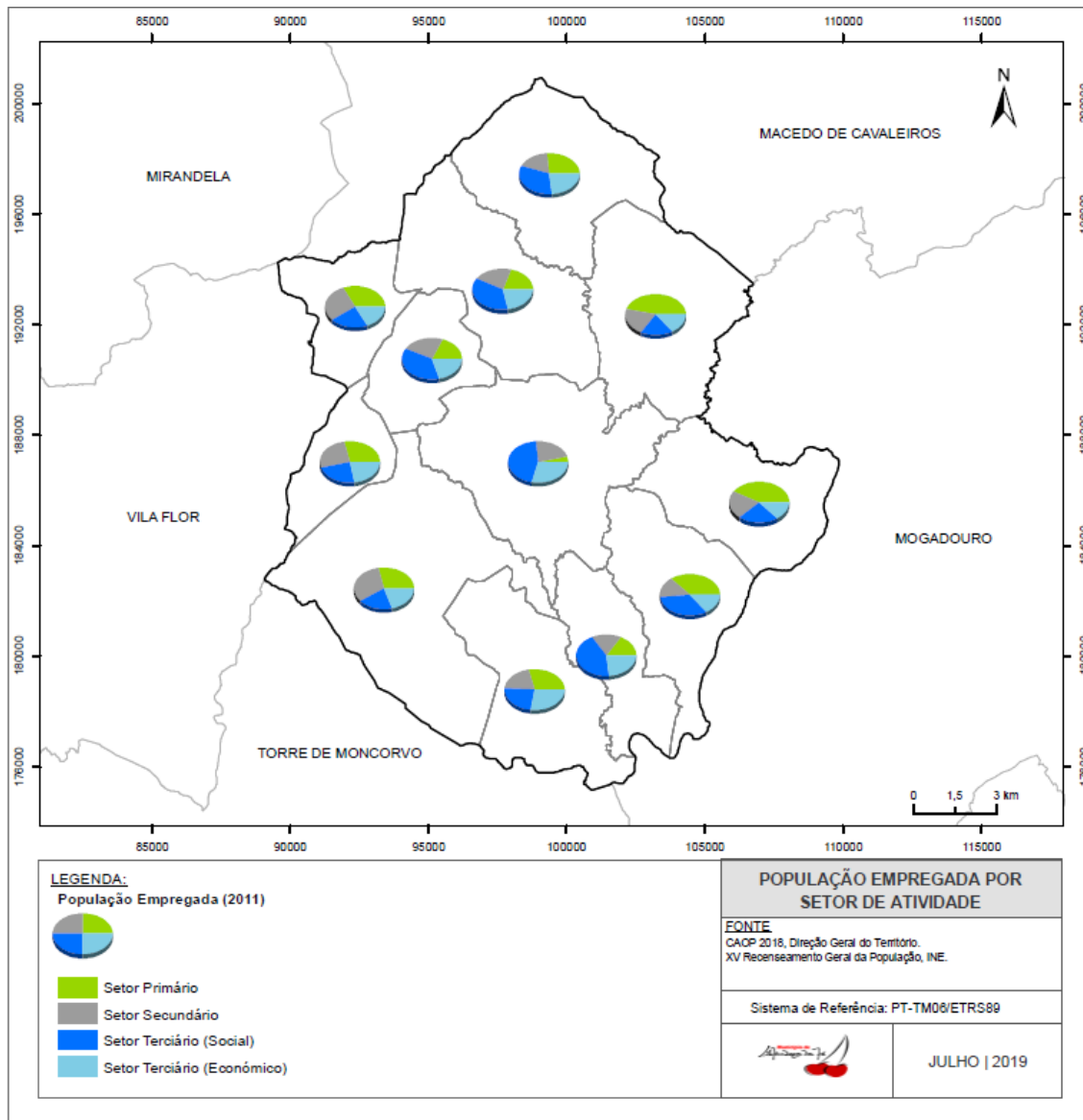


Fonte: XIV e XV Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística.

- O setor terciário social constitui o único setor de atividade que regista um aumento da população empregada no período intercensitário (8%), enquanto os setores, primário (-31%), secundário (-20%) e terciário económico (-1%) registam um decréscimo.
- Importa referir que o setor terciário (social e económico) constitui o setor que possui a maior proporção de população emprega no concelho (61%), seguindo uma tendência idêntica à observada nos contextos regional (62%) e sub-regional (70%). Já o setor secundário (22%) e o setor primário (17%) detêm menor proporção de população empregada.
- Embora o setor primário apresente a menor representatividade de população empregada, este detém significativa relevância no concelho de Alfândega da Fé quando comparado com os contextos regional (3%) e sub-regional (11%), constituindo, ainda, um importante meio de subsistência da população residente.



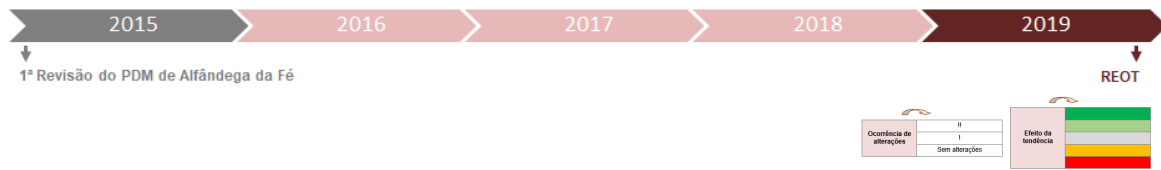
**Mapa 5. População empregada por setor de atividade económica, no concelho de Alfândega da Fé, em 2011**



- O setor terciário apresenta elevada relevância ao longo de todo o território concelhio, destacando-se a freguesia de Alfândega da Fé (74% da população empregada laborava no presente setor de atividade), justificado pela elevada concentração de atividades económicas relacionadas com comércio e serviços.
- O setor secundário destaca-se na União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde (30%).
- Já o setor primário detém maior relevância nas freguesias periféricas, com destaque para a freguesia de Vilar Chão (43%) e União das freguesias de Agrobom, Saldonha e Vale Pereiro

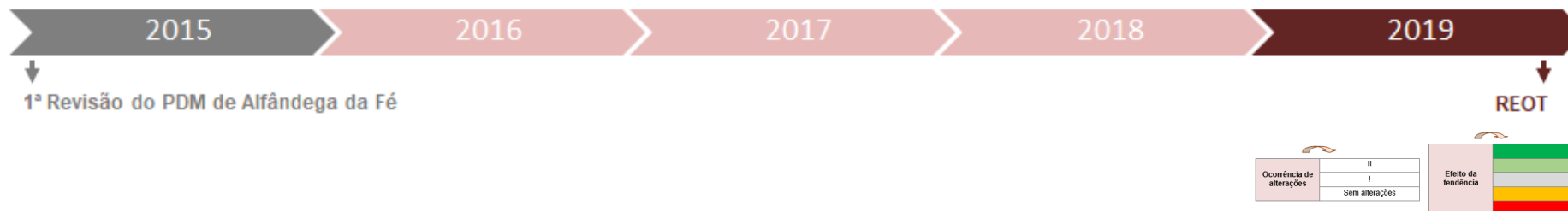
MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ  
RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

**T**  
**lanum**  
assessorias e projectos, lda



(47%), uma vez que o presente setor constitui o que emprega uma maior proporção de população.



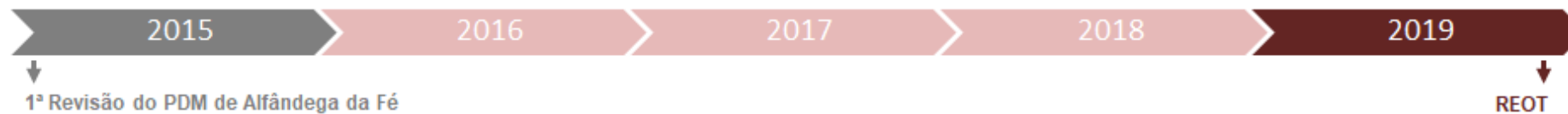


### 3.4 ATIVIDADES ECONÓMICAS

Quadro 6. Evolução do número de empresas, entre 2011 e 2017

Número de Empresas	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Variação (2015-2017)
Região Norte	361.159	348.819	374.475	386.677	396.653	405.518	418.082	5,4%
Sub-região Terras de Trás-os-Montes	12.005	11.143	17.000	19.025	19.413	19.198	19.013	-2,1%
<b>Alfândega da Fé</b>	<b>484</b>	<b>417</b>	<b>679</b>	<b>1.030</b>	<b>1.063</b>	<b>1.055</b>	<b>1.083</b>	<b>1,9%</b>
Bragança	3.730	3.434	5.358	5.686	5.772	5.684	5.571	-3,5%
Macedo de Cavaleiros	1.639	1.522	2.526	2.735	2.851	2.907	2.868	0,6%
Miranda do Douro	877	829	1.170	1.223	1.228	1.210	1.144	-6,8%
Mirandela	2.474	2.342	2.966	3.214	3.179	3.129	3.211	1,0%
Mogadouro	958	880	1.426	1.734	1.808	1.739	1.754	-3,0%
Vila Flor	634	591	814	974	1.024	992	1.017	-0,7%

MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ  
RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO



Número de Empresas	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Variação (2015-2017)	!
Vimioso	497	457	572	641	662	629	588	-11,2%	
Vinhais	712	671	1.489	17.88	1.826	1.853	1.777	-2,7%	

Fonte: Sistemas de Contas Integradas das Empresas, Instituto Nacional de Estatística.

- O concelho de Alfândega da Fé apresenta uma tendência de aumento do número de empresas desde o ano 2012, registando uma variação positiva de cerca de 2% entre 2015 e 2017 (constitui o concelho com o melhor desempenho à escala sub-regional).

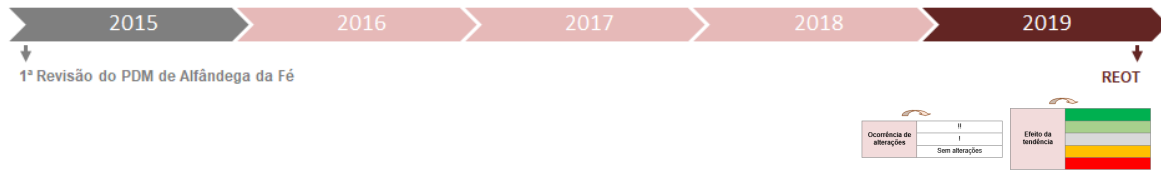
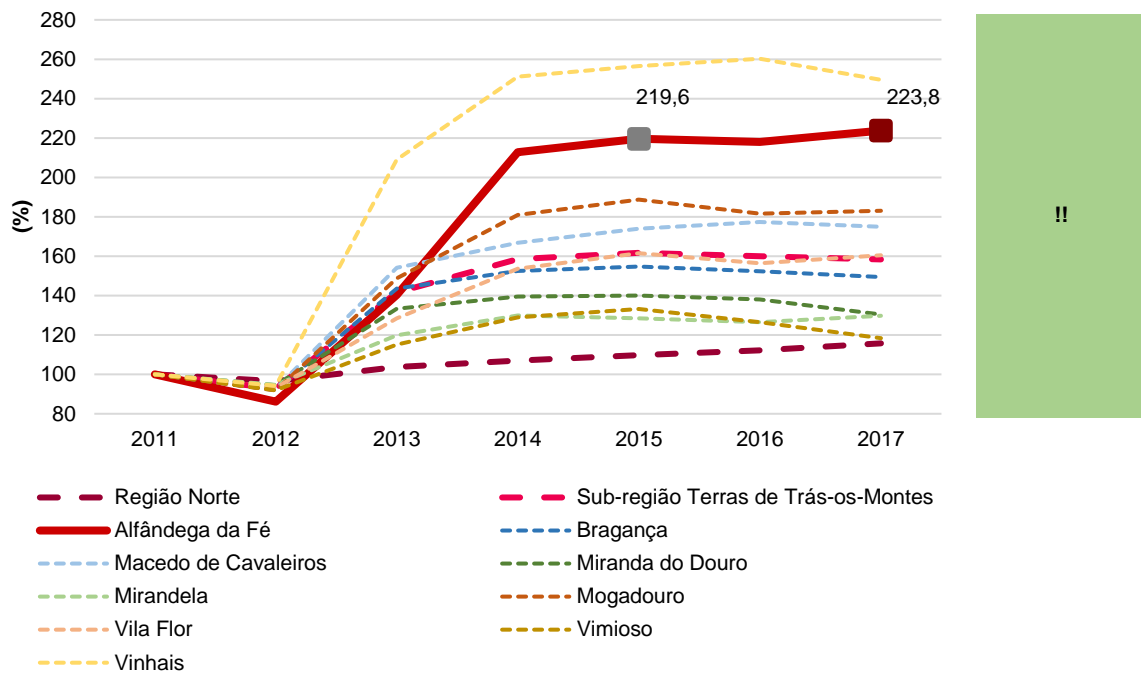
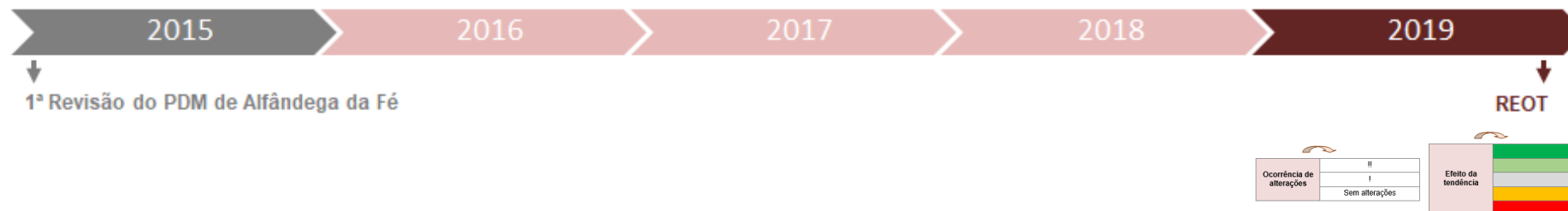


Gráfico 14. Variação do número de empresas, entre 2011 e 2017 (índice de base 100 em 2011)



Fonte: Sistemas de Contas Integradas das Empresas, Instituto Nacional de Estatística.

- Analisando a evolução do número de empresas, constata-se que ocorreu uma quebra na transição entre os anos 2011 e 2012, seguindo-se um aumento progressivo até 2017.
- Importa referir que desde os anos 2013 e 2014, a evolução do número de empresas no território concelhio apresenta-se significativamente mais favorável comparativamente com a região Norte e sub-região Terras de Trás-os-Montes, respetivamente.



Quadro 7. Pessoal ao serviço dos estabelecimentos, entre 2011 e 2017

Pessoal ao Serviço dos Estabelecimentos	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Variação (2015-2017)
Região Norte	1.233.550	1.166.635	1.174.453	1.213.857	1.256.184	1.309.039	1.365.627	8,7%
Sub-região Terras de Trás-os-Montes	24.592	22.679	28.338	30.119	30.787	30.810	31.127	1,1%
<b>Concelho de Alfândega da Fé</b>	<b>814</b>	<b>712</b>	<b>991</b>	<b>1.307</b>	<b>1.338</b>	<b>1.274</b>	<b>1.320</b>	<b>-1,3%</b>

Sem alterações

Fonte: Sistemas de Contas Integradas das Empresas, Instituto Nacional de Estatística.

- O território concelhio registou um crescimento (62,2%) do pessoal ao serviço dos estabelecimentos (mais 506 indivíduos) entre 2011 e 2017 (até 2015 o crescimento foi contínuo). Contudo, entre 2015 e 2017, observou-se uma ligeira variação negativa (-1,3%), contrariando a tendência observada no contexto regional (8,7%) e sub-regional (1,1%).

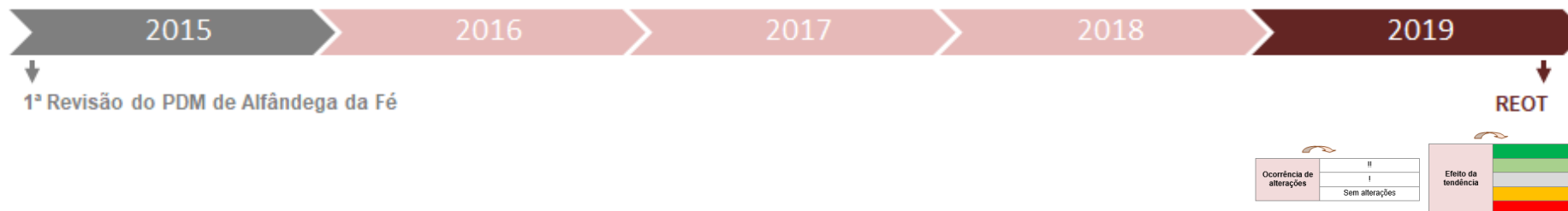
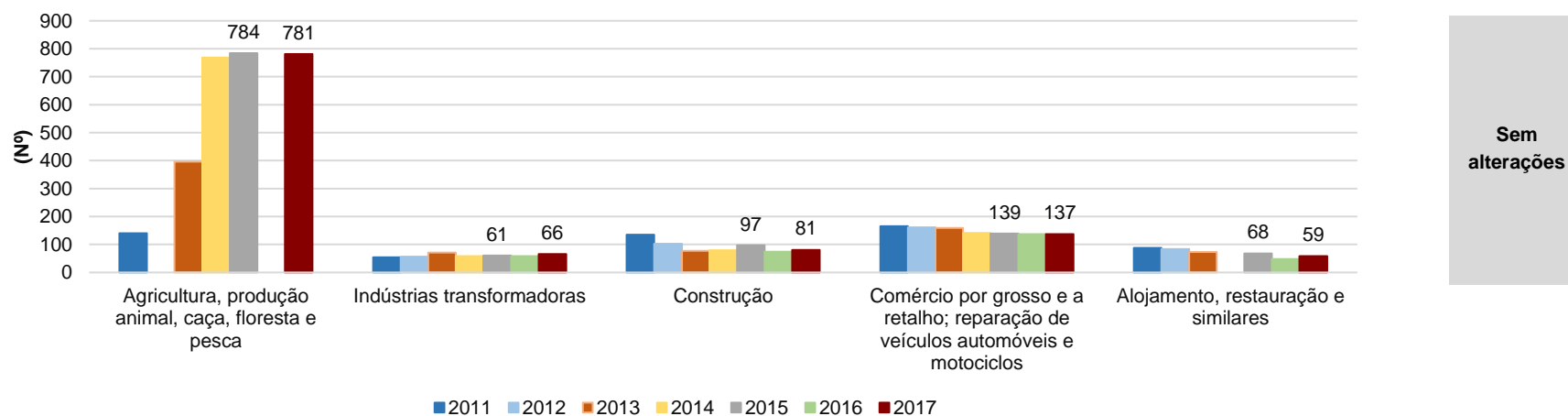
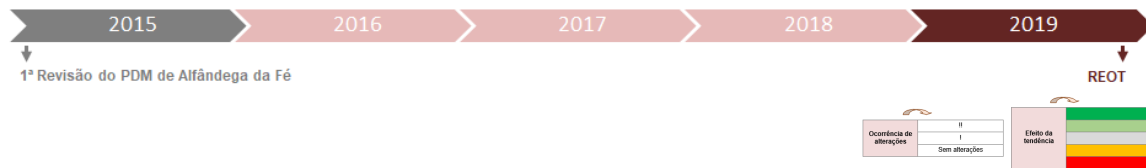


Gráfico 15. Pessoal ao serviço dos estabelecimentos por atividade económica no concelho de Alfândega da Fé, entre 2011 e 2017

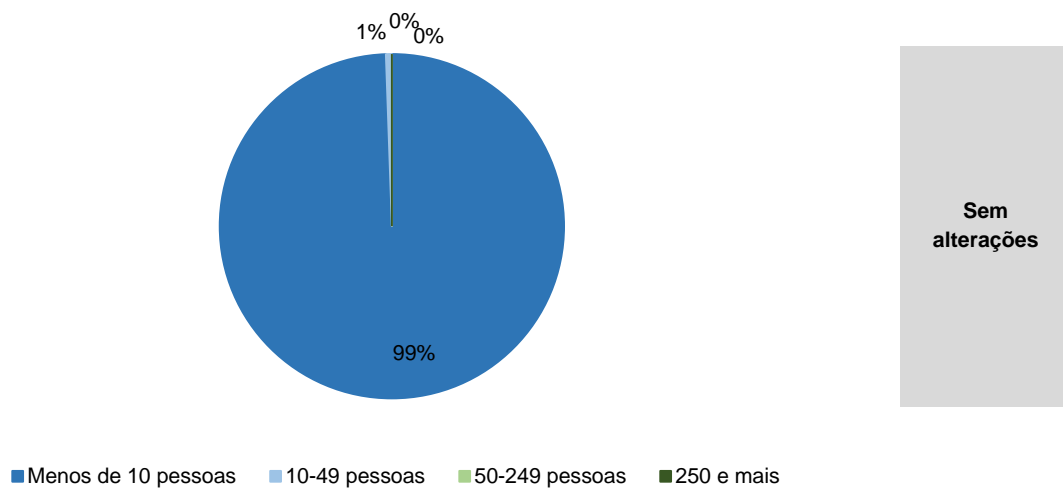


Fonte: Sistemas de Contas Integradas das Empresas, Instituto Nacional de Estatística.

- As atividades económicas que apresentam maior relevância no território concelhio são a “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”, “indústrias transformadoras”, “construção”, “comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motocicletas” e “alojamento, restauração e similares”, as quais representam, em 2017, um total de 1.124 pessoas ao serviço (85% das pessoas ao serviço dos estabelecimentos), com destaque para a atividade de “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” por representar quase 60% do total do concelho.

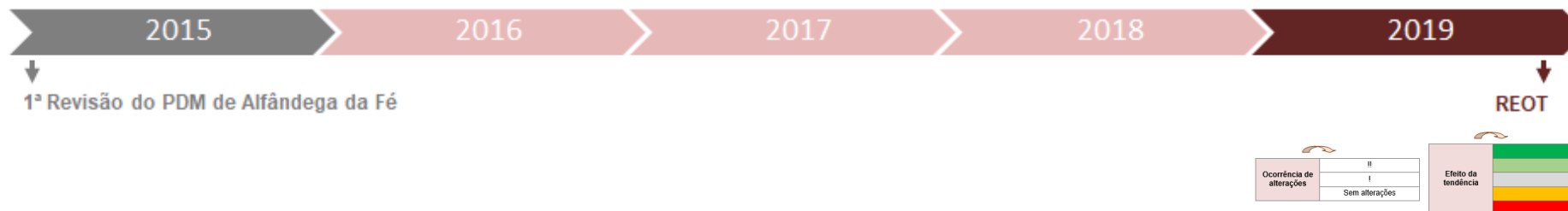


**Gráfico 16. Escalão de pessoal ao serviço nas empresas, em 2017, no concelho de Alfândega da Fé**



Fonte: *Sistemas de Contas Integradas das Empresas, Instituto Nacional de Estatística.*

- No ano 2017, 99,4% das empresas detêm um escalão de pessoal ao serviço inferior a 10 indivíduos (1.077 empresas) e 0,6% detêm entre 10 a 49 indivíduos (6 empresas).
- Face ao disposto, conclui-se que o tecido económico do concelho é composto por pequenas e médias empresas.

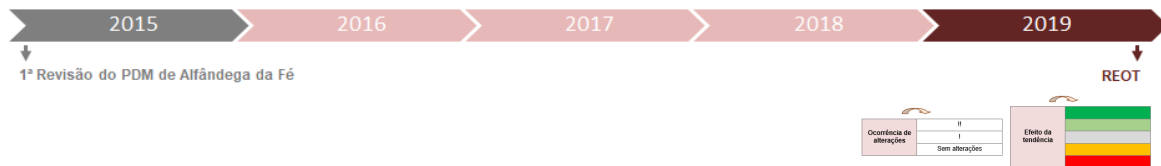


Quadro 8. Evolução do volume de negócios (euros) das empresas, entre 2011 e 2017

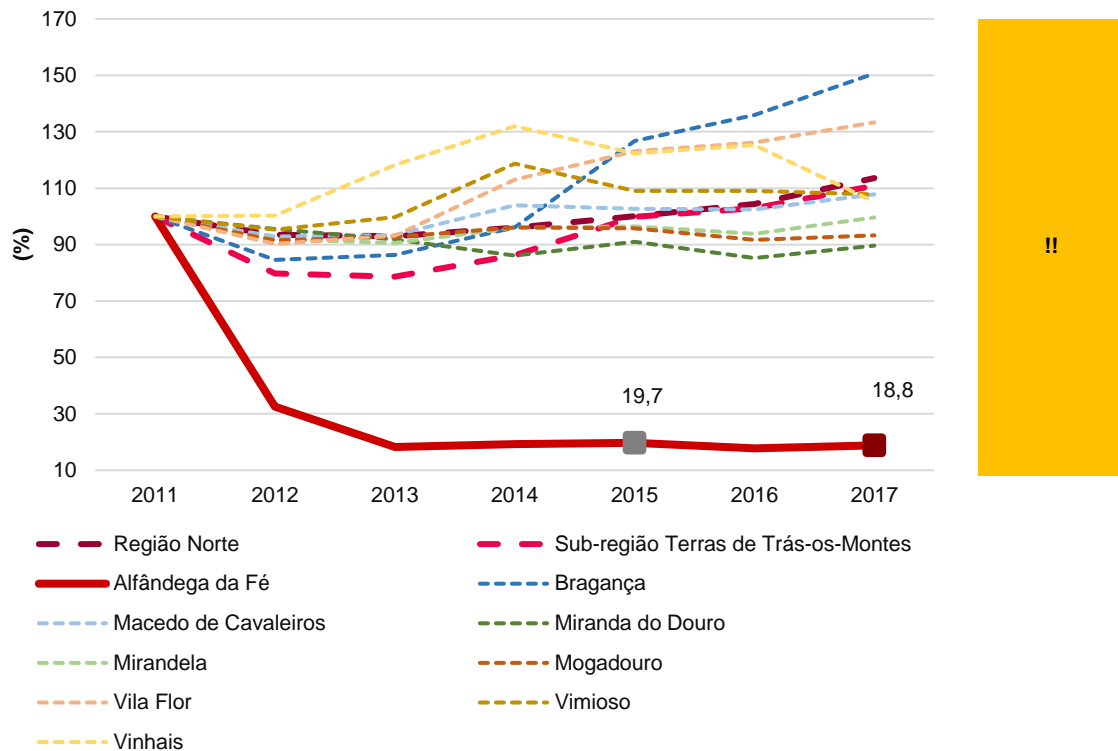
Volume de Negócios (Euros)	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Variação (2015-2017)
Região Norte	93.845.340.174	87.778.850.782	87.241.336.955	90.044.440.207	93.871.590.206	97.992.279.593	106.595.283.230	13,6%
Sub-região Terras de Trás-os-Montes	1.757.574.313	1.401.622.705	1.382.171.173	1.515.565.035	1.755.343.549	1.808.580.240	1.948.492.879	11,0%
<b>Concelho de Alfândega da Fé</b>	<b>276.662.933</b>	<b>90.160.588</b>	<b>50.375.516</b>	<b>53.323.317</b>	<b>54.562.571</b>	<b>49.117.282</b>	<b>52.110.536</b>	<b>-4,5%</b>

Fonte: Sistemas de Contas Integradas das Empresas, Instituto Nacional de Estatística.

- Entre 2015 e 2017 o concelho de Alfândega da Fé regista uma evolução desfavorável do volume de negócios (-4,5%), comparativamente com o contexto regional (13,6%) e sub-regional (11,0%).
- No entanto, ao analisar um período temporal mais alargado (2011 a 2017), constata-se que a maior quebra ocorreu na transição entre 2011 e 2012 (-67%), constatando-se que no decorrer dos anos a tendência foi decrescente, embora com algumas oscilações.



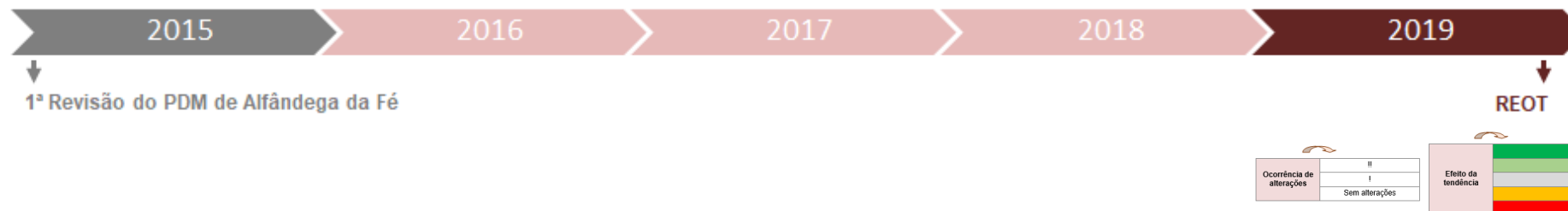
**Gráfico 17. Variação da proporção do volume de negócios das empresas, entre 2011 e 2017 (índice de base 100 em 2011)**



Fonte: *Sistemas de Contas Integradas das Empresas, Instituto Nacional de Estatística.*

- A evolução do volume de negócios do concelho de Alfândega da Fé apresenta-se expressivamente negativa, embora tenha registado tímidas oscilações ao longo dos anos. O decréscimo mais significativo observa-se entre 2011 e 2013.
- De notar que, comparativamente com os concelhos que compõem a sub-região Terras de Trás-os-Montes, o concelho de Alfândega da Fé é o que regista a evolução mais desfavorável.

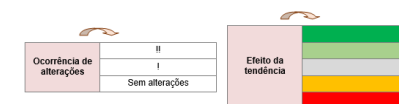
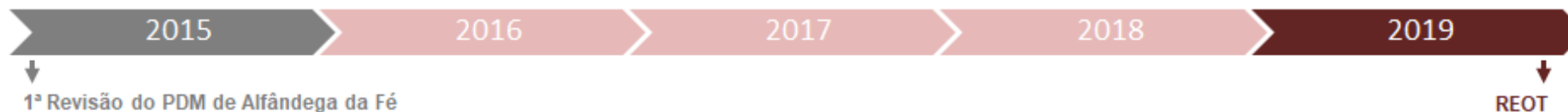




Quadro 9. Volume de negócios, por atividade económica e representatividade da atividade (%), por unidade territorial, em 2017

Unidade Territorial	Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca		Indústrias Transformadoras		Eletricidade, Gás, Vapor, Água Quente e Fria e Ar Frio		Comércio por Grosso e a Retalho; Reparação de Veículos Automóveis e Motociclos		Transportes e Armazenagem		Alojamento, Restauração e Similares		Total
	Volume	%	Volume	%	Volume	%	Volume	%	Volume	%	Volume	%	
Região Norte	1.094.015.546	1,0%	35.485.548.154	33,3%	1.801.707.710	1,7%	40.083.213.388	37,6%	3.831.282.214	3,6%	2.881.532.742	2,7%	106.595.283.230
Sub-região Terras de Trás-os-Montes	69.269.569	3,6%	832.130.277	42,7%	17.625.075	0,9%	644.926.362	33,1%	-	-	56.286.201	2,9%	194.492.879
<b>Alfândega da Fé</b>	<b>4.473.664</b>	<b>8,6%</b>	<b>9.517.945</b>	<b>18,3%</b>	<b>16.020.030</b>	<b>30,7%</b>	<b>11.691.346</b>	<b>22,4%</b>	<b>1.807.179</b>	<b>3,5%</b>	<b>1.721.499</b>	<b>3,3%</b>	<b>52.110.536</b>
Bragança	12.892.608	1,1%	731.849.130	63,7%	-	-	258.199.978	22,5%	21.166.794	1,8%	26.777.476	2,3%	1.149.535.525
Macedo de Cavaleiros	12.704.869	8,0%	12.896.250	8,1%	15.439	0,01%	91.411.767	57,7%	9.212.928	5,8%	5.835.765	3,7%	158.480.799
Miranda do Douro	5.362.003	8,5%	13.280.512	21,0%	7.621	0,01%	29.047.542	45,9%	1.795.988	2,8%	4.133.316	6,5%	63.238.910
Mirandela	11.344.422	4,4%	38.784.350	15,0%	147.540	0,1%	142.283.836	55,0%	4450.602	1,7%	9.465.709	3,7%	258.600.590
Mogadouro	9.861.043	11,7%	8.197.418	9,8%	1.063.669	1,3%	49.376.150	58,8%	1.930.412	2,3%	3.167.489	3,8%	83.951.762
Vila Flor	5.501.591	5,0%	4.951.463	4,5%	-	-	26.546.069	24,0%	2.498.706	2,3%	1.342.541	1,2%	110.603.281

MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ  
RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO



Unidade Territorial	Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca		Indústrias Transformadoras		Eletricidade, Gás, Vapor, Água Quente e Fria e Ar Frio		Comércio por Grosso e a Retalho; Reparação de Veículos Automóveis e Motociclos		Transportes e Armazenagem		Alojamento, Restauração e Similares		Total
Vimioso	1.832.821	6,4%	7.747.692	27,2%	-	-	13.809.486	48,4%	-	-	11.42.068	4,0%	28.535.656
Vinhais	5.296.548	12,2%	4.905.517	11,3%	33.460	0,1%	22.560.188	51,9%	1.248.387	2,9%	2.700.338	6,2%	43.435.820

Fonte: Sistemas de Contas Integradas das Empresas, Instituto Nacional de Estatística.

- O peso do negócio do setor primário no concelho de Alfândega da Fé (8,6%) apresenta-se bastante superior ao registado na região Norte (1%) e nos concelhos da sub-região Terras de Trás-os-Montes (excetua-se os concelhos de Vinhais e Mogadouro). Deste modo, o presente setor detém elevada relevância na estrutura económica do concelho.

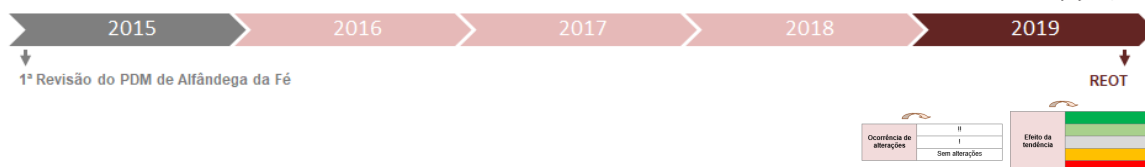
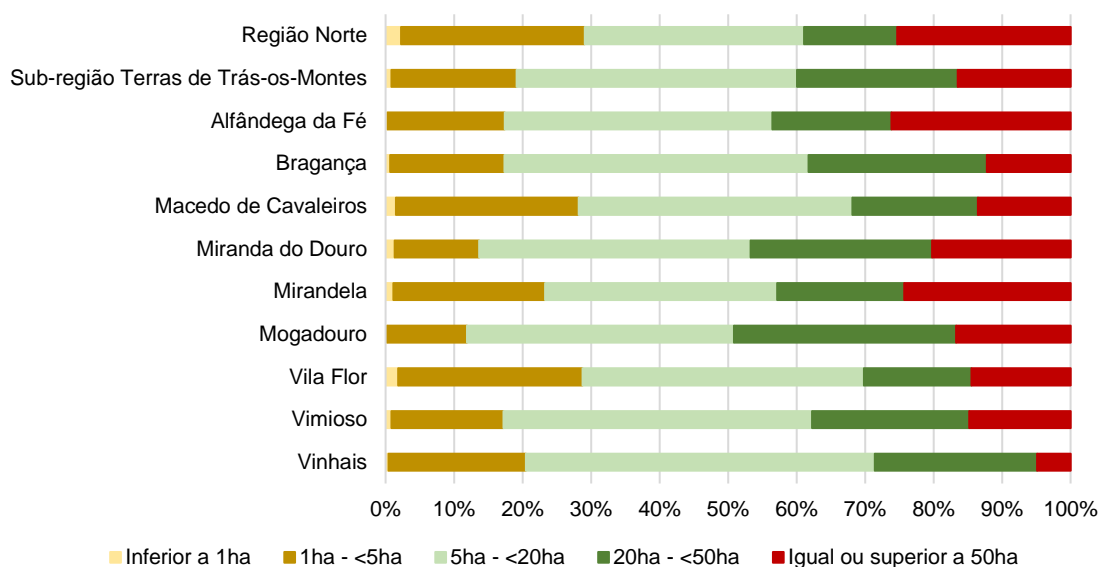
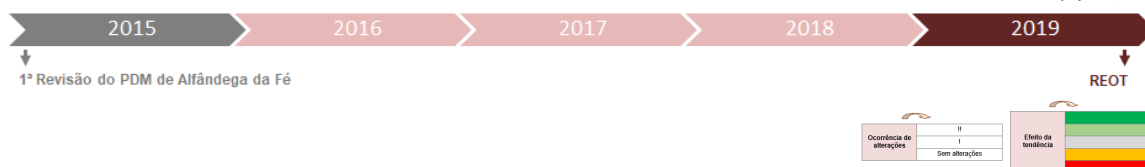


Gráfico 18. Superfície das explorações agrícolas (ha), em 2009



Fonte: Recenseamento Agrícola, Instituto Nacional de Estatística.

- As explorações agrícolas no concelho de Alfândega da Fé apresentam, em média, dimensões expressivas, constatando-se que, em 2009, 44% detinham área igual ou superior a 20 ha.
- As explorações com área entre os 5 ha e os 20 ha são as mais representativas (39%), seguindo-se as que possuem uma área igual ou superior a 50 ha (26%).
- Comparativamente com o contexto regional e sub-regional, o território concelhio detém maior representatividade de explorações com área igual ou superior a 50 ha, constituindo, inclusive, o concelho com a maior representatividade de explorações na presente classe à escala sub-regional.
- Importa referir que entre 1989 e 2009 as explorações agrícolas registam um aumento de 6,5%, sendo que em 2009 o concelho contabiliza um total de 1.513 explorações.



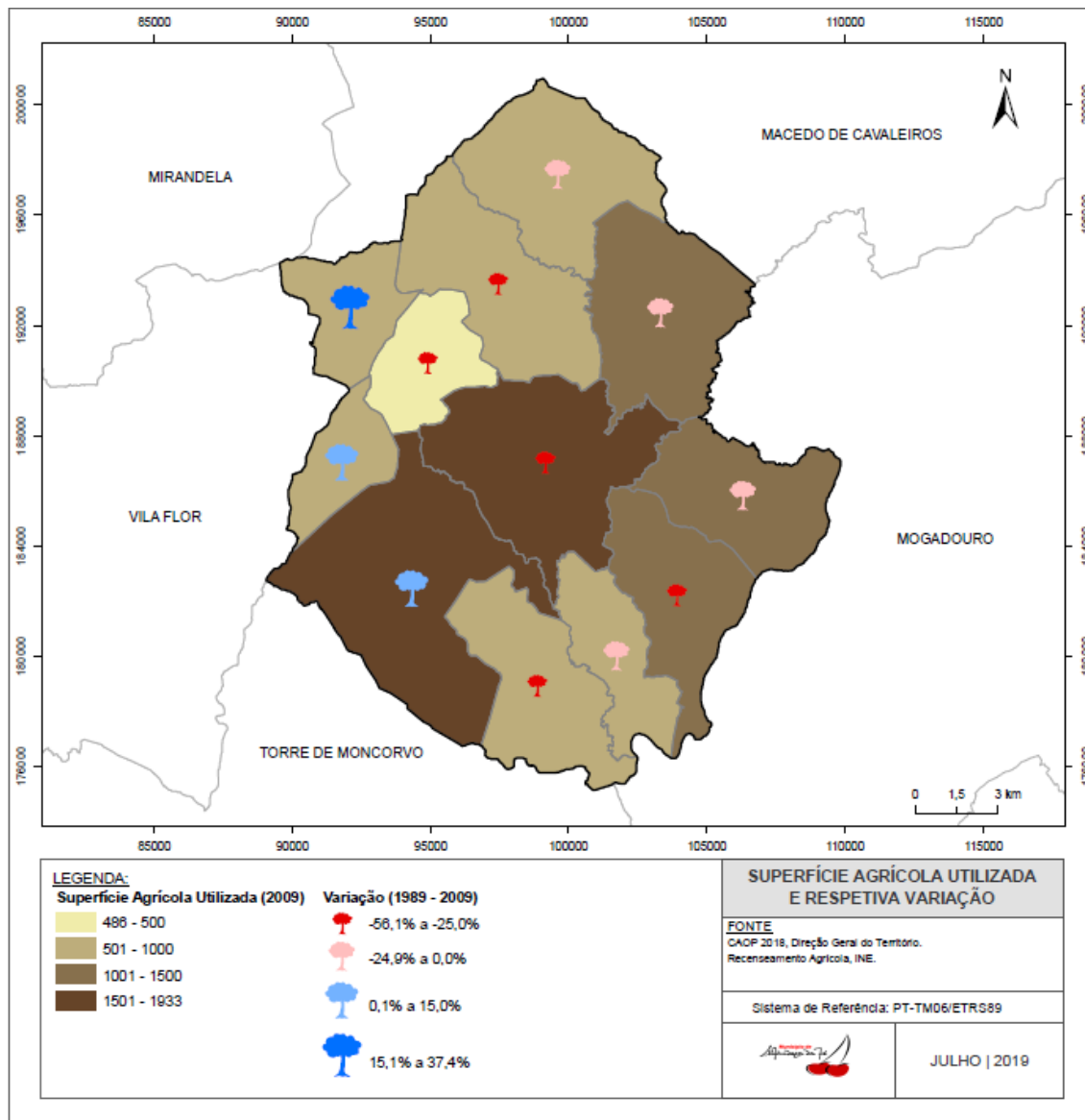
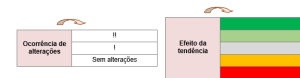
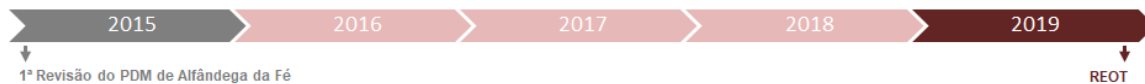
**Quadro 10. Superfície Agrícola Utilizada (hectares), entre 1999 e 2009 e área média da SAU das explorações agrícolas**

Superfície Agrícola Utilizada (hectares)	1999	2009	Variação (1999-2009)	Área Média da SAU das Explorações Agrícolas (2009)
Região Norte	673.555	644.027	-4,4%	5,8
Sub-região Terras de Trás-os-Montes	215.295	190.325	-11,6%	8,6
<b>Alfândega da Fé</b>	<b>12.490</b>	<b>11.761</b>	<b>-5,8%</b>	<b>7,8</b>
Bragança	44.181	36.031	-18,4%	9,4
Macedo de Cavaleiros	24.078	21.803	-9,4%	6,5
Miranda do Douro	21.471	21.813	1,6%	12,2
Mirandela	27.958	24.834	-11,2%	6,6
Mogadouro	37.061	32.797	-11,5%	11,9
Vila Flor	10.488	9.267	-11,6%	5,8
Vimioso	14.731	14.507	-1,5%	10,2
Vinhais	22.837	17.512	-23,3%	8,0

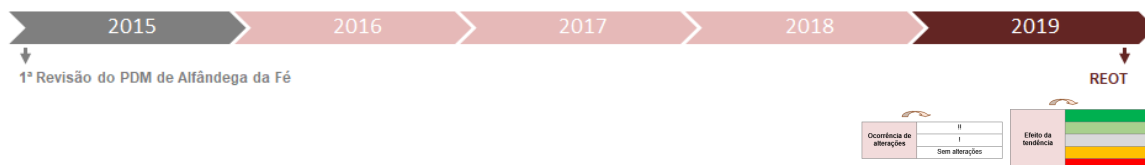
Fonte: Recenseamento Agrícola, Instituto Nacional de Estatística.

- O concelho de Alfândega da Fé constitui o segundo concelho que integra a sub-região Terras de Trás-os-Montes com a menor área de SAU, registando, inclusive, um decréscimo de 6% entre 1999 e 2009, refletindo o progressivo abandono da prática agrícola, situação que se observa, de um modo geral, ao longo de todo o território nacional.
- No contexto sub-regional, regista a quarta área média da SAU por explorações mais reduzida (8 ha), contudo, regista um valor médio superior ao observado no contexto regional.

**Mapa 6. Superfície Agrícola Utilizada (hectares) em 2009 e respetiva variação, no concelho de Alfândega da Fé**



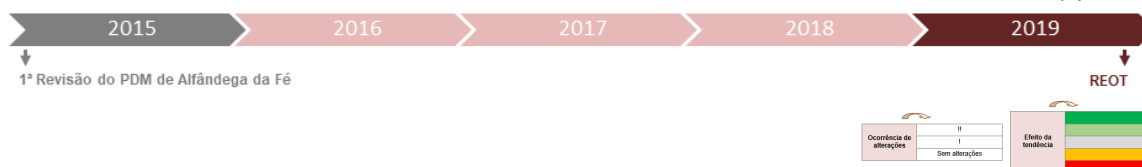
- A freguesia que, em 2009, apresenta a área de SAU mais expressiva é a freguesia de Alfândega da Fé (1.933 ha), localizada na área central do território concelhio, seguindo-se a União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde (1.562 ha), empregando 31 e 25 indivíduos, respetivamente, no setor primário (em 2011).
- De destacar a existência de 10 produtos tradicionais com Denominação de Origem Protegida (DOP) e 9 produtos com Indicação Geográfica Protegida (IGP) que abrangem o território concelhio parcial ou totalmente.



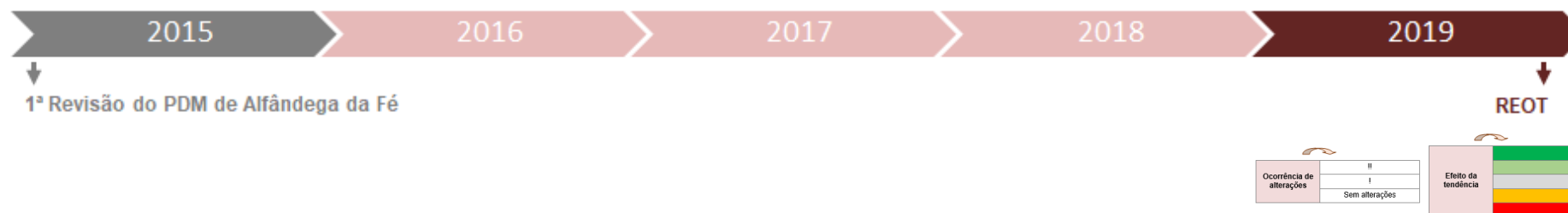
### 3.5 ANÁLISE DE TENDÊNCIAS

No que respeita às dinâmicas demográficas e sociais, as tendências verificadas no concelho de Alfândega da Fé foram as seguintes:

- Regista-se um **decréscimo populacional**, sendo superior ao observado no contexto regional e seguindo a tendência da sub-região Terras de Trás-os-Montes.
- A estrutura etária da população é caracterizada por uma tendência de **envelhecimento**, constatando-se que a população idosa tem vindo a crescer significativamente, enquanto, por outro lado, a população jovem tem perdido representatividade. Neste contexto assiste-se a um crescimento do índice de envelhecimento e um decréscimo do índice de juventude.
- O número de **famílias** regista um **decréscimo**, bem como a dimensão média das famílias, constatando-se que, em média, o número de indivíduos por família no território concelhio é inferior ao observado na região Norte.
- A **taxa bruta de mortalidade apresenta-se superior** em comparação com os valores observados nos contextos regional e sub-regional.
- A **taxa bruta de natalidade apresenta-se inferior** em comparação com os valores observados no contexto regional.
- O concelho de Alfândega da Fé detém a **quarta maior taxa de analfabetismo comparativamente com os concelhos que compõem a sub-região Terras de Trás-os-Montes**, superando expressivamente os valores observados no contexto regional.
- Observa-se uma **melhoria dos níveis de qualificação da população residente**, uma vez que se regista uma diminuição da população sem qualquer escolaridade e com o 1.º e 2.º ciclos do ensino básico. Por seu turno, a população residente com o 3.º ciclo do ensino básico, com o ensino secundário e com o ensino superior regista um aumento.
- Ainda que se tenha observado um **incremento do grau de escolaridade**, os valores percentuais **permanecem aquém dos observados nos contextos regional e sub-regional**.
- O **ganho médio mensal (euros) apresentou uma tendência ligeiramente crescente**, porém, os valores médios mantêm-se aquém dos valores registados nas restantes unidades territoriais.
- Observa-se um **decréscimo expressivo do número de desempregados**, acompanhando a tendência da região Norte e da sub-região Terras de Trás-os-Montes, contudo, o decréscimo registado no território concelhio foi menos expressivo.
- O **número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção** apresenta um **aumento expressivo** ao longo dos últimos anos.



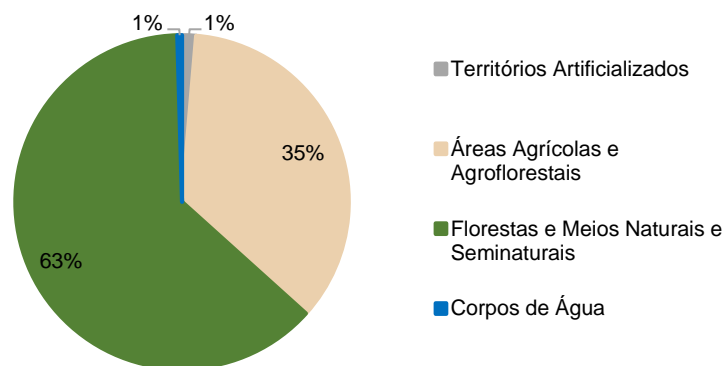
- O **número de pensionistas da Segurança Social** apresenta um **decréscimo** no período analisado.
- A **população ativa** apresenta uma **evolução desfavorável** no território concelhio, registando, inclusive, uma evolução mais desfavorável do que a observada nos contextos regional e sub-regional.
- Ao longo dos últimos anos, o **número de empresas registou um aumento**, mostrando um crescimento após a crise económica.
- Entre 2011 e 2017 o **número total de pessoal ao serviço dos estabelecimentos registou uma evolução favorável**.
- No concelho de Alfândega da Fé, **o tecido económico é constituído por pequenas e médias empresas**.
- As **atividades económicas com maior relevância** no território concelhio são a “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”, “indústrias transformadoras”, “construção”, “comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos” e “alojamentos, restauração e similares”.
- Ao longo dos últimos anos o **volume de negócios** no território concelhio regista uma evolução **desfavorável**, contrariando a tendência observada na região Norte e sub-região Terras de Trás-os-Montes.



## 4 DINÂMICAS TERRITORIAIS

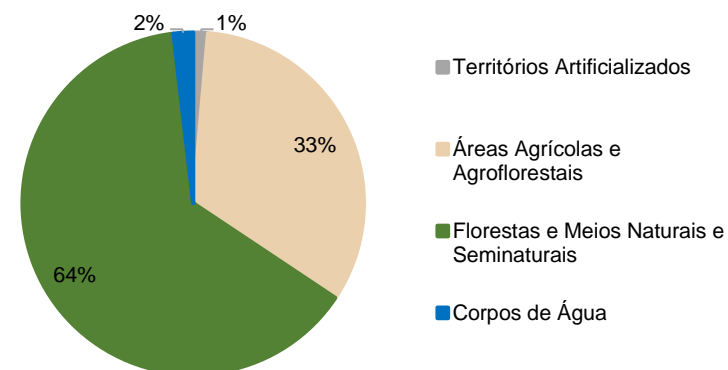
### 4.1 OCUPAÇÃO DO SOLO

Gráfico 19. Ocupação do Solo (%) no concelho de Alfândega da Fé (2010)



Fonte: COS 2010 (DGT, 2019).

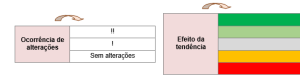
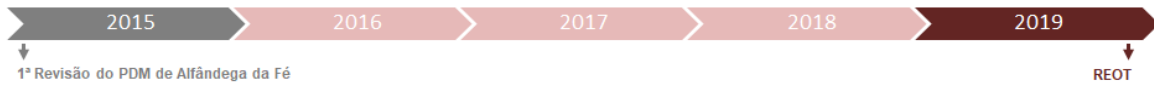
Gráfico 20. Ocupação do Solo (%) no concelho de Alfândega da Fé (2015)



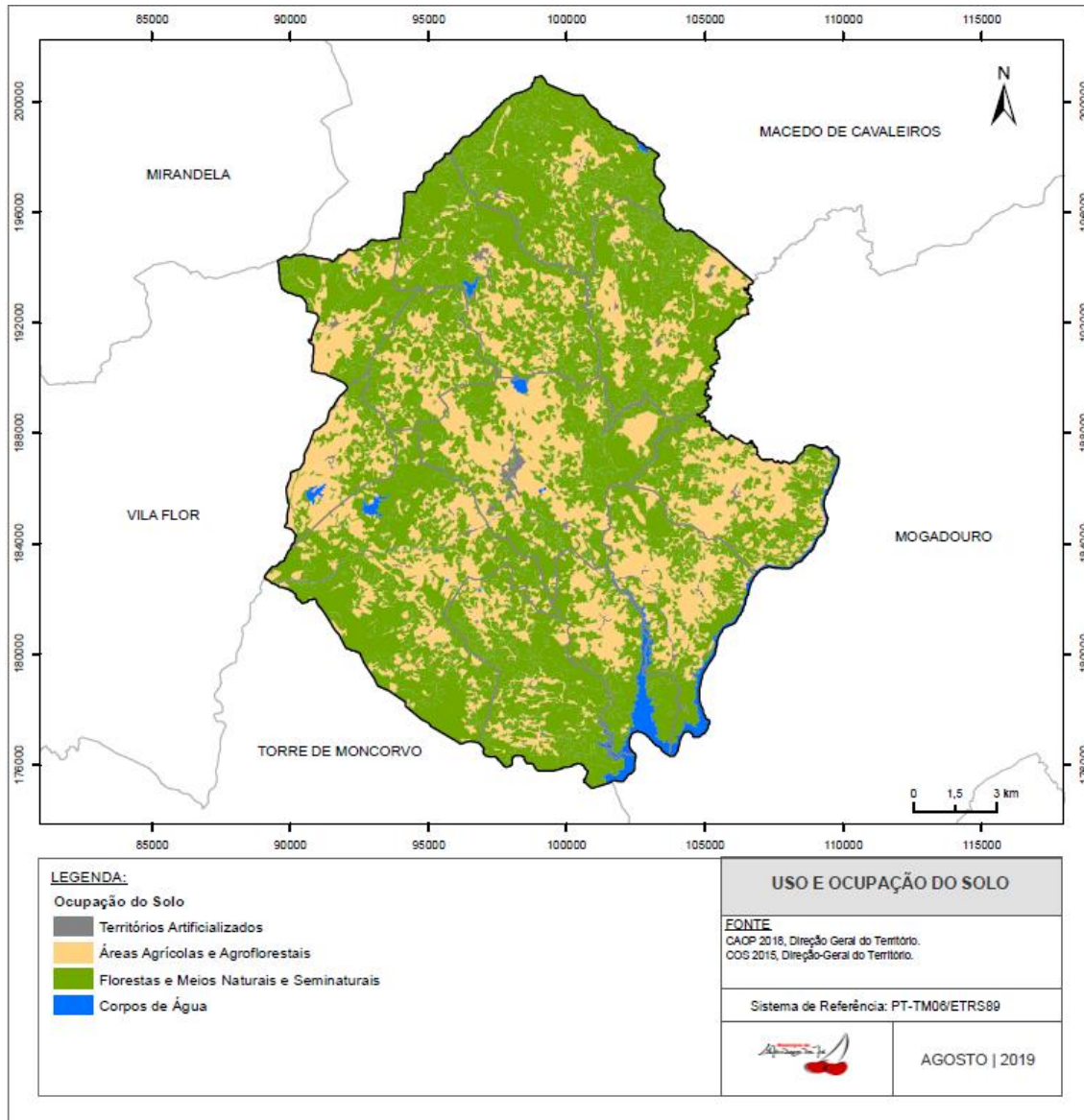
Fonte: COS 2015 (DGT, 2019).

- A ocupação do solo no concelho da Alfândega da Fé não regista alterações significativas no período em análise, observando-se que a ocupação do solo que predomina, em 2015, são as florestas e meios naturais e seminaturais (64% da área do concelho, ou seja, 205,4 km<sup>2</sup>).





Mapa 7. Uso e ocupação do solo no concelho de Alfândega da Fé



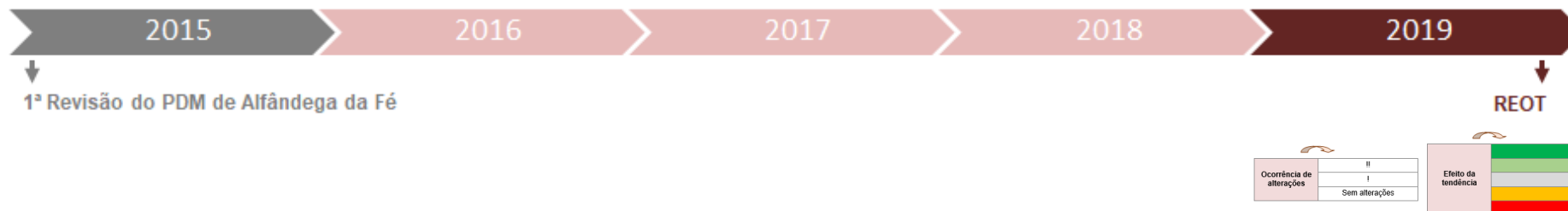
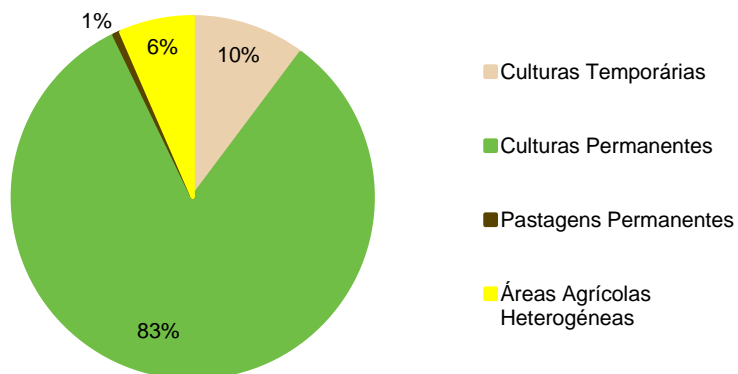
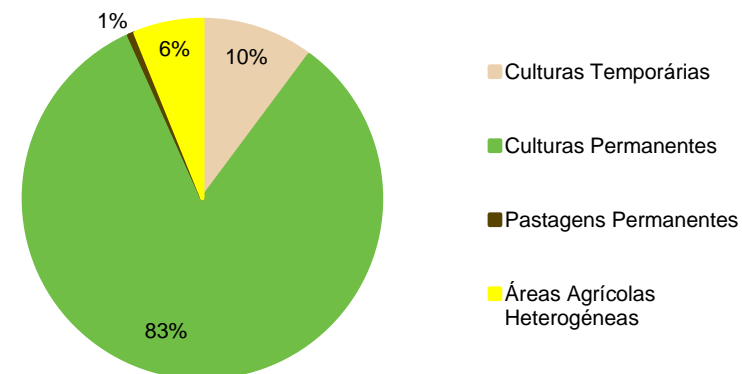


Gráfico 21. Áreas agrícolas e agroflorestais (%) no concelho de Alfândega da Fé (2010)



Fonte: COS 2010 (DGT, 2019).

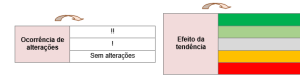
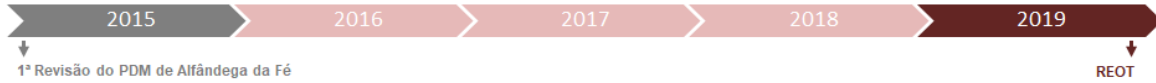
Gráfico 22. Áreas agrícolas e agroflorestais (%) no concelho de Alfândega da Fé (2015)



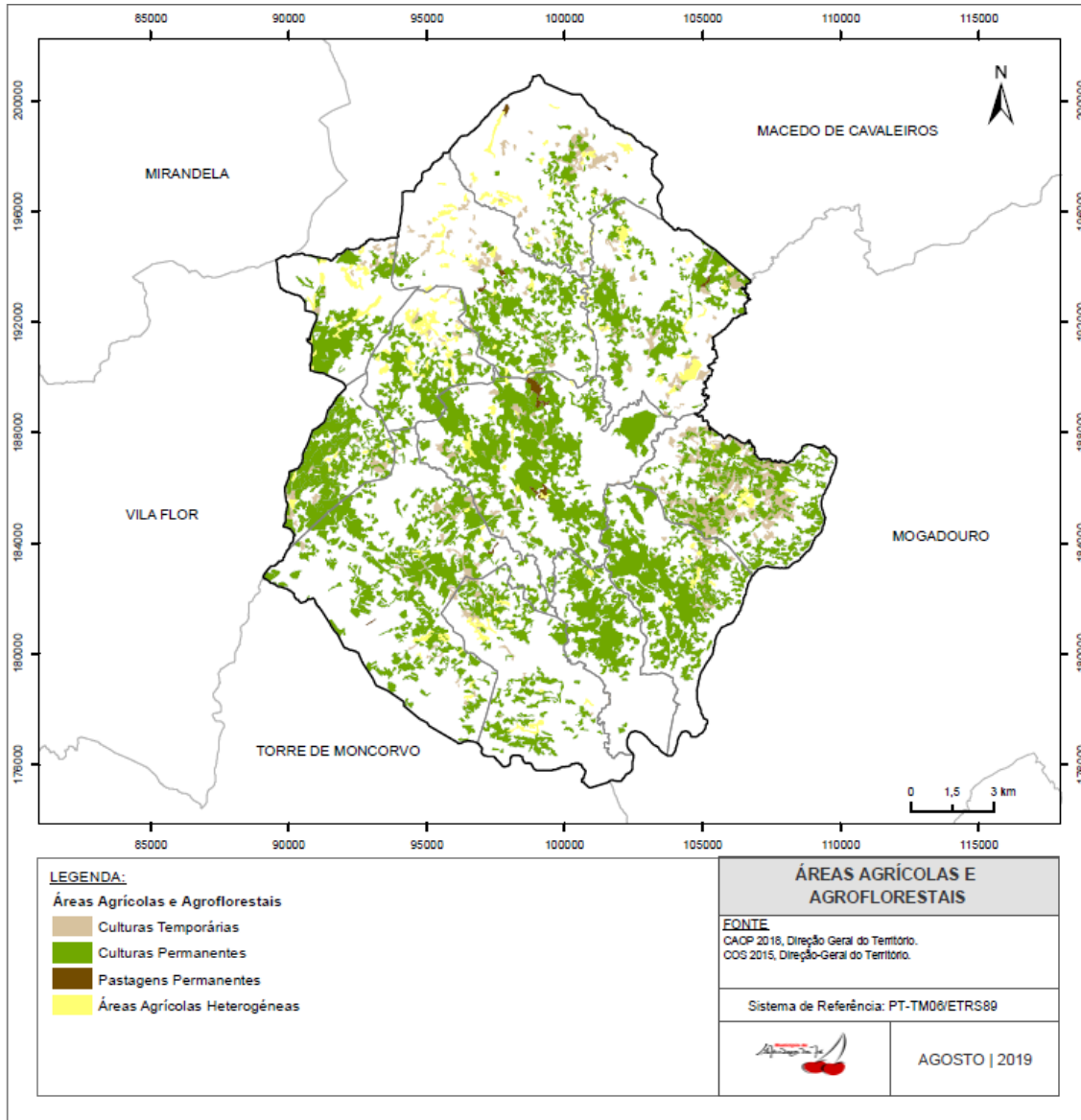
Fonte: COS 2015 (DGT, 2019).

Sem alterações

- A proporção das áreas agrícolas e agroflorestais não regista alterações significativas no período em análise.
- Em 2015, a ocupação que se destaca no território concelhio são as culturas permanentes, dado que ocupam 83% das áreas agrícolas e agroflorestais existentes no concelho (88,2 km<sup>2</sup>).



Mapa 8. Áreas agrícolas e agroflorestais no concelho de Alfândega da Fé



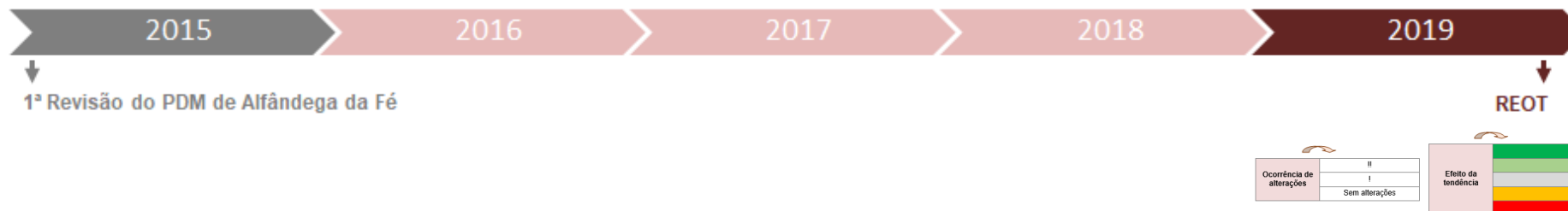
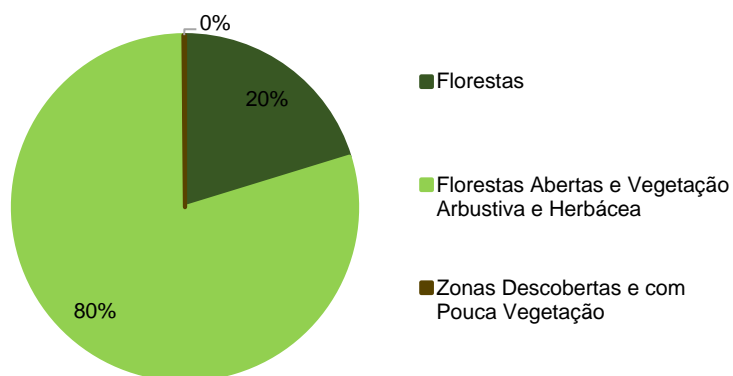
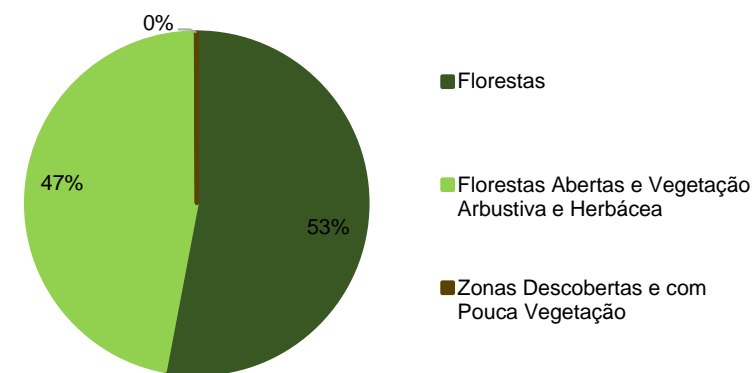


Gráfico 23. Florestas e meios naturais e seminaturais (%) do concelho de Alfândega da Fé (2010)



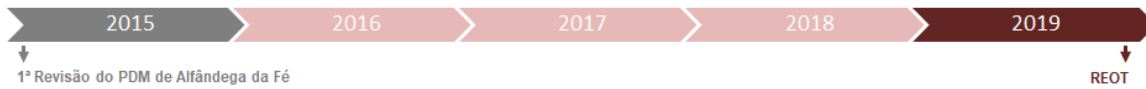
Fonte: COS 2010 (DGT, 2019).

Gráfico 24. Florestas e Meios naturais e seminaturais (%) do concelho de Alfândega da Fé (2015)



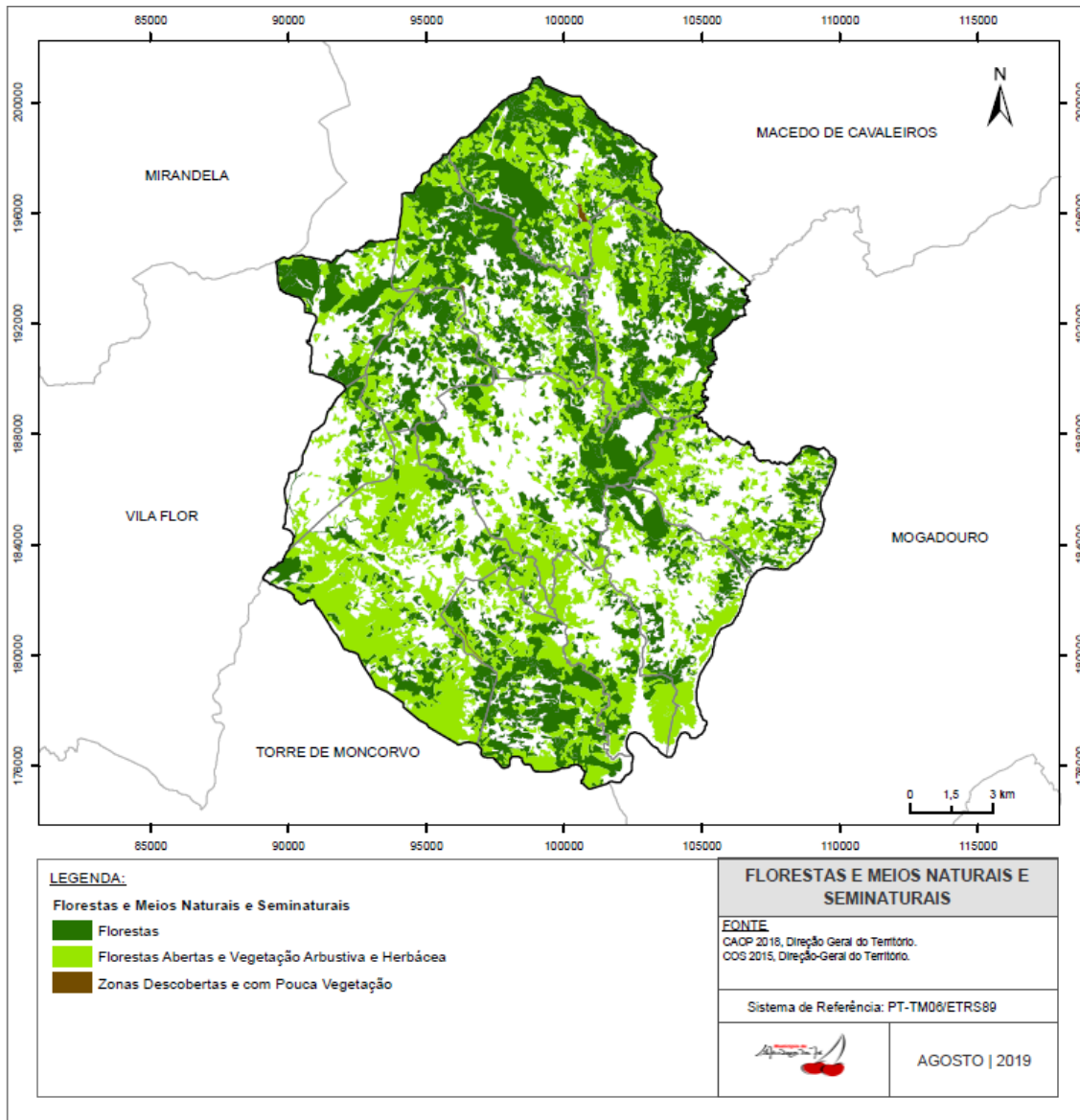
Fonte: COS 2015 (DGT, 2019).

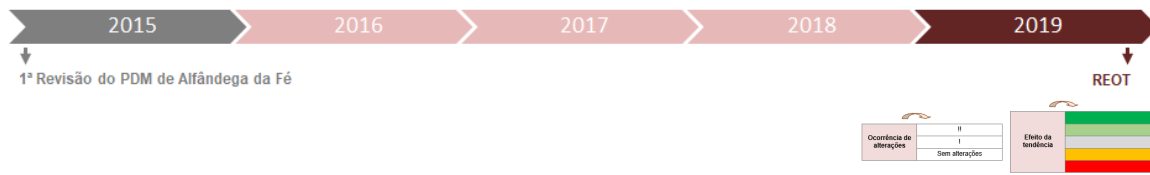
- As alterações registadas na proporção de florestas e meios naturais e seminaturais no período em análise, decorreram de uma revisão da classificação da Carta de Uso e Ocupação do Solo de Portugal Continental, dado que foi efetuada uma alteração dos critérios de classificação da ocupação florestal. Neste seguimento, e embora se tenham em consideração as alterações observadas, as mesmas consideram-se como tendo um efeito neutro sobre o concelho.
- Em 2015 a ocupação de florestas e meios naturais e seminaturais com maior expressividade no concelho são as florestas (ocupam 53% das florestas e meios naturais e seminaturais, ou seja, 108,9 km<sup>2</sup>).



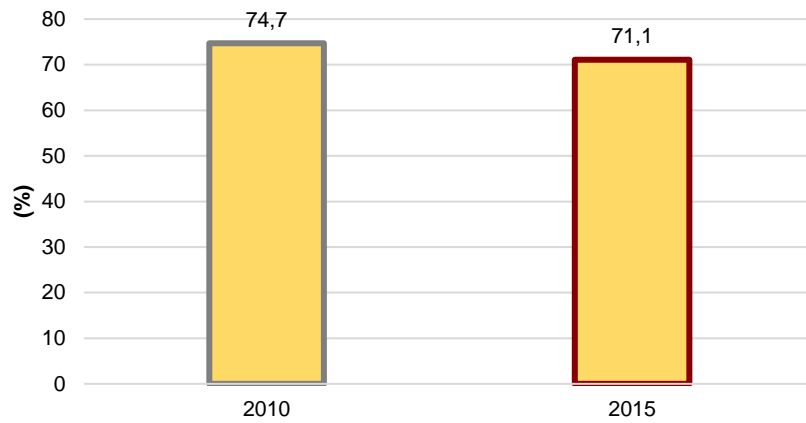
Ocorrência de alterações	II	Efeito da modificação	
	I		
	Sem alterações		

**Mapa 9. Florestas e meios naturais e seminaturais no concelho de Alfândega da Fé**



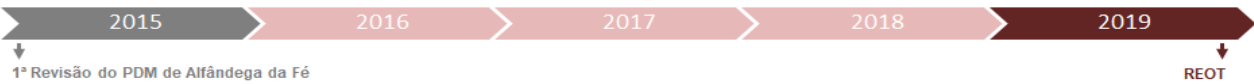


**Gráfico 25. Evolução da proporção de áreas agrícolas integradas em área de RAN, no concelho de Alfândega da Fé**



Fonte: COS 2010 (DGT, 2019); COS 2015 (DGT, 2019); Reserva Agrícola da Nacional, Município de Alfândega da Fé, 2019.

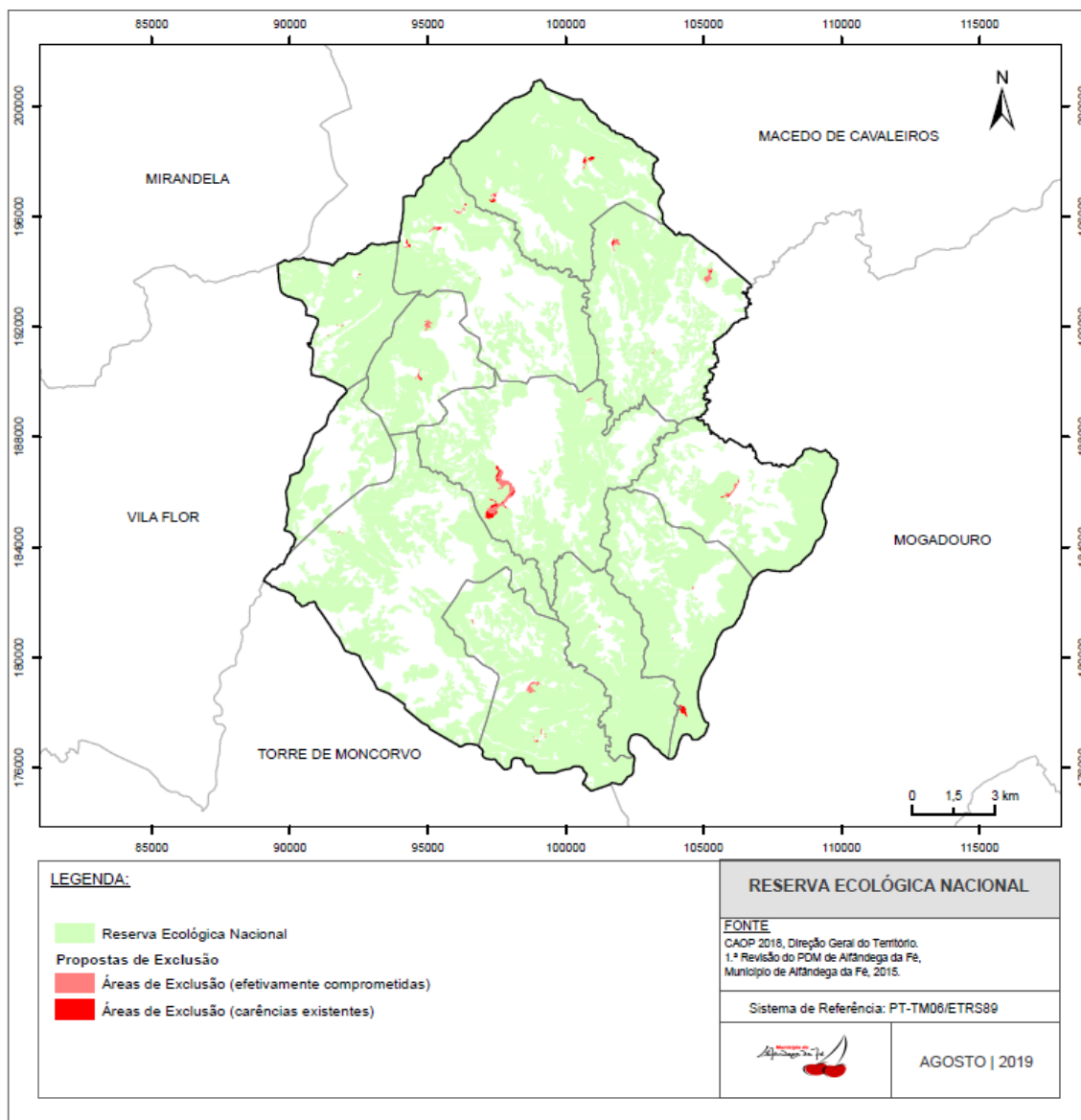
- Efetuando um cruzamento das áreas agrícolas do território concelhio, com as áreas de Reserva Agrícola Nacional (RAN), constata-se que em 2015, 71% das áreas agrícolas encontravam-se integradas em RAN, não se observando alterações significativas no período em análise.



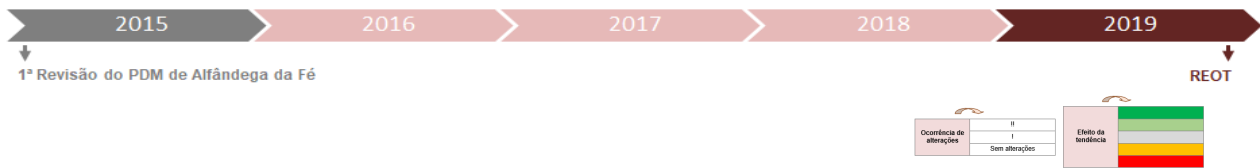
## 4.2 VALORES TERRITORIAIS

### 4.2.1 Reserva Ecológica Nacional

Mapa 10. Reserva Ecológica Nacional do concelho de Alfândega da Fé

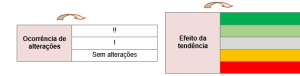
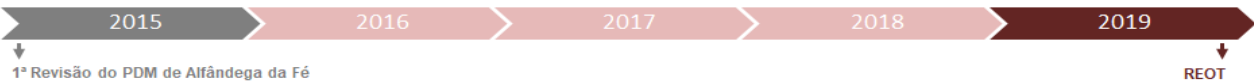


- A Reserva Ecológica Nacional (REN) do concelho de Alfândega da Fé possui uma área de 203,75 km<sup>2</sup>, o que corresponde a cerca de 63% do território concelhio.



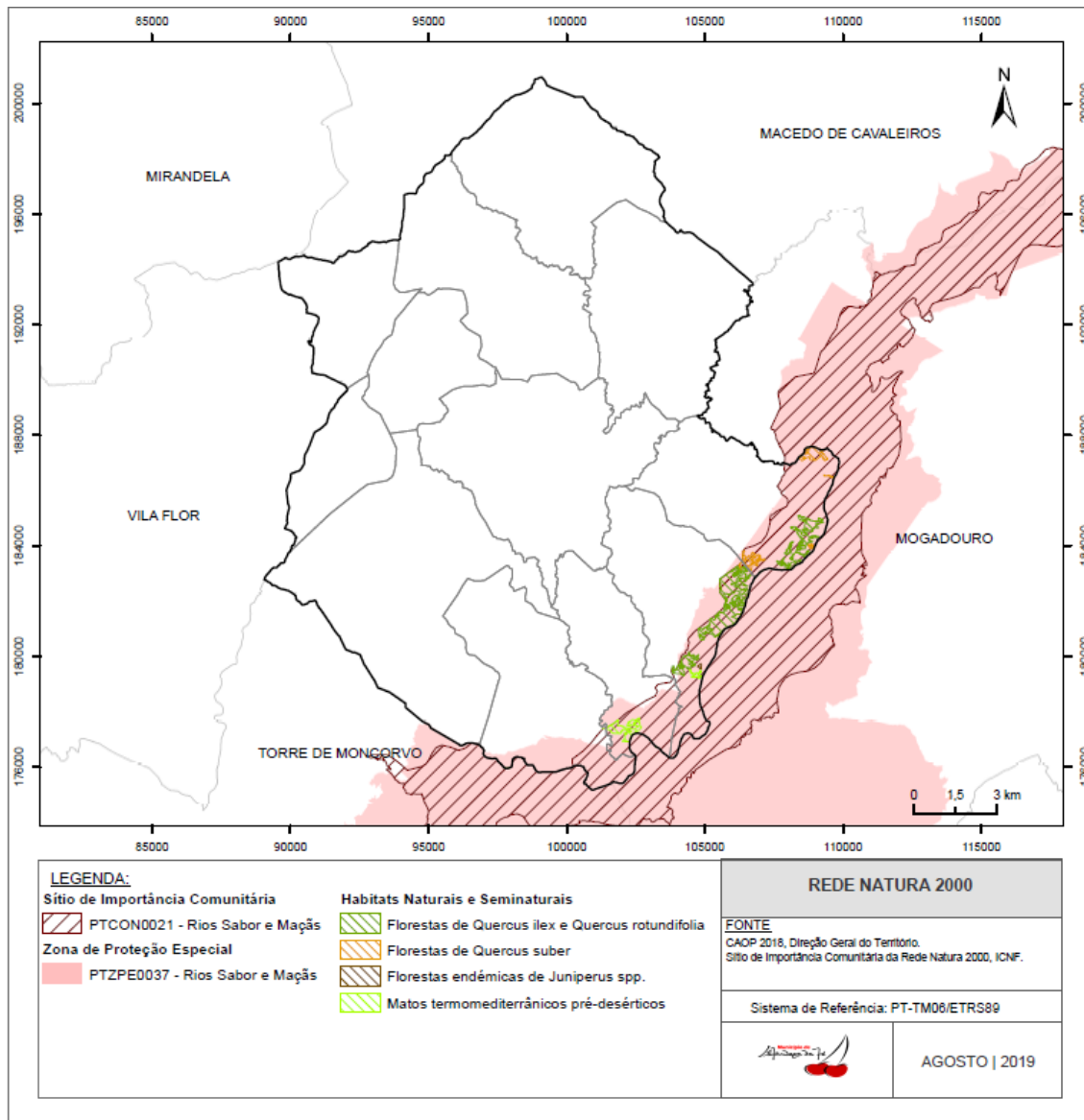
- Com a 1.<sup>a</sup> revisão do PDM foram excluídos 1,46 km<sup>2</sup> de REN que correspondiam a áreas efetivamente já comprometidas (0,73 km<sup>2</sup>) e áreas para a satisfação de carências existentes (0,73 km<sup>2</sup>), sendo que parte desta área ainda não sofreu qualquer tipo de intervenção.



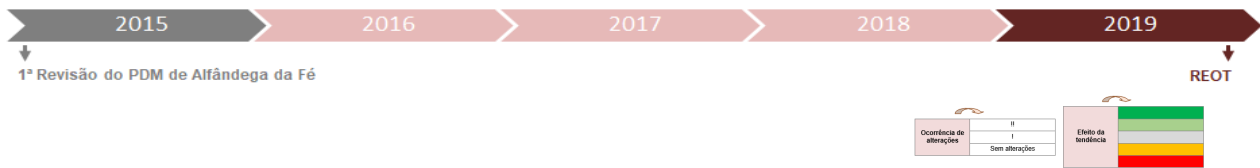


## 4.2.2 Rede Natura 2000

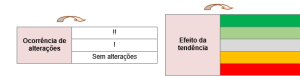
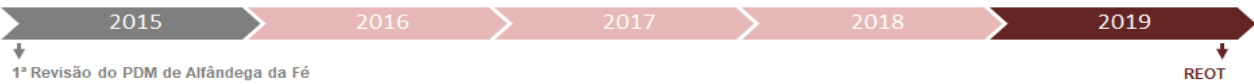
Mapa 11. Rede Natura 2000 do concelho de Alfândega da Fé



- O concelho de Alfândega da Fé é abrangido pelo Sítio de Importância Comunitária (SIC) da Rede Natura 2000 PTCON0021 – Rios Sabor e Maçãs, o qual detém uma área total de 33.476 ha.
- De notar que 7% do presente sítio encontra-se inserido no concelho (2.247 ha, o que corresponde a 7% da área concelhia).

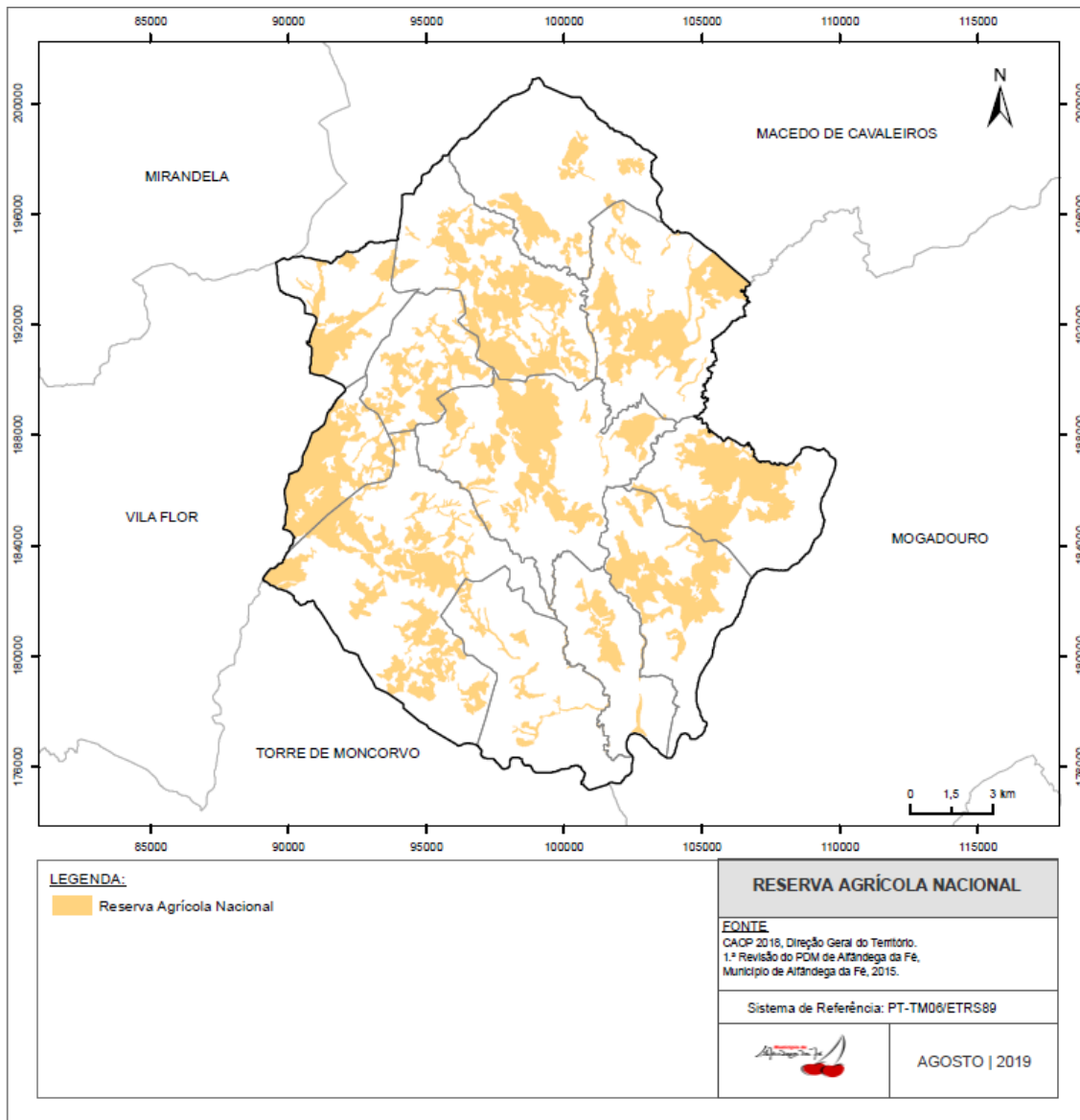


- Observa-se ainda que o território concelhio é abrangido pela Zona de Proteção Especial para Aves (ZPE) PTZPE0037 – Rios Sabor e Maças, que possui uma área total de 50.688 ha (5% encontra-se inserida em Alfândega da Fé, ocupando uma área de 2.294 ha, ou seja, 7% do concelho).
- Refira-se que estas áreas, localizadas no setor sudeste do concelho, não coincidem na sua totalidade.
- Por fim, importa apontar que o concelho é abrangido por quatro habitats naturais de elevada relevância, que se encontram no SIC Rios Sabor e Maças.
- No período em análise a Rede Natura 2000 não regista alterações.

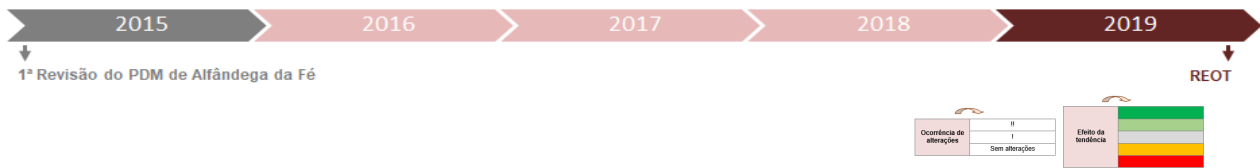


### 4.2.3 Reserva Agrícola Nacional

Mapa 12. Reserva Agrícola Nacional do concelho da Alfândega da Fé



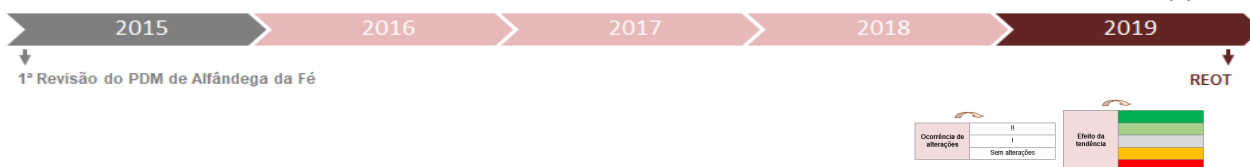
- A Reserva Agrícola Nacional (RAN) delimitada no concelho de Alfândega da Fé detém uma área de 89,23 km<sup>2</sup> (32% do território concelhio).
- Com a última alteração que foi efetuada à RAN (em 2014), foram excluídos 7,11 ha (correspondiam a espaços edificáveis), bem como foram incluídos 5,06 ha relativos a reclassificação do solo (Perímetro Hidroagrícola de Alfândega da Fé).

**Quadro 11. Aproveitamentos hidroagrícolas, no concelho de Alfândega da Fé**

Aproveitamentos Hidroagrícolas	Área (ha)	Beneficiários
Alfândega da Fé	270	150
Camba	320	160
Vale da Vilarça	2.365,2	882

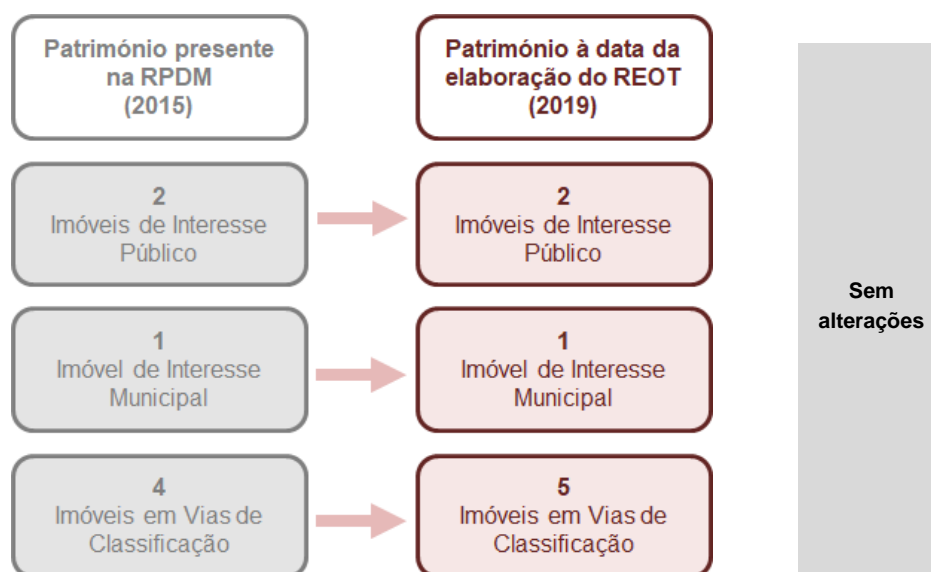
Fonte: DGADR (2019).

- O concelho de Alfândega da Fé possui três aproveitamentos hidroagrícolas no seu território, detendo elevada relevância para a agricultura, nomeadamente para o regadio.



#### 4.2.4 Património Cultural

**Figura 9. Evolução dos imóveis classificados ou vias de classificação no concelho de Alfândega da Fé**

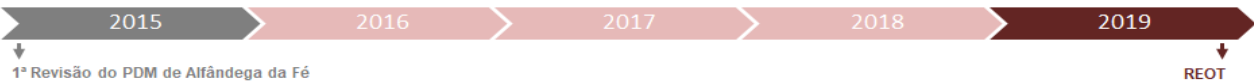


Fonte: Município de Alfândega da Fé<sup>1</sup>; Direção-Geral do Património Cultural<sup>2</sup>.

- No que respeita aos imóveis classificados e em vias de classificação, constata-se que, aos quatro imóveis que se encontravam em vias de classificação em 2015 (nomeadamente a Capela de N. S.<sup>a</sup> de Jerusalém, a Torre do Relógio de Alfândega da Fé, a Capela de Santo Amaro e a Capela de São Geraldo), juntou-se um quinto imóvel, designadamente a Casa do Adro (a abertura do processo de classificação como Imóvel de Interesse Municipal e respetiva Zona Geral de Proteção, data 26 de setembro de 2019).
- Ainda em termos patrimoniais, importa destacar o facto de o concelho ser ainda abrangido pela Zona Especial de Proteção do Alto Douro Vinhateiro – Património Mundial (inscrito na Lista da UNESCO).
- Para além do património classificado, identifica-se na vila de Alfândega da Fé uma variedade de património urbano, que incluem os antigos Paços do Concelho, património religioso, casas senhoriais e edifícios ligados à atividade agrícola e artesanal.

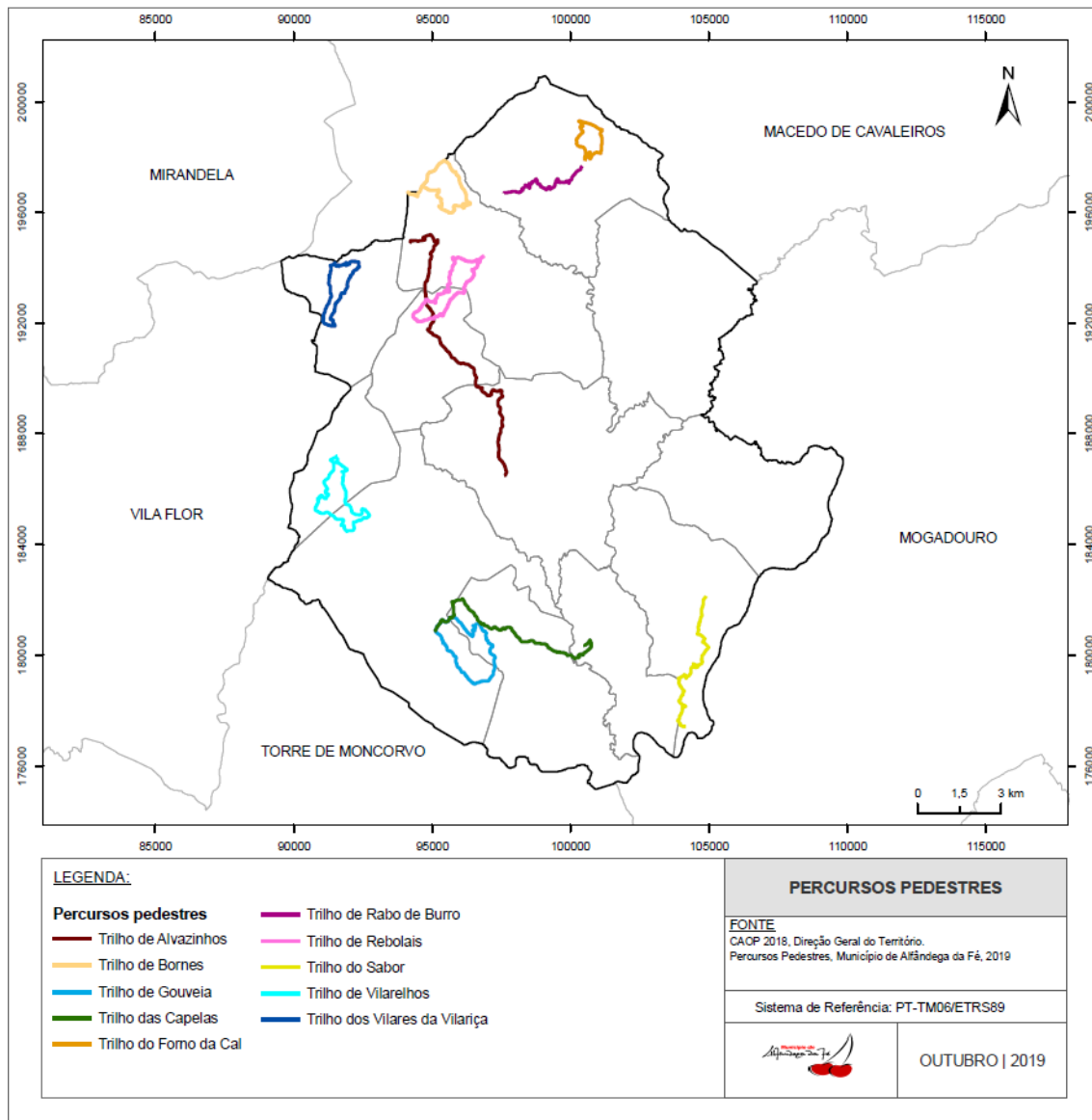
<sup>1</sup> Foi tido em conta o património inventariado no Regulamento da 1.<sup>a</sup> RPDM de Alfândega da Fé e os imóveis que à data da elaboração do REOT encontravam-se em processo de classificação.

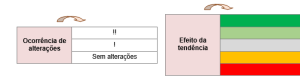
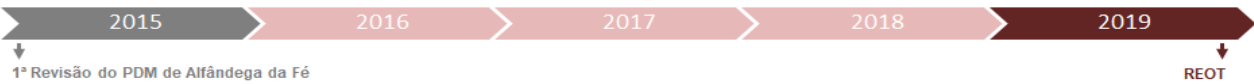
<sup>2</sup> Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/result/?name=&situation=&catprot=&invtema=&type=&concelho=2955&records=50> (acedido a 01 de agosto de 2019).



- Observa-se ainda um número considerável de arte urbana (esculturas, painéis de azulejos e arte pública integrada no projeto Voltagem do programa Arte Pública Fundação EDP), que contribuem para a diversidade cultural das localidades do concelho.
- Ao longo do concelho encontram-se dez trilhos/percursos pedestres, que funcionam como elemento de valorização da paisagem do concelho de Alfândega da Fé, localizando-se sobretudo na serra de Bornes (Mapa 13).

**Mapa 13. Percursos pedestres no concelho de Alfândega da Fé**

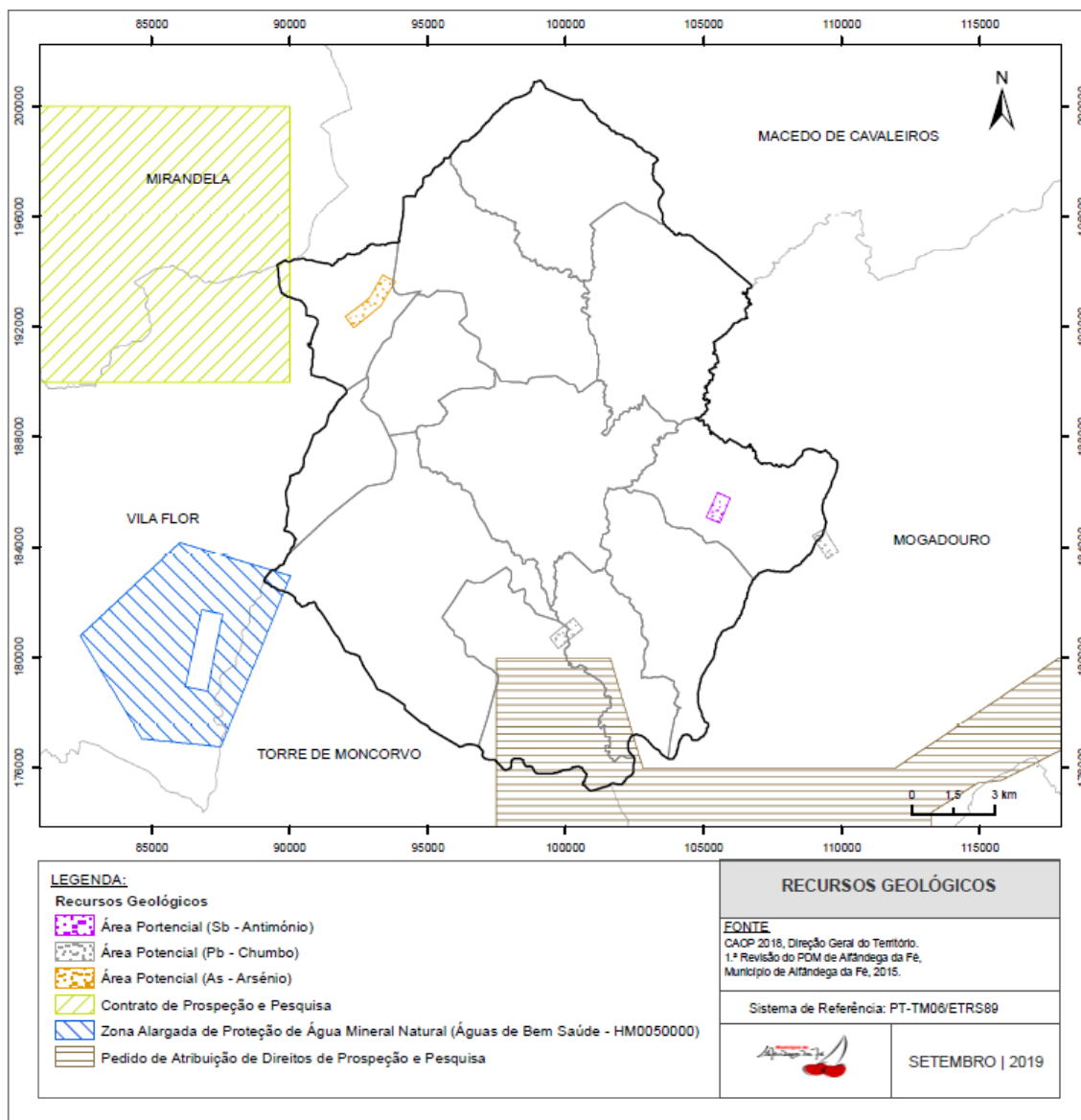




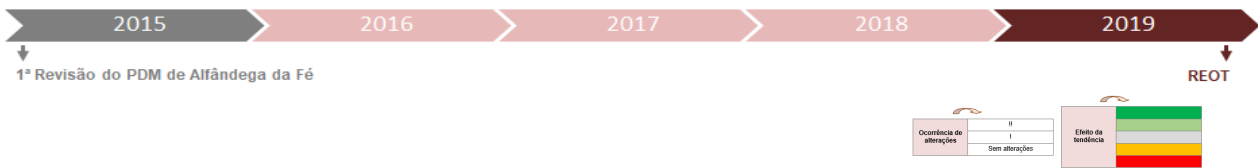
## 4.3 RECURSOS GEOLÓGICOS E ENERGÉTICOS

### 4.3.1 Recursos Geológicos

Mapa 14. Recursos Geológicos no concelho de Alfândega da Fé

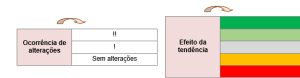
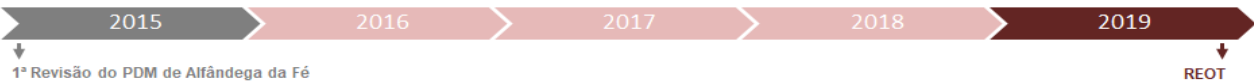


- Encontra-se a presença de ocorrências minerais que são consideradas como áreas de potencial de exploração, por corresponderem a minas conhecidas e cuja exploração cessou há mais de três décadas, sendo consideradas mais valias para o território concelhio.



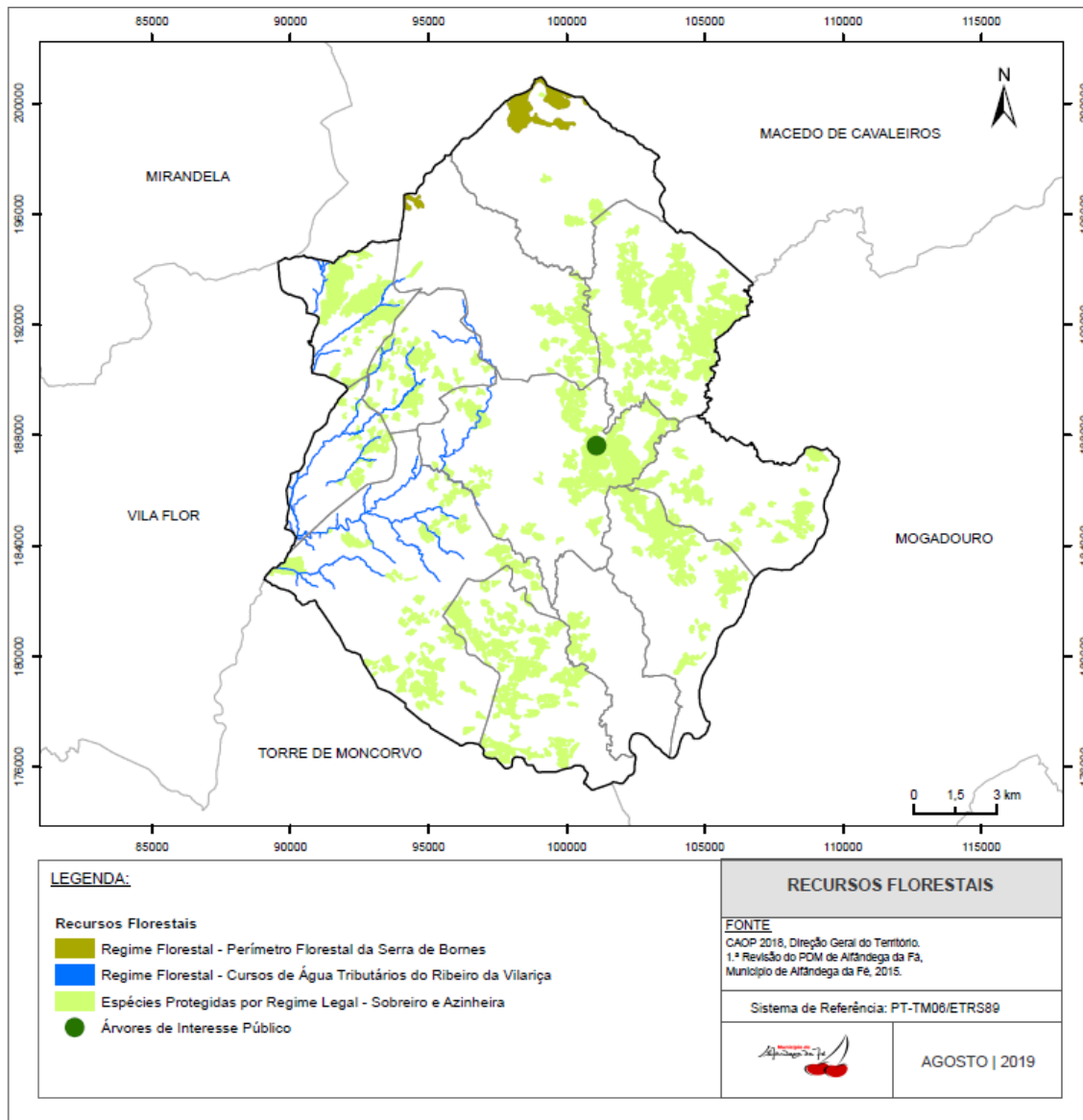
- Para além do disposto, o concelho encontra-se abrangido por um contrato de prospeção e pesquisa para cobre (Cu), chumbo (Pb), zinco (Zn), ouro (Au) e prata (Ag), a par com os concelhos de Mirandela e Vila Flor. Verifica-se, ainda, que o território é abrangido por uma área que foi alvo de pedido de atribuição de direitos de prospeção e pesquisa, que abrange no concelho, parte das freguesias de Cerejais e União das freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra.
- Por fim, no que respeita aos recursos hidrominerais, o concelho é abrangido pela zona alargada de proteção de água mineral natural das Águas de Bem Saúde.



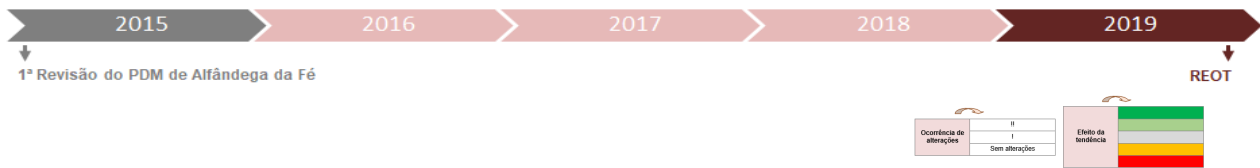


## 4.4 RECURSOS FLORESTAIS

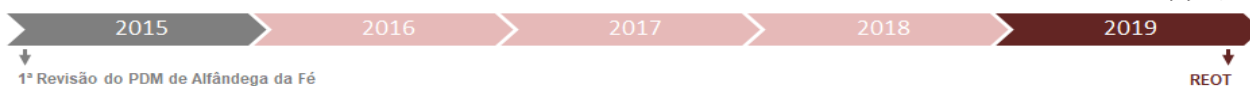
Mapa 15. Recursos Florestais no concelho de Alfândega da Fé



- No concelho de Alfândega da Fé, encontram-se submetidas a Regime Florestal Parcial as áreas incluídas no Perímetro Florestal da Serra de Bornes (cerca de 201 ha), bem como os cursos de água tributários do Ribeiro da Vilarça e seus afluentes e subafluentes.
- Para além do disposto, o concelho detém povoamentos de sobreiro e azinheira que ocupam uma extensa área.



- Por fim, encontra-se ainda uma árvore classificada como de interesse público, nomeadamente um sobreiro (*Quercus suber L.*), localizado na freguesia de Alfândega da Fé, com uma idade de mais de 300 anos.



## 4.5 DINÂMICAS URBANAS

### 4.5.1 Edificação

Quadro 12. Evolução do número de edifícios, entre 2001 e 2011

Unidade Territorial	Edifícios (N.º)		Variação (2001-2011)
	2001	2011	
Região Norte	1.100.329	1.209.911	10,0%
Sub-região Terras de Trás-os-Montes	67.364	69.435	3,1%
<b>Alfândega da Fé</b>	<b>3.513</b>	<b>3.648</b>	<b>3,8%</b>
Bragança	15.649	16.517	5,5%
Macedo de Cavaleiros	8.906	9.847	10,6%
Miranda do Douro	4.919	5.158	4,9%
Mirandela	11.369	11.515	1,3%
Mogadouro	7.249	6.712	-7,4%
Vila Flor	4.655	4.811	3,4%
Vimioso	4.466	4.491	0,6%
Vinhais	6.638	6.736	1,5%

Fonte: IV e V Recenseamento Geral da Habitação, Instituto Nacional de Estatística.

- Assiste-se a um crescimento do número de edifícios, apresentando uma variação relativa de 4%, valor que é superior ao observado no contexto sub-regional.

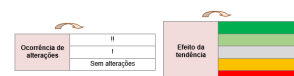
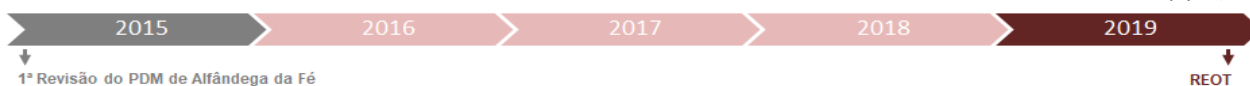
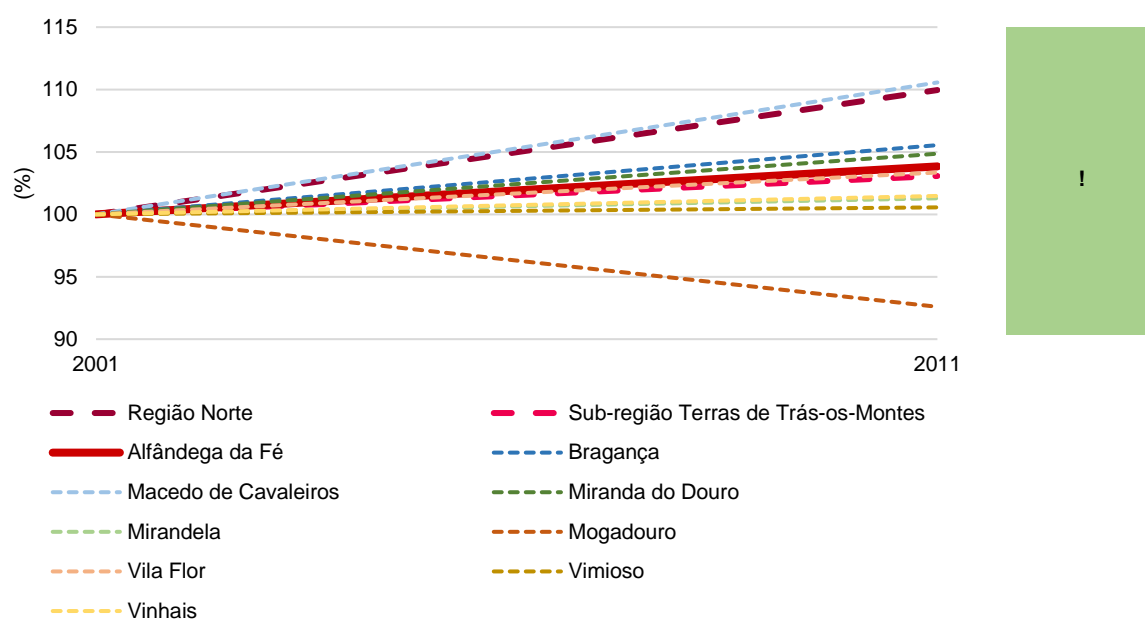


Gráfico 26. Variação no número de edifícios, entre 2001 e 2011 (índice de base 100 em 2001)



Fonte: IV e V Recenseamento Geral da Habitação, Instituto Nacional de Estatística.

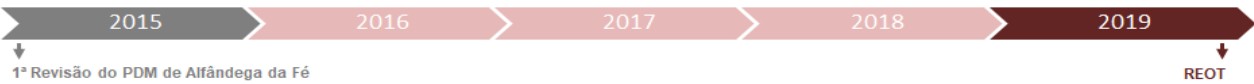
- Confrontando o concelho da Alfândega da Fé com os restantes concelhos que compõem a sub-região Terras de Trás-os-Montes, verifica-se que este apresenta uma evolução favorável, sendo apenas superado pelos concelhos de Bragança, Macedo de Cavaleiros e Miranda do Douro.

Quadro 13. Freguesias do concelho de Alfândega da Fé com o maior e menos número de edifícios em 2011

Freguesia	N.º de edifícios (2011)	Variação (2001-2011)
Alfândega da Fé	986	6,83%
Sambade	413	5,36%
União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde	341	-7,08%
União das freguesias de Pombal e Vales	142	-4,70%
Cerejais	138	1,47%

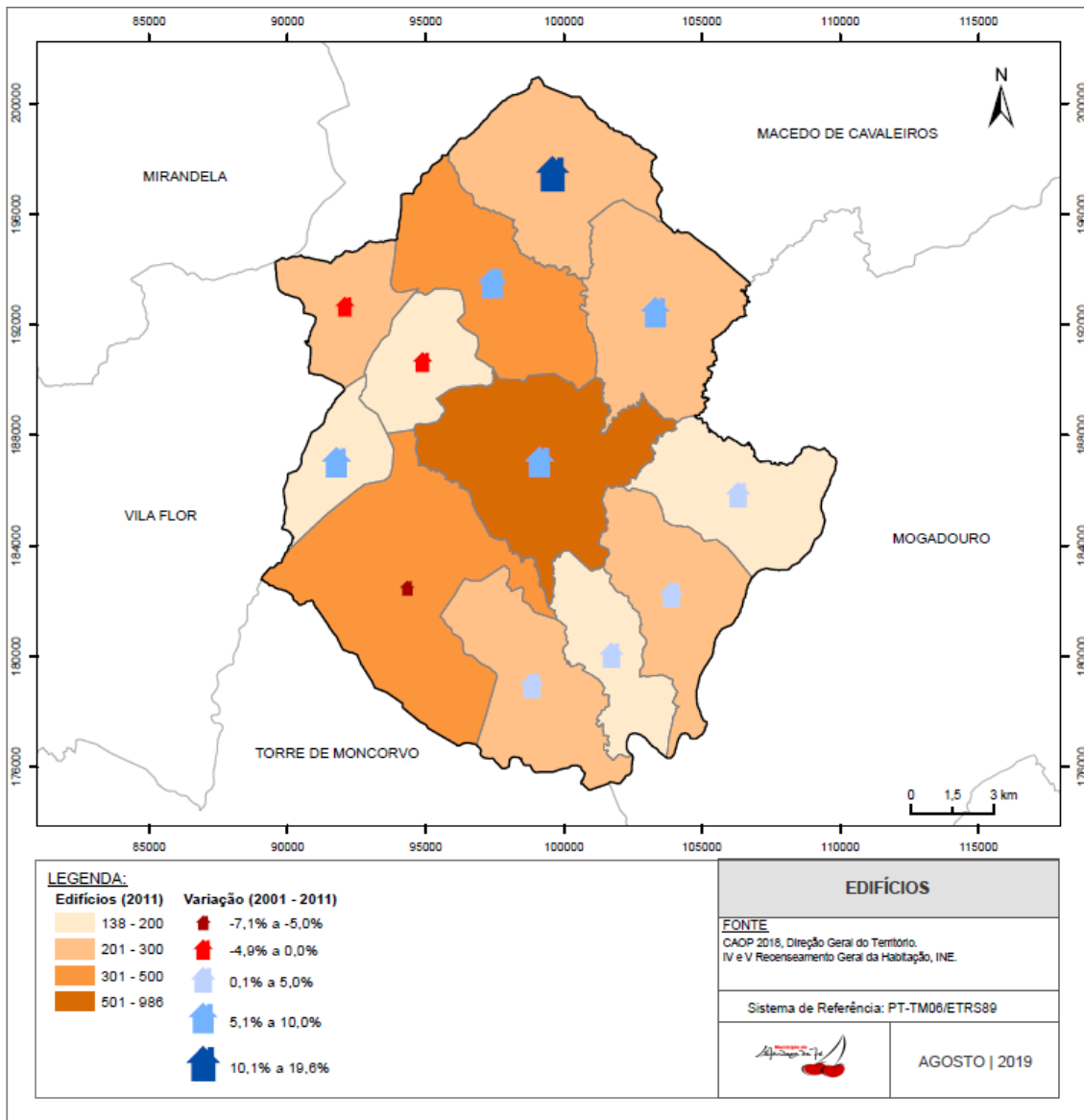
Fonte: IV e V Recenseamento Geral da Habitação, Instituto Nacional de Estatística.

- Em termos comparativos, a freguesia que se destaca com maior número de edifícios é a freguesia de Alfândega da Fé (27% dos edifícios do concelho), seguindo-se a freguesia de Sambade (11% dos edifícios do concelho), observando-se que no período intercensitário ambas as freguesias registam um crescimento expressivo do parque edificado.

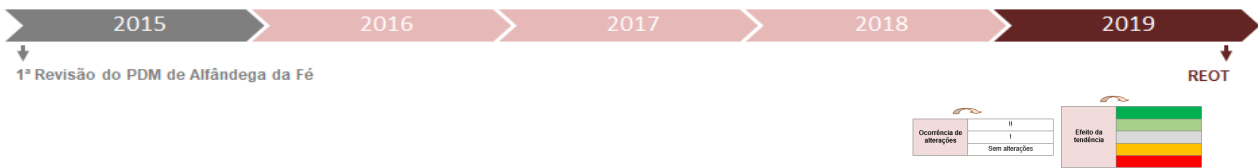


- Em contrapartida, é a freguesia de Cerejais que apresenta o menor número de edifícios em 2011, ainda que registe um crescimento entre 2001 e 2011.

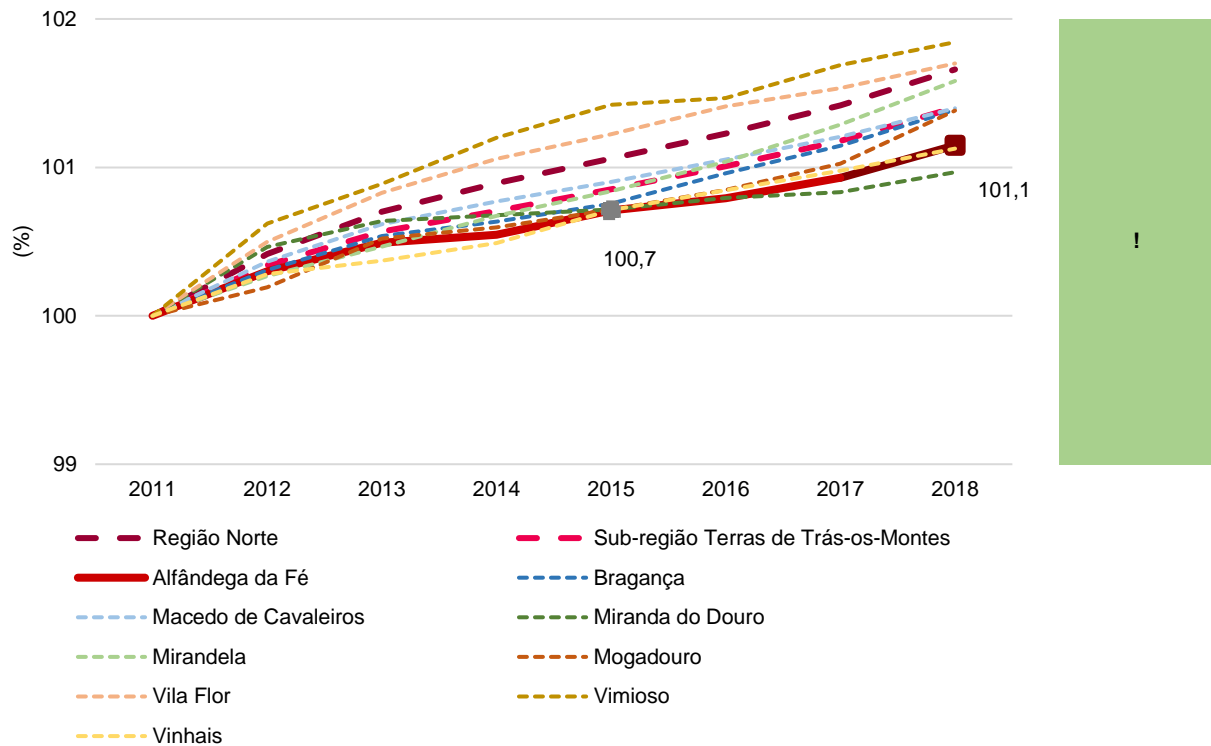
**Mapa 16. Edifícios (2011) e respetiva variação, no concelho de Alfândega da Fé**



- Tal como é possível aferir no Mapa 16, a evolução do parque edificado apresenta-se disforme ao longo do território concelhio, contudo, é possível observar-se a relevância que a freguesia de Alfândega da Fé detém no que respeita ao número de edifícios, correspondendo à freguesia mais central.



**Gráfico 27. Variação da proporção de edifícios de habitação familiar clássicos, entre 2011 e 2017 (índice de base 100 em 2011)**



Fonte: Estatísticas das Obras Concluídas, Instituto Nacional de Estatística.

- Relativamente aos edifícios de habitação familiar clássicos, constata-se que o concelho de Alfândega da Fé assiste a um crescimento contínuo ao longo dos anos, registando uma variação de 1% (aumento de 42 edifícios), sendo que em 2017 conta com um total de 3.700 edifícios de habitação familiar clássicos.

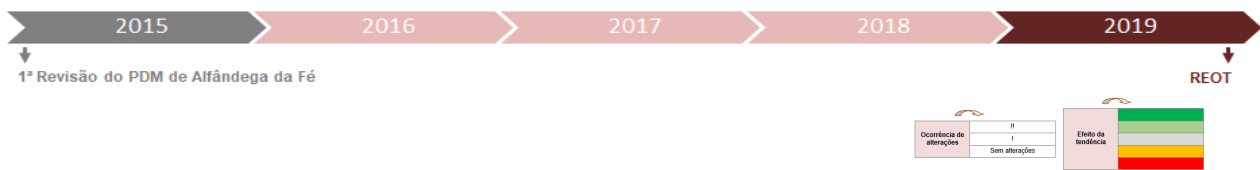
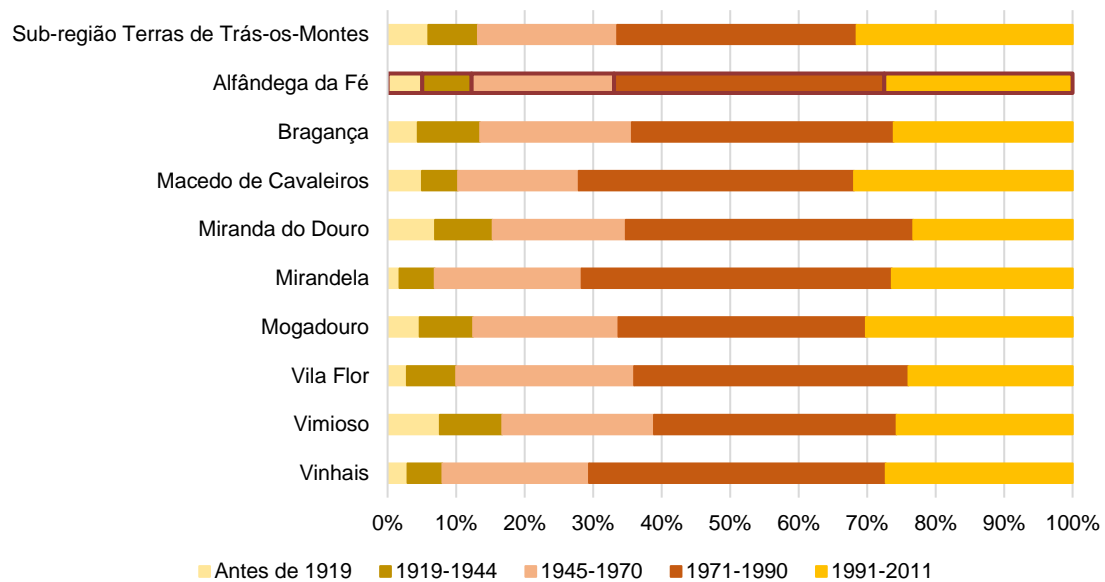
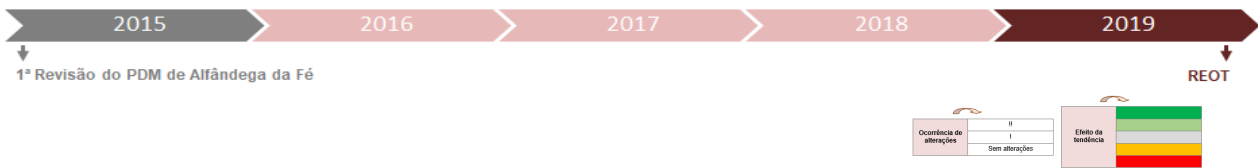


Gráfico 28. Edifícios por época de construção, em 2011

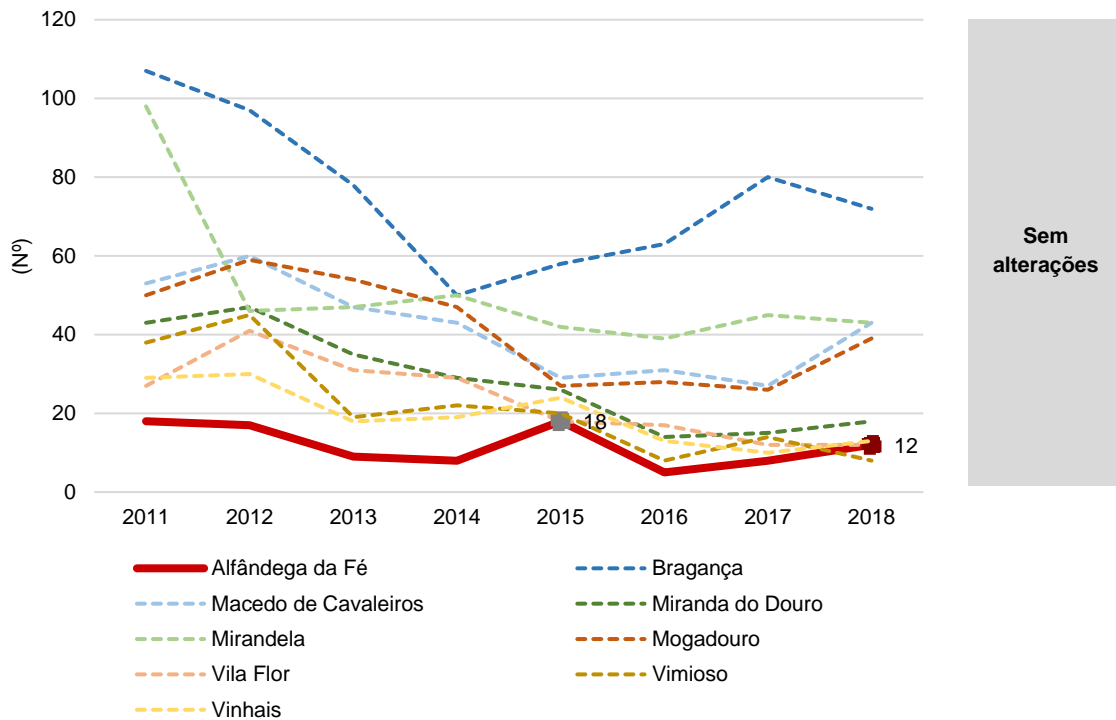


Fonte: IV e V Recenseamento Geral da Habitação, Instituto Nacional de Estatística.

- No que concerne à proporção de edifícios por época de construção, constata-se que predominam os edifícios construídos entre 1971 e 1990 (38%) e os edifícios construídos entre 1991 e 2011 (26%), seguindo uma tendência similar à verificada nos contextos regional e sub-regional.



**Gráfico 29. Evolução dos edifícios concluídos nos concelhos da CIM Terras de Trás-os-Montes, entre 2011 e 2018**



Fonte: Estatísticas das Obras Concluídas, Instituto Nacional de Estatística.

- No que diz respeito aos edifícios concluídos entre 2011 e 2018, constata-se que ocorreu um decréscimo, pese embora se tenham registado pequenas oscilações ao longo dos anos.
- Esta tendência de decréscimo da dinâmica construtiva observa-se também no contexto regional e sub-regional.



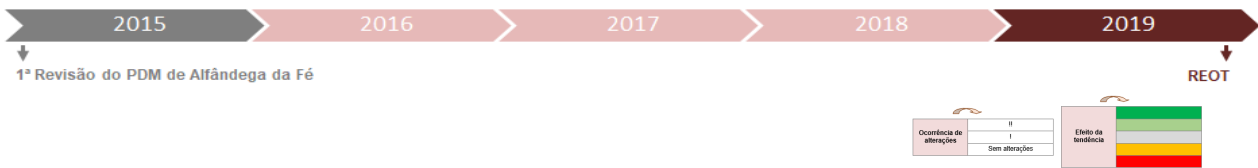
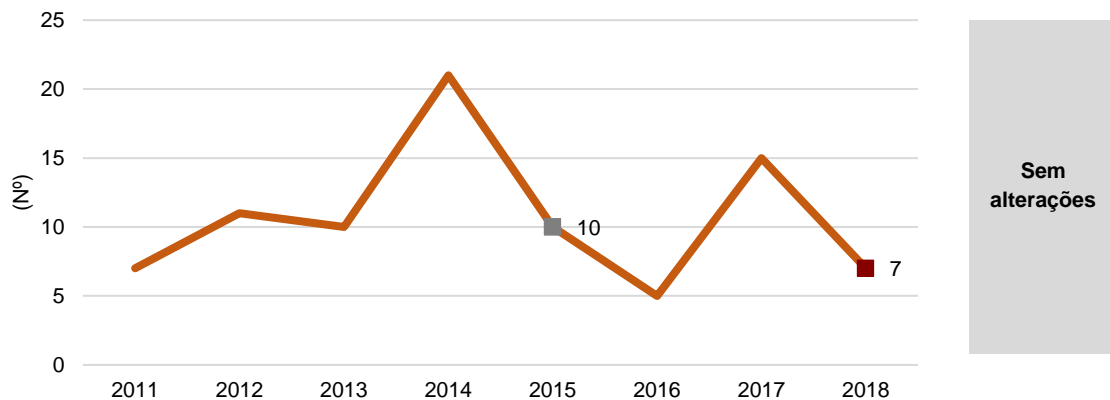


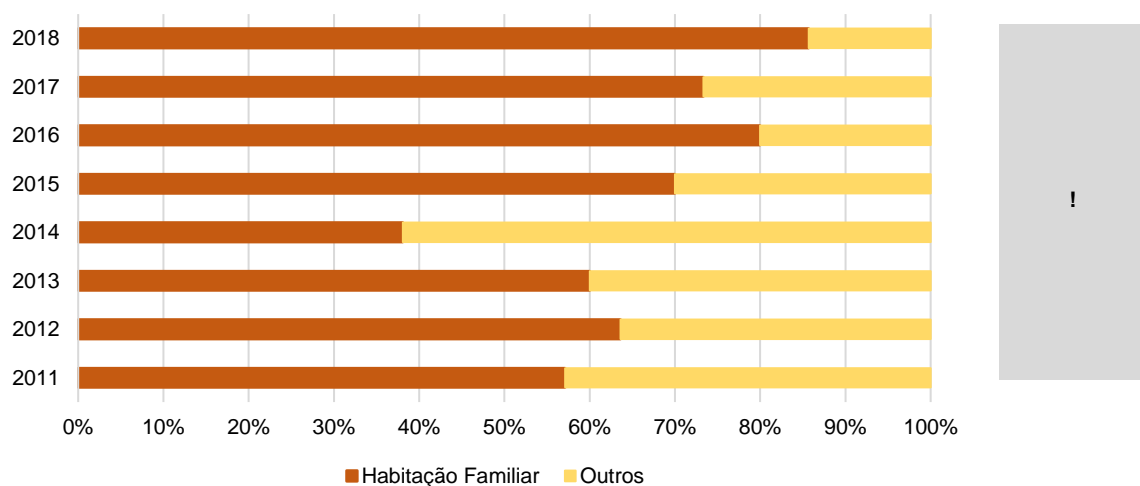
Gráfico 30. Edifícios licenciados entre 2011 e 2018, no concelho de Alfândega da Fé



Fonte: Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios, Instituto Nacional de Estatística.

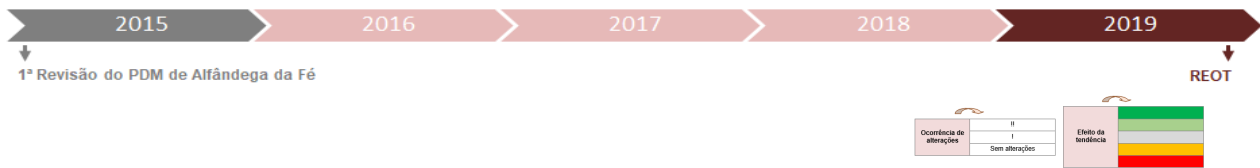
- O número de licenças de construção emitidas entre 2011 e 2018 manteve-se (em ambos os anos registaram-se 7 licenças), contudo, no decorrer do período em análise observam-se oscilações expressivas.

Gráfico 31. Edifícios licenciados por destino de obra entre 2011 e 2018, no concelho de Alfândega da Fé

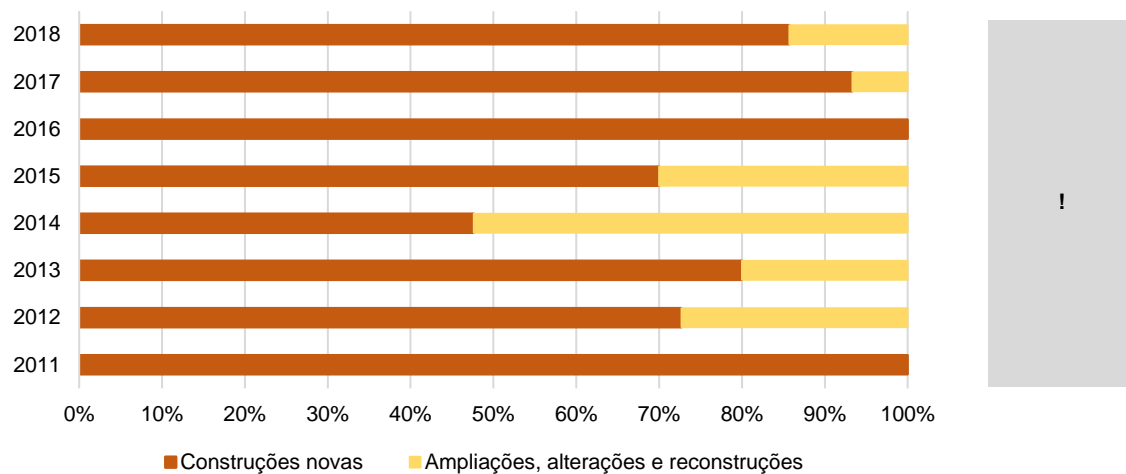


Fonte: Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios, Instituto Nacional de Estatística.

- Entre 2011 e 2018, a grande maioria dos edifícios licenciados destinam-se a habitação familiar.
- No ano 2014, o destino “outros” apresentou elevada relevância, correspondendo a 62% dos edifícios licenciados.

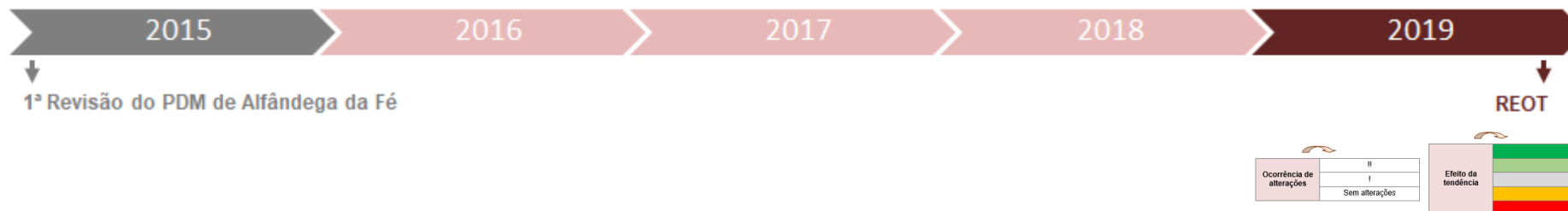


**Gráfico 32. Edifícios licenciados por tipo de obra entre 2011 e 2018, no concelho de Alfândega da Fé**



Fonte: Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios, Instituto Nacional de Estatística.

- Nos anos 2011 e 2016, a totalidade (100%) dos edifícios licenciados constituem novas construções.
- De um modo geral, as “construções novas” detêm maior relevância no que concerne ao tipo de obra dos edifícios licenciados, entre 2011 e 2018, contudo, observam-se oscilações expressivas no período em análise.

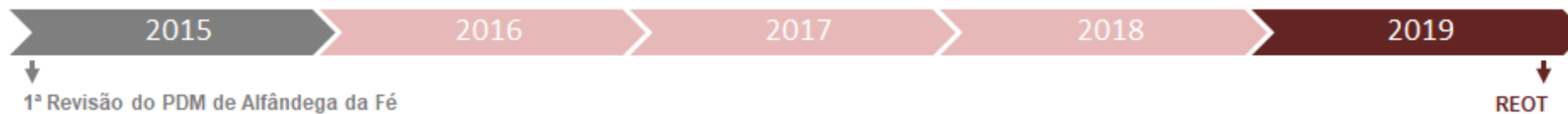


## 4.5.2 Alojamentos

Quadro 14. Alojamentos familiares clássicos, entre 2011 e 2018

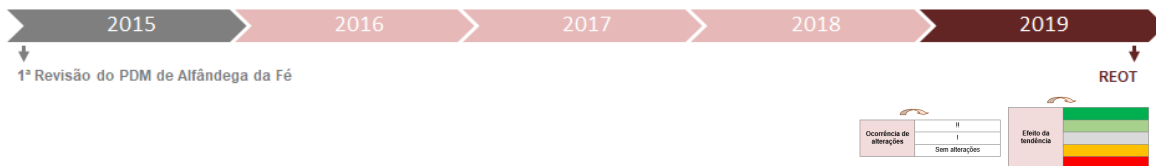
Unidade Territorial	Alojamentos Familiares Clássicos (N.º)								Variação (2015-2018)	Sem alterações
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018		
Região Norte	1.853.531	1.860.951	1.865.866	1.869.117	1.871.845	1.874.873	1.877.989	1.882.626	0,6%	
Sub-região Terras de Trás-os-Montes	84.898	85.177	85.395	85.501	85.616	85.770	85.936	86.133	0,6%	
<b>Alfândega da Fé</b>	<b>3.861</b>	<b>3.872</b>	<b>3.884</b>	<b>3.886</b>	<b>3.892</b>	<b>3.895</b>	<b>3.900</b>	<b>3.908</b>	<b>0,4%</b>	
Bragança	24.836	24.916	24.976	25.001	25.026	25.095	25.146	25.197	0,7%	
Macedo de Cavaleiros	11.699	11.739	11.788	11.803	11.816	11.832	11.847	11.867	0,4%	
Miranda do Douro	5.525	5.549	5.561	5.563	5.565	5.569	5.571	5.578	0,2%	
Mirandela	14.929	14.968	14.992	15.016	15.038	15.071	15.127	15.184	1,0%	
Mogadouro	7.199	7.212	7.239	7.244	7.257	7.266	7.278	7.307	0,7%	
Vila Flor	5.222	5.247	5.263	5.274	5.283	5.292	5.298	5.306	0,4%	

MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ  
RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO



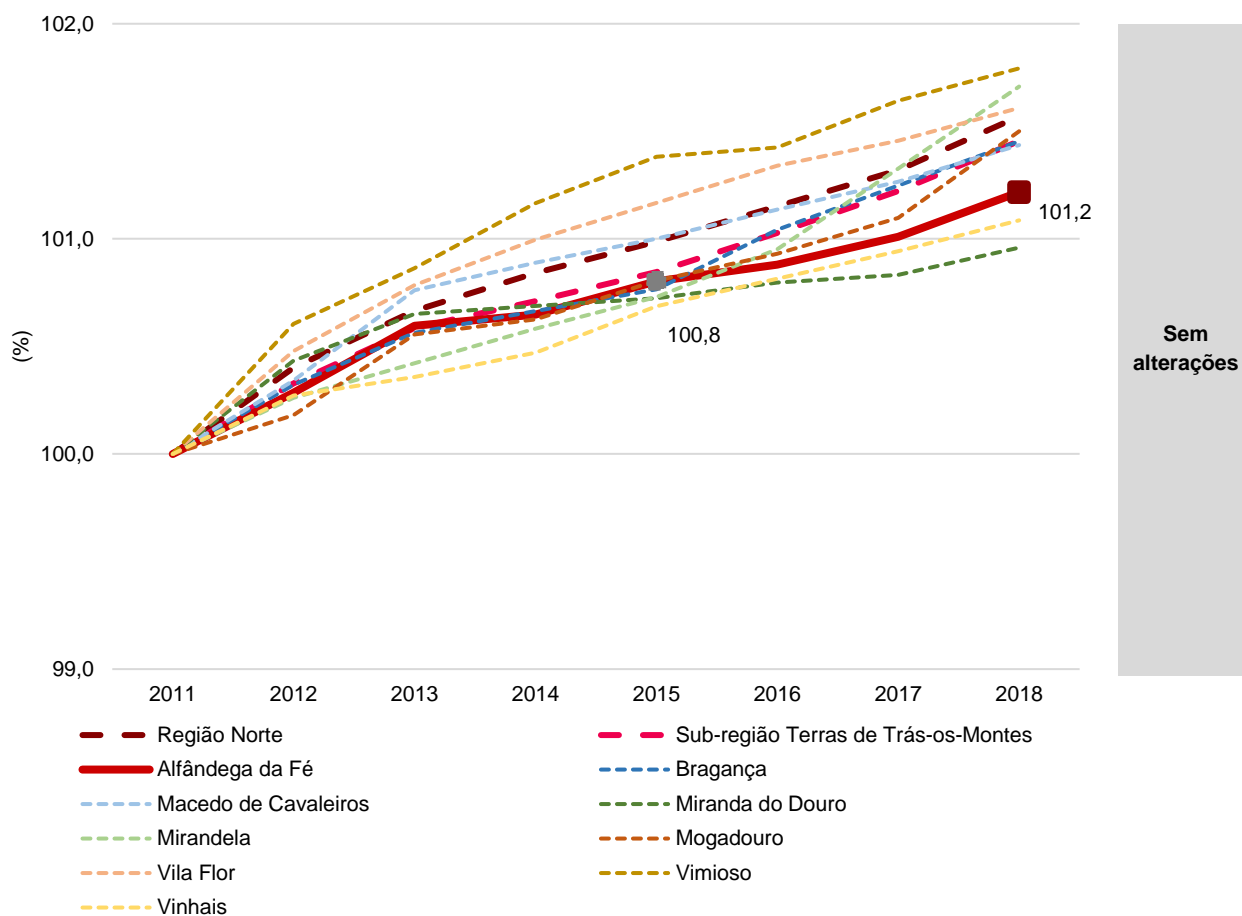
Unidade Territorial	Alojamentos Familiares Clássicos (N.º)								Variação (2015-2018)	Sem alterações
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018		
Vimioso	4.630	4.658	4.670	4.684	4.694	4.696	4.706	4.713	0,4%	
Vinhais	6.997	7.016	7.022	7.030	7.045	7.054	7.063	7.073	0,4%	

Fonte: Estatísticas de Obras Concluídas, Instituto Nacional de Estatística.



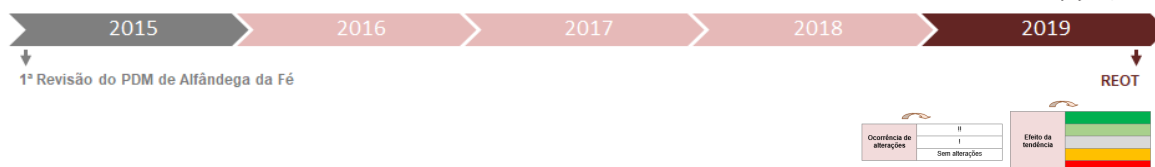
- Entre 2015 e 2017, o número de alojamentos familiares clássicos, apresenta uma tendência de ligeiro crescimento (aumentou 16 alojamentos).
- Esta tendência de crescimento observa-se também no contexto regional e sub-regional.

**Gráfico 33. Variação dos alojamentos familiares clássicos, entre 2011 e 2018 (índice de base 100 em 2011)**



Fonte: Estatísticas de Obras Concluídas, Instituto Nacional de Estatística.

- Em 2018, a par com os concelhos de Miranda do Douro e Vinhais, o concelho de Alfândega da Fé apresenta a variação mais tímida (101%) do seu parque habitacional no contexto sub-regional.
- Neste seguimento, observa-se uma tendência favorável no período em análise, seguindo a tendência verificada na região Norte e sub-região Terras de Trás-os-Montes.



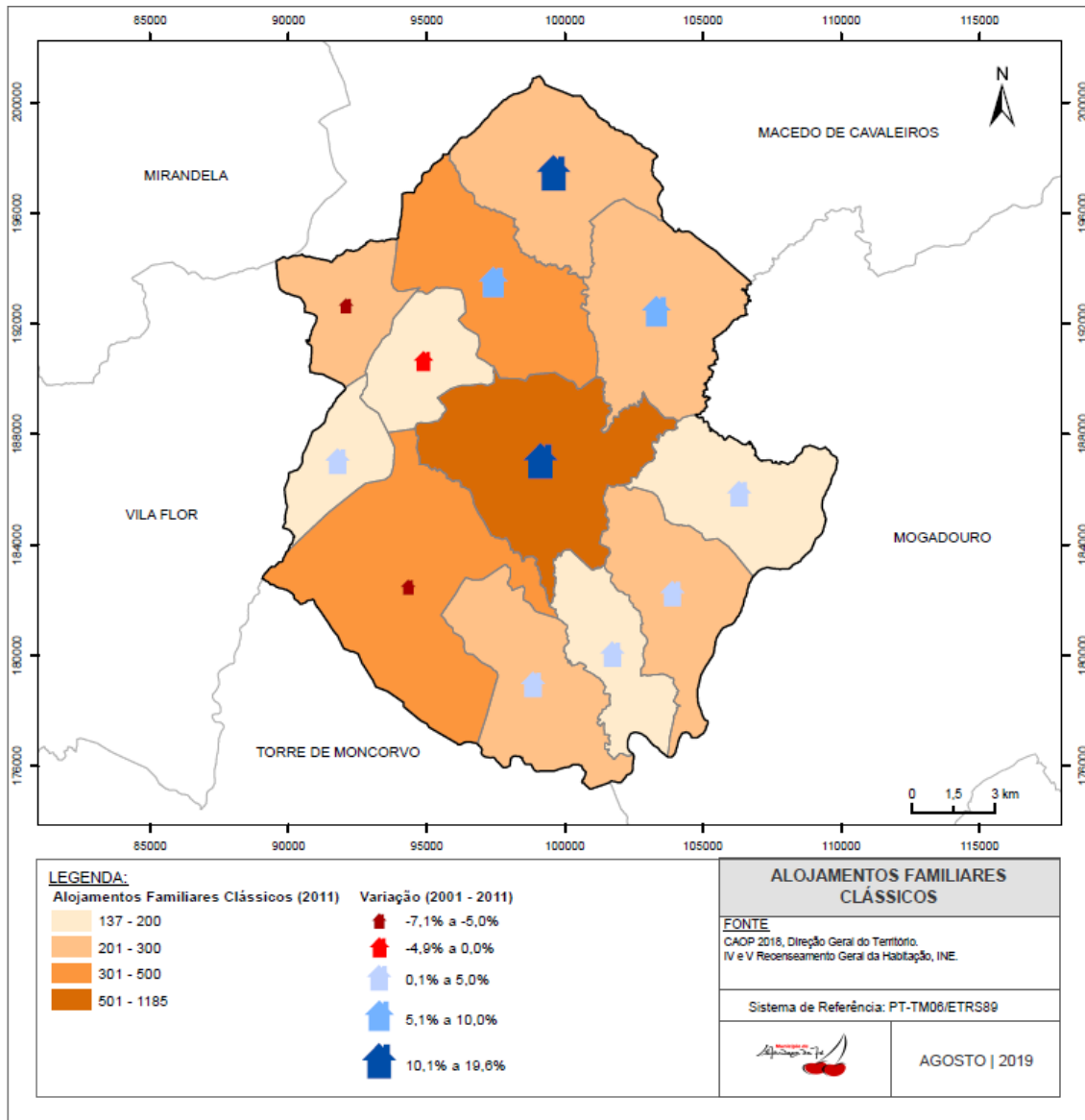
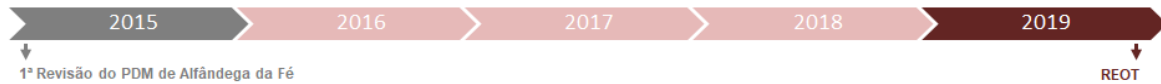
**Quadro 15. Freguesias do concelho de Alfândega da Fé com maior e menor número de alojamentos familiares clássicos em 2011**

Freguesia	N.º de alojamentos (2011)	Varição (2001-2011)
Alfândega da Fé	1.185	15,4%
Sambade	414	5,9%
União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde	341	-7,1%
União das freguesias de Pombal e Vales	142	-4,7%
Cerejais	137	1,5%

Fonte: IV e V Recenseamento Geral da Habitação, Instituto Nacional de Estatística.

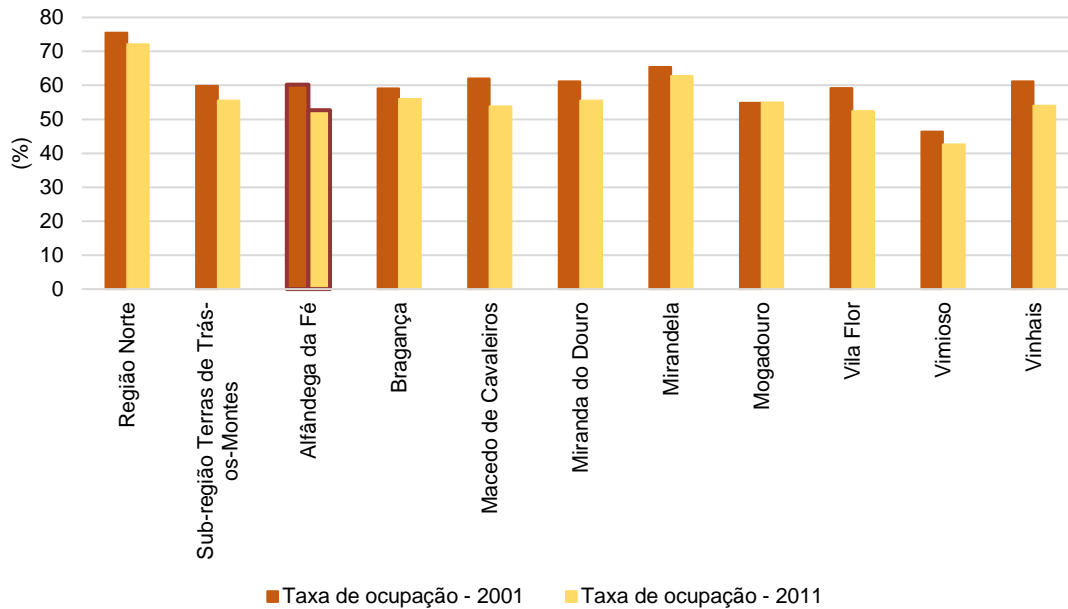
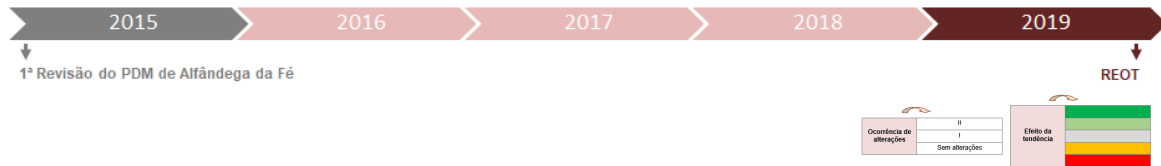
- No ano 2011, a freguesia de Alfândega da Fé destaca-se por apresentar o maior número de alojamentos familiares clássicos no território concelhio (30% do total do concelho), seguindo-se a freguesia de Sambade (11% do total do concelho), tendo ambas as freguesias registado um crescimento no período intercensitário.
- Por seu turno, é a freguesia de Cerejais que regista o menor número de alojamentos familiares clássicos em 2011, apesar de registar também um crescimento entre 2001 e 2011.

**Mapa 17. Alojamentos familiares clássicos (2011) e respetiva variação, no concelho de Alfândega da Fé**



- No Mapa 17 pode constatar-se que as freguesias de Alfândega da Fé, Sambade e União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde se destacam, uma vez que detêm mais de 50% dos alojamentos familiares clássicos existentes no território concelhio, para além de que as duas primeiras (Alfândega da Fé e Sambade) apresentam, no período intercensitário, um crescimento significativo do seu parque habitacional.

Gráfico 34. Taxa de ocupação dos alojamentos, em 2001 e 2011

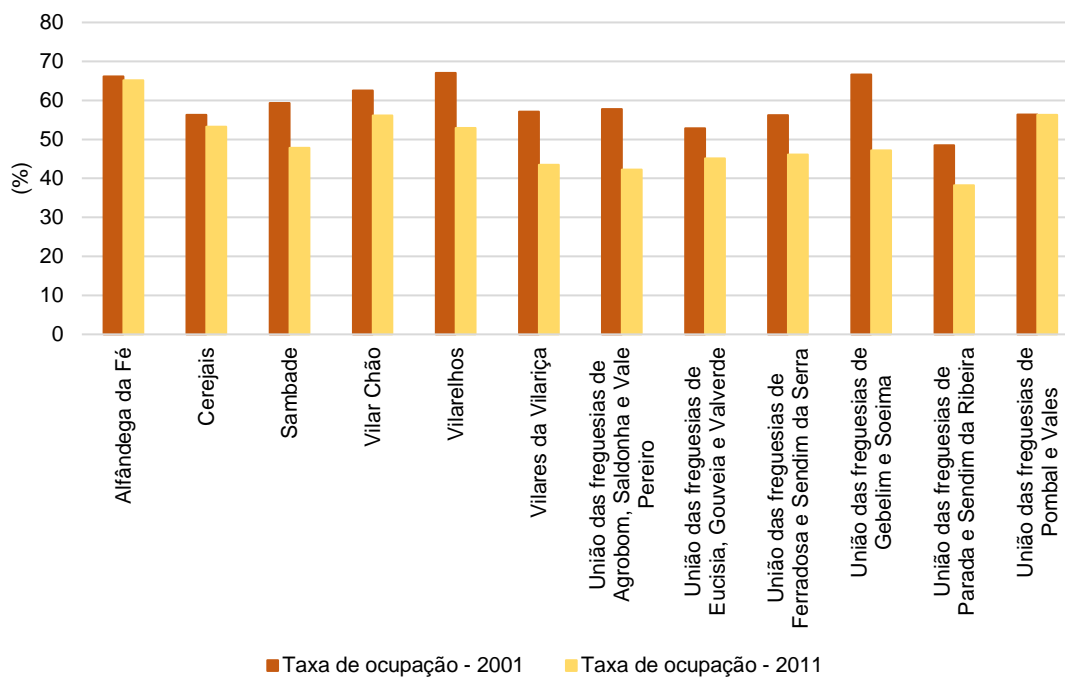
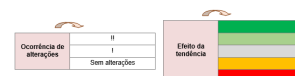
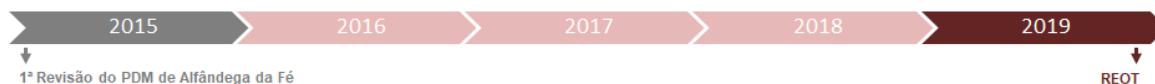


Fonte: IV e V Recenseamento Geral da Habitação, Instituto Nacional de Estatística.

- A taxa de ocupação dos alojamentos no território concelhio decresceu no último período intercensitário, fixando-se abaixo dos valores médios referentes às unidades territoriais onde se encontra inserido;
- Em 2011, a taxa de ocupação dos alojamentos no concelho de Alfândega da Fé é de 53%, superando apenas as observadas nos concelhos de Vimioso (43%) e Vila Flor (52%).

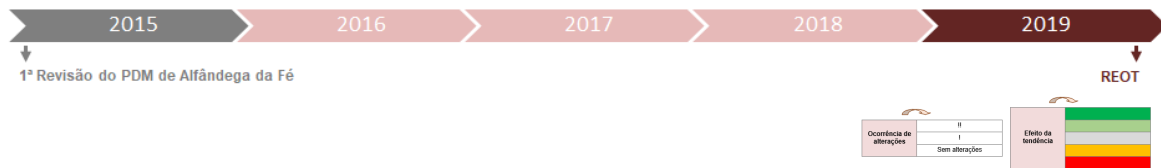
Gráfico 35. Taxa de ocupação dos alojamentos nas freguesias do concelho de Alfândega da Fé, em 2001 e 2011





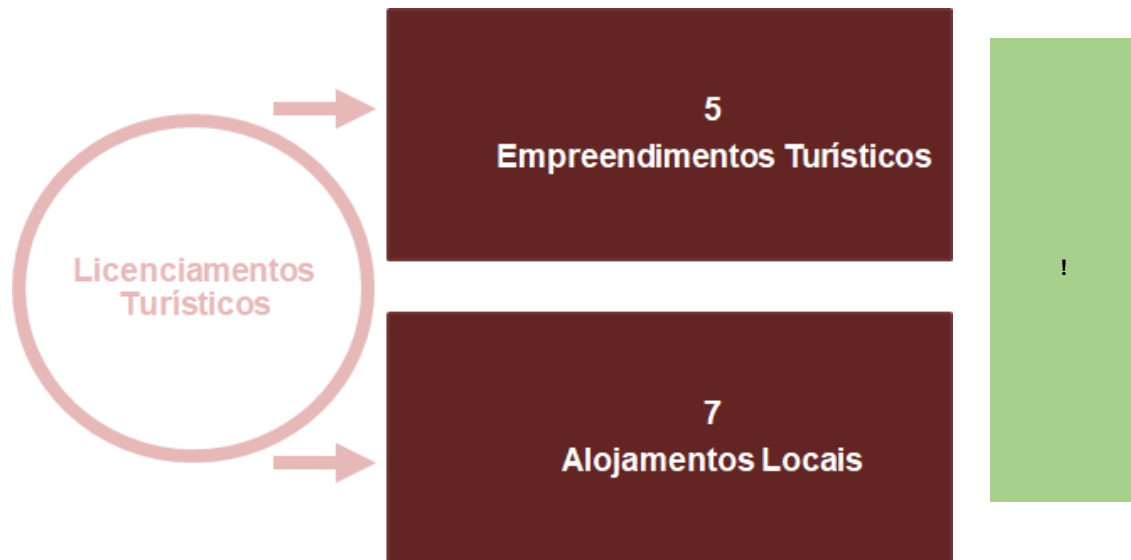
Fonte: IV e V Recenseamento Geral da Habitação, Instituto Nacional de Estatística.

- As freguesias que apresentam as taxas de ocupação dos alojamentos mais expressivas, em 2011, são as freguesias de Alfândega da Fé (65%), União das freguesias de Pombal e Vales (56%) e Vilar Chão (56%).
- Por seu turno, as taxas de ocupação dos alojamentos mais desfavoráveis, registam-se na União das freguesias de Parada e Sendim da Ribeira (38%) e na União das freguesias de Agrobom, Saldonha e Vale Pereiro (42%).



## 4.6 LICENCIAMENTOS TURÍSTICOS

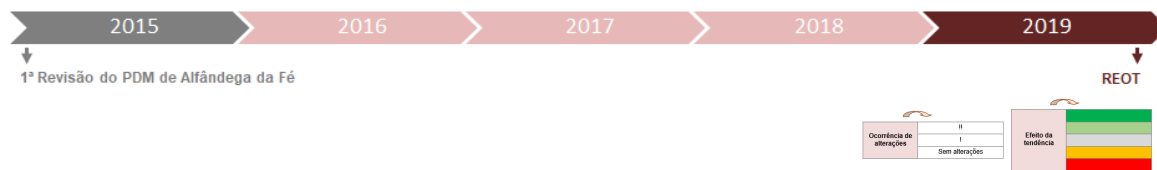
Figura 10. Evolução dos Licenciamentos Turísticos no concelho de Alfândega da Fé, entre 2015 e 2019



Fonte: Registo Nacional de Turismo, Turismo de Portugal (2019)<sup>3</sup>.

- Entre 2015 (inclusive) e o primeiro semestre de 2019, registou-se uma evolução favorável dos licenciamentos turísticos no concelho de Alfândega da Fé, tendo contado com a abertura de cinco empreendimentos turísticos (todos eles correspondem a empreendimentos de turismo em espaço rural) e sete alojamentos locais (seis moradias e um estabelecimento de hospedagem).

<sup>3</sup> Disponível em: <https://rnt.turismodeportugal.pt/RNT/ConsultaRegisto.aspx> (acedido a 25 de julho de 2019).



**Figura 11. Empreendimentos Turísticos e Alojamento Local localizados no concelho de Alfândega da Fé, em 2019**



Fonte: Registo Nacional de Turismo, Turismo de Portugal (2019)<sup>4</sup>.

- Atualmente, o concelho de Alfândega da Fé conta com um total de 14 empreendimentos turísticos (destaca-se a freguesia de Sambade com cinco empreendimentos) e 10 alojamentos locais (salienta-se a freguesia de Alfândega da Fé com seis alojamentos).

<sup>4</sup> Disponível em: <https://rnt.turismodeportugal.pt/RNT/ConsultaRegisto.aspx> (acedido a 25 de julho de 2019).

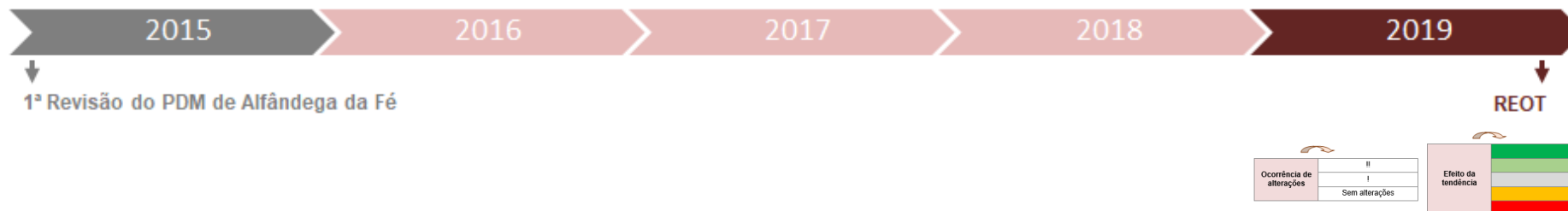
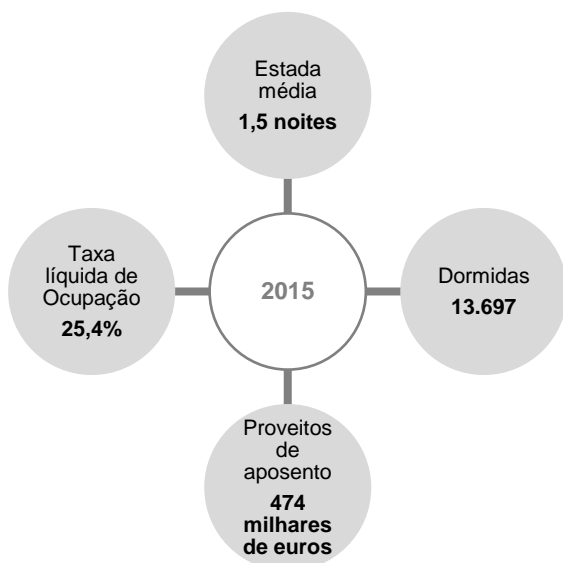
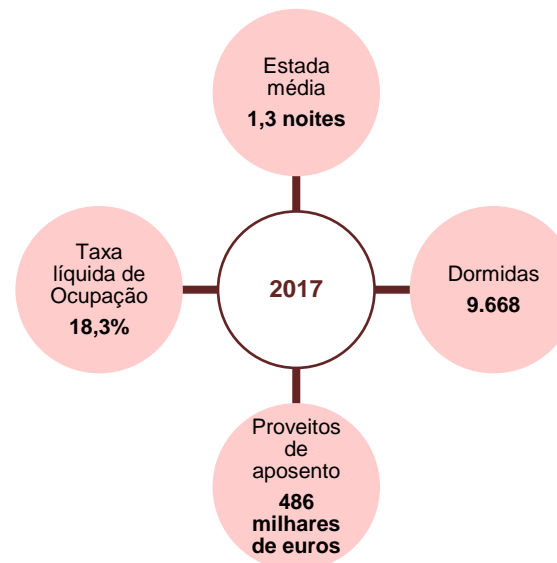


Figura 12. Indicadores de ocupação turística, no concelho de Alfândega da Fé (2015)

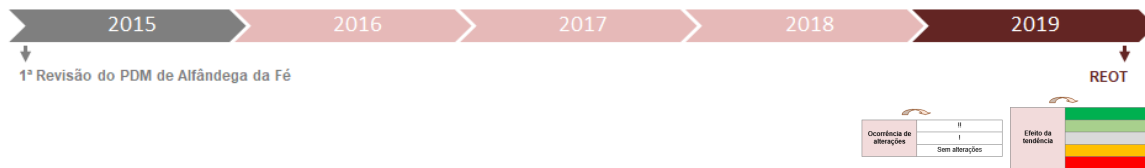


Fonte: Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos, Instituto Nacional de Estatística.

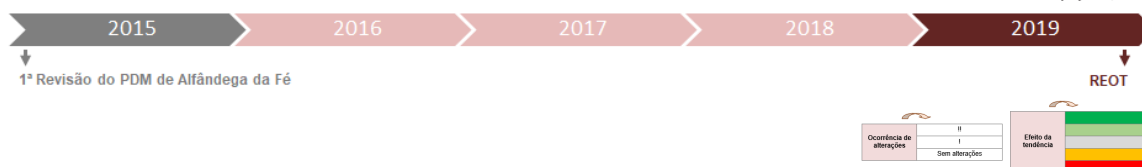
Figura 13. Indicadores de ocupação turística, no concelho de Alfândega da Fé (2017)



Fonte: Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos, Instituto Nacional de Estatística.



- No que concerne aos indicadores de ocupação turística, constata-se uma evolução decrescente entre 2015 e 2017, tanto no que respeita à estada média, dormidas e taxa líquida de ocupação, demonstrando um desempenho desfavorável do setor turístico.
- Face ao disposto, constata-se que o território concelhio apresentou uma tendência inversa à observada no contexto regional e sub-regional, no que diz respeito à estada média, dormidas e taxa líquida de ocupação. Já os proveitos de aposento, que registaram um pequeno crescimento no território concelhio, apresentaram uma evolução que ficou aquém da observada nas restantes unidades territoriais.



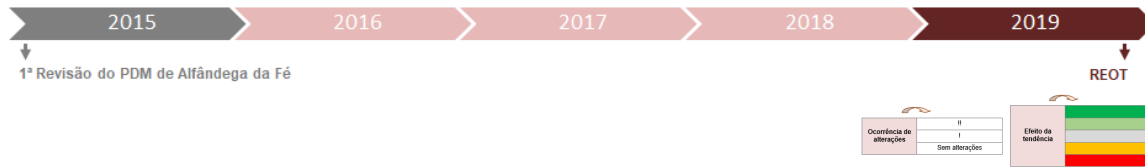
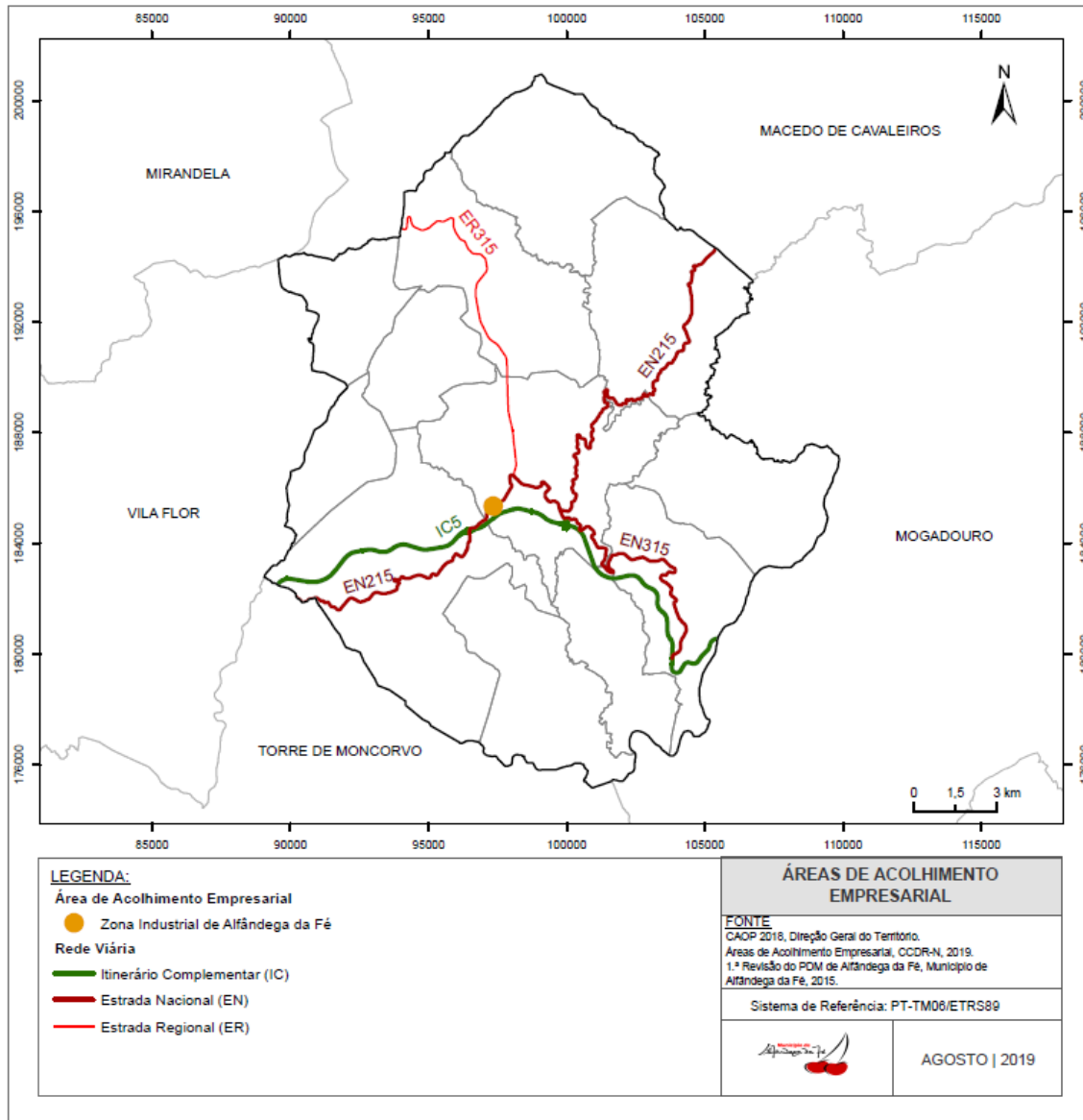
## 4.7 SETOR INDUSTRIAL E ESPAÇOS DE ATIVIDADES ECONÓMICAS

- Com uma localização estratégica, a Zona Industrial de Alfândega da Fé encontra-se situada no setor sul da Vila, próximo da EN215 e com ligação direta ao IC5. O acesso à cidade do Porto e até mesmo a Espanha apresenta-se fácil e rápido.
- No que concerne aos usos dominantes, destacam-se as oficinas de mecânica de automóveis, fábricas de amêndoa, venda de produtos de instalação elétrica, armazéns, unidades de transformação agroalimentares e posto de abastecimento de combustíveis.
- Na operação urbanística promovida pelo município em 2016, designadamente na 7.<sup>a</sup> alteração do Loteamento da Zona Industrial de Alfândega da Fé, procedeu-se à ampliação desta zona com o intuito de fixar investidores locais, passando de 107.202,5 m<sup>2</sup> para 164.274,5 m<sup>2</sup>. Assim, o projeto de requalificação (da zona já existente) e de ampliação tem o objetivo de criar melhores condições na Zona Industrial de Alfândega da Fé, com o propósito de dinamizar o tecido empresarial, fomentar o desenvolvimento económico e atrair novas empresas, permitindo a criação de mais emprego no território concelhio.
- Atualmente existem espaços disponíveis para a instalação de empresas na Zona Industrial de Alfândega da Fé.

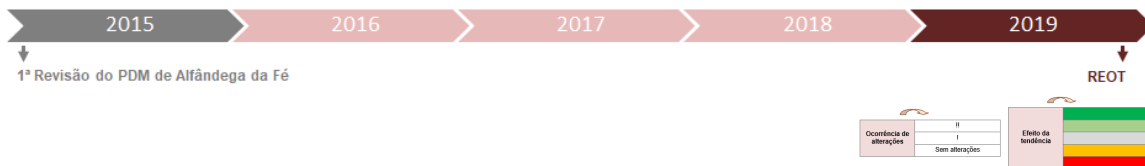
**Quadro 16. Disponibilidade de áreas de acolhimento empresarial no concelho da Alfândega da Fé**

Áreas de Acolhimento Empresarial	Estado	Área (m <sup>2</sup> )
Zona Industrial de Alfândega da Fé	Ativo	164.274,5

Fonte: Município de Alfândega da Fé (2016); CCDR-N (2019).

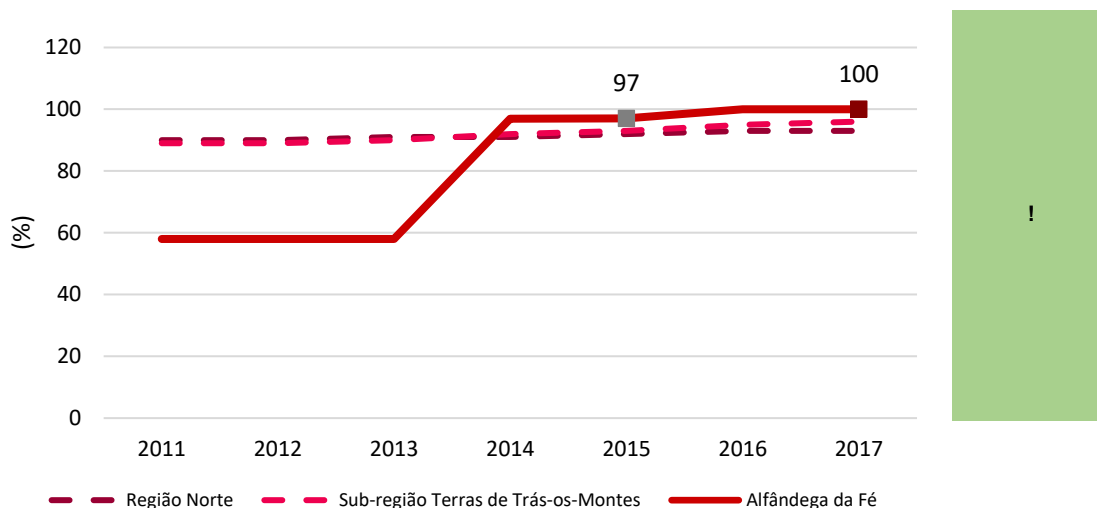

**Mapa 18. Áreas acolhimento empresarial do concelho de Alfândega da Fé**


- Na futura revisão do PDM de Alfândega da Fé apresenta-se relevante que se tenha em conta que o setor industrial pode constituir um importante motor de desenvolvimento do concelho, sendo por isso importante gerir de forma eficaz a zona industrial, tornando-a mais atrativa para a localização de empresas e indústrias neste território.



## 4.8 INFRAESTRUTURAS

Gráfico 36. Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água, entre 2011 e 2017<sup>5</sup>



Fonte: *Sistemas Públicos Urbanos de Serviços de Águas/ Vertente Física e de Funcionamento, Instituto Nacional de Estatística.*

- A proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água no concelho de Alfândega da Fé, entre 2011 e 2017, apresentou um crescimento significativo.
- No ano 2017, 100% dos alojamentos encontram-se servidos por abastecimento de água (face aos 97% registados no ano 2015), valor superior ao registado no contexto regional e sub-regional.

<sup>5</sup> De notar que os dados disponibilizados pelo INE não apresentam qualquer valor relativamente ao ano 2014, para o concelho de Alfândega da Fé, assim foi tido em consideração, para esse ano, o valor disponibilizado no Portal da ERSAR.



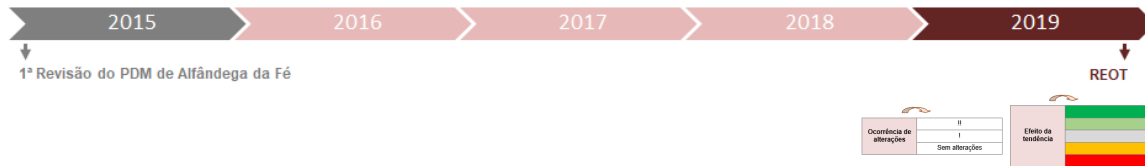
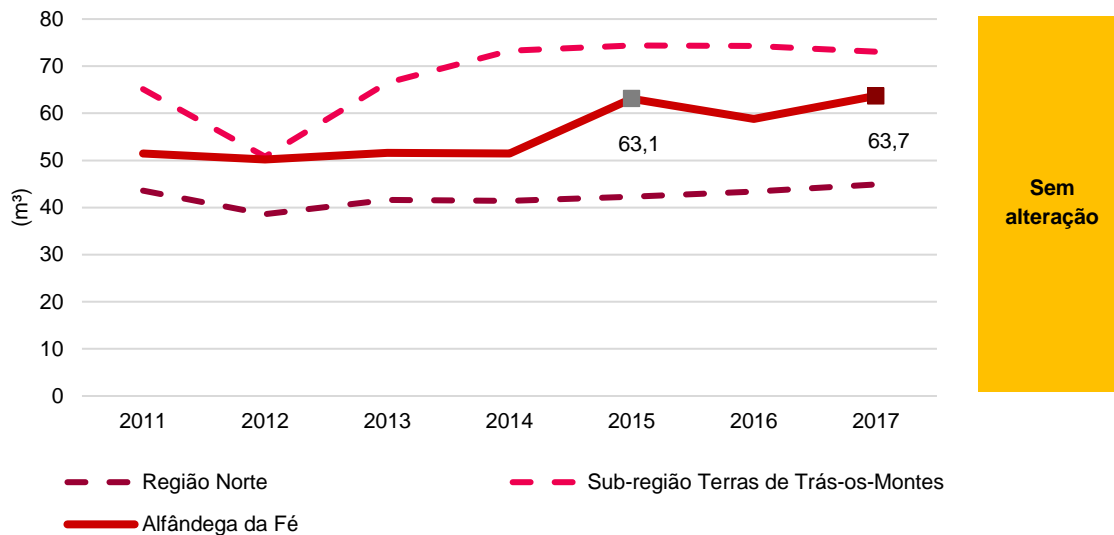


Gráfico 37. Consumo de água por habitante, entre 2011 e 2017



Fonte: *Sistemas Públicos Urbanos de Serviços de Águas/ Vertente Física e de Funcionamento, Instituto Nacional de Estatística.*

- O consumo de água por habitante apresenta-se relativamente estável até 2014, seguindo-se um crescimento até ao ano 2017.
- No ano 2017, o território concelhio constitui o quarto concelho com o maior consumo de água por habitante no contexto sub-regional.
- De relevar que os valores apresentados pelo concelho da Alfândega da Fé, no período analisado, fixam-se abaixo da média do contexto sub-regional.

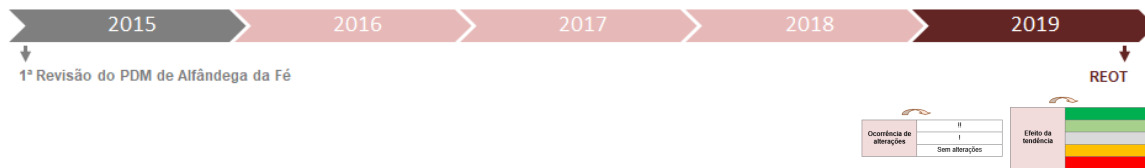
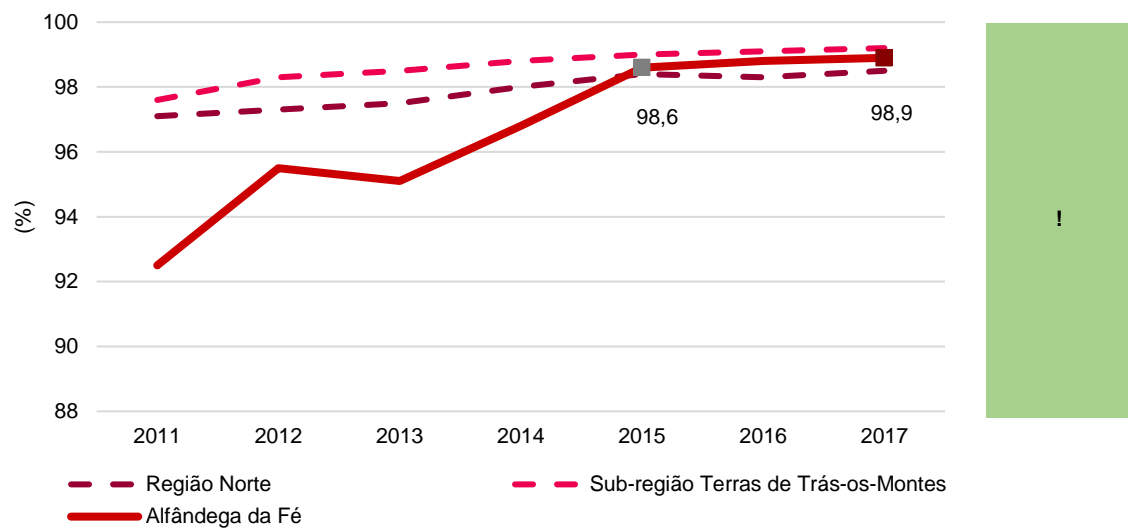
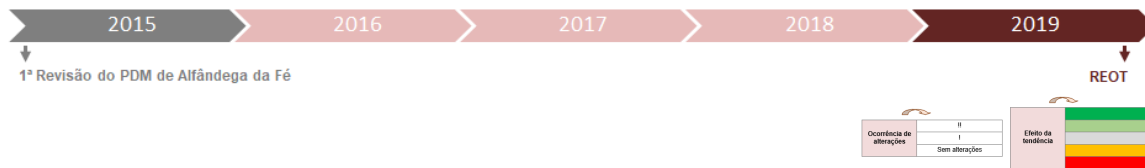
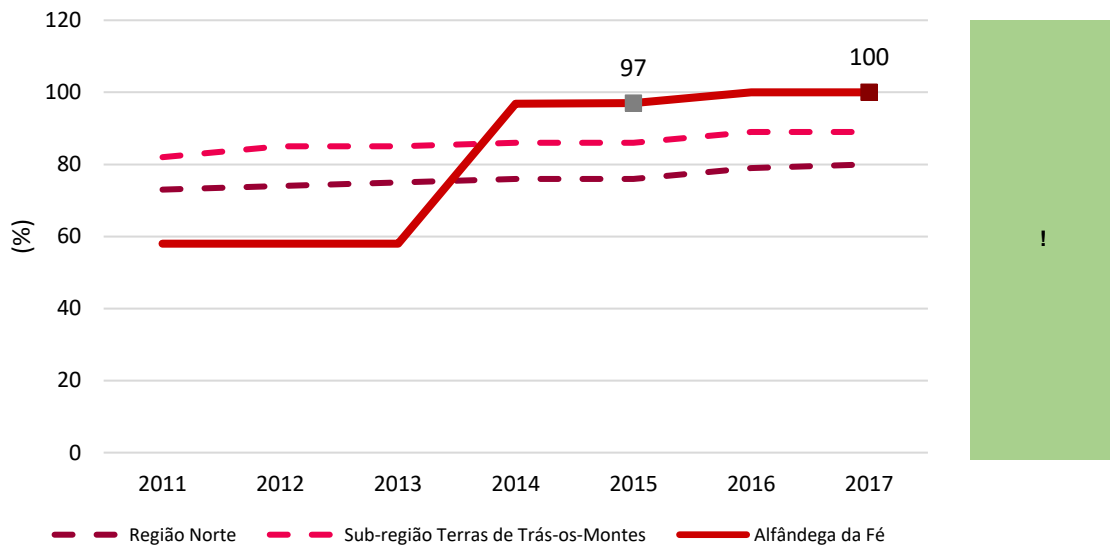


Gráfico 38. Proporção de água segura para consumo humano, entre 2011 e 2017



Fonte: ERSAR, PORDATA (2019).

- A proporção de água segura para consumo humano no concelho de Alfândega da Fé, entre 2011 e 2017, demonstra uma tendência crescente.
- Ao longo do período em análise, o desempenho deste indicador supera o observado no contexto regional e sub-regional, observando-se que, desde o ano 2015, o território concelhio apresenta um valor superior ao registado na região Norte.

Gráfico 39. População servida por sistema de drenagem de águas residuais, entre 2011 e 2017<sup>6</sup>

Fonte: *Sistemas Públicos Urbanos de Serviços de Águas/ Vertente Física e de Funcionamento, Instituto Nacional de Estatística.*

- No que respeita à proporção de população servida por sistema de drenagem de águas residuais, é possível observar-se que, em 2017, abrangia 100% da população residente, constituindo o concelho com o valor mais elevado no contexto sub-regional.
- Neste seguimento, constata-se que, desde 2015, o território concelhio supera os valores registados na região Norte e sub-região Terras de Trás-os-Montes.

<sup>6</sup> De notar que os dados disponibilizados pelo INE não apresentam qualquer valor relativamente ao ano 2014, para o concelho de Alfândega da Fé, assim foi tido em consideração, para esse ano, o valor disponibilizado no Portal da ERSAR.

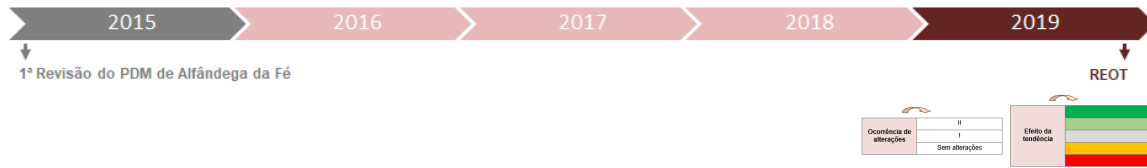
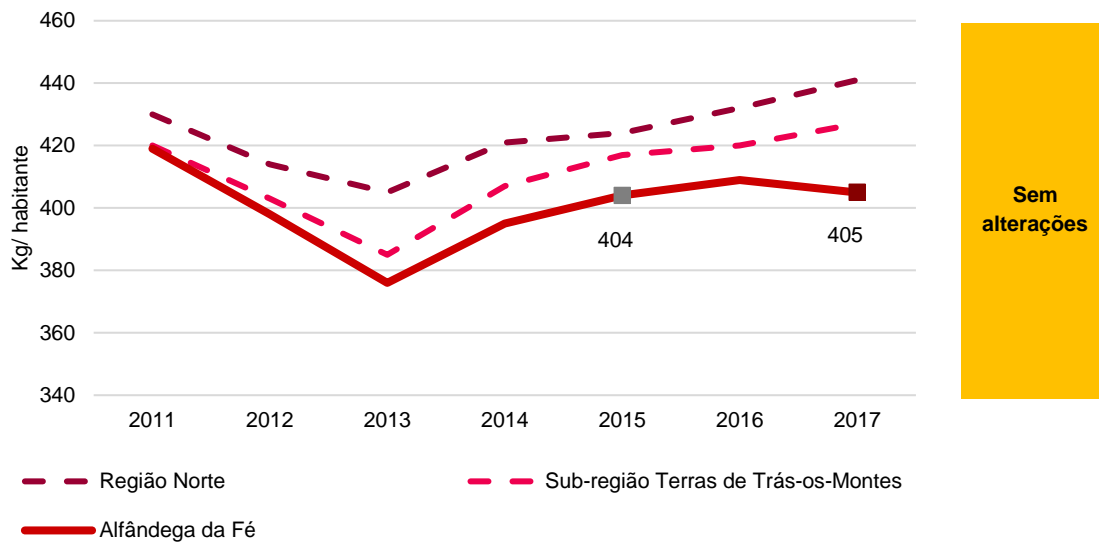
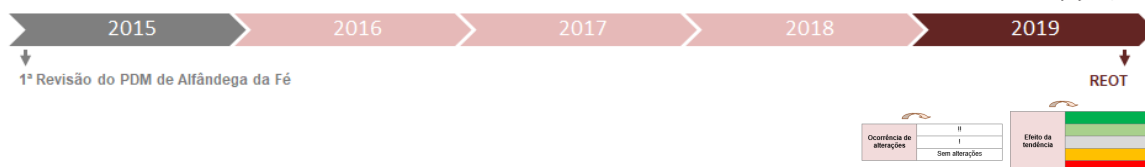


Gráfico 40. Resíduos produzidos por habitante, entre 2011 e 2017



Fonte: Estatísticas dos Resíduos Urbanos, Instituto Nacional de Estatística.

- No que respeita à quantidade de resíduos produzidos por habitante, é possível observar-se que, até 2013, o concelho assistiu a um decréscimo bastante expressivo, seguindo-se um crescimento.
- Deste modo, no ano 2017, cada habitante produziu 405 kg de resíduos, verificando-se que o concelho de Alfândega da Fé foi o quarto concelho que menos lixo produziu por habitante.
- De destacar que, ao longo do período analisado, o território concelhio fixou-se em valores inferiores aos observados nos contextos regional e sub-regional.



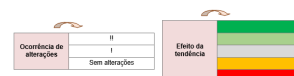
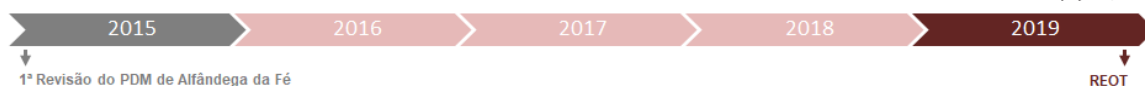
## 4.9 EQUIPAMENTOS COLETIVOS

**Quadro 17. Quadro comparativo relativo à evolução dos equipamentos coletivos entre 2015 e a elaboração do REOT (2019)<sup>7</sup>**

Equipamentos	Tipologias	Número		Alterações
		2015	2019	
Equipamentos Administrativos	Câmara Municipal (1) Conservatória do Registo Civil, Predial e Comercial (1) Estação de Correios (1) Junta de Freguesia (12) Repartição das Finanças (1) Segurança Social (1) Tribunal Judicial (1)	18	18	Decorrente da reorganização administrativa dos territórios das freguesias, no ano 2013 ocorreu um decréscimo do número de juntas de freguesia, de 20 para 12.
Equipamentos Culturais	Associação Cultural ou Recreativa (8) Casa da Cultura Mestre José Rodrigues (1) Auditório Manuel Faria (1) Biblioteca Municipal (1) Cetro de Interpretação do Território (1) Centro Cultural de Sambade (1) Posto de Turismo (1)	13	14	Entrada em funcionamento do CIT, em Sambade.
Equipamentos Desportivos	Associação Recreativa ou Desportiva (3) Centro de Formação Desportiva / Grande Campo de Jogos (1) Pavilhão Desportivo (1) Piscina Coberta (1) Piscina Descuberta (1) Pequeno Campo de Jogos - polidesportivo (9) Circuito de Manutenção (1) Percurso Pedestre (9) Parque Infantil (4)	30	30	Nada a apontar.
Equipamentos de Educação	Escola Básica do 1.º Ciclo (1) Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos e Ensino Secundário (1) Jardim de Infância (3) Jardim de Infância (privado) (1)	11	7	Verificou-se o encerramento de 4 Jardins de Infância

**Sem alterações**

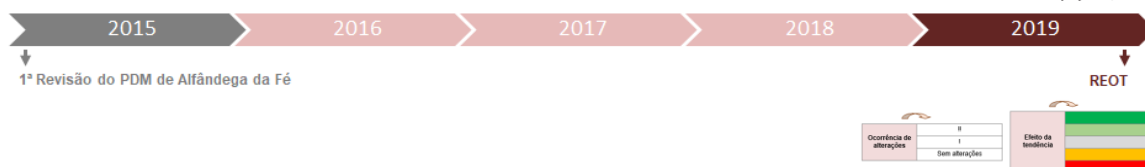
<sup>7</sup> Foi tida em consideração informação disponível no *website* da Câmara Municipal de Alfândega da Fé.



Equipamentos	Tipologias	Número		Alterações
		2015	2019	
	Creche (privado) (1)			
Equipamentos de Prevenção e Segurança Pública	Guarda Nacional Republicana (1) Corpo de Bombeiros Voluntários (1)	2	2	Nada a apontar.
Equipamentos Religiosos	Capela (22) Cemitério (27) Igreja (29) Santuário (6)	84	84	Nada a apontar.
Equipamentos de Saúde	Centro de Saúde (1) Clínica Médica (1) Extensão do Centro de Saúde (1) Farmácia (2)	5	5	Nada a apontar.
Equipamentos Sociais	Associação de Apoio Social (2) Santa Casa Misericórdia (1) Lar de Idosos (5) "Mini" Lar de Idosos (2) Centro de Dia (2) Serviço de Apoio Domiciliário (6) Centro Atendimento para pessoas com deficiência (1) Delegação da Cruz Vermelha (1)	16	20	Entrada em funcionamento do Lar/SAD de Gebelim e do Lar/SAD de Parada.
Equipamentos Diversos	Mercado Municipal (1) Recinto da Feira Municipal (1)	2	2	Nada a apontar.

Fonte: Município de Alfândega da Fé (2019).

- Os equipamentos de educação sofreram alteração, fruto do encerramento de quatro jardins de infância.
- Registou-se um aumento de respostas em equipamentos sociais e culturais.
- Os equipamentos do concelho encontram-se, de um modo geral, distribuídos por todo o território, todavia observa-se uma maior concentração na sede do concelho, designadamente na freguesia de Alfândega da Fé.

**Quadro 18. Capacidade de respostas sociais (2018), no concelho de Alfândega da Fé**

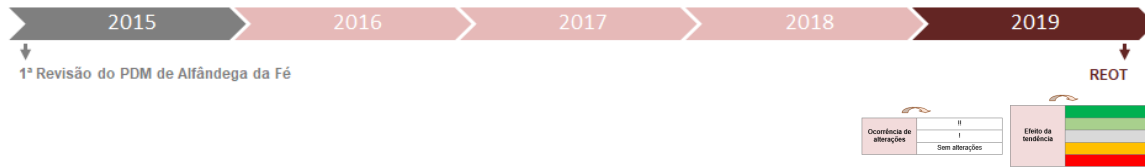
Valência	Número de Equipamentos com Resposta à Valência	Utentes	Capacidade total
Creche	1	33	35
Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade (CAARPDI)	1	25	25
Centro de Dia	2	5	20
Estabelecimento de Educação Pré-Escolar <sup>8</sup>	4	86	125
Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (Lar de Idosos e Residência)	7	151	173
Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	6	167	239

Fonte: Carta Social (2019)<sup>9</sup>.

- Relativamente à taxa de ocupação dos equipamentos de apoio social existentes no concelho, observa-se que, à exceção dos equipamentos de “Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social Para Pessoas com Deficiência e Incapacidade”, nenhum atingiu ainda a sua capacidade, permitindo, assim, dar resposta às possíveis crescentes necessidades da população residente.
- Contudo, é importante que se tenha em consideração que a valência “Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social Para Pessoas com Deficiência e Incapacidade” atingiu a sua capacidade, não conseguindo responder às possíveis crescentes necessidades do concelho.

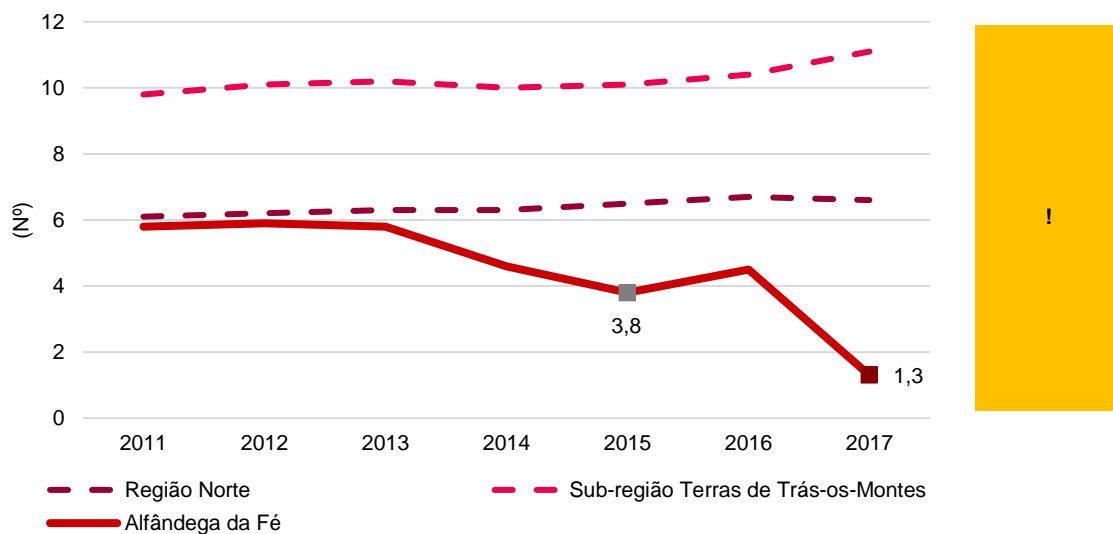
<sup>8</sup> De notar que estes dados correspondem a equipamentos públicos e privados existentes no território concelhio.

<sup>9</sup> Disponível em: <http://www.cartasocial.pt> (acedido a 02 de agosto de 2019).



#### 4.9.1 Pessoal ao serviço e número de utentes

Gráfico 41. Número de enfermeiros por 1000 habitantes, entre 2011 e 2017<sup>10</sup>



Fonte: Estatísticas do Pessoal de Saúde, Instituto Nacional de Estatística.

- O número de enfermeiros por 1.000 habitantes registou um decréscimo expressivo, entre 2011 e 2017, no território concelhio, situação que se encontra relacionada com a alteração de registo promovida pela Ordem dos Enfermeiros.
- Deste modo, constata-se que, ao longo do período em análise, a proporção referente ao concelho fixa-se claramente aquém da registada nos contextos regional e sub-regional.

<sup>10</sup> Em 2017, a Ordem dos Enfermeiros solicitou a todos os associados que procedessem à atualização da informação sobre local de trabalho, de modo a evitar situações de informação em falta, substituída pelo local de residência para fins estatísticos. Deste procedimento de atualização resultaram diferenças relevantes no número de enfermeiros de alguns municípios e NUTS III em 2017 face ao ano anterior.



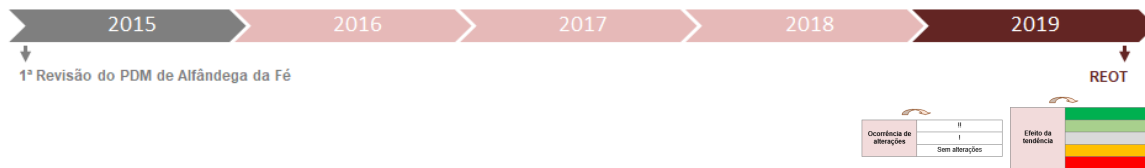
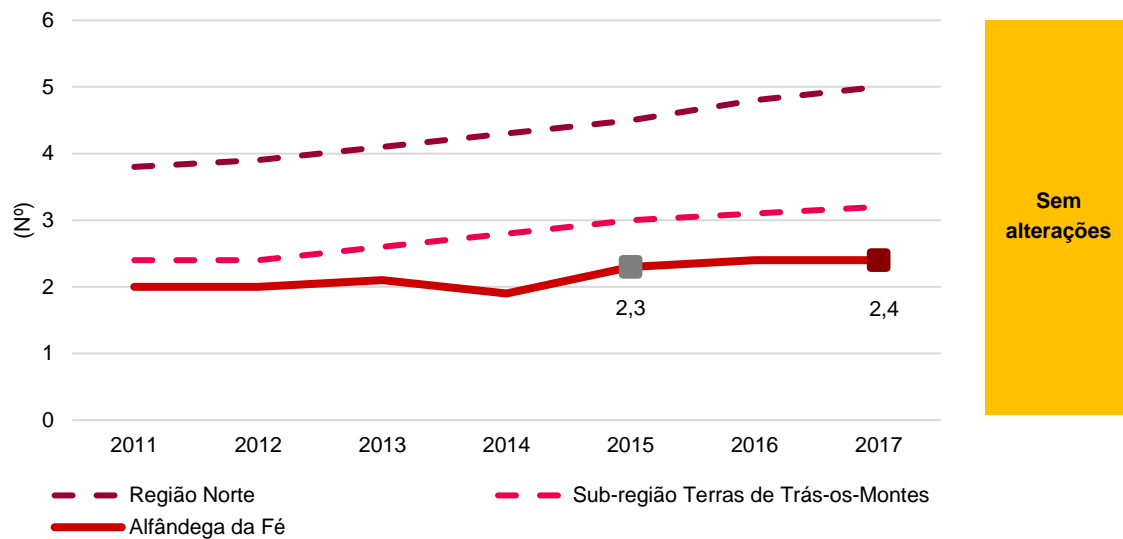
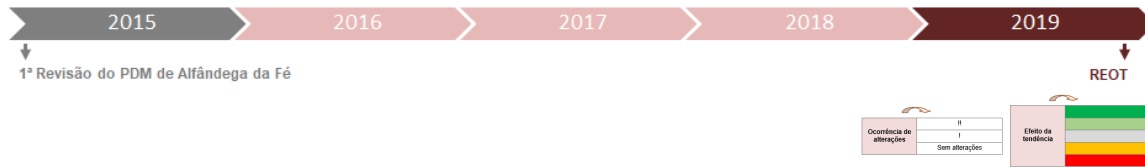


Gráfico 42. Número de médicos por 1000 habitantes entre 2011 e 2017

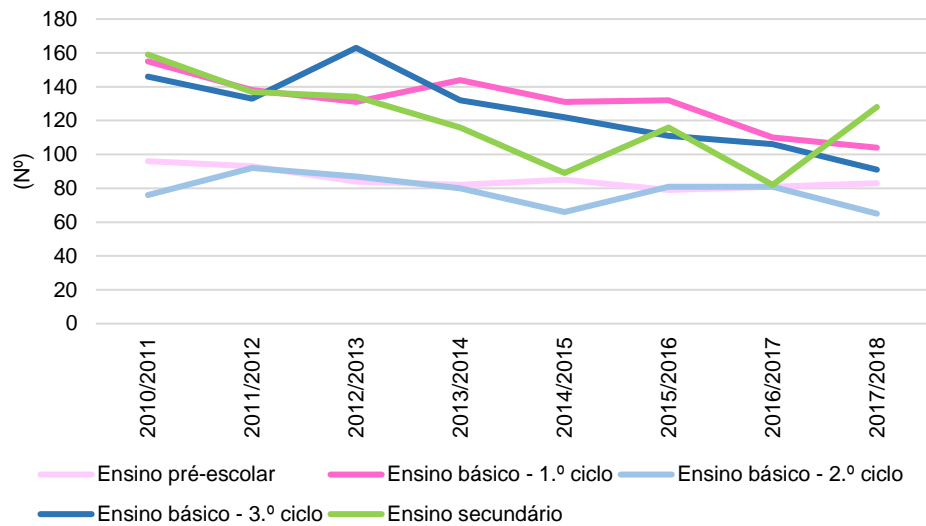


Fonte: Estatísticas do Pessoal de Saúde, Instituto Nacional de Estatística.

- Entre 2011 e 2017, observa-se um ligeiro crescimento do número de médicos por 1.000 habitantes no concelho de Alfândega da Fé, pese embora as alterações observadas não se apresentem significativas.
- Ao longo do período analisado, o número de médicos por 1.000 habitantes fixa-se claramente aquém dos valores observados à escala regional e sub-regional.
- Em 2017, o concelho conta com uma proporção de 2,4 médicos por 1.000 habitantes, face aos 3,2 médicos na sub-região Terras de Trás-os-Montes e 5 médicos na região Norte.



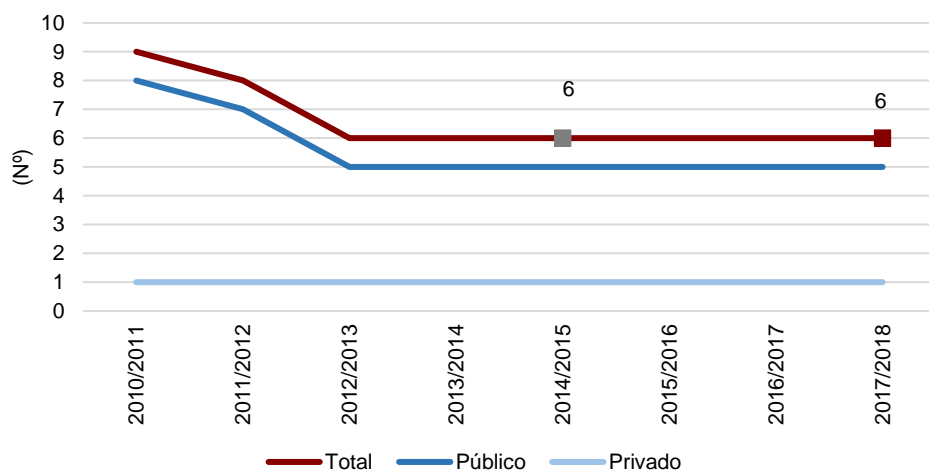
**Gráfico 43. Evolução do número de alunos nos estabelecimentos escolares do concelho de Alfândega da Fé, entre o ano letivo 2010/11 e 2017/18**



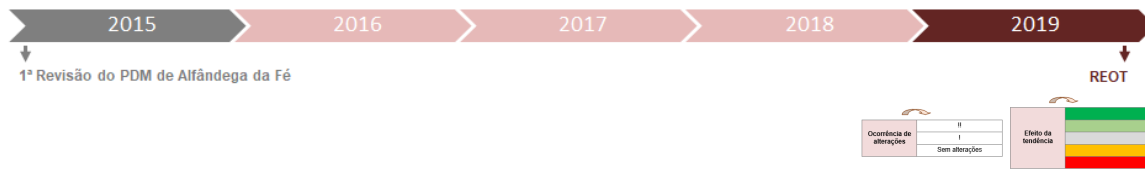
Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, Instituto Nacional de Estatística.

- Entre os anos letivos 2010/2011 e 2017/2018, o número total de alunos a frequentar os estabelecimentos escolares apresentou um decréscimo expressivo (no período em análise observa-se uma perda de 161 alunos).

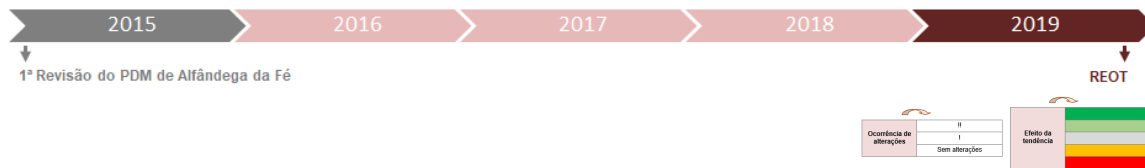
**Gráfico 44. Evolução do número de estabelecimentos escolares no concelho de Alfândega da Fé, entre os anos letivos 2010/11 e 2017/18**



Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, Instituto Nacional de Estatística.



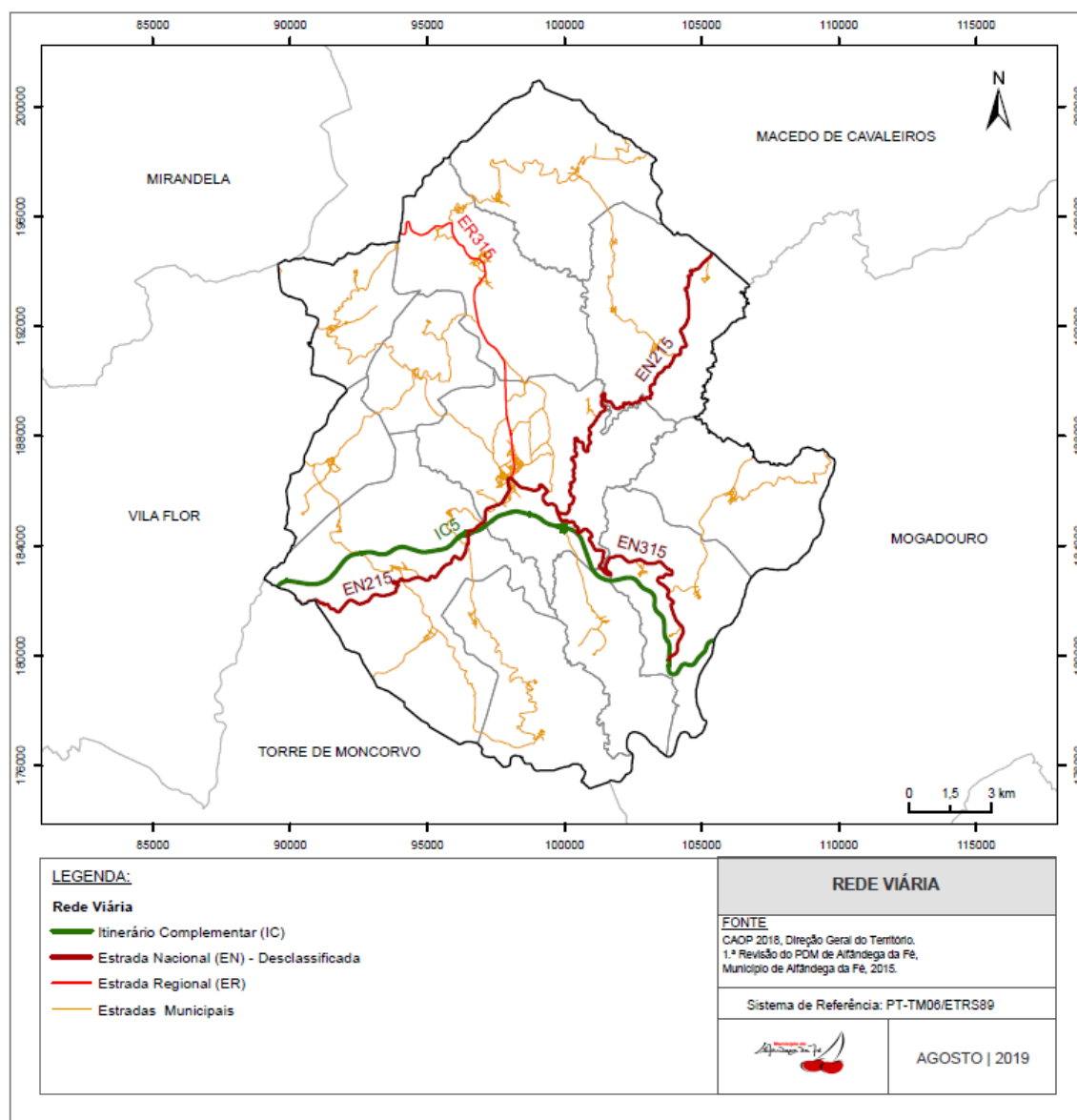
- O número de estabelecimentos de ensino regista um decréscimo entre os anos letivos 2010/2011 e 2017/2018, no concelho de Alfândega da Fé.
- A tendência apurada resulta do decréscimo do número de alunos no concelho ao longo dos últimos anos, assim como devido ao reordenamento da rede escolar local, principalmente ao nível da educação pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico, privilegiando a constituição de centros escolares, com percursos sequenciais articulados.



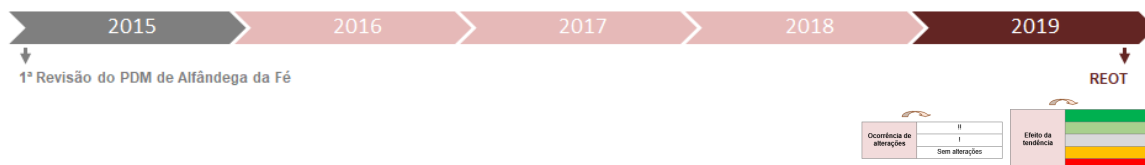
## 4.10 TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

### 4.10.1 Rede Rodoviária

Mapa 19. Rede rodoviária do concelho de Alfândega da Fé



- O concelho de Alfândega da Fé é servido por um Itinerário Complementar (IC), por Estradas Nacionais (EN) e por uma Estrada Regional (ER), que permitem a ligação do território a



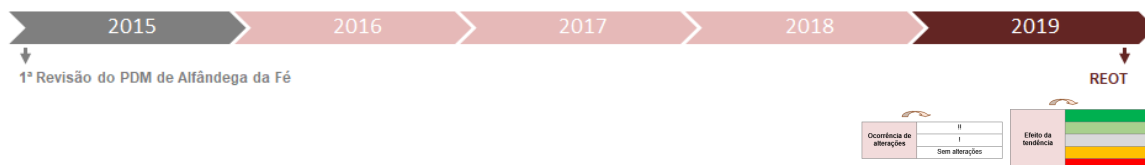
concelhos envolventes, bem como a outras vias que permitem uma fácil ligação a importantes polos de desenvolvimento. Nomeadamente:

- **IC5** (atravessa o concelho de oeste a sudeste e estabelece a ligação aos concelhos de Póvoa de Varzim, Vila Nova de Famalicão, Guimarães, Fafe, Vila Pouca de Aguiar, Murça, Vila Flor, Mogadouro e Miranda do Douro);
  - **EN215** (atravessa o concelho de norte a sul e liga Alfândega da Fé aos concelhos de Macedo de Cavaleiros, Mogadouro, Miranda do Douro e Espanha a nordeste, e Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa, Coimbra e Lisboa a sul. Importa destacar que a presente via foi desclassificada);
  - **EN315** (atravessa o concelho de norte a sul, e estabelece a ligação aos concelhos de Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Porto a noroeste, e Mogadouro, Miranda do Douro e Espanha a este. Salienta-se que a presente via foi desclassificada);
  - **ER315** (percorre o concelho de norte até ao centro do território concelhio e estabelece a ligação a Rebordelo e ao concelho de Mirandela).
- O concelho é ainda servido por uma rede de estradas municipais que permitem a ligação entre as diversas sedes de freguesia.
  - Neste contexto é possível aferir que a rede viária do concelho de Alfândega da Fé não só permite estabelecer ligações interconcelhias, com os concelhos envolventes e com centros urbanos de relevância (destaque para os concelhos de Bragança, Vila Real e Porto), como também ligações intraconcelhias.
  - Em aproximadamente duas horas é possível chegar-se ao Aeroporto Francisco Sá Carneiro e ao Porto de Leixões, duas infraestruturas para o transporte de pessoas e de mercadorias de elevada relevância, para além de que se encontra próximo do IP2 e da A4.

**Quadro 19. Rede Complementar (Itinerários Complementares) e Estradas Regionais, definidas no PRN2000, no concelho de Alfândega da Fé**

PRN2000	Classificação	Designação	Pontos Extremos e Intermédios
<b>Rede Complementar (Itinerários Complementares)</b>	IC5	Póvoa de Varzim – Miranda do Douro	Póvoa de Varzim (IC1) – Famalicão – Guimarães – Fafe – Vila Pouca de Aguiar – Murça – Vila Flor – Alfândega da Fé – Mogadouro – Miranda do Douro (fronteira)
<b>Estrada Regionais</b>	ER315	Rebordelo – Alfândega da Fé	Rebordelo (entroncamento da EN102) – Mirandela – Alfândega da Fé

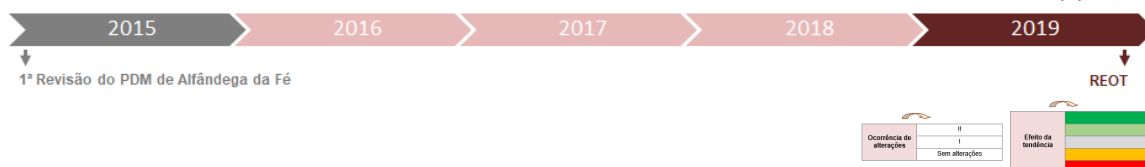
Fonte: Infraestruturas de Portugal, 2019.



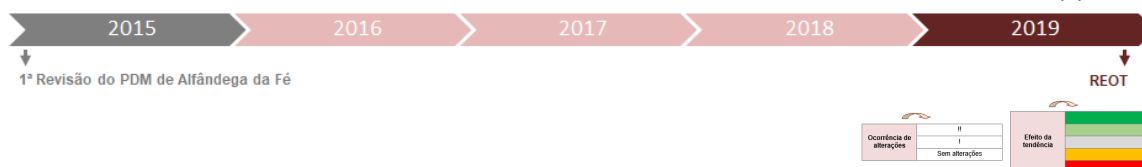
## 4.11 ANÁLISE DE TENDÊNCIAS

No que concerne às dinâmicas territoriais, as tendências observadas no concelho de Alfândega da Fé foram as seguintes:

- **64% do território concelho é ocupado por espaço florestal**, não se observando alterações expressivas no que respeita à ocupação do solo no período analisado.
- **O património imóvel não apresenta qualquer alteração** no período analisado.
- Observa-se um **aumento do número de edifícios** entre 2001 e 2011, sendo, inclusive, superior ao crescimento registado no contexto sub-regional.
- Entre 2011 e 2018 o território concelho registou um **crescimento** contínuo dos **edifícios de habitação familiar clássica**.
- **64% dos edifícios** existentes, em 2011, foram **construídos entre 1971 e 2011**, demonstrando uma dinâmica construtiva recente.
- Observa-se um **decréscimo dos edifícios concluídos** ao longo dos últimos anos, embora se tenham registado diversas oscilações ao longo dos anos.
- De um modo geral, entre 2011 e 2018 o **número de licenças de construção manteve-se**, embora se registem algumas oscilações ao longo dos anos, salientando-se as licenças para **uso habitacional** e as **construções novas**.
- Entre 2015 e 2018, o **número de alojamentos familiares clássicos apresenta uma tendência de ligeiro crescimento**, similar à que se observa nos contextos regional e sub-regional.
- No período intercensitário, a **taxa de ocupação dos alojamentos** registou um **decréscimo**, fixando-se abaixo dos valores médios das unidades territoriais em que se insere.
- Observa-se uma **evolução favorável dos licenciamentos turísticos** no concelho.
- Os indicadores relativos à ocupação turística demonstram uma evolução decrescente, entre 2015 e 2017, tanto no que se refere à estada média, dormidas e taxa líquida de ocupação, demonstrando um **desempenho desfavorável do setor turístico**.
- A **proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água cresceu** significativamente, superando os valores registados nos contextos regional e sub-regional.
- A **proporção de água segura para consumo humano é superior** aos valores observados na região Norte.
- A **proporção de população servida por sistema de drenagem de águas residuais cresceu expressivamente, abrangendo 100% da população**, superando os valores registados nas unidades territoriais em que se insere.



- Os **resíduos produzidos por habitante registam valores inferiores** aos observados nos contextos regional e sub-regional.
- No que concerne à **capacidade de resposta social**, constata-se que o concelho **atingiu a sua capacidade no que respeita ao “Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade”**, não tendo capacidade de resposta a possíveis aumentos de necessidades.
- A **proporção de pessoal ao serviço nos equipamentos de saúde**, designadamente enfermeiros e médicos, tendo em conta a população residente, apresentou uma evolução distinta, pelo que o **número de enfermeiros decresceu**, enquanto, por outro lado, o **número de médicos aumentou ligeiramente**.
- O **número de alunos decresceu** nos diferentes níveis de ensino.
- Observa-se um **decréscimo do número de estabelecimentos de educação**, relacionado com o reordenamento da rede escolar, fruto da preferência pela constituição de centros escolares e da quebra do número de alunos.



## 5 GESTÃO DE RISCOS E INCIDÊNCIAS AMBIENTAIS

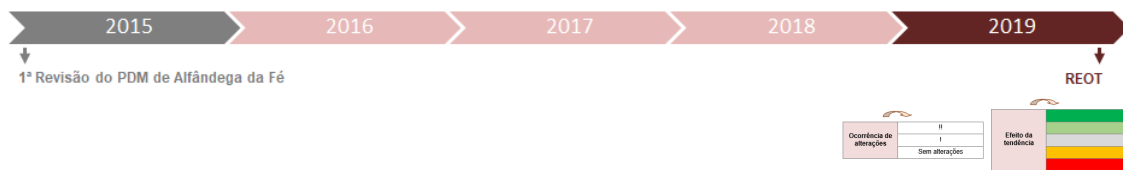
- A compreensão dos riscos que podem afetar o concelho de Alfândega da Fé apresenta-se fundamental, nomeadamente no que respeita à sua localização, alcance e efeitos, de modo a que seja possível avaliar se estes riscos são tidos em conta nos diversos planos municipais, ou se a sua identificação ocorreu posteriormente à elaboração dos mesmos.
- Graças ao progresso do conhecimento científico nesta matéria, a abordagem ao risco no contexto do planeamento municipal tem sofrido uma evolução positiva no território concelhio.
- Neste contexto, constata-se que no Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC) e na 1.ª revisão do PDM de Alfândega da Fé, foram considerados riscos de diferentes naturezas (naturais, mistos e tecnológicos), contudo, no primeiro plano é abordado um número mais expressivo de riscos comparativamente com o segundo plano referido.

**Quadro 20. Riscos identificados no PMEPC e na 1.ª revisão do PDM de Alfândega da Fé**

Tipologia	PMEPC	1.ª Revisão do PDM
<b>Riscos Naturais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cheias e Inundações Progressivas;</li> <li>• Cheias e Inundações Rápidas;</li> <li>• Geadas;</li> <li>• Movimentos de Massa em Vertentes;</li> <li>• Nevões;</li> <li>• Ondas de Calor;</li> <li>• Secas;</li> <li>• Sismos;</li> <li>• Vagas de Frio;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cheias (Rápidas e Progressivas);</li> <li>• Erosão (Movimento de Vertentes);</li> </ul>
<b>Riscos Mistos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incêndios Florestais;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incêndios Florestais;</li> </ul>
<b>Riscos Tecnológicos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acidentes em Instalações de Combustíveis, Óleos e Lubrificantes;</li> <li>• Acidentes no Transporte Terrestre de Mercadorias Perigosas;</li> <li>• Acidentes Rodoviários;</li> <li>• Cheias e Inundações por Rutura de Barragens;</li> <li>• Colapso de Túneis, Pontes e Outras Infraestruturas;</li> <li>• Incêndios e Colapsos em Centros Históricos e em Edifícios com Elevada Concentração Populacional;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rutura de Barragens;</li> </ul>

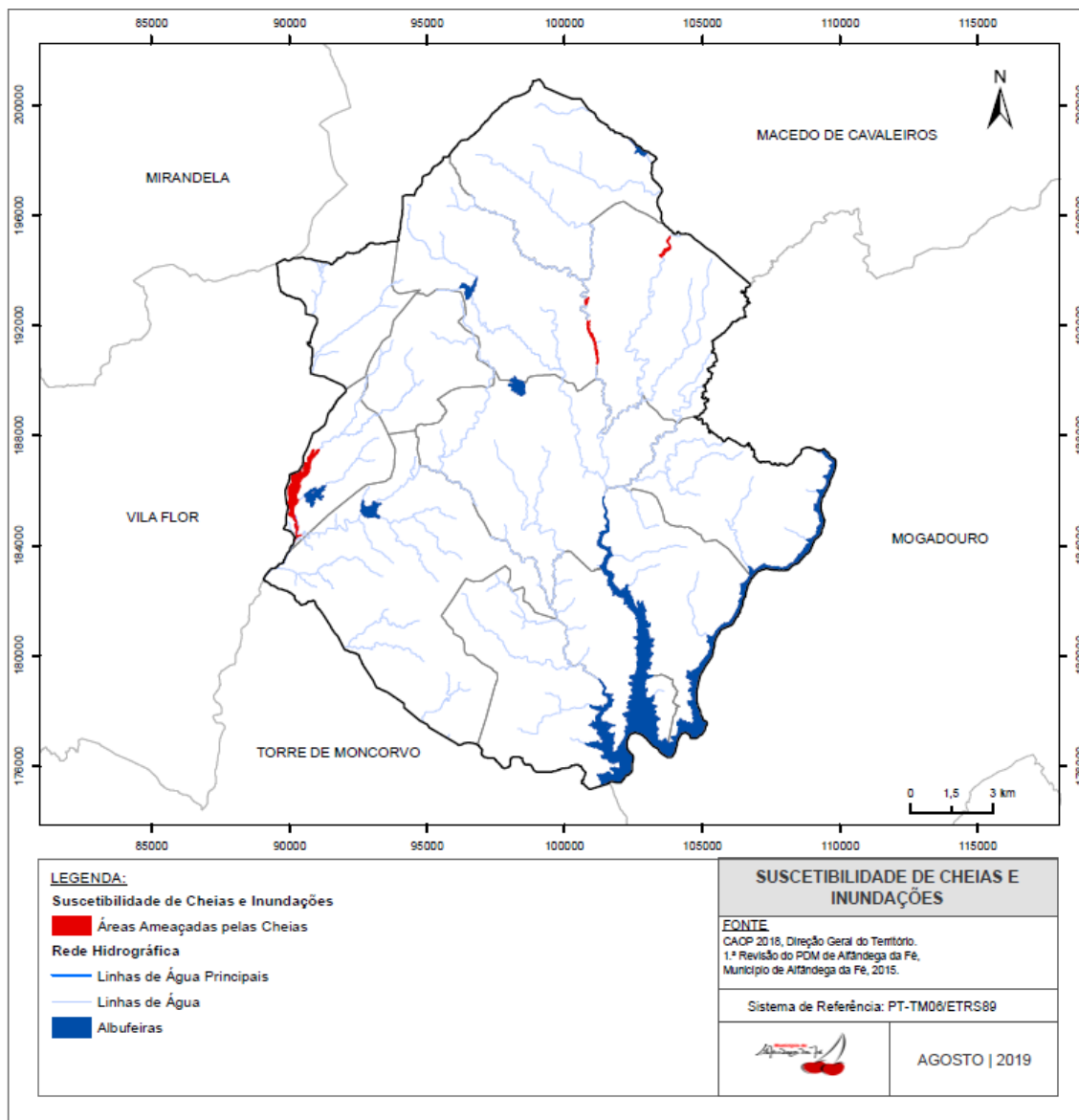
Fonte: Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Alfândega da Fé, 2015.



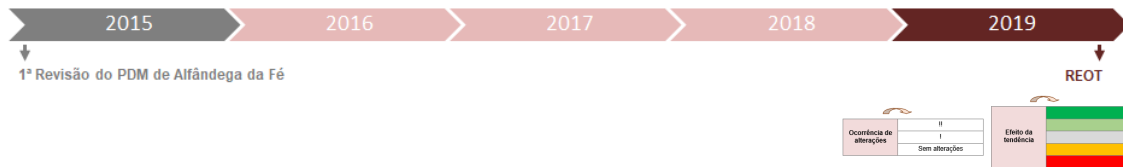


## 5.1 RISCO DE CHEIAS E INUNDAÇÕES

Mapa 20. Carta de suscetibilidade de cheias e inundações no concelho de Alfândega da Fé

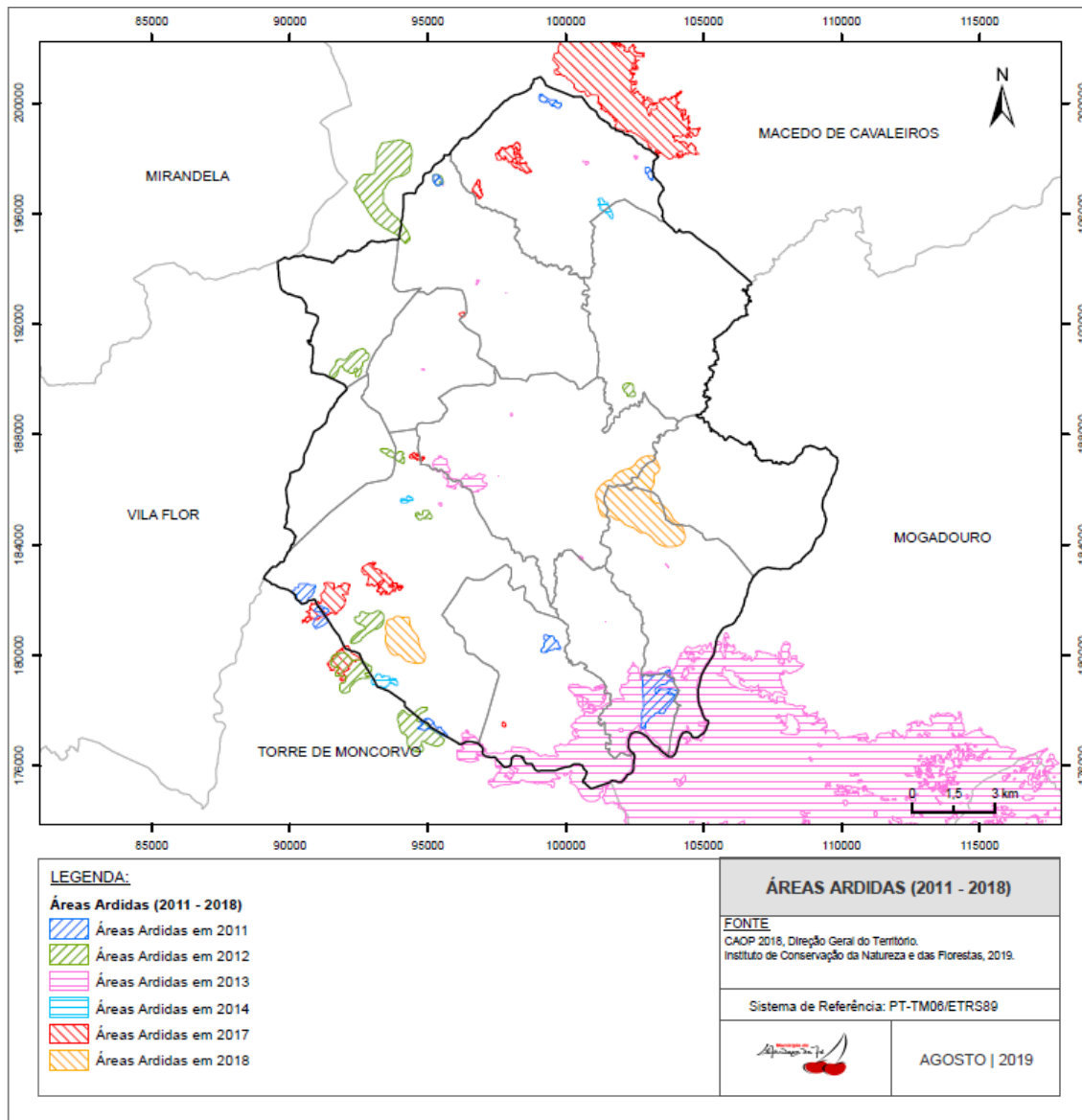


- Grosso modo, as áreas inundáveis do concelho de Alfândega da Fé encontram-se localizadas no setor norte, abrangendo o ribeiro da Vilarça, a ribeira das Pias, a ribeira de Santa Justa, a ribeira da Camba e o ribeiro de Rabo de Burro.

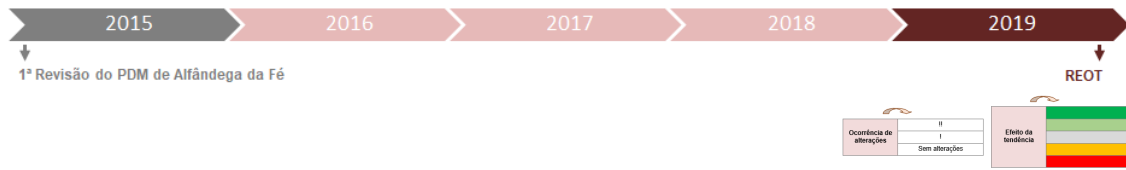


## 5.2 INCÊNDIOS RURAIS

Mapa 21. Áreas Ardidas (2011 - 2018) no concelho de Alfândega da Fé



- Todas as freguesias do concelho de Alfândega da Fé, entre 2011 e 2018, foram afetadas por incêndios rurais.
- O setor sul é o mais afetado, constatando-se que corresponde ao setor onde a vegetação arbustiva e herbácea tem maior relevância, enquanto, por outro lado, o setor central regista



menos ocorrências de incêndios, uma vez que nesta área predominam as áreas agrícolas e agroflorestais, bem como os territórios artificializados.

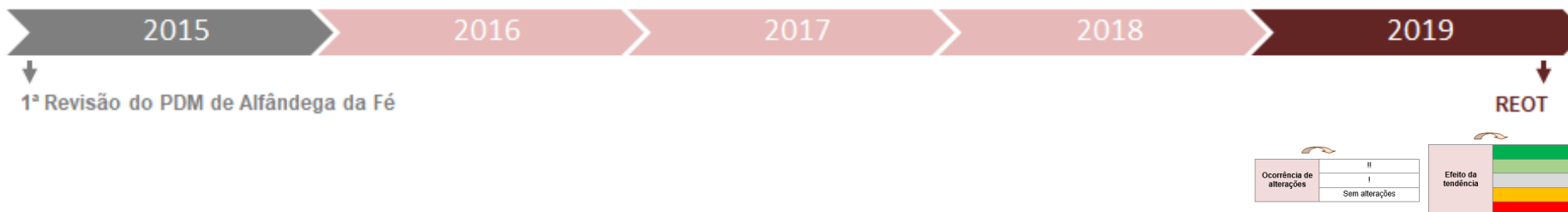
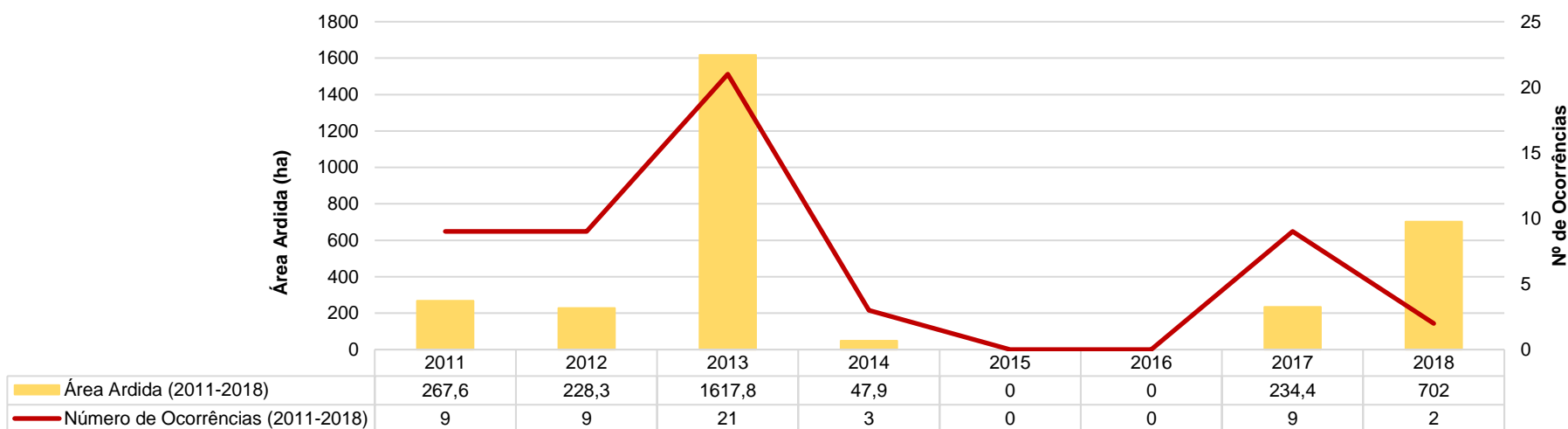
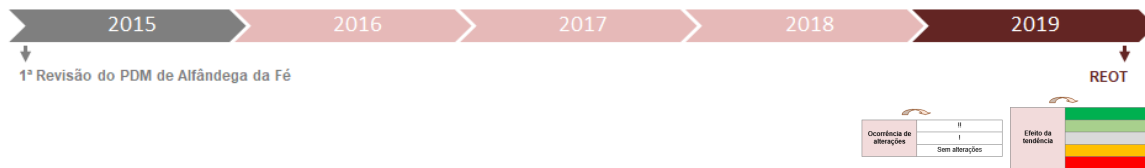


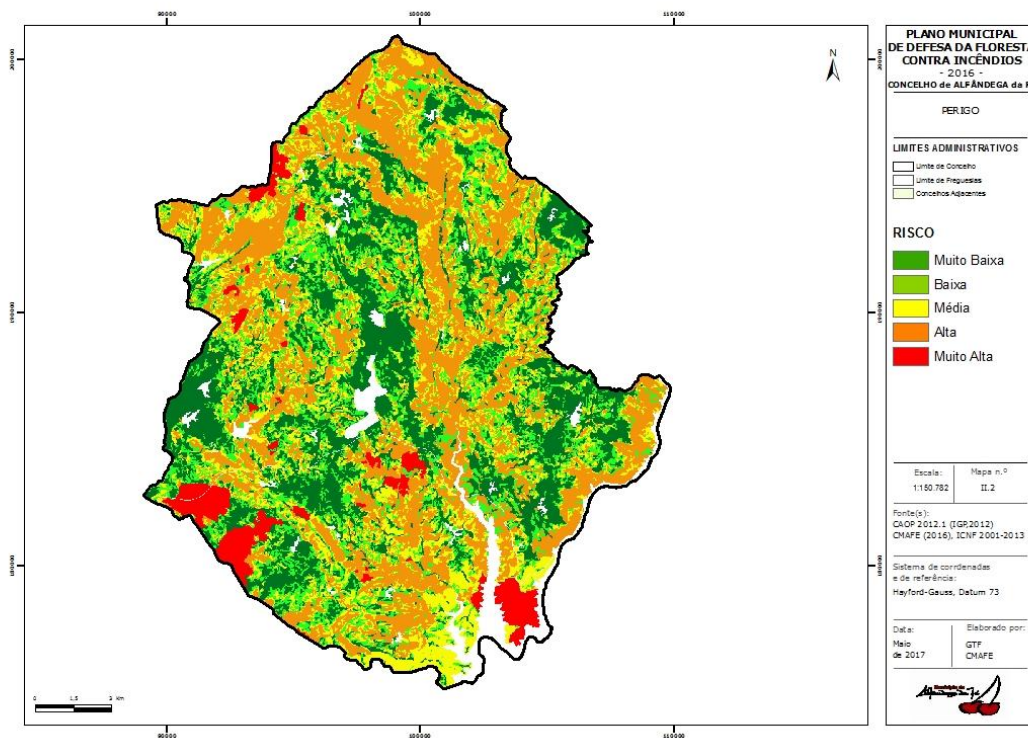
Gráfico 45. Área ardida e número de ocorrências de incêndios rurais, entre 2011 e 2018, no concelho de Alfândega da Fé



- Tendo em consideração a informação apresentada no gráfico anterior, no concelho de Alfândega da Fé, entre 2011 e 2018, registou-se um total de 53 ocorrências de incêndios rurais, do qual resultou numa área ardida de 3.098 ha (de notar que o número de ocorrências e respetiva área ardida correspondem, apenas, aos grandes incêndios que ocorreram no concelho).
- O ano 2013 foi o mais preocupante, uma vez que registou 21 ignições e foram percorridos por incêndios 1.617,8 ha.

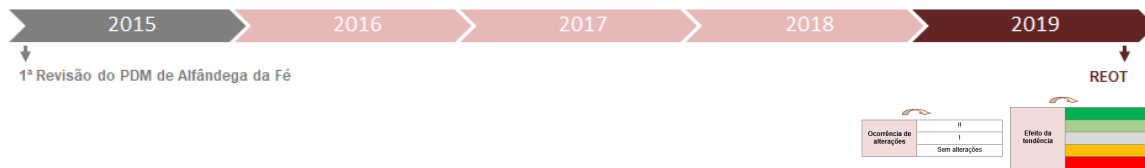


**Mapa 22. Perigosidade de incêndio rural no concelho de Alfândega da Fé**



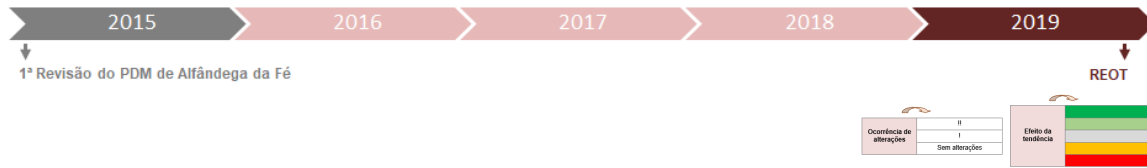
Fonte: Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Alfândega da Fé 2017 – 2021.

- Aproximadamente 36% da área total do concelho de Alfândega da Fé apresenta uma perigosidade alta e muito alta de incêndio rural, correspondendo, sobretudo, a áreas onde os declives se apresentam mais expressivos e com reincidência dos incêndios rurais ao longo das últimas duas décadas (PMDFCI de Alfândega da Fé, 2017).

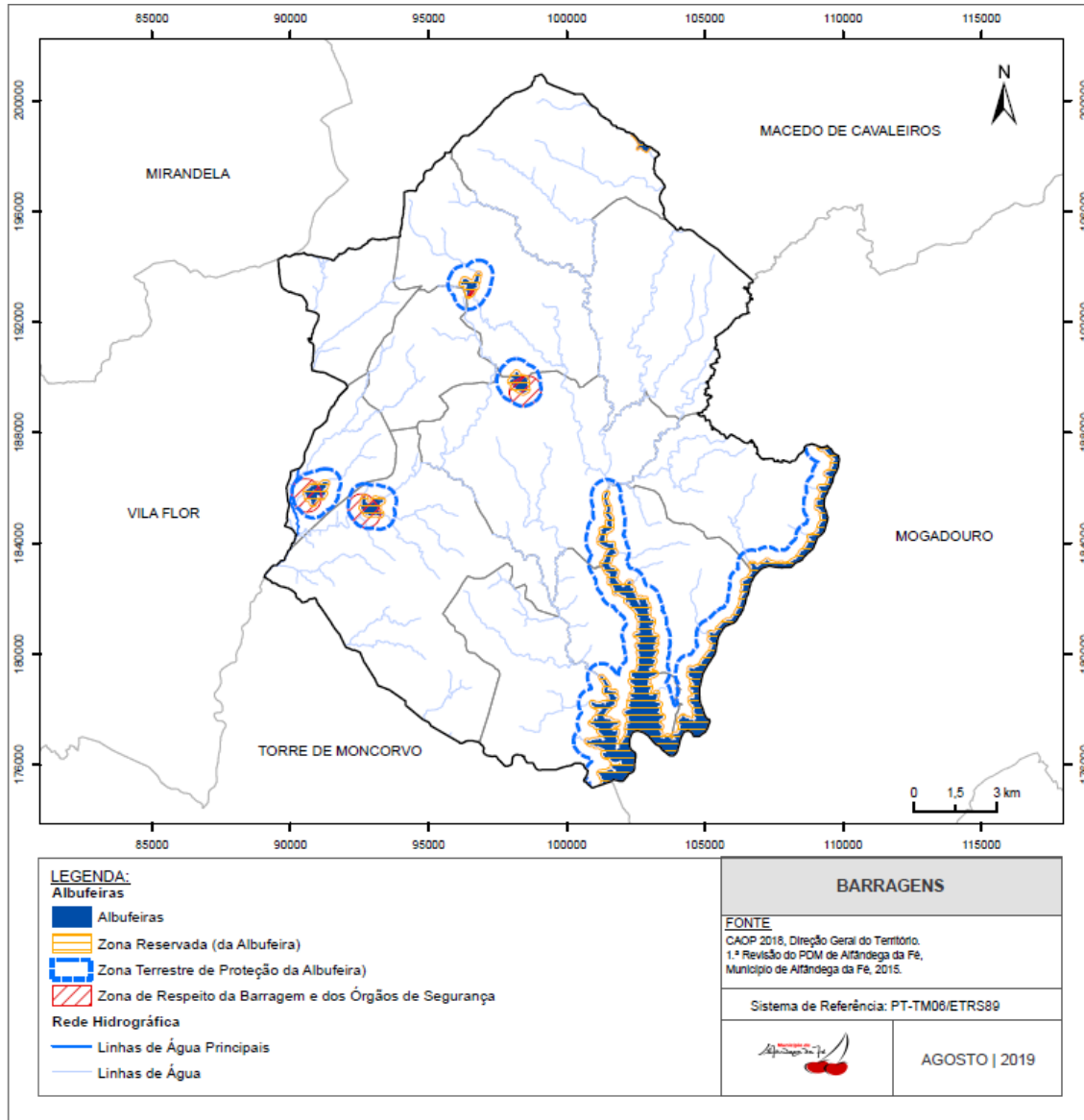


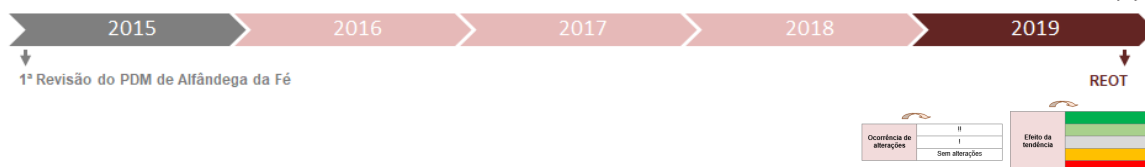
### 5.3 RISCO DE RUTURA DE BARRAGENS

- No seu território, o concelho de Alfândega da Fé possui seis barragens, que embora se encontrem dotadas de dispositivos de segurança, a construção de uma barragem detém por si só um elevado risco, sendo que, em caso de acidente, poderá ter como consequência estragos avultados bem como a perda de vidas humanas.
- Deste modo, é fundamental que o PDM tenha em consideração o presente risco e as consequências que possam advir em caso de acidente, designadamente as cheias que possam ocorrer a jusante da barragem.
- No Mapa 23, pode observar-se as barragens existentes no concelho de Alfândega da Fé, bem como as zonas reservadas de albufeira, as zonas terrestres de proteção e as zonas de respeito da barragem e dos órgãos de segurança que constam da planta de condicionantes do PDM.



Mapa 23. Barragens e zonas de proteção no concelho de Alfândega da Fé





## 5.4 ACIDENTES RODOVIÁRIOS

- Os acidentes rodoviários constituem riscos preocupantes para a população, bem como para as entidades responsáveis pelo planeamento e ordenamento do território, uma vez que estes podem causar danos graves e perda de vidas humanas, sendo por isso fundamental que se tenha em conta na presente análise.

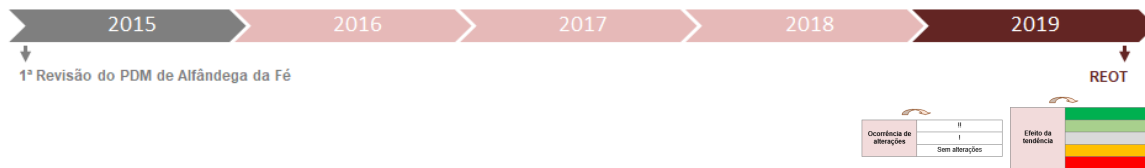
**Quadro 21. Acidentes rodoviários e representatividade face ao distrito de Bragança, no concelho de Alfândega da Fé, entre 2011 e 2017**

Ano	Acidentes com Vítimas		Vítimas Mortais		Feridos Graves		Feridos Ligeiros		Total de Vítimas		Índice de Gravidade
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	%
2011	11	2,8%	1	8,3%	1	1,2%	12	2,6%	14	2,5%	9,1%
2012	14	4,0%	0	0,0%	0	0,0%	15	3,6%	15	3,1%	0,0%
2013	13	3,6%	0	0,0%	0	0,0%	13	3,0%	13	2,6%	0,0%
2014	8	2,4%	0	0,0%	0	0,0%	8	2,1%	8	1,8%	0,0%
2015	11	3,3%	0	0,0%	1	2,2%	16	3,8%	17	3,6%	0,0%
2016	9	2,6%	0	0,0%	0	0,0%	10	2,5%	10	2,2%	0,0%
2017	9	2,5%	1	10,0%	1	2,4%	12	2,7%	14	2,8%	11,1%

Fonte: Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária.

- Tendo em consideração o contexto distrital, no concelho de Alfândega da Fé, em 2017, o número de vítimas mortais (1) e de feridos graves (1) foi reduzido. Neste contexto apresenta-se relevante salientar que, geralmente, os feridos graves e as vítimas mortais resultam de acidentes que ocorrem, em especial, em estradas nacionais e regionais.
- À exceção dos anos 2011 (9,1%) e 2017 (11,1%), o índice de gravidade dos acidentes que ocorreram no concelho foi nulo.

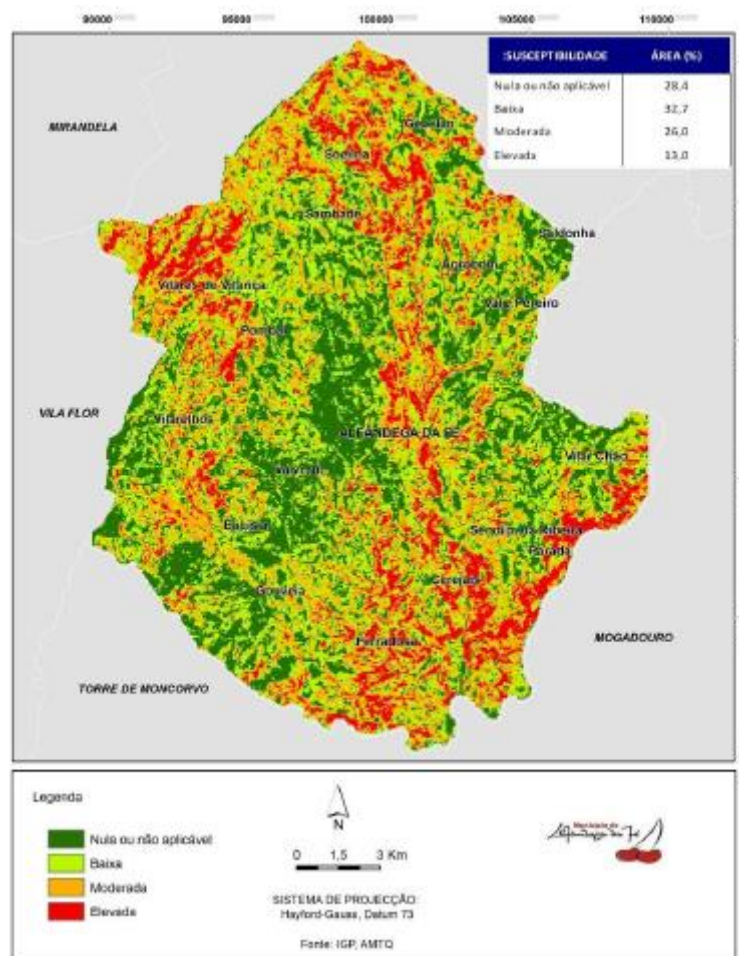




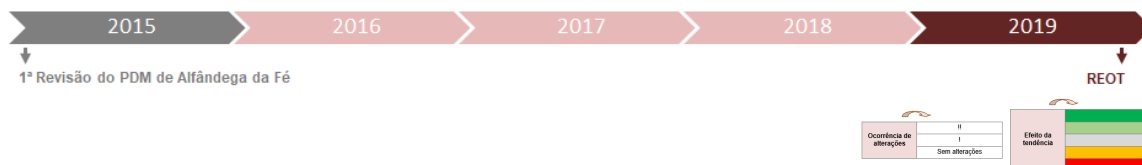
## 5.5 RISCO DE MOVIMENTOS DE MASSA EM VERTENTES

- O concelho de Alfândega da Fé apresenta uma suscetibilidade moderada à ocorrência de movimentos de massa em vertentes. Os mais frequentes são os desabamentos e os deslizamentos, que ocorrem preferencialmente ao longo dos taludes das estradas, nomeadamente a EN315 – entre o Alto da Assureira e Covelas, e na proximidade da área de Sendim da Ribeira – e a EN215 – entre Saldonha e Alfândega da Fé.
- As áreas com o grau mais elevado de suscetibilidade correspondem à vertente oriental da serra de Bornes, nomeadamente na área de Vilares da Vilariça e ao longo do vale do ribeiro do Cerejal, e na área sobranceira ao encaixe do rio Sabor, junto a Parada e Cerejais (Mapa 24).

Mapa 24. Suscetibilidade à ocorrência de movimentos de massa em vertentes



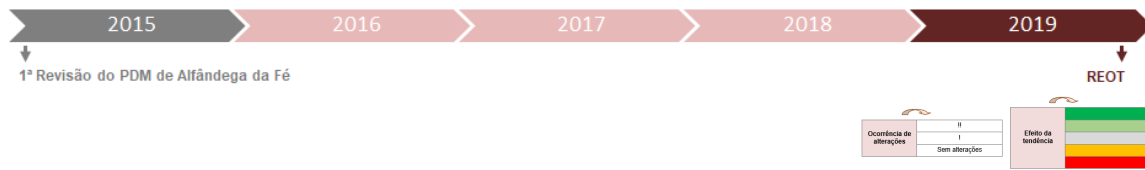
Fonte: Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Alfândega da Fé, 2015.



## 6 EXECUÇÃO DO PDM

### 6.1 AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE EXECUÇÃO

- Tendo em consideração os objetivos da 1.ª revisão do PDM de Alfândega da Fé, apresentados no Capítulo 1, o Programa de Execução em vigor inclui uma vasta lista de ações/ intervenções, os meios de financiamento para a sua concretização, bem como a respetiva calendarização.
- Neste contexto, as ações/ intervenções delineadas no Programa de Execução, são resultado de um conjunto de critérios, fatores e evidências que correspondiam à estratégia pretendida para o território concelhio e as necessidades mais relevantes, aquando a elaboração da 1.ª revisão do PDM de Alfândega da Fé.
- Todavia, ao longo do período de vigência do plano, registaram-se progressos, alterações e uma evolução natural de várias naturezas, traduzindo-se, conseqüentemente, em alterações das prioridades e das necessidades.
- No Anexo 1 encontram-se discriminadas as ações/ intervenções do programa de execução da 1.ª revisão do PDM de Alfândega da Fé, assim como a respetiva avaliação no que respeita à sua concretização.
- Das 143 ações/intervenções apresentadas, constata-se que apenas 57 (representadas a verde) se encontram realizadas e 8 (representadas a amarelo) em fase preparatória para início da realização. Porém, não se pode descurar o facto de o processo de execução de inúmeras ações ainda se encontrar no período estimado no Programa de Execução.
- Das ações já executadas/ em execução, destacam-se as seguintes por deterem elevada relevância para o concelho:
  - Construção e adequação do espaço público da Vila às normas de acessibilidade das Cidades e Vilas de Excelência (Via Acessível);
  - Reabilitação urbana da zona histórica de Alfândega da Fé;
  - Arranjos paisagísticos de diversos espaços verdes;
  - Melhoramentos do abastecimento de água;
  - Ampliação do bloco norte do Aproveitamento Hidroagrícola da Vilarça;
  - Reconstrução e ampliação de antigas Escolas Primárias para a criação de lares de idosos e SAD.



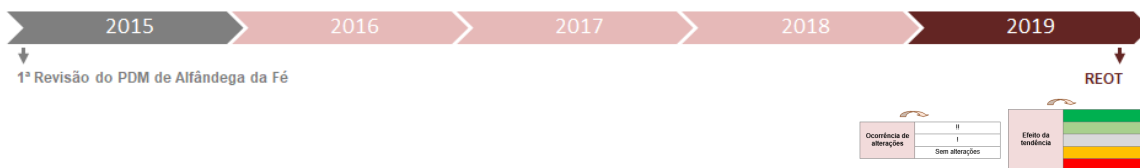
- Para além do exposto, e tendo em consideração as dinâmicas e as necessidades que se presenciaram ao longo do período de vigência do plano, registaram-se outras ações no território concelhio, não programadas.

Figura 14. Outros projetos/ ações que ocorreram desde 2015, no concelho de Alfândega da Fé<sup>11</sup>



Fonte: Município de Alfândega da Fé (2019).

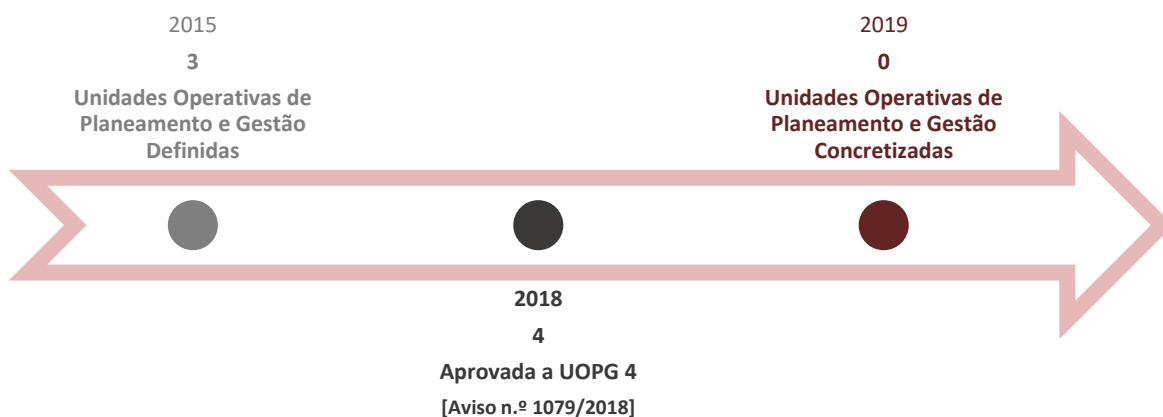
<sup>11</sup> Foi tida em consideração a informação disponível no *website* da Câmara Municipal de Alfândega da Fé.



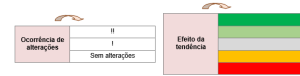
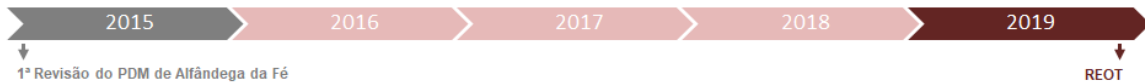
## 6.2 AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS UOPG

- A 1.ª revisão do PDM de Alfândega da Fé estabeleceu três Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG), distribuídas pelas freguesias de Alfândega da Fé, Sambade, Vilarelhos e Cerejais.

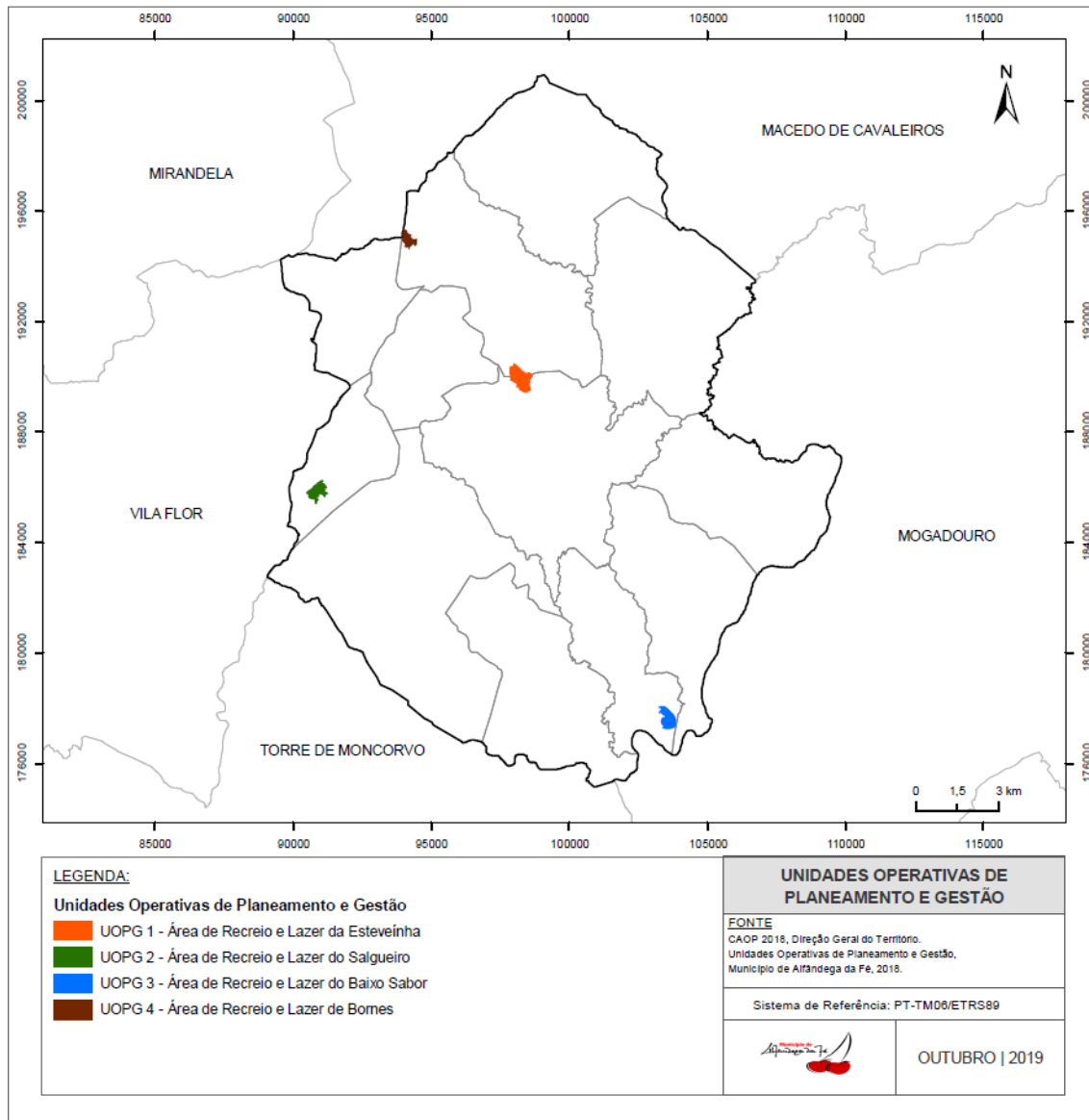
Figura 15. Avaliação da concretização das UOPG definidas na 1.ª revisão do PDM de Alfândega da Fé

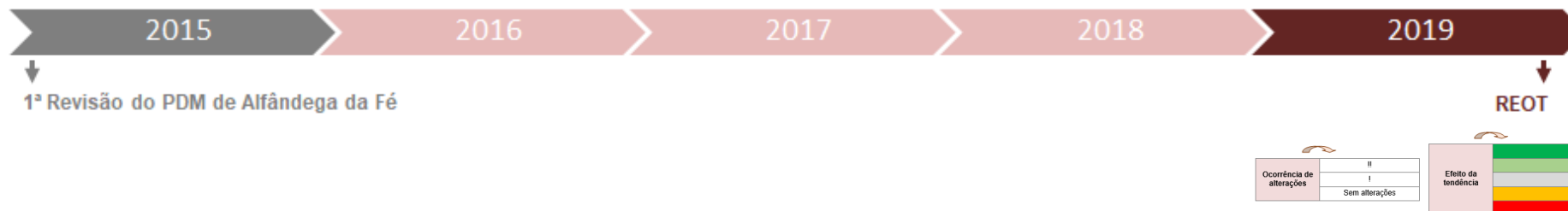


- Para além dessas três UOPG, no ano de 2018 foi aprovada a UOPG 4, na freguesia de Sambade, através do Aviso n.º 1079/2018, de 23 de janeiro, que procedeu à 3.ª Alteração do PDM de Alfândega da Fé. Na área afeta à UOPG4, associada ao empreendimento “Hotel SPA Alfândega da Fé”, pretende potenciar áreas de turismo, recreio e lazer que permitirão tirar partido da posição geográfica privilegiada no Alto da Serra de Bornes.
- A análise da concretização das referidas UOPG permitiu aferir que nenhuma das quatro foi concretizada até ao momento.



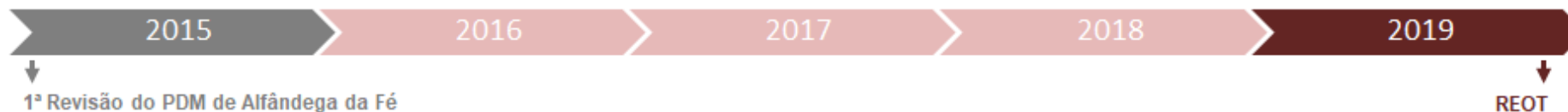
Mapa 25. Unidades Operativas de Planeamento e Gestão no concelho de Alfândega da Fé



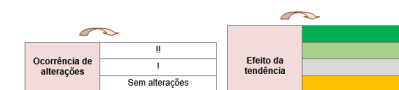
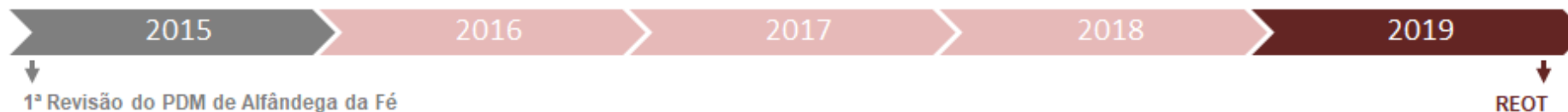


## 7 ANÁLISE SWOT

	Pontos fortes	Pontos fracos
Interna	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rede de estradas que permite estabelecer boas ligações interconcelhias e com centros urbanos de relevância, com destaque no IC5 e na proximidade ao IP2 e à A4 (ligação ao Porto).</li> <li>• Presença de um polo aglutinador, no concelho, correspondente à sede concelhia.</li> <li>• A taxa bruta de natalidade apresentou um crescimento entre 2015 e 2018.</li> <li>• Melhoria significativa dos níveis de qualificação da população residente e redução expressiva da taxa de analfabetismo.</li> <li>• Decréscimo do número de desempregados.</li> <li>• Aumento da taxa de atividade entre 2001 e 2011.</li> <li>• Decréscimo dos Pensionistas da Segurança Social.</li> <li>• Setor terciário dominante (61%) e significativa proporção de população empregada no setor primário (17%).</li> <li>• Aumento do número das explorações agrícolas entre 1989 e 2009 (7%).</li> <li>• Dotação de um aproveitamento hidroagrícola que se apresenta como uma mais-valia para a instalação de população agrícola.</li> <li>• Evolução favorável do número de empresas.</li> <li>• Extensa área ocupada por florestas e meios naturais e seminaturais (64% do concelho).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contínuo decréscimo da população residente, acompanhado por um envelhecimento generalizado da população.</li> <li>• Desequilíbrios na distribuição e fixação da população residente (destaque para a freguesia de Alfândega da Fé que detém 40% da população), e contínuo despovoamento das restantes freguesias rurais.</li> <li>• Diminuição progressiva da população jovem e aumento da população idosa.</li> <li>• Evolução desfavorável do número de famílias.</li> <li>• Taxa de natalidade inferior à média do contexto regional.</li> <li>• Elevada taxa de analfabetismo quando comparada com os contextos regional e sub-regional.</li> <li>• Percentagem significativa de população residente sem qualquer grau de escolaridade em comparação com as unidades territoriais em que se insere.</li> <li>• Reduzida percentagem de população com qualificações académicas superiores.</li> <li>• Taxa de atividade inferior ao registado nos contextos regional e sub-regional.</li> <li>• Evolução desfavorável da população empregada no setor primário.</li> <li>• O ganho médio mensal da população empregada no concelho apresenta-se aquém dos valores registados nos contextos regional e sub-regional.</li> <li>• Decréscimo da taxa de ocupação dos alojamentos, fixando-se abaixo dos valores médios regionais e sub-regionais.</li> </ul>

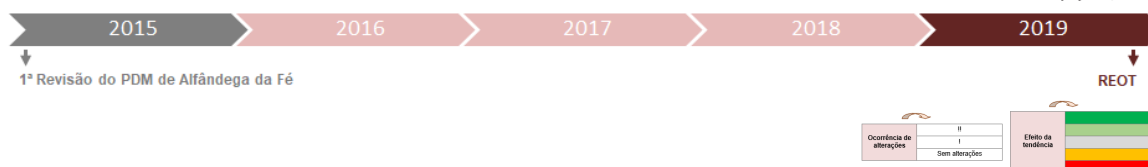


	Pontos fortes	Pontos fracos
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Evolução favorável do número de edifícios.</li> <li>• A sede concelhia registou um aumento dos edifícios na ordem dos 7%, entre 2001 e 2011.</li> <li>• Registo da quarta variação mais elevada relativamente ao parque habitacional, entre 2001 e 2011, no contexto sub-regional.</li> <li>• Totalidade da população servida por sistemas de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais.</li> <li>• Existência de recursos/ valores naturais e áreas afetas à Rede Natura 2000, que constituem aspetos diferenciadores do concelho.</li> <li>• Diversidade de trilhos/percursos pedestres, que funcionam como elemento de valorização da paisagem.</li> <li>• Investimento já aprovado (cerca de 20 milhões de euros) para os regadios no concelho, permitindo concretizar o plano estratégico municipal para o regadio e impulsionar o setor agrícola (requalificação do regadio da barragem da Esteveíinha e construção de nova barragem de Vilarchão-Parada).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reduzida estada média (1,3) nos estabelecimentos turísticos, o que reflete alguma dificuldade na fixação dos visitantes.</li> <li>• Proporção de pessoal ao serviço nos equipamentos de saúde (médicos e enfermeiros) inferior aos valores registados nos contextos regional e sub-regional.</li> <li>• Concentração de equipamentos coletivos na sede do concelho.</li> <li>• A hierarquia da rede viária resume-se ao IC5, uma estrada regional (ER315), duas estradas nacionais desclassificadas e as estradas municipais, que resultam numa densidade viária relativamente baixa.</li> </ul>



	Oportunidades	Ameaças
Externa	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Integra a CIM Terras de Trás-os-Montes, a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana e a Associação de Municípios do Baixo Sabor.</li> <li>• Aproveitamento de políticas desenvolvidas à escala nacional de incentivo à natalidade.</li> <li>• Oportunidade de criação de emprego em setores que se apresentam dinâmicos à escala regional e sub-regional.</li> <li>• Aposta em atividades de desenvolvimento e inovação, de modo a atrair empresas e criar novos postos de trabalho.</li> <li>• Possibilidade de reconversão de equipamentos, nomeadamente equipamentos escolares que encerraram.</li> <li>• Crescente aposta no setor turístico à escala regional e crescimento da atividade turística e economia relacionada.</li> <li>• Expressiva procura de destinos turísticos que ofereçam qualidade ambiental e grau de autenticidade elevado.</li> <li>• Existência de programas de financiamento comunitário para a implementação de projetos de requalificação urbana e para iniciativas que tenham como objetivo a reabilitação e regeneração urbana.</li> <li>• Possibilidade de articulação de políticas e de estratégias, assim como de estabelecimento de sinergias com a CIM Terras de Trás-os-Montes.</li> <li>• Oportunidades de financiamento (exemplo do Quadro de Apoio Comunitário) que podem assumir o papel de motores de desenvolvimento do território.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elevada relevância do envelhecimento da população, com tendência para o aumento da população dependente na região Norte e sub-região Terras de Trás-os-Montes.</li> <li>• Desequilíbrios no que respeita ao investimento, tendo, eventualmente, repercussões na coesão territorial.</li> <li>• Restrições orçamentais fruto da intervenção externa que ocorreu no ano 2011.</li> <li>• Tendência de emigração à escala nacional, com destaque para a população mais jovem e com graus de escolaridade mais elevados.</li> <li>• Concorrência de outros destinos turísticos com elevada oferta de património e história.</li> <li>• Efeitos das alterações climáticas que poderão aumentar a vulnerabilidade e agravar os riscos com incidência no território concelhio.</li> <li>• Risco de perda de produção/funcionalidade de infraestruturas, relacionados com fenómenos meteorológicos extremos que, a par com o reduzido e incerto rendimento, constituem ameaças à atração de população ao setor agrícola.</li> </ul>





## 8 PROBLEMAS, PRIORIDADES E DESAFIOS

Torna-se relevante concretizar o modo como o planeamento municipal constituiu um referencial para orientar o rumo do que aconteceu ao longo do território concelhio. Neste contexto, o planeamento deve ser encarado numa perspetiva cíclica, implementando-se mecanismos de monitorização que tenham o intuito de avaliar, não só o sistema de planeamento, mas também a eficácia e eficiência da gestão territorial.

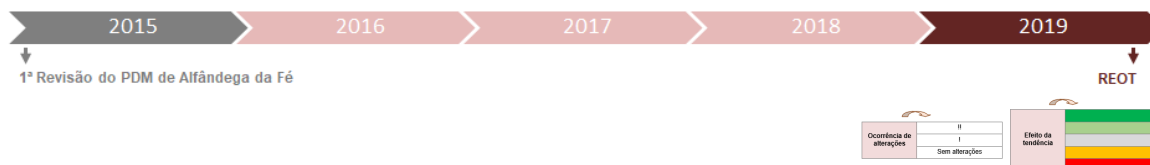
De modo a permitir que o processo de ordenamento ocorra de forma evolutiva e não constitua unicamente um processo de Plano – Implementação – Revisão, os mecanismos de monitorização apresentam-se fundamentais, sendo fulcral que ocorram momentos de avaliação e de monitorização da eficácia e eficiência da gestão territorial.

Passados quatro anos da entrada em vigor da 1.ª revisão do PDM de Alfândega da Fé, torna-se necessário de proceder à avaliação da execução, dos resultados e dos impactos dos PMOT do concelho de Alfândega da Fé, tal como estabelece o RJIGT. Contudo, por força do período de vigência e aplicação do atual plano diretor municipal, observa-se que o prazo é insuficiente para produzir resultados claros no território e marcar fisicamente quer a confirmação, quer a alteração das opções estratégicas assumidas no Plano.

Nesta sequência, relativamente às dinâmicas demográficas e sociais do concelho de Alfândega da Fé, para além do envelhecimento populacional que segue a tendência observada no contexto nacional, assiste-se também a uma evolução desfavorável da população residente ao longo de todas as freguesias que compõem o território concelhio, com exceção da freguesia de Alfândega da Fé. Daqui resulta uma repulsa demográfica, que conduz ao envelhecimento da população, já que no ano 2018, aproximadamente 49% da população tinha 55 ou mais anos. Por outro lado, desde o ano 2015 assiste-se a um decréscimo do número de desempregados, bem como a um crescimento do número de empresas no território concelhio.

Quanto às dinâmicas territoriais, nomeadamente às dinâmicas urbanas, assistiu-se a um crescimento nos últimos anos do número de edifícios e de alojamentos familiares clássicos, para além de que a totalidade da população encontra-se servida por sistemas de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais.

Em termos económicos, a atividade agrícola constitui uma das maiores riquezas do território concelhio, constituindo um importante fator de desenvolvimento territorial, sendo que a economia local assenta, sobretudo, na produção de amêndoa, azeite, castanha e cereja, comercializando-se, ainda, produtos que resultam da transformação destas matérias-primas. Deste modo, a consideração do setor primário como vetor estruturante é fundamental para o crescimento e desenvolvimento do concelho, graças aos seus solos férteis e à tradição agrícola que ainda permanece.



Deve ainda destacar-se, neste âmbito, a importância dos investimentos já aprovados, de cerca de 20 milhões de euros, para os regadios no concelho, permitindo concretizar o plano estratégico municipal para o regadio e impulsionar o setor agrícola neste território. Este investimento engloba duas vertentes: a primeira refere-se à requalificação do regadio já existente na área da barragem da Esteveíinha, nomeadamente nas condutas de água que abastecem a barragem e que permitem regar uma área superior a 270 ha, sendo que o objetivo não passa apenas por melhorar as condutas, mas também alcançar um maior aproveitamento dos recursos hídricos e melhorar a eficácia e a gestão do regadio; a segunda refere-se à construção da nova barragem de Vilarchão-Parada, que já possui parecer favorável do PDR2020, esperando-se que a sua construção comece no próximo ano, sendo que esta barragem vai permitir aumentar em 500 ha o perímetro de rega e impulsionar a agricultura do concelho.

Assim, e face a uma mudança rápida que se assiste de forma contínua ao longo de todo o território nacional, apresenta-se fundamental que os planos de ordenamento acompanhem estas mudanças e se adaptem, pese embora a sua complexa estrutura e morosidade dos processos se apresentem como entraves.

A pertinência da 2.ª revisão do PDM é de (re)olhar para o seu conteúdo numa atitude crítica, não de questionar diretamente a estratégia e as opções do PDM em vigor (porque o tempo decorrido é ainda curto para transformação mais profunda e substantiva), mas de ajustamento do Plano, tentando assim favorecer o seu desempenho enquanto documento operativo e de quotidiano e documento influenciador da melhor ocupação e transformação do solo.

Efetivamente, após a publicação do PDM em vigor, entrou em vigor “nova legislação” sobre instrumentos de gestão territorial e política de ordenamento do território, a qual implica, obrigatoriamente, a sua inserção nas figuras de planeamento municipal e ponderação crítica dos seus efeitos, nomeadamente (e porque diretamente relacionadas) no solo urbano e solo rústico, tornando-se assim, inevitável uma revisão do PDM, de forma a se adaptar a esta legislação.

Igualmente, por força do tempo já decorrido, verifica-se hoje a existência de um conjunto de informação cartográfica e fotográfica mais densa e atualizada, o que permite um conhecimento detalhado mais aprofundado do território (seja contradições de classificação de solo, lapsos cartográficos, omissões de construções e cadastro, entre outros).

Desta forma, entende-se que a estratégia e as opções do PDM em vigor, se encontram atuais, pelo que os objetivos estratégicos a prosseguir com a próxima revisão devem ser mantidos:

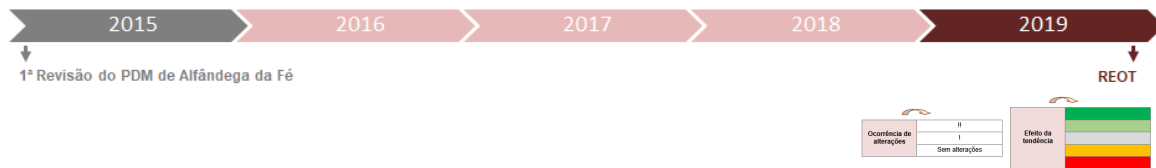
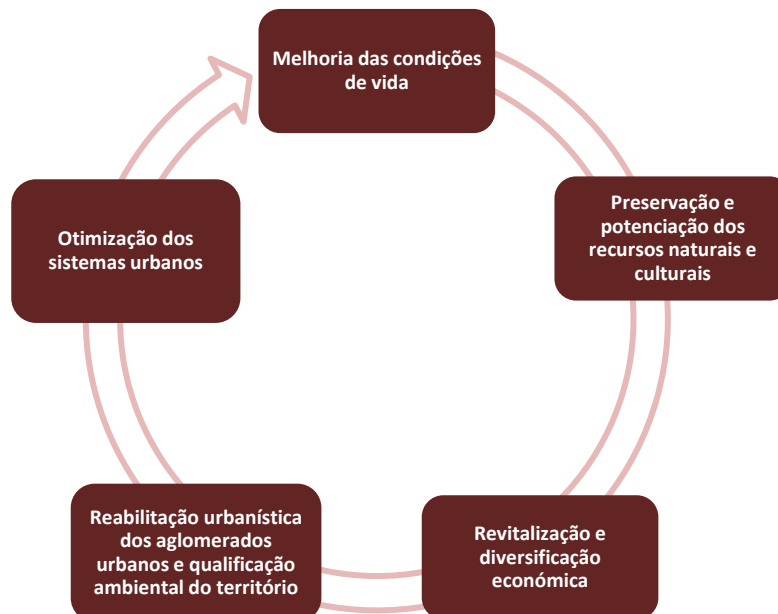
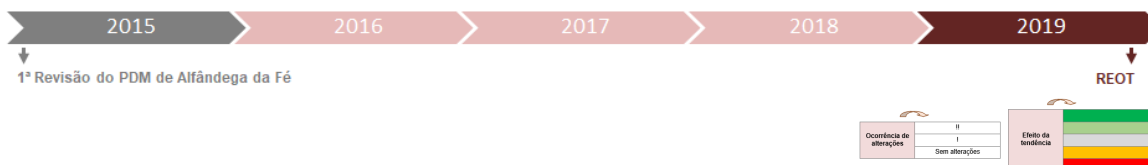


Figura 16: Objetivos do PDM de Alfândega da Fé



- **Melhoria das condições de vida:** garantir a melhoria da qualidade de vida, maior igualdade de oportunidades e inclusão integral de todas as gerações, numa visão de atratividade e fixação da população (sobretudo população jovem).
- **Preservação e potenciação dos recursos naturais e culturais:** valorizar os recursos naturais únicos, a identidade do concelho, o património, a cultura e as tradições.
- **Revitalização e diversidade económica:** reforçar o espírito criativo, inovador e empreendedor, associado à qualificação contínua da população e na aposta nos recursos endógenos singulares.
- **Reabilitação urbanística dos aglomerados urbanos e qualificação ambiental do território:** promover a melhoria geral da mobilidade, nomeadamente através de uma melhor gestão da via pública e dos demais espaços de circulação.
- **Otimização dos sistemas urbanos:** reforçar as infraestruturas básicas e adaptar a capacidade de resposta dos equipamentos coletivos às necessidades da população.

Concluindo, a premência da revisão do PDM, prende-se com facto da alteração ocorrida na legislação e da publicação de novas regras e conceitos que será necessário transpor para o PDM quer ao nível do solo rústico quer relativamente ao solo urbano. Desta forma, devera-se prosseguir com a estratégia de desenvolvimento que tem sido assumida técnica e politicamente, na perspetiva da execução efetiva das suas propostas.



## BIBLIOGRAFIA

Agência Portuguesa do Ambiente, disponível em: <https://apambiente.pt/> (acedido a 25 de julho de 2019).

Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, disponível em: <http://www.ansr.pt/> (acedido a 25 de julho de 2019).

Aviso n.º 2147/2015, de 26 de fevereiro, publicado em Diário da República n.º 40/2015, série II, de 26 de fevereiro, onde é aprovada a 1.ª Revisão do PDM de Alfândega da Fé.

Aviso n.º 1079/2018, de 23 de janeiro, publicado em Diário da República n.º 16/2018, série II, de 23 de janeiro, onde é aprovada 3.ª Alteração do PDM de Alfândega da Fé.

Aviso n.º 3718/2018, de 21 de março, publicado em Diário da República n.º 57/2018, série II de 21 de março, onde é aprovada a Operação de Reabilitação Urbana (ORU) e alteração da Área de Reabilitação Urbana (ARU) da Zona Histórica de Alfândega da Fé.

Câmara Municipal de Alfândega da Fé, disponível em: <https://www.cm-alfandegadafe.pt/> (acedido a 05 de agosto de 2019).

Carta de Uso e Ocupação do Solo de Portugal Continental de 2010 e 2015, Direção-Geral do Território, 2019.

Carta Administrativa Oficial de Portugal Continental (CAOP) 2018, Direção-Geral do Território.

“Carta Educativa – Plano Estratégico Educativo Municipal” (2008), Câmara Municipal de Alfândega da Fé.

Carta Social 2018, disponível em: <http://www.cartasocial.pt/> (acedido a 02 de agosto de 2019).

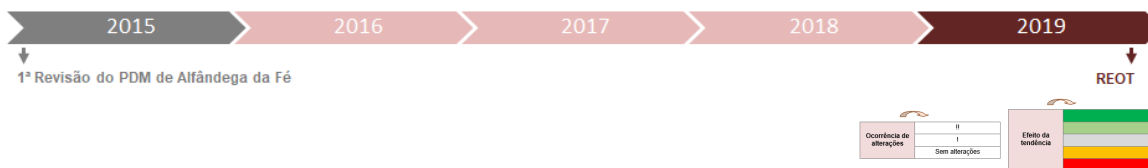
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), disponível em: <http://www.ccdm.pt/> (Acedido a 05 de agosto de 2019).

Comunidade Intermunicipal – CIM de Terras de Trás-os-Montes, disponível em: <http://cim-ttm.pt/> (Acedido a 01 de agosto de 2019).

Declaração de Retificação n.º 22-B/2016, de 18 de novembro, publicado em Diário da República n.º 222/2016, 1.º suplemento, série I, de 18 de novembro, que retifica a Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro, onde aprova o Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro (RH3).

Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro, publicado em Diário da República n.º 215/2016, série I, de 9 de novembro de 2009, onde é aprovado o Plano Nacional da Água.

Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, publicado em Diário da República n.º 93/2015, série I, de 14 de maio de 2015, onde é aprovada a Revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro.



Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de agosto, publicado em Diário da República n.º 188/2003, série I-A, de 16 de agosto de 2003, onde se procede à alteração do Plano Rodoviário Nacional definido pelo Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho.

Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, disponível em: <https://www.dgadr.gov.pt/> (acedido a 01 de agosto de 2019).

Direção-Geral de Energia e Geologia, disponível em: <http://www.dgeg.gov.pt/> (acedido a 02 de agosto de 2019).

Direção-Geral do Património Cultural, disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/> (acedido a 01 de agosto de 2019).

“Documentos Previsionais e Orçamento e Grandes Opções do Plano – 2015” (2015), Câmara Municipal de Alfândega da Fé.

Infraestruturas de Portugal, IP, disponível em: <http://www.infraestruturasdeportugal.pt/> (acedido a 05 de agosto de 2019).

Instituto de Conservação da Natureza e Floresta, disponível em: <https://www.icnf.pt/> (acedido a 01 de agosto de 2019).

Instituto do Emprego e Formação Profissional, disponível em: <https://www.iefp.pt/> (acedido a 29 de julho de 2019).

Instituto Nacional de Estatística, Base de Dados, disponível em: <https://ine.pt/> (acedido a 25 de julho de 2019).

Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, publicada em Diário da República n.º 19/2013, 1.º suplemento, série I, de 28 de janeiro de 2013, onde é aprovada a Reorganização Administrativa do Território das Freguesias.

“Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes” (2015), CIM Terras de Trás-os-Montes.

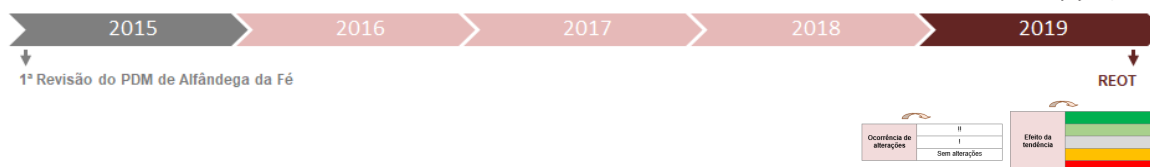
“Plano de Desenvolvimento Social 2019 – 2021” (2019), Câmara Municipal de Alfândega da Fé.

“Plano Municipal de Cultura e Turismo” (2017), Câmara Municipal de Alfândega da Fé.

“Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Alfândega da Fé 2017 – 2021”, (2017), Câmara Municipal de Alfândega da Fé.

“Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do Município de Alfândega da Fé” (2015), Câmara Municipal de Alfândega da Fé.

PORDATA, Base de Dados Portugal, disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal> (acedido a 25 de julho de 2019).



Portaria n.º 57/2019, de 11 de fevereiro, publicado em Diário da República n.º 29/2019, série I, de 11 de fevereiro, onde é aprovado o Programa Regional de Ordenamento Florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro (PROF TMAD).

“Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) da Zona Histórica de Alfândega da Fé 2017 – 2021” (2018), Câmara Municipal de Alfândega da Fé.

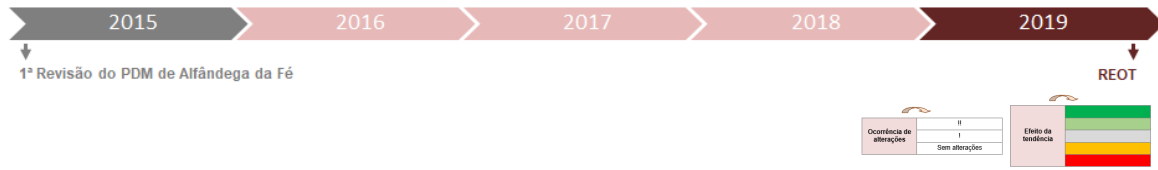
Registo Nacional de Turismo, disponível em: <https://rnt.turismodeportugal.pt/RNT/ConsultaAoRegisto.aspx> (acedido a 25 de julho de 2019).

“Relatório de Atividades, Documentos Previsionais e Orçamento e Grandes Opções do Plano – 2019” (2019), Câmara Municipal de Alfândega da Fé.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97, de 28 de agosto, publicado em Diário da República n.º 198/1997, série I-B, de 28 de agosto, que aprova a lista nacional de sítios (1.ª fase) prevista no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 226/97, de 27 de agosto (transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 93/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens).

XII, XIII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, Instituto Nacional de Estatística, 2019.

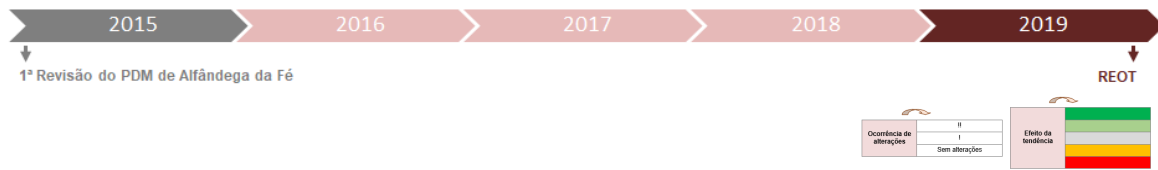
MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ  
RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO



## ANEXOS

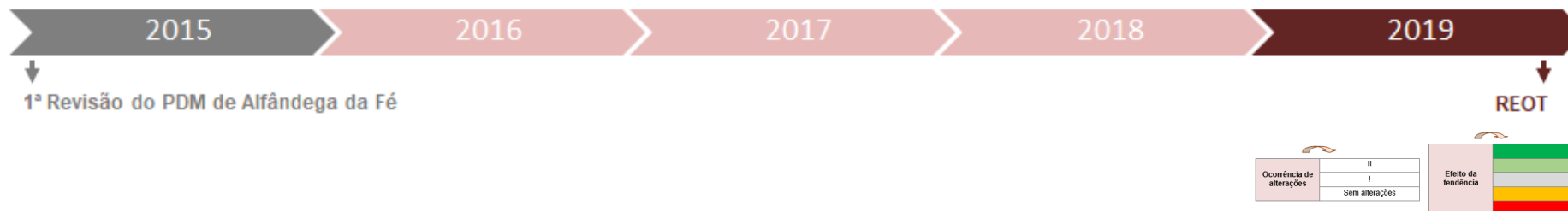
---

MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ  
RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO



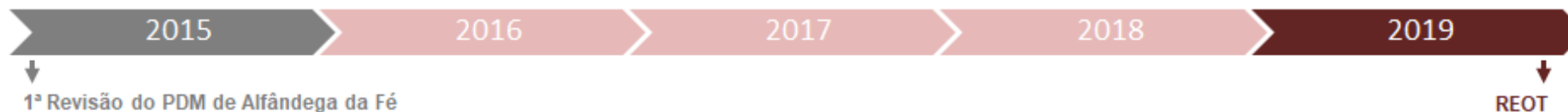
*Esta página foi deixada propositadamente em branco.*



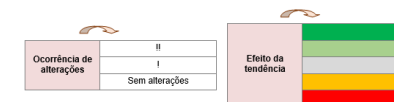
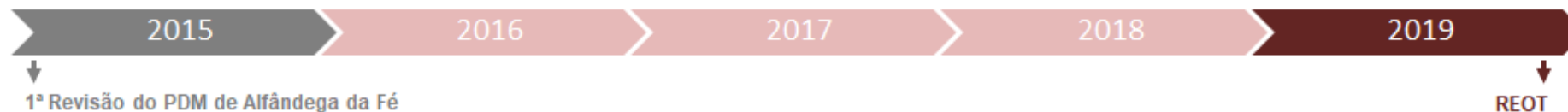
Anexo 1. Ações/ intervenções estabelecidas no Programa de Execução<sup>12</sup>

		Ações	Realizado/ em Realização	Não Realizado
Ordenamento do Território	Urbanismo	PRU – Centro Cívico de Alfândega da Fé / Fonte do Prado / Parque Verde e Lago Biológico		
		Cidades e Vilas de Excelência (Via Acessível) – Alfândega da Fé		
		Reabilitação Urbana da Zona Histórica de Alfândega da Fé		
		Torre do Relógio – Alfândega da Fé		
		Entrada Sul – Alfândega da Fé		
		Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro – Alfândega da Fé		
		Arranjo Urbanístico junto à EB1 – Alfândega da Fé		

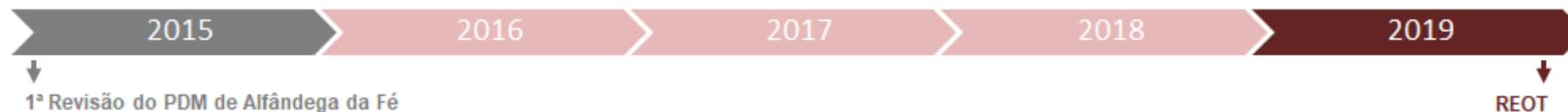
<sup>12</sup> Foi tida em conta a informação disponível no *website* da Câmara Municipal de Alfândega da Fé para se proceder à avaliação da concretização das Ações/ Intervenções.



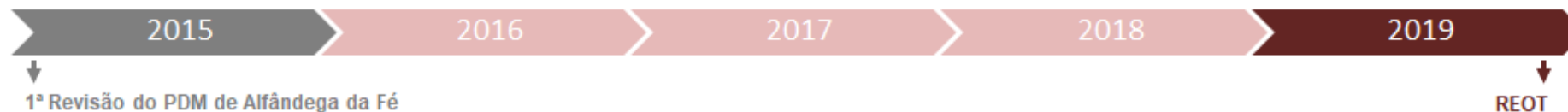
Ações		Realizado/ em Realização	Não Realizado
	Largo do Castelo e zona envolvente – Alfândega da Fé		
	Loteamento das Penedras – Alfândega da Fé		
	Centro Urbano de Sambade		
	Entrada Norte de Sambade		
	Loteamento da Eira da Cruz – Sambade		
	Santuário de N. S. <sup>a</sup> das Neves – Sambade (Covelas)		
	Largo de Covelas – Sambade (Covelas)		
	Ponte de Vila Nova – Sambade (Vila Nova)		
	Entrada de Cerejais		
	Entradas de Vilar Chão		



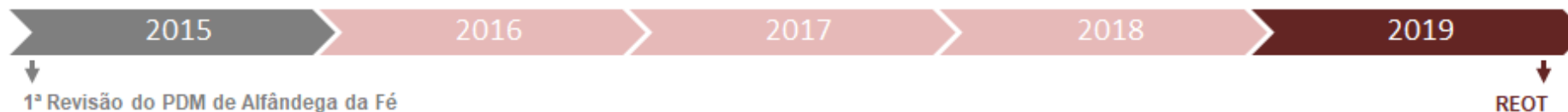
Ações			Realizado/ em Realização	Não Realizado
	Santuário de N. S. <sup>a</sup> dos Anúncios – Vilarelhos	Arranjo paisagístico do Santuário (com parque de merendas, churrasqueiras, área de lazer/ miradouro, instalações sanitárias, iluminação LED, florestação).		
	Recinto da “Eira” – Vilarelhos	Arranjo paisagístico do recinto da “Eira” (manutenção do campo de futebol, área de lazer) e obras de conservação do edifício multiusos (salão de festas).		
	Entradas de Vilarelhos	Requalificação das três entradas da aldeia.		
	Largo da Aldeia – Saldonha	Conclusão do arranjo urbanístico do largo de Saldonha (e colocação de nova paragem de autocarros).		
	Zona do “Prado” – Saldonha	Arranjo paisagístico da zona do “Prado” (área de lazer).		
	Fonte do Bairro – Valpereiro	Arranjo urbanístico da zona envolvente à fonte do Bairro.		
	Largo da Moreira – Eucísia (Santa Justa)	Arranjo urbanístico do largo da Moreira.		
	Largo de Santa Marinha – Gouveia	Arranjo urbanístico do largo de Santa Marinha.		
	Largo do Prado – Valverde	Arranjo urbanístico do largo do Prado (incluindo os muros).		
	Santuário de S. Bernardino – Valverde	Arranjo paisagístico do Santuário (com área de lazer e edifício de apoio às festas) e requalificação da estrada de acesso.		



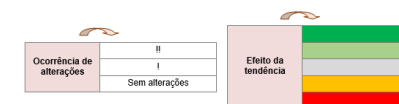
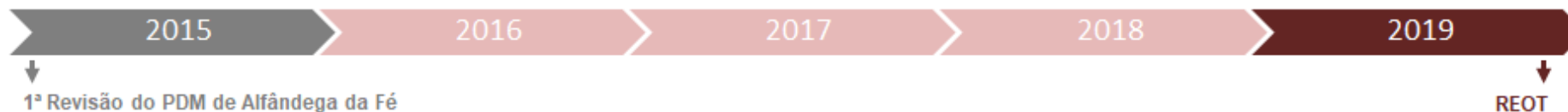
Ações			Realizado/ em Realização	Não Realizado
	Zona Central da Aldeia – Picões	Arranjo urbanístico da zona central da aldeia (suprindo o problema da demolição da capela antiga).		
	Zona da casa do povo e campo de futebol – Sendim da Serra	Conclusão do arranjo urbanístico da zona envolvente à casa do povo de Sendim da Serra (manutenção do campo de Futebol, arruamentos).		
	Zona da Fonte da Ribeira – Soeima	Arranjo paisagístico da zona da Fonte da Ribeira (com parque de merendas, área de lazer).		
	Largo do Parque – Parada	Arranjo urbanístico do largo do Parque da aldeia (área de lazer e áreas ajardinadas).		
	Zona dos tanques de lavar – Parada (Sardão)	Arranjo urbanístico da zona envolvente aos tanques de lavar e respetivo acesso (incluindo a requalificação dos tanques).		
	Entradas de Sendim da Ribeira	Requalificação das duas entradas da aldeia.		
	Largo da Aldeia – Pombal	Arranjo urbanístico do largo da aldeia (ampliação da área de lazer, com parque infantil).		
	Zona do Prado (Vale de Baixo) – Vales	Arranjo urbanístico da zona do Prado (vale de baixo), criando uma área de lazer.		
	Toponímia do concelho	Revisão e implementação da nova toponímia do concelho.		
Habitação	Bairro Trás de Castelo – Alfândega da Fé	Requalificação do Bairro Social Trás-de-Castelo de Alfândega da Fé – edifícios, infraestruturas, espaço público e zonas verdes.		



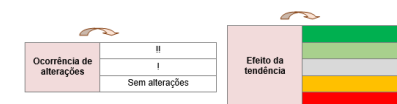
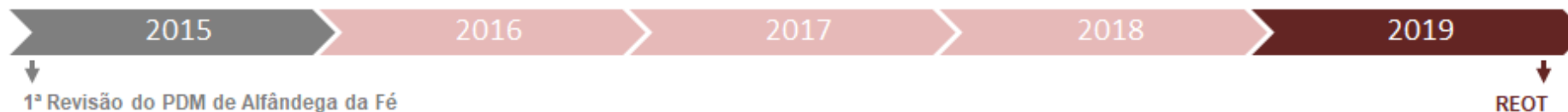
Ações				Realizado/ em Realização	Não Realizado
		Habitação a Custos Controlados, no concelho	Reabilitação de edifícios de habitação (famílias carenciadas).		
Proteção do Ambiente		Centro Ambiental e Biológico da Vilarça – Vilarelhos	<b>UOPG 2</b> – Implementação de infraestruturas e equipamentos de apoio à criação do Centro Ambiental e Biológico da Vilarça – (Núcleo de Interpretação da Água, <i>birdwatching</i> , zona de pesca, introdução de fauna e flora autóctones, cais, circuito de manutenção, roteiros cicláveis e pedestres, proteção da “Pedra de Redevides”, sinalética, suportes comunicacionais).		
		Ecopista da Barragem de Sambade	Construção de uma ecopista em volta da barragem de Sambade e colocação de iluminação e passeios na entrada sul da aldeia.		
		Parque Verde Acessível – Alfândega da Fé	Adequação do Parque Verde às normas de acessibilidade, conduzindo à obtenção da Certificação.		
		Espaços Verdes	Arranjos paisagísticos de diversos espaços verdes de Alfândega da Fé – construção, beneficiação, manutenção.		
Abastecimento de Água		Sistema de abastecimento de água no concelho (em Baixa)	Melhoramento do abastecimento de água nas freguesias do concelho. Conservação da rede geral de abastecimento de água no concelho.		
		Abastecimento à freguesia de Vales	Abastecimento à freguesia de Vales com água tratada da Barragem de Sambade.		
		Abastecimento à freguesia de Vilarelhos	Abastecimento à freguesia de Vilarelhos com água tratada da Barragem de Sambade.		



Ações				Realizado/ em Realização	Não Realizado
		Abastecimento de água a sul	Ligação de água a Ferradosa, Picões, Gouveia e Cabreira – rede de abastecimento de água do sul.		
	Saneamento	Sistema de drenagem de águas residuais no concelho (em Baixa)	Reparações gerais na rede geral de saneamento do concelho.		
	Resíduos Sólidos	Sistema de recolha de resíduos sólidos no concelho	Conservação e valorização das redes de ecopontos e de contentores de RSU's do concelho.		
		Resíduos de construção e demolição	Implementação de um Centro de Valorização de Resíduos de Construção e Demolição no concelho.		
	Proteção Civil	Caminhos, aceiros e redes de faixas de gestão de combustível	No âmbito da DFCI – construção e beneficiação de caminhos e aceiros/ criação e manutenção de redes de faixas de gestão de combustível.		
		Pontos de água	No âmbito do apoio ao combate a incêndios – construção e beneficiação de diversos pontos de água.		
		Rede de bocas-de-incêndio	No âmbito do apoio ao combate a incêndios – melhorar a rede de bocas-de-incêndio.		
		Demolição e reparação de danos causados	Riscos naturais e tecnológicos/ Dever de conservação.		
s Eco nº	Agricultura, Pecuária,	Reabilitação do Aproveitamento Hidroagrícola de Alfândega da Fé	Reabilitação e ampliação do bloco da fase I do Regadio de Alfândega da Fé, para 270 hectares.		

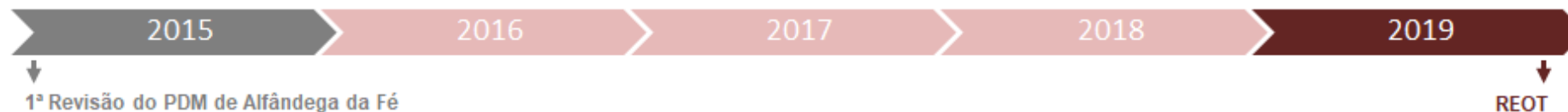


Ações			Realizado/ em Realização	Não Realizado
Silvicultura, Caça e Pesca	Reforço do Sistema da Bacia Hidrográfica da Esteveíinha – Sambade, Vales e Alfândega da Fé	Construção de dique em Sambade e Vales, construção da barragem de Vales (para reserva), segurança da barragem da Esteveíinha (reparação de fuga).		
	Reforço do Aproveitamento Hidroagrícola da Camba – Gebelim, Agrobom, Valpereiro, Vilar Chão e Parada	Construção de açude na ribeira de Gebelim, com derivação para a barragem da Camba.		
	Barragem do Planalto de Vilar Chão – Parada	(em alternativa à ação anterior) Construção de nova barragem e construção do regadio do planalto de Vilar Chão – Parada.		
	Reforço do bloco norte do Aproveitamento Hidroagrícola da Vilarça – Vilaes da Vilarça	Construção de açude na ribeira do Cerejal, com derivação para a barragem da Burga.		
	Ampliação do bloco norte do Aproveitamento Hidroagrícola da Vilarça – Vilaes da Vilarça	Construção da barragem do “Cerejal”, para ampliação do bloco norte do Regadio da Vilarça, para 200 hectares.		
	Ampliação do perímetro de rega da Barragem de Santa Justa – Eucísia, Vilarelhos	Ampliação do Regadio da Vilarça, associado à barragem de Santa Justa (zona de Redevides), com mais 80 hectares.		
	Reservatório de água em Sendim da Serra	Construção de um reservatório para aproveitar a água do furo da Alamela, destinando-se ao regadio.		
	Caminho agrícola do Alto da Ladeira – Sambade	Beneficiação do caminho.		
	Caminho agrícola de Jerusalém – Sendim da Serra	Beneficiação do caminho até ao Santuário de N. Sr.ª de Jerusalém.		

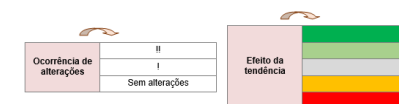
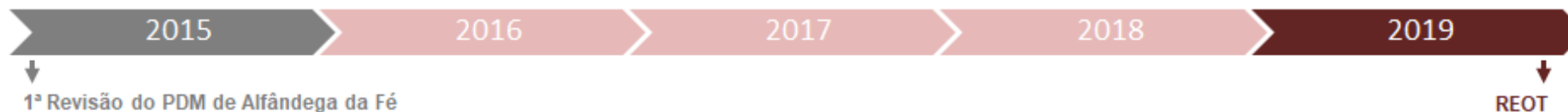


Ações				Realizado/ em Realização	Não Realizado
		Caminho agrícola de Gebelim	Beneficiação do caminho (entre o Santuário e a Casa da Floresta).		
		Caminho agrícola de Vilar Chão	Beneficiação do caminho.		
		Caminho agrícola entre Vilarelhos e Vilares da Vilarça	Beneficiação do caminho.		
		Caminho rural da Quinta Branca – Cerejais	Beneficiação do acesso à futura Albufeira do Baixo Sabor.		
		Caminho rural de S. Geraldo – Valpereiro	Beneficiação do caminho (entre a EM590 e a Capela de S. Geraldo).		
		Intervenções silvícolas nos espaços florestais – concelho	Ações de manutenção e melhoramento dos prédios rústicos florestais que pertencem ao município.		
	Indústria e Energia	Parques eólicos no concelho	Construção/ ampliação de parques eólicos no concelho, fomentando a aposta nas energias renováveis.		
		Parque de energia solar no concelho	Construção de um parque de painéis fotovoltaicos no concelho, fomentando a aposta nas energias renováveis.		
		Zona Industrial de Alfândega da Fé (localização existente)	Valorização da Zona Industrial de Alfândega da Fé existente. Criação de um parque empresarial (ninho de empresas de comércio e/ ou prestação de serviços).		
		Zona Industrial de Alfândega da Fé (ampliação)	Construção/ ampliação da Zona Industrial de Alfândega da Fé.		

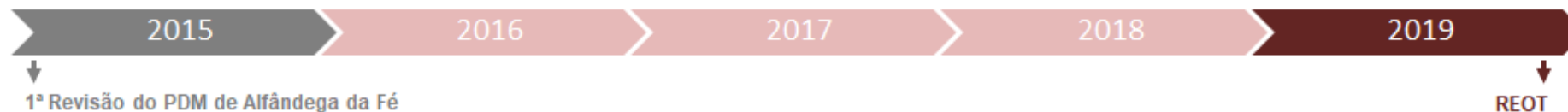




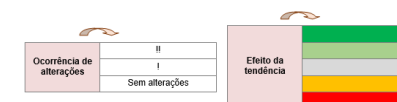
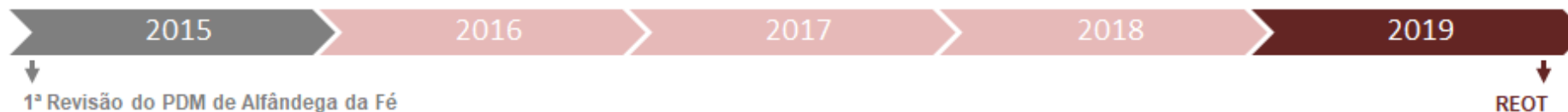
Ações				Realizado/ em Realização	Não Realizado
Transportes e Comunicações	Iluminação pública de baixo consumo em Alfândega da Fé	Substituição da iluminação pública da Vila de Alfândega da Fé, adotando luminárias LED ou outras de muito baixo consumo.			
	Rede de iluminação pública do concelho	Manutenção e alargamento da rede de iluminação pública no concelho.			
	Rede <i>Wireless</i> no centro de Alfândega da Fé	Construção de infraestruturas para implementação de uma rede de telecomunicações <i>wireless</i> no centro de Alfândega da Fé.			
	Antenas de telecomunicações no concelho	Construção de infraestruturas de suporte das estações de radiocomunicações (Eucísia, Vales/ Pombal, etc.).			
	Heliporto de Alfândega da Fé	Construção de um Heliporto junto ao Centro de Saúde de Alfândega da Fé. Arranjo Urbanístico: inclui base logística (BAL) e estacionamento junto ao recinto da Feira.			
	Estrada de ligação entre o IC5, a Estrada Nacional (EN) 315 e o Santuário de Santo Antão da Barca – Parada	Redefinição e requalificação da estrada, para acesso privilegiado ao novo Santuário de Santo Antão da Barca (transladado).			
	Variante entre a Entrada Nascente e os Bombeiros – Alfândega da Fé	Construção de via estruturante, desviando o trânsito de veículos pesados do centro da Vila e servindo a expansão urbana para os novos Paços do Concelho de Alfândega da Fé.			
	Arruamento entre o Bairro Trás de Castelo e o Cemitério Municipal – Alfândega da Fé	Construção de via habilitante ou via de acesso local.			
	Estrada Nacional (EN) 215	Beneficiação da EN215 (no concelho).			



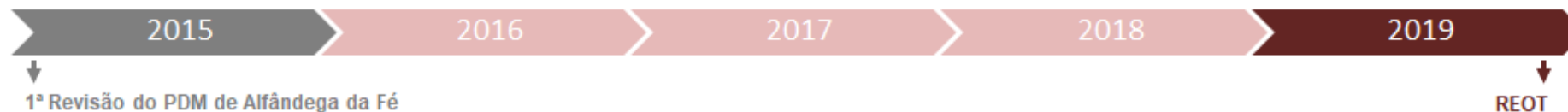
Ações		Realizado/ em Realização	Não Realizado
	Estrada Nacional (EN) 315	Beneficiação da EN315 (no concelho).	
	Rede de caminhos do "Plano Alfa" – Alfândega da Fé	Beneficiação da rede de caminhos associada ao Aproveitamento Hidroagrícola de Alfândega da Fé.	
	Caminho Municipal de Colmeais	Beneficiação do CM1158 – Colmeais.	
	Estrada Municipal (EM) 611 e Caminho Municipal (CM) 1157	Beneficiação da EM611 e CM1157 (desde a EN215 a Cabreira).	
	Estrada Municipal (EM) 611	Beneficiação da EM611 (desde Gouveia até ao limite do concelho).	
	Caminho Municipal (CM) 1157	Beneficiação do CM1157 (desde Cabreira a Picões), transformando-o em "estrada de paisagem", com miradouro sobre a albufeira do Baixo Sabor.	
	Caminho Municipal (CM) 1153	Beneficiação do CM1153 (desde a EN215 a Castelo).	
	Caminho Municipal (CM) 588 – 1	Beneficiação do CM588-1 (desde Vales a Pombal).	
	Caminho Municipal (CM) 1151 e Caminho Municipal (CM) 1160	Beneficiação do CM1151 e CM1160 (desde o Pombal ao cruzamento norte de Alfândega da Fé).	
	Estrada Municipal (EM) 592	Requalificação do tapete betuminoso da EM592 (entre Vilarchão e Parada).	



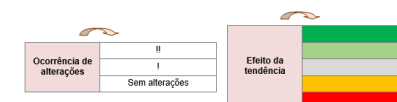
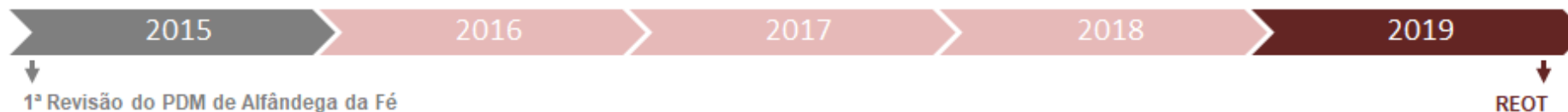
Ações				Realizado/ em Realização	Não Realizado
	Estrada de ligação entre a Estrada Municipal (EM) 587 e o Santuário – Vilarelhos	Requalificação do tapete betuminoso (até ao Santuário de N. Sr. <sup>a</sup> dos Anúncios, Vilarelhos).			
	Estrada Municipal (EM) 590	Requalificação do tapete betuminoso da EM590 (entre Agrobom e Gebelim).			
	Caminho junto ao Cemitério – Parada (Sardão)	Asfaltagem do caminho (entre a aldeia de Sardão, o cemitério e a EN315).			
	Caminho para a ETAR – Parada (Sardão)	Calçetamento do caminho (entre a aldeia de Sardão e a ETAR).			
	Pontão sobre a ribeira da Vilariça – Vilarelhos	Construção de pontão, junto à Quinta do Barracão da Vilariça.			
	Estradas e arruamentos do concelho	Reparação e conservação de diversas estradas do concelho. Reparação de vários arruamentos do concelho.			
	Trânsito e prevenção rodoviária do concelho	Ordenamento do trânsito e prevenção rodoviária no concelho.			
Mercados e Feiras	Recinto da Feira Municipal – Alfândega da Fé	Reparação e conservação do Recinto da Feira Municipal e das tasquinhas, construção de pavilhão de eventos (tipo tenda permanente) em estrutura pré-fabricada.			
	Festa da Cereja – Alfândega da Fé	Adequação e conservação do Recinto da Feira e espaço público para acolhimento da Feira Anual.			
	Mercadinho Flor de Amêndoa – Alfândega da Fé/ Cerejais/ etc.	Adequação e conservação do espaço público para acolhimento da Feira Anual.			



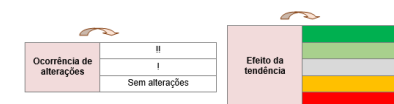
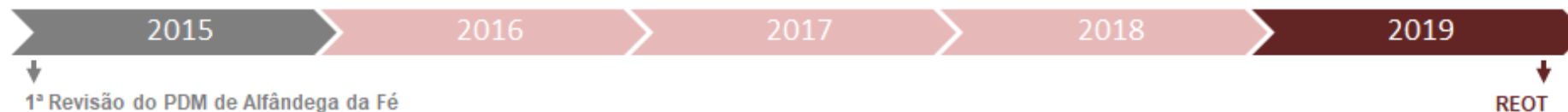
Ações				Realizado/ em Realização	Não Realizado
		Feira da Montanha - Sambade	Adequação e conservação do espaço público para acolhimento da Feira Anual.		
Turismo		Rota dos "Frescos da Fé"	Implementação de infraestruturas e equipamentos de apoio à criação da Rota dos Frescos da Fé (Centro Interpretativo, sinalética, suportes comunicacionais), no concelho, abrangendo: Alfândega da Fé, Vilar Chão – Legoinha, Sendim da Ribeira, Sendim da Serra, Valpereiro, Valverde.		
		Hotel – SPA Alfândega da Fé – Serra de Bornes	Ampliação, aumentando o número de quartos e diversificando a tipologia dos alojamentos.		
		Pavilhão Multiusos e de Eventos – Serra de Bornes	Construção de um edifício multiusos, para eventos, restauração, congressos, complementando a oferta do HOTEL – SPA Alfândega da Fé.		
		INOVARURAL: Sambade, aldeia turística e tecnológica – Centro de Interpretação e Tecnológico	Alteração e conservação do edifício da antiga Escola Primária, para centro de interpretação das tradições rurais e museu interativo.		
		INOVARURAL: Sambade, aldeia turística e tecnológica – Centro Cultural e Tecnológico	Alteração e conservação do edifício da antiga Casa do Povo, para centro cultural, com auditório, salão polivalente, espaço de lazer para crianças e biblioteca com acesso gratuito à internet.		
		Cidades e Vilas de Excelência (vila turística) – Alfândega da Fé	Adequação da sinalética de informação turística e implementação de roteiros turísticos na Vila e no concelho.		



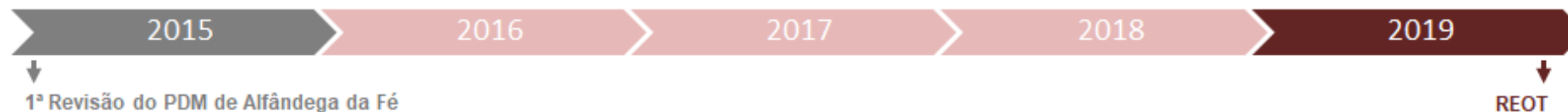
Ações				Realizado/ em Realização	Não Realizado
		Rede de percursos pedestres do concelho	Sinalização e marcação dos percursos pedestres existentes e a criar no concelho: programa “Bota-te a Andar”, rotas do programa “Rural Aqua” (eco auditorias), e grandes rotas.		
		Posto de Turismo – Alfândega da Fé	-		
		Apartamento Turístico – Picões	Conservação e alteração da antiga Escola Primária para Turismo Rural (casa de campo).		
Funções Sociais	Educação	Escolas do concelho	Reparação e conservação das escolas do concelho: polo Escola Básica do 1.º Ciclo e Jardim de Infância de Alfândega da Fé; Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos e Ensino Secundário de Alfândega da Fé; Jardim de Infância de Sambade; Jardim de Infância de Vilarelhos.		
	Ação Social	Lar de idosos e SAD de Gebelim	Reconstrução e ampliação da antiga Escola Primária de Gebelim para Lar de Idosos (12 utentes) e SAD (60 utentes).		
		Lar de idosos e SAD de Parada	Reconstrução e ampliação da antiga Escola Primária de Parada para Lar de Idosos (12 utentes) e SAD (60 utentes).		
		Lar de idosos e SAD de Vilares da Vilarça	Ampliação do Centro de Dia existente, para novas valências sociais.		
		Centro de lazer e bem-estar de Agrobom	-		
		Centro de lazer e bem-estar de Soeima	-		



Ações			Realizado/ em Realização	Não Realizado
Cultura	Biblioteca Municipal de Alfândega da Fé	Alteração, conservação e valorização do edifício da Biblioteca Municipal (condições de acessibilidade, atendimento, climatização, infraestruturas tecnológicas).		
	Centro de Interpretação de Arte Sacra – Alfândega da Fé	Reconstrução e alteração de edifícios devolutos na Zona Histórica de Alfândega da Fé, para Museu de Arte Sacra.		
	Centro de Tradições e Residência Artística “Lagar del Rei” – Alfândega da Fé	Construção de um edifício multifuncional, no lugar do antigo Lagar del Rei, para restauração e bebidas (gastronomia transmontana), para venda de produtos locais, para memória do antigo lagar, para pequenos apartamentos – residências artísticas.		
	Casa Museu e Residência Artística Prof. Vilares – Sambade	Reconstrução, conservação e alteração da casa particular do Prof. João Batista Vilares.		
	Centro de Interpretação de Arqueologia Industrial – Ferradosa	Adaptação do edifício da Junta de Freguesia para espaço museológico, acolhendo os artefactos de arqueologia industrial recolhidos na extinta Quinta Branca.		
Desporto, Recreio e Lazer	Zona de recreio balnear e de lazer da Esteveíinha	<b>UOPG1</b> – Valorização da envolvente à Barragem da Esteveíinha, freguesia de Alfândega da Fé. Inclui: duas pequenas praias fluviais, piscina biológica, edifício de restauração e bebidas, parque de merendas, circuito de manutenção, circuitos pedestres, barcos de recreio, zona de pesca, parque infantil.		



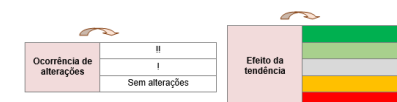
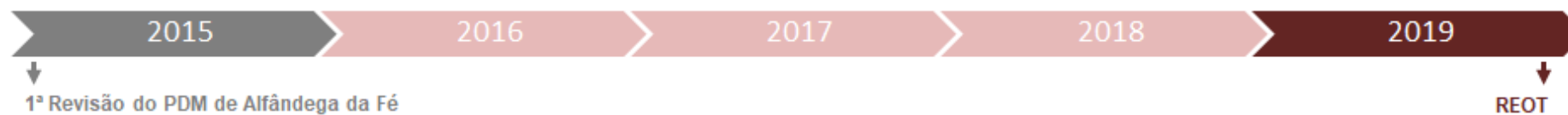
Ações				Realizado/ em Realização	Não Realizado
	Zona de recreio balnear e de lazer do Baixo Sabor	UOPG3 – Criação de uma zona de recreio associada ao “Lago dos Santuários”, na futura Albufeira do Baixo Sabor, freguesia de Cerejais. Inclui: “Praia Fluvial do Santo Antão da Barca”, piscina biológica, cais, edifícios flutuantes para alojamento turístico, edifício de apoio (restauração e bebidas), parque de merendas, parque de campismo ecológico.			
	Parque de Campismo – Alfândega da Fé	Parque de Campismo na zona da Esteveíinha.			
	Equipamentos desportivos do concelho	Conservação dos equipamentos desportivos do concelho: Centro de Formação Desportiva; Centro de Manutenção Física de Alfândega da Fé (SAP), etc.			
	Polidesportivo – Alfândega da Fé	Polidesportivo junto ao Centro de Formação Desportiva.			
	Pavilhão dos Bombeiros	Requalificação do Pavilhão dos Bombeiros para ginásio e fisioterapia.			
Atividades Cívicas e Religiosas	Novos Paços do Concelho de Alfândega da Fé	Novo edifício sede da Câmara Municipal de Alfândega da Fé, sobranceiro ao Parque Verde.			
	Santuário de Santo Antão da Barca – Parada	Transladação do Santuário, criando uma nova zona de utilização coletiva no âmbito religioso, do lazer e do turismo – obras de urbanização, qualificação paisagística, acessibilidades e edifícios de apoio (capela e adro, sede da confraria/ museu, hospedaria, restauração e bebidas, palco/ arrumos, instalações sanitárias).			



Ações			Realizado/ em Realização	Não Realizado
	Centro Paroquial – Alfândega da Fé	Reconstrução e alteração de edifícios devolutos na Zona Histórica de Alfândega da Fé, para Centro Paroquial (com espaço/ valências de uso coletivo).		
	Capela de Santo Amaro da Legoinha – Vilar Chão	Conservação da capela (e zona envolvente) e restauro dos frescos: pinturas murais.		
	Capela de N. S. <sup>a</sup> do Rosário – Sendim da Ribeira	Conservação da capela (e zona envolvente) e restauro dos frescos: pinturas murais.		
	Capela de N. S. <sup>a</sup> de Jerusalém – Sendim da Serra	Conservação da capela (e zona envolvente: Santuário) e restauro dos frescos: pinturas murais.		
	Capela de S. Geraldo – Valpereiro	Conservação da capela (e zona envolvente) e restauro dos frescos: pinturas murais.		
	Igreja de N. S. <sup>a</sup> da Anunciação – Valverde	Conservação da capela (e zona envolvente) e restauro dos frescos: pinturas murais.		
	Capela do Bairro da Eira da Cruz – Sambade	Construção de uma nova capela em Sambade.		
	Igreja Matriz – Vilar Chão	Conservação da Igreja Matriz de Vilarchão.		
	Igreja Matriz – Pombal	Conservação da Igreja Matriz de Pombal.		
	Capela de S. Sebastião – Valverde	Requalificação da capela, para casa mortuária da aldeia.		



MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ  
RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO



Ações				Realizado/ em Realização	Não Realizado
		Casa Mortuária – Valpereiro	Construção de uma casa mortuária para servir a aldeia.		
		Cemitério – Sendim da Serra	Ampliação do cemitério da aldeia.		